UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faculdade de Formação de Professores Pós-graduação em História Social

# Daniel Santos do Amaral

**CRISE, INTERESSES DE CLASSE E CONTRARREFORMAS NO BRASIL:** POSICIONAMENTO DAS FRAÇÕES DE CLASSE A PARTIR DE SEUS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA (2011-2019).

São Gonçalo – RJ

2024

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faculdade de Formação de Professores Pós-graduação em História Social

# Daniel Santos do Amaral

**CRISE, INTERESSES DE CLASSE E CONTRARREFORMAS NO BRASIL:** POSICIONAMENTO DAS FRAÇÕES DE CLASSE A PARTIR DE SEUS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA (2011-2019).

Dissertação apresentada à Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Campus São Gonçalo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico em História Social. Orientação: Prof. Dr. Christiane Vieira Laidler.

São Gonçalo-RJ 2024

RESUMO

Esta pesquisa analisa a relação entre a crise política e econômica brasileira durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016), o golpe de 2016 e a subsequente implementação de reformas neoliberais. Baseando-se em uma abordagem teórica fundamentada nos conceitos de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, como Estado ampliado, aparelhos privados de hegemonia e frações de classe, o estudo examina como frações da burguesia, organizadas em entidades como FIESP, CNA, Febraban, Abag e CNI, articularam interesses e apoiaram reformas como o teto de gastos, a reforma trabalhista e a reforma da previdência. A dissertação também discute a interação entre a financeirização da economia brasileira e as possíveis disputas entre as frações do capital, demonstrando como esses aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil funcionaram como instrumentos de legitimação dessas reformas. O trabalho adota uma metodologia qualitativa, baseada em pesquisa documental e bibliográfica, que combina a revisão de literatura com a análise de fontes documentais provenientes da grande imprensa e das entidades patronais. O objetivo é explorar as transformações econômicas e políticas no Brasil contemporâneo, com destaque para a hegemonia do capital bancário-financeiro e o papel das reformas políticas na mediação dos conflitos de classe.

Palavras-chave: Crise política; Frações de classe; Aparelhos privados de hegemonia; Financeirização; Neoliberalismo; Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO............................................................................................................Página 5

1) ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E REGULAÇÃO ESTATAL NA DINÂMICA DA FINANCEIRIZAÇÃO................................................................................................Página 13

1.1) Entre Estado e Sociedade Civil: Aparelhos Privados de Hegemonia e Frações de Classes...........................................................................................................................Página 13

1.2) Financeirização e dinâmica da economia brasileira...............................................Página 27

1.3) Estado, reprodução do capital e regulação: um tópico sobre as reformas.........................................................................................................................Página 40

2) A FORMAÇÃO DO CONSENSO PARALELO À CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016).............................................................................................Página 51

2.1) A nova matriz macroeconômica (NME)................................................................Página 51

2.2) Posicionamentos dos APH durante a nova matriz econômica...............................Página 54

2.2.1) A burguesia financeira........................................................................................Página 54

2.2.2) A burguesia agrária.............................................................................................Página 57

2.2.3) A burguesia industrial.........................................................................................Página 59

2.3) As Frações da burguesia na crise e construção do impeachment(2013-2016)..................................................................................................................Página 69

2.3.1) A burguesia industrial........................................................................................Página 74

2.3.2) A burguesia agrária............................................................................................Página 88

2.3.3) A burguesia financeira.......................................................................................Página 96

3) PROCESSOS QUE CORRESPONDEM À MESMA AGENDA: DO GOLPE DE 2016 ÀS REFORMAS DE TEMER E BOLSONARO...........................................................................................................Página 106

3.1) Processo histórico da aprovação das reformas neoliberais..................................Página 106

3.2) Frações da burguesia no apoio às reformas neoliberais.......................................Página 115

3.2.1) A burguesia agrária...........................................................................................Página 115

3.2.2) A burguesia financeira......................................................................................Página 124

3.2.3) A burguesia industrial.......................................................................................Página 134

CONSIDERAÇÕES FINAIS...................................................................................Página 156

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS....................................................................Página 170

FONTES.....................................................................................................................Página 178

## INTRODUÇÃO

A análise da crise do governo Dilma Rousseff (2011-2016) e a aprovação das reformas macroeconômicas subsequentes (2016-2019) exige um olhar atento para a articulação entre a história econômica e política. A historiografia, em suas diversas abordagens, oferece ferramentas indispensáveis para compreender os processos cumulativos e as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, bem como para relacionar os fenômenos econômicos ao ambiente social e político em que se inserem. Segundo Jean Bouvier, é fundamental que o historiador estude as crises em sua concretude, analisando magnitudes econômicas, forças empresariais e seus grupos, situando esses elementos no tempo e no espaço para compreender as interações entre economia, sociedade e política (Bouvier, 1986, p. 25). Assim, as crises não podem ser vistas apenas como fenômenos econômicos, mas como eventos que adquirem características específicas em função das conjunturas sociais e políticas que as acompanham.

Por outro lado, a história política também passou por profundas transformações metodológicas e teóricas, distanciando-se de uma visão pré-crítica que atribuía os fenômenos políticos a agentes individuais e altamente visíveis. Jacques Julliard destaca que a história política contemporânea se preocupa cada vez mais em articular a "instância" política com o conjunto da formação social, inserindo o estudo do poder e sua repartição em um contexto mais amplo (Julliard, 1986, p. 183; p. 190). Nesse sentido, ele enfatiza a relevância de pensar o poder político em sua autonomia relativa, como propôs Nicos Poulantzas, ao vinculá-lo às dinâmicas de luta de classes dentro de modos de produção determinados (Julliard, 1986, p. 191). Essa abordagem oferece subsídios valiosos para a análise da hegemonia e das disputas entre frações de classe no período em estudo.

A presente pesquisa dialoga com esses aportes teóricos ao investigar como as frações de classe e seus aparelhos privados de hegemonia atuaram na desestabilização do governo Dilma e na consolidação das reformas do teto de gastos, trabalhista e da Previdência. O objetivo é explorar como essas reformas foram moldadas pelas contradições estruturais do capitalismo brasileiro e pelas disputas entre setores dominantes, considerando o papel do Estado e das instituições políticas na mediação desses conflitos. Assim, buscamos contribuir para uma compreensão mais abrangente das transformações recentes na economia e na política brasileira, articulando os campos da história econômica e política de maneira crítica e integrada.

A análise da imprensa como fonte histórica revela uma complexidade que vai além da simples coleta de dados ou da descrição de eventos. É um exercício que exige uma abordagem crítica e multifacetada para compreender como os periódicos participam na construção de narrativas e na formação de consensos ideológicos. Segundo Cruz e Peixoto (2007), ao estudar um periódico, é imprescindível examinar seu projeto gráfico-editorial, incluindo a organização das seções, a disposição das capas e primeiras páginas, bem como a hierarquização dos conteúdos em cadernos e suplementos. Esses aspectos fornecem pistas sobre os temas priorizados e a forma como o veículo estrutura seu posicionamento editorial. Ademais, e, ainda mais relevante para a presente pesquisa, compreender as condições sociais de produção – desde a influência de proprietários e redatores até aspectos como tiragem, distribuição e alcance junto ao público-alvo – revela-se fundamental para situar o periódico em seu contexto histórico e político.

Mônica Karawejczyk (2010) enfatiza a importância de uma leitura crítica dos jornais como fontes históricas. Ela argumenta que os periódicos não podem ser considerados registros neutros, mas sim produtos editoriais que moldam e são moldados por filtros ideológicos e linguagens específicas. O historiador, ao examinar esses documentos, deve atentar para as formas como os discursos presentes neles moldam a percepção da realidade, sendo necessário evitar uma aceitação superficial das informações como verdades imparciais. Nesse sentido, o estudo dos jornais requer um esforço interpretativo que vá além do que é ostensivamente apresentado, desvendando as camadas de intencionalidade subjacentes à produção da notícia.

Quanto ao uso dos jornais como fontes históricas, José D'Assunção Barros (2021) sublinhar que os jornais não devem ser vistos apenas como veículos de informação, mas como produtores de discursos que comunicam valores e ideias de maneira contínua. Para o autor, essa familiaridade cotidiana com os periódicos pode mascarar seu papel enquanto agentes ativos na configuração de narrativas sociais. A credibilidade conferida aos jornais por meio do "efeito de realidade" é um componente crucial para compreender como esses veículos conseguem influenciar profundamente tanto as percepções públicas quanto os processos políticos Segundo Barros (2021, p. 247), os “jornais também abrigam discursos que se pretendem apresentar como verdadeiros”. Ao comunicar valores que parecem naturais e consensuais, os jornais participam na formação de consensos que refletem e sustentam dinâmicas de poder.

Essas reflexões se conectam à análise de Francisco Fonseca sobre a atuação da grande imprensa brasileira no contexto da transição democrática e da implementação do neoliberalismo. Segundo Rosa Maria Vieira (2007), Fonseca identifica como jornais como *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* funcionaram como "aparelhos privados de hegemonia", promovendo uma agenda neoliberal entre 1985 e 1992. Mesmo diante de divergências editoriais em relação ao governo Collor, esses veículos convergiram na defesa de reformas econômicas liberalizantes, associando-as à ideia de modernidade e à integração ao "primeiro mundo". Essa convergência editorial resultou na construção de consensos que favoreciam a desnacionalização da economia, a dependência do capital externo e a adoção de políticas que intensificaram desigualdades e desemprego. A atuação da imprensa desempenha um papel central na sustentação da hegemonia neoliberal. Ao apresentar as reformas como inevitáveis e consensuais, a imprensa moldou o debate público, alinhando-se às demandas das elites econômicas e políticas.

É importante destacar que esta extensa discussão sobre o papel da imprensa e seu uso como fonte histórica não tem como objetivo principal o estudo específico dos veículos de comunicação ou da grande imprensa. Ao concebermos o presente estudo, deparamos com desafios que julgamos necessário esclarecer. Ao decidir investigar o papel das frações de classe na crise do governo Dilma, seu consequente impeachment e sua atuação na aprovação das reformas neoliberais, percebemos que as declarações, notícias sobre ações ou a cobertura dessas entidades de classe, que representavam determinadas frações do capital, encontravam-se de forma dispersa em diferentes veículos de comunicação, não limitando-se apenas aos canais oficiais dessas entidades. Entre os veículos mais relevantes destacam-se *O Globo*, *G1*, *Valor Econômico*, *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense*, *Exame*, *Veja* e *Estadão*, que possuem ampla circulação digital[[1]](#footnote-0) e são os que mais frequentemente abordam essas entidades de classe.

A articulação entre os aparelhos privados de hegemonia, especificamente a grande imprensa mencionada, e as entidades representativas das frações de classe, pode oferecer alguns indicativos importantes. O primeiro deles é a existência de uma via de mão dupla nesse processo: os veículos de comunicação utilizam essas entidades como representantes de uma autoridade dotada de conhecimento econômico, enquanto os intelectuais orgânicos dessas entidades de classe recorrem aos grandes meios de comunicação — além das próprias mídias empresariais — para fazer repercutir socialmente a visão da burguesia. Essa articulação, em conjunto, frequentemente atua como um mecanismo de pressão política, contribuindo para a formulação de consensos que visam à aprovação de políticas alinhadas aos interesses dessas frações de classe.

A partir da análise das fontes da presente pesquisa, é possível notar uma articulação entre a grande imprensa e outros aparelhos privados de hegemonia, como federações patronais e associações empresariais (CNA, FIESP, FEBRABAN, entre outras). Essas entidades utilizaram os veículos de comunicação para legitimar suas pautas e ampliar a disseminação de agendas como a flexibilização das leis trabalhistas, políticas tributárias favoráveis ao capital e outras reformas econômicas. A colaboração entre esses agentes permitiu enquadrar suas demandas como necessidades técnicas e inevitáveis, limitando o espaço para contestação e ocultando os interesses particulares em jogo.

A condução desta pesquisa reflete as dinâmicas de um período recente da história nacional, que moldou tanto o pensamento político quanto o conhecimento teórico de seus interlocutores. Michel de Certeau (2022), ao explorar a relação entre o passado e o presente na prática historiográfica, destaca que o historiador atua entre dois polos do real: o real conhecido, que representa o objeto de estudo no passado, e o real implicado, que se refere às condições sociais e epistemológicas do presente, no qual a pesquisa é conduzida. Para Certeau (2022, p. 27), “a história não para de encontrar o presente no seu objeto e o passado nas suas práticas”. Isso significa que a análise dos fenômenos históricos não pode ser desvinculada das condições em que a própria investigação ocorre. Há uma constante interação entre o passado estudado e o presente do pesquisador, criando uma tensão dialética que influencia tanto a escolha do objeto de estudo quanto a forma de analisá-lo.

Essa tensão dialética é especialmente evidente na análise da imprensa como fonte histórica. Os periódicos não apenas registram eventos, mas também expressam os interesses e discursos predominantes de sua época, atuando como mediadores das disputas ideológicas e dos projetos de hegemonia das classes dominantes. Nesse sentido, a imprensa não é um instrumento passivo de registro, mas sim um agente ativo na conformação e disseminação de consensos que legitimam determinadas políticas e interesses.

Estudar os aparelhos privados de hegemonia – como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) – exige compreender como essas entidades interagem com a imprensa para moldar narrativas que reforçam seus objetivos. A imprensa, enquanto fonte histórica essencial, revela-se indispensável para entender como esses aparelhos construíram consensos sociais e políticos, especialmente durante períodos de crise e reformas econômicas.

Portanto, a convergência entre os interesses de frações das classes dominantes e os veículos de comunicação evidencia como as narrativas da imprensa são utilizadas para sustentar projetos de hegemonia, enquanto gerenciam tensões internas e disputas entre essas frações. Essas dinâmicas mostram que, mesmo em meio a divergências, há uma capacidade de projetar coesão discursiva que apresenta interesses particulares como soluções universais, mascarando contradições e legitimando reformas que favorecem a manutenção do poder por parte das burguesias.

Avançando para as definições sobre metodologia científica, com base nas contribuições de Córdova e Silveira (2009), a abordagem escolhida foi *qualitativa*, pois se preocupa com aspectos dos vínculos humanos, buscando a compreensão dinâmica das relações sociais no Brasil; além de abranger estudos acerca das relações do local e o global e de relacionar as orientações teóricas aos dados empíricos com relação ao objeto de estudo. Como coloca Fontes (1997), o modelo qualitativo necessita de noções predicativas com significados claramente demarcados, e que estão presentes no referencial teórico. A abordagem qualitativa permite contar com maior número de variáveis, proporcionando a elaboração de hipóteses de múltiplas dimensões, interagindo explicações econômicas e políticas, ou seja, possibilitam explicações multicausais.

Ainda seguindo as definições de Córdova e Silveira (2009), sobre os objetivos, sua classificação é *exploratória*, visto que pretendem proporcionar maior familiaridade com o problema, envolvendo levantamento de dados e bibliografia, além da construção de hipóteses. No que se refere à natureza, a pesquisa é *básica* pelo projeto procurar construir novos conhecimentos sobre o período delimitado e do referencial teórico escolhido, perseguindo interesses mais universais. Quanto aos procedimentos escolhidos, a pesquisa é *bibliográfica*, tendo o objetivo de recolher informações e conhecimentos prévios sobre o problema da investigação; e *documental*, por revisar outras fontes mais diversificadas e dispersas que não passaram por um tratamento analítico.

Quanto às fontes, seguindo as definições de Barros (2012, p. 134), elas devem ser separadas entre posições *direta* (são aquelas que não passam por um intermediário no contato do objeto com o historiador) ou *indireta* (autor ou enunciador do texto chega ao objeto e transmite informações passando por intermediários). Sobre as fontes diretas usadas na pesquisa, para obtermos informações sobre a posição dos setores burgueses em relação à política governamental, pretendemos utilizar as matérias e reportagens da grande imprensa, mas também daremos destaque às publicações das próprias associações empresariais.

Sobre a metodologia, serão utilizados os métodos *hipotético-dedutivo* e a *análise marxista*. Como coloca Fontes (1997), o método hipotético-dedutivo é uma ferramenta conceitual em que as proposições explicativas podem se submeter a teste, e que, de acordo com Gerhardt e Souza (2009), possibilita abordagens interpretativas de fatos e documentos, além do desenvolvimento de hipóteses. Assim, como coloca Netto (2011), o método marxista (dialético) não se trata de um conjunto de modelos e regras que devem ser aplicadas em um objeto recortado para determinada investigação escolhida pelo pesquisador; o importante para a pesquisa sob este método é a estrutura e dinâmica do objeto de estudo, que, em relação à atual pesquisa, seria os interesses de classe no apoio à implementação das reformas neoliberais destacadas. Para Netto (2011) a categoria de totalidade em Marx busca compreender o real articulando pensamento e representação, indo além do concreto aparente para chegar a uma visão mais profunda e fundamentada. Para Marx, partir do concreto inicial sem análise resulta em uma visão confusa, e o método dialético propõe fragmentar o real em abstrações para reconstruí-lo como uma totalidade articulada. Assim, o concreto pensado torna-se o ponto de chegada, revelando relações subjacentes e permitindo uma análise sistemática e coerente da realidade.

A pesquisa também contou com o uso da internet como uma ferramenta central para localizar as fontes. Utilizamos motores de busca, como o Google, com palavras-chave relacionadas aos temas estudados para encontrar matérias, reportagens e publicações relevantes. Além disso, recorremos às ferramentas de busca disponíveis nos portais da grande mídia e nos sites oficiais das confederações, federações e associações empresariais analisadas. Após localizar os materiais, realizamos um fichamento das fontes e organizamos os dados conforme as frações da burguesia de que tratam e suas respectivas datas. Isso nos permitiu organizar cronologicamente as declarações das frações da burguesia e relacioná-las ao contexto histórico e político brasileiro abordado.

Com esse percurso, pudemos trabalhar as hipóteses que balizaram o início do projeto de pesquisa: a hipótese geral sugere que as reformas neoliberais significam uma intensificação da financeirização da economia brasileira puxada pelo capital financeiro internacional, afetando todos os setores sociais. As reformas acabam representando uma convergência no que se refere aos interesses das principais frações burguesas, que prestaram apoio às reformas com o objetivo de recuperar as taxas de lucro que haviam caído devido à crise de 2008, principalmente devido à crise da União Europeia e da queda do crescimento chinês. Já as hipóteses específicas indicam que o período de 2011 a 2016 representou uma crise de hegemonia dentro do "bloco no poder", sem que uma fração fosse claramente hegemônica, havendo diversos momentos de tensão nos interesses das frações da burguesia; e a segunda diz que, com a crise econômica brasileira, a burguesia buscou se movimentar no sentido de conservar o modelo de acumulação de capital, em um processo de contrarreforma, no qual as demandas dos subalternos não são atendidas. A partir de 2016, o posicionamento das diferentes frações de classe estudadas aqui expressa uma convergência de interesses, representando uma frente burguesa contra a classe trabalhadora.

Quanto ao referencial teórico, este estudo se baseia em importantes contribuições de autores como Chesnais, Gramsci e Poulantzas. Chesnais (2002) analisa a acumulação de capital sob três dimensões: o investimento em meios de produção, a expansão das relações mercantis e a acumulação financeira sem novos investimentos. Este último, impulsionado pela liberalização e desregulamentação, caracteriza o regime de acumulação financeirizado, que resulta na precarização do trabalho e na crescente dominação do capital financeiro.

A relação entre classe e Estado é abordada por Poulantzas (2019), que propõe o conceito de *bloco no poder* para descrever a unidade contraditória entre diferentes frações de classe, com uma fração hegemônica polarizando os interesses. Ele também enfatiza que o Estado não é simplesmente um instrumento das classes dominantes, mas um espaço onde se refletem as contradições das frações de classe. Gramsci (2007a), por sua vez, introduz o conceito de *Estado ampliado*, onde a sociedade civil e a sociedade política se interligam, e destaca a importância dos *aparelhos privados de hegemonia (APHs)* na formação do consenso e na manutenção da dominação. Em geral, a burguesia brasileira se organiza em federações, confederações e sindicatos oficiais. Essas associações, que estão presentes na sociedade civil e agrupam esses segmentos empresariais, desempenham um papel fundamental na defesa dos interesses de classe. Portanto, podem ser consideradas como *aparelhos privados de hegemonia* de determinadas frações da classe burguesa. As entidades escolhidas para o presente estudo são: a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Embora seja um recorte, tais associações são os principais representantes do capital das frações da burguesia aqui estudadas.

Essas ideias são fundamentais para a análise das reformas neoliberais no Brasil, especialmente no que se refere à crise do governo Dilma Rousseff e o subsequente golpe de 2016. A interação entre as frações de classe — como a burguesia financeira e industrial — e o papel do Estado na articulação de seus interesses, assim como a relação de hegemonia entre elas, serão explorados para entender os processos que levaram às reformas de austeridade implementadas após o impeachment.

A dissertação está dividida em três capítulos, além de uma consideração final. O primeiro capítulo, intitulado *Estado, Sociedade Civil e Regulação Estatal na Dinâmica da Financeirização*, aborda os conceitos teóricos e a relação entre Estado e capital no contexto da financeirização. O segundo capítulo, *A Formação do Consenso Paralelo à Crise do Governo Dilma Rousseff (2011-2016)*, analisa o desgaste político e econômico que culminou no impeachment de 2016, considerando a disputa entre frações do capital e a construção do consenso em torno de uma mudança na política econômica. Por fim, o terceiro capítulo, *Processos que Correspondem à Mesma Agenda: Do Golpe de 2016 às Reformas de Temer e Bolsonaro (2018-2019)*, explora o apoio das frações burguesas às reformas neoliberais implementadas nos governos pós-impeachment, enfatizando o impacto dessas medidas na consolidação do projeto de financeirização no Brasil.

# 

1

ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E REGULAÇÃO ESTATAL NA DINÂMICA DA FINANCEIRIZAÇÃO.

## 1.1 Entre Estado e Sociedade Civil: Aparelhos Privados de Hegemonia e Frações de Classes

A história política, ao longo do século XX, passou por uma ampla evolução, sendo abordada por diferentes matrizes teórico-metodológicas dentro da historiografia. Esse processo não apenas enriqueceu o campo, mas também contribuiu significativamente para a construção de novas metodologias de pesquisa, permitindo reflexões mais aprofundadas sobre os eventos históricos e levantando novos problemas e questionamentos para a análise historiográfica. Segundo Mendonça e Fontes:

Uma história política envolve definir os contornos do que se chama “política”, envolve identificar formas culturais, midiáticas, linguísticas, ideológicas e representacionais sob as quais os agentes significam suas existências; envolve ainda as inúmeras interações sociais nas quais estão imersos os seres históricos (economia, família, instituições etc.). Todavia, nenhum desses traços pode ser isolado e analisado de forma estanque em si mesmo, como se nada devesse ao conjunto social no qual se afirma, adquire e produz sentido. (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 60-61).

Com isso, as historiadoras querem dizer que os contornos da política não são dados por ela própria, mas sim pelas complexas estruturas de relações sociais que conformam um determinado processo histórico. Assim, é possível definir as formas de poder e sua consolidação quanto aos movimentos sociais. E para as historiadoras, o principal elemento para identificar um determinado momento ou processo histórico é a própria produção/reprodução da vida social, onde todas as dimensões da vida se intercruzam. O Estado, nas sociedades contemporâneas, passa a ser um importante elemento para a análise política, pois:

O papel do Estado, na escala atual de concentração da propriedade, torna-se muito mais crucial do que em qualquer outro período, pois ele deve atuar compondo o conjunto díspar, concorrente e contraditório das diferentes frações do próprio capital − assegurando sua aparência como produto da necessidade de cada um − e como resultado do puro exercício das vontades singulares (expresso, por exemplo, por meio do voto). (MENDONÇA e FONTES, 2012, p.61).

Algumas explicações historiográficas, segundo as autoras, apresentavam o Estado “como a razão única da razão e desrazão humana” (MENDONÇA e FONTES, 2012, p.61- 62). Devido a isso, as autoras veem na obra de Gramsci uma possibilidade de se analisar o Estado e as relações de poder sem a necessidade de eliminar o restante do conjunto das relações sociais. As reflexões gramscianas vão além de certas dicotomias, sendo uma das mais importantes aquelas que se referem às noções de base e superestrutura, por meio de análises com ênfase histórica. Das formulações originais de Gramsci, a noção de “estado ampliado” permitiu identificar a correlação entre as formas de organização das vontades singulares ou coletivas, da ação imediata ou mediada, da própria consciência (na esfera da sociedade civil) — e a instâncias específicas do Estado (sociedade política) (MENDONÇA; FONTES, 2012, p.62).

Para Mendonça (2014), a contribuição de Gramsci à teoria do Estado é baseada na perspectiva marxista, mas ele avança conceitualmente ao superar a dicotomia entre sociedade política (o Estado) e sociedade civil, que foi tratada de forma dicotômica em algumas vertentes marxistas e ainda mais enfatizada pela teoria liberal que separa o "estado de natureza" do "estado (sociedade) civil". Gramsci, ao desenvolver sua teoria do Estado, incorporou as contribuições de Marx e as definições clássicas marxistas, mas também avançou ao ampliar e aprofundar tais conceitos, levando em conta as particularidades do capitalismo ocidental no início do século XX. Ele introduziu o conceito de "Estado integral" ou "Estado ampliado" para explicar a relação dialética entre a sociedade política (Estado no sentido estrito) e a sociedade civil (aparelhos de hegemonia). Essa nova abordagem de Gramsci permitiu uma análise mais abrangente e complexa das estruturas de poder e da dinâmica das relações entre as instituições estatais e as instâncias não estatais na sociedade. A ideia de "Estado integral" enfatiza que o Estado não se limita apenas ao aparato governamental, mas também inclui os diversos aspectos da cultura, da educação, da mídia e de outras instituições que influenciam as ideias e valores da sociedade. Dessa forma, Gramsci trouxe uma contribuição importante para a teoria do Estado ao romper com as visões simplistas de dicotomia entre Estado e sociedade civil, oferecendo uma análise mais sofisticada e integrada das dinâmicas de poder na sociedade capitalista.

Como dito anteriormente, suas contribuições superam a dualidade das análises que contrapõem a base à superestrutura, colocando a sociedade civil e a sociedade política em uma só totalidade, em interação contínua no campo que ele reconhece como a superestrutura. As autoras defendem que:

O conceito de Estado ampliado transborda as fronteiras institucionais do Estado tal como dicionarizado no senso comum (Estado restrito), identificando as formas pelas quais integra a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos. Porém, dialeticamente, o Estado ampliado resulta, exatamente, das distintas formas de organização e conflito da vida social, constituindo uma relação social entre forças desiguais segundo Poulantzas. (MENDONÇA; FONTES, 2012, p.63).

Contudo, conforme destacado pelas autoras, embora o poder estatal expresse uma dominação de classe, sua realização não pode se dar unicamente de forma coercitiva. Nesse sentido, é fundamental considerar o conceito de aparelhos privados de hegemonia (APHs), que, segundo a obra de Gramsci, representa a forma predominante da sociedade civil e desempenha um papel crucial na formação das consciências, culminando na organização do Estado (sociedade política) (Mendonça e Fontes, 2012, p. 63).

É no Caderno 13, segundo Liguori (2017), que o aparelho hegemônico aparece como fundamental para o exercício de estabelecimento da hegemonia, juntando esta com outro conceito que estava em vias de formação, o de “Estado integral” (ampliado), oferecendo uma base material à concepção de hegemonia, afastando-a das concepções culturalistas, idealistas ou liberais. Gramsci coloca:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007, p.95).

Na sequência, Gramsci (2007, p. 95-96) defende que “no período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório”. Dessa forma, a hegemonia aparece como uma forma específica de dominação, que combina o consentimento e a coerção. Essa análise é original e importante na compreensão da expansão da sociedade civil a partir do final do século XIX, sendo esta totalmente interligada ao Estado integral, com a expansão de ambos, incluindo tanto aparelhos ideológicos quanto os repressivos.

Entretanto, até aqui, a articulação entre os conceitos de Estado integral, aparelhos de hegemonia e hegemonia ainda não estavam plenamente operantes. Como observa Liguori (2017), o aceno de maior maturidade do conceito de “aparelho hegemônico” aparecerá no Caderno 10, quando ele é articulado com o conceito de ideologia. Fazendo alusão a proposições contidas na introdução à “Crítica da economia política” de Marx, Gramsci afirma:

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo, termina- se por introduzir também essa concepção, ou seja, determina-se uma completa reforma filosófica. (GRAMSCI, 1999, p.320).

Com isso, Liguori (2017) defende que a luta entre diferentes hegemonias estaria aberta, porém, o papel que assume o Estado na passagem das primeiras décadas do século XX está delineado em toda a sua centralidade. A sociedade civil, que media as relações de produção e a organização do Estado, é um conjunto de organismos chamados de privados. Estes organismos são a materialidade dos processos de conformação da hegemonia, organizando e transmitindo ideologias.

Portanto, o Estado ampliado contempla a dimensão do consenso, através da ação das vontades coletivas que são organizadas nos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. A atuação do Estado restrito tende a promover a visão-projeto da fração de classe hegemônica, que também está organizada nos seus APHs. Dentro desse aspecto, passa a ser possível articular as ideias de Gramsci junto aos procedimentos analíticos formulados por Poulantzas, principalmente aqueles que se referem às frações de classe (MENDONÇA; FONTES, 2012, p.63).

Poulantzas (2019, p.46) defende que o Estado é uma estrutura que garante a coesão das sociedades de classes e das práticas de uma determinada formação social. O Estado "é também a estrutura na qual se condensam as contradições dos diversos níveis de uma formação". Ele é, portanto, o lugar onde se reflete o índice de dominância e sobredeterminação que caracteriza uma formação, um de seus estágios ou fases. Assim, é onde se permite a dominação pela classe burguesa e o domínio do modo de produção capitalista sobre os modos de produção dominados, estabelecendo arranjos específicos de classes e frações de classe de cada formação.

No que tange à relação do Estado capitalista e as classes dominadas, Poulantzas (2019, p.193) ainda coloca que o Estado capitalista, com direção hegemônica de classe, não representa diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas sim seus interesses políticos. Por isso, para esse autor, o Estado pode comportar em suas estruturas uma determinada garantia de interesses de algumas classes dominadas. Essa questão se deve à constituição das classes dominantes em relação ao próprio Estado, como representação da vontade geral do povo, sendo essa noção ideológica um substrato real, pois o Estado permite em suas estruturas a garantia de interesses econômicos das classes dominadas, por mais que contrariem os interesses de curto prazo das classes dominantes. Entretanto, Poulantzas (2019, p.144) é claro ao sustentar que essa garantia não pode ser concebida como um limitador do poder político das classes dominantes. Segundo o autor, o Estado capitalista possui uma dupla característica:

Por um lado, sua autonomia em relação ao econômico implica a possibilidade, segundo a relação concreta das forças, de uma política "social", de sacrifícios econômicos em benefício de certas classes dominadas; por outro lado, às vezes, cerceia o poder econômico das classes dominantes, sem jamais ameaçar seu poder político. (POULANTZAS, 2019, p.196).

A partir das obras históricas de Marx ("As lutas de classe na França" e "18 do Brumário de Luís Bonaparte"), Poulantzas (2019) busca avançar a noção de hegemonia de Gramsci, ao colocar o processo de hegemonia dentro das classes dominantes, apontando que existem conflitos permanentes entre diferentes frações de classe no interior das classes dominantes. É aqui que surge o conceito de "bloco no poder", que visa explicar a unidade contraditória existente entre as frações dominantes dentro de uma determinada formação social, com a hegemonia de uma dessas frações de classe. A fração hegemônica consegue polarizar os diferentes interesses conflitantes no interior das classes dominantes em interesses políticos e, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representa o interesse geral comum das classes ou frações do "bloco no poder", que corresponde à exploração econômica e à dominação política (POULANTZAS, 2019, p. 240-246).

Virginia Fontes faz os primeiros apontamentos de grande relevância sobre as frações de classe. Primeiramente, mesmo que haja distinções entre os capitais investidos em setores específicos e seus interesses particulares, as frações de classe são elos do movimento capitalista como um todo. As frações do capital representam as formas funcionais do processo D—M—D’. Isso significa que são vários proprietários capitalistas com interesses diversos, o que pode gerar várias tensões entre eles, embora sejam unificados pela exigência comum da valorização do valor, que é uma exigência do conjunto da propriedade do capital, tomado como forma social (FONTES, 2019, p.259-260). Com isso, todas as formas funcionais do capital integram o mesmo ciclo de produção e reprodução ampliada. As tensões entre as frações ocorrem assim como em partes do circuito do capital. A identificação das tensões entre as parcelas autonomizadas deve ser feita destacando que são metamorfoses do processo de extração de valor (realização do processo de trabalho) e dele são completamente dependentes (FONTES, 2019, p. 261).

Essa unidade do capital da ordem capitalista (valorização do valor) é uma condição importante para compreender a atuação dos diferentes segmentos das classes dominantes, contudo, é necessário identificar e analisar as diferenças de organização das frações e setores da classe burguesa, a forma como constroem seus quadros, constroem objetivos comuns e atuam politicamente (FONTES, 2019, p. 268). A noção de hegemonia possibilita compreender o predomínio econômico das determinadas frações de classe ou de segmentos capitalistas (FONTES, 2019, p. 269).

Com isso, a análise de Poulantzas da década de 1970 acrescentou elementos importantes ao estudo das frações de classe. Fontes (2019) relembra que o autor grego destaca que as classes dominantes não são fixas, dependendo de elementos conjunturais, além disso, também enfatizou o processo de internacionalização de capitais característicos do imperialismo do pós-Segunda Guerra Mundial. Poulantzas pôde identificar a maneira pela qual os capitais estrangeiros atuam no interior de outras formações sociais. A partir dessa abordagem, pode-se levar adiante o aporte teórico de Poulantzas e Gramsci, principalmente no que tange as noções de Estado ampliado, bloco no poder e frações de classe, e esmiuçar como as frações de classe aderem aos interesses de capitais estrangeiros (FONTES, 2019, p. 271).

Contudo, Poulantzas não analisa os APHs e sua presença no Estado capitalista dos países centrais. Fontes (2019) destaca que a multiplicação desses aparelhos cresce a partir da década de 1990, sendo importante tratar a organicidade da luta de classes e a consciência das frações de classe nesses processos. Embora não apareçam como partidos políticos, os APHs vêm crescendo e cumprindo papel importante na aglutinação e disseminação dos seus interesses predominantes.

É importante destacar que a presente pesquisa apresenta certas limitações, pois é complexo dar conta de todas as frações de classe e de setores diferentes da burguesia. Outro importante adendo é que empresários individuais e entidades de classe (que são mais importantes aqui enquanto APHs no presente estudo) são capazes de influenciar na formação de políticas estatais, mas não é capaz de determiná-las. A burguesia exerce influência tópica sobre políticas particulares. Outras questões importantes a serem destacadas são que a presente pesquisa dá menos enfoque ao Estado restrito, às questões referentes ao “aparelho de estado”, “poder de estado”. Como destacado, daremos mais atenção às organizações da sociedade civil na análise do Estado ampliado, embora em muitos momentos a articulação dos aparelhos junto a determinados ramos da organização estatal se faça presente.

Cruz (2019, p. 315-316) destaca que há uma complexidade da organização estatal, com múltiplos ramos, burocracias e agências, ou seja, a coerência das políticas se torna imperfeita em um sistema como esse. As multiplicidades de capitais, mais ou menos independentes uns dos outros, que se enfrentam no mercado como concorrentes, demonstram que a burguesia é atravessada por contradições e se divide em frações e segmentos que se articulam de maneira complexa. A análise de Poulantzas é importante, pois, embora não ignore as questões jurídicas e o enquadramento das relações internas do aparelho de estado, o autor não se equivoca ao buscar respostas sobre a dominação social nas estruturas do Estado.

Poulantzas enfatiza que as respostas para compreender a dominação social estão nas relações de força e na análise das diferentes frações de classe que compõem o bloco no poder e exercem influência sobre a estrutura do Estado. A unidade interna da estrutura do aparelho de estado pode refletir a preponderância das frações hegemônicas no funcionamento das burocracias estatais, que gozam de uma independência relativa, bem como dos interesses da fração hegemônica no bloco no poder. A longo prazo, o aparelho de estado tende a ser o local onde os interesses das frações hegemônicas se manifestam e onde ocorrem as mudanças na hegemonia.

As multiplicidades de capitais, mais ou menos independentes uns dos outros, que se enfrentam no mercado como concorrentes, demonstram que a burguesia é atravessada por contradições e se divide em frações e segmentos que se articulam de maneira complexa. Essas clivagens possuem expressões institucionais chamadas de entidades de classe (que são APHs), que promovem os interesses empresariais de diferentes especificidades. Assim, no Brasil, há uma gama de estruturas oficiais de sindicatos, federações e confederações (CRUZ, 2019, p. 306-307). Cruz (2019) propõe que para pensar os problemas do fracionamento da burguesia, é necessário que se tente entender como essas frações se estabelecem e os espaços dentro dos quais esses elementos contrapostos se reconhecem como compartilhados. A clivagem dos interesses é, como destaca Fontes (2019), contingente, conjuntural e varia de acordo com as questões consideradas, e as organizações de classe dessas frações e os empresários individuais informam seus interesses de forma prospectiva, pelas expectativas que guiam o cálculo de interesses considerados.

Sendo assim, dos APHs que serão analisados, cabe fazer algumas definições. A burguesia brasileira se organiza em federações, confederações e sindicatos oficiais. Essas associações, que estão presentes na sociedade civil e agrupam esses segmentos empresariais, desempenham um papel fundamental na defesa dos seus interesses. Portanto, podem ser consideradas como "aparelhos privados de hegemonia" de determinadas frações da classe burguesa. As entidades escolhidas para o presente estudo foram: a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Alguns pesquisadores que trabalham com arcabouço teórico de Poulantzas produziram nas últimas três décadas diversos estudos sobre as frações de classe, abordando desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até o de Jair Bolsonaro. Martucelli (2018) e Boito (2018), defendem que o capitalismo contemporâneo possui novos tipos de fracionamento de classes, que pode acabar por entrecruzar e combinar quatro variáveis: escala ou porte do capital (grande, médio e pequeno); função do capital (industrial, comercial, agrário, bancário e financeiro); e na posição e que ocupam no sistema capitalista internacional (burguesia nacional, interna e associada).

Seguindo, por exemplo, as análises de Boito (1999; 2018; 2020), é possível fazer a seguinte esquematização sobre o bloco no poder e as frações de classe hegemônicas:

1. Governo FHC: hegemonia da burguesia associada.
2. Governos Lula e Dilma: Hegemonia da burguesia interna.
3. Governo Temer e Bolsonaro: Hegemonia da burguesia associada.

Boito (2018; 2019) destaca que a burguesia interna ganhou relevância no bloco no poder durante os governos do Partido dos Trabalhadores, e estava presente nos setores industrial (indústria têxtil, indústria de construção civil, construção pesada); no setor bancário (Itaú e Bradesco); e no setor agropecuário (Brasil Foods e JBS). Além das empresas específicas, existem as entidades de classe, como a Fiesp, Febraban, CNA, CNI e Abag, que são, para o autor, a ponta de lança da grande burguesia interna.

Embora não veja essa esquematização como equivocada em geral, ela não leva em consideração a própria conjuntura histórica e como as noções em Poulantzas (Burguesia compradora — associada — e interna) possuem um caráter conjuntural. Outros problemas nas análises de Boito se encontram na definição das federações e confederações da burguesia como estáticas e simples representantes da (grande) burguesia interna, e não as enxerga enquanto APHs (aparelhos privados de hegemonia) das frações burguesas, fundamentais na construção e na conformação do consenso na sociedade civil. Para prosseguir nas discordâncias, é necessário trazer a própria visão de Poulantzas sobre as frações da burguesia, principalmente no que tange as burguesias nacional, interna e associada.

Quanto a primeira, a burguesia nacional, em seu texto *“A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, e Espanha”*, Poulantzas defende que essa fração é realmente autônoma frente ao capital estrangeiro e que poderia tomar frente na luta anti-imperialista e pela independência nacional efetiva. Fontes (2009, p. 71) parte da ideia de que com a internacionalização da economia brasileira, não há mais espaço da constituição do que foram as antigas burguesias nacionais, com posições anti-imperialistas e com base de acumulação própria na economia nacional. Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas e o advento do neoliberalismo, Boito (2018; 2019) e Martuscelli (2018) também rechaçam que exista uma burguesia nacional no Brasil, uma burguesia que pode encabeçar uma luta anti-imperialista contra o capital estrangeiro. Para estes autores, a burguesia nacional dá lugar a uma burguesia interna, o que consideramos como acertado.

Sobre a burguesia interna, Poulantzas (1976, p.36-37) apresenta como uma fração dependente do capital estrangeiro, mas que possui contradições em relação a este. Destaca que a mesma se concentra principalmente no setor industrial (embora não esteja presente apenas nele), e que se interessa pela intervenção estatal que lhe asseguraria domínios dentro do país de origem, além de possibilitar mais competitividade frente ao capital estrangeiro. Desta forma, busca também com que o mercado interno seja desenvolvido e apreciado a partir da elevação do poder de compra das massas.

O desenvolvimento da burguesia interna coincide com a internacionalização dos processos de trabalho e do capital, bem como com a reprodução induzida das relações capitalistas dominantes dentro de uma determinada formação social. No entanto, apesar de sua existência gerar contradições com o capital estrangeiro, essa burguesia interna permanece dependente desses mesmos processos de internacionalização do capital, sob a égide do capital estrangeiro. Essa relação de oposição/dependência resulta em fragilidades para essa fração burguesa, pois enfrenta contradições com o capital estrangeiro e com burguesia associada. Devido a essas questões, ela não consegue exercer hegemonia política sobre as demais frações da burguesia e das classes dominantes presentes no bloco no poder por um longo período de tempo (POULANTZAS, 1976, p. 37).

Quanto à burguesia associada, Poulantzas (1976, p.36) defende que muitas vezes é designada de “oligarquia”, e destaca que essa fração está completamente subordinada ao capital estrangeiro, sendo incumbida de funcionar como intermediária da implementação do capital estrangeiro no país. Possui caráter especulativo em suas atividades, e concentra-se nos setores financeiros, bancários e comerciais, embora também possa operar no setor industrial. Tal fração é o verdadeiro suporte e agente do capital imperialista.

Para Poulantzas (1976, p.38), a diferença entre as duas burguesias, internas e associadas, decorre da nova estrutura de dependência, não funcionando enquanto uma distinção estatística e empírica, muito menos rigidamente estabelecida e fixada de uma vez por todas, tratando-se de uma “diferenciação *tendencial*, cuja *configuração concreta* depende, em certa medida, da *conjuntura*” (POULANTZAS, 1976, p.38, grifo do autor). Em outro texto, *“Classes sociais no capitalismo hoje*”, Poulantzas (1978, p. 80), faz as mesmas observações ao defender que a distinção entre as burguesias não corresponde diretamente a questões de escala, de funções ou territórios. A diferenciação entre as duas frações da burguesia está enraizada nos contextos históricos.

Com essa explanação, nossa principal discordância com as análises de Boito é quanto à caracterização das entidades de classe da burguesia como representantes da grande burguesia interna. Poulantzas (1978, p. 80) destaca o caráter conjuntural da burguesia interna, que é internalizada e não se fecha em um espaço nacional. Por isso, sustento que é necessário analisar melhor a própria estrutura de representação desses APHs.

Para exemplificar, a Febraban é tratada como representante da burguesia interna do capital bancário-financeiro; contudo, precisamos levar em consideração a abertura econômica do setor financeiro nos anos 1990. Brandão (2019), ao analisar a privatização dos bancos estaduais no governo FHC, destaca que teve consequências duradouras para o sistema financeiro nacional, como a desnacionalização e internacionalização do sistema financeiro[[2]](#footnote-1), e a centralização e concentração do sistema financeiro devido ao controle de poucas instituições, mais especificamente Itaú, Bradesco e Santander. Por causa desse processo, Silva (2021) não encerra o debate sobre as frações de classe, mas defende que essa fração da burguesia bancário-financeira deveria ser classificada como burguesia associada, já que em sua pesquisa, foi difícil encontrar fontes que demonstram confrontos, em algum momento específico, à entrada de capital estrangeiro no país. Na verdade, para sustentar sua tese, cita uma passagem da Febraban, na época presidida por Murilo Portugal (ex-diretor adjunto do FMI, ex-secretário do Tesouro Nacional no governo FHC e ex-secretário do Ministério da Fazenda no governo Lula), em que defende a abertura e integração internacional da economia brasileira para fomentar a competição dos mercados internos (SILVA, 2021, p. 31).

Berringer e Nascimento (2023, p. 65) também destacam esse processo com a entidade de classe da fração da burguesia industrial, a Fiesp, que representa a burguesia industrial da principal metrópole brasileira, São Paulo. O texto das autoras enfatiza que a Fiesp, sob a direção de Paulo Skaf, foi aderindo às demandas da burguesia associada. Embora a Fiesp tenha sido um dos principais apoiadores dos governos Lula e Dilma, e por mais que tenha sido reconhecida como representante da grande burguesia interna, ela acabou reorientando sua postura em relação ao acordo Mercosul-EU, por exemplo. Até 2010 a entidade se opunha ao acordo, mas passou a apoiá-lo com o decorrer da crise nacional.

Aqui, o que gostaria de destacar é que, se levarmos em consideração que a maior parte dessas federações, confederações ou associações estavam representando os interesses da burguesia interna, é importante destacar que essas entidades vão aderindo aos interesses da burguesia associada, vão se associando ao capital estrangeiro. Os casos da Fiesp, Abag e CNA são mais eloquentes desse processo. A Febraban, desde a abertura dos anos 1990, pode ser considerada como representante da burguesia associada, conforme sustenta Silva (2021). Como visto na explicação da burguesia interna para Poulantzas (1976), ele destaca que ela deseja um mercado interno desenvolvido e apreciado a partir da elevação do poder de compra das massas trabalhadoras; e esse fenômeno pôde ser observado no Brasil durante os governos do Partido dos Trabalhadores, com a valorização do salário mínimo e políticas sociais como o “Bolsa Família”. Todavia, no período da crise, a maior parte das frações de classe, independentemente de suas funções, porte e relacionamento com o capital estrangeiro, decidiram por apoiar o empobrecimento e aumento da exploração da força de trabalho durante os governos Temer e Bolsonaro, o que veremos ainda nesta pesquisa.

A parcela mais significativa da burguesia interna, e aqui temos concordância total com Boito (2019, p. 287), são as grandes construtoras nacionais que monopolizavam o mercado interno, tendo forte proteção estatal por meio de protecionismo comercial, crédito subsidiado e reserva de mercado. Esse setor da grande burguesia interna nativa era dependente do capital estrangeiro no plano tecnológico e financeiro[[3]](#footnote-2), mas tinha fissuras e conflitos com esses capitais, o que pode ser visto na ação política da Operação Lava Jato, que foi auxiliada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

Voltando às discordâncias que apresento com as análises de Boito sobre o fracionamento da burguesia, diz respeito à esquematização que coloca as entidades de classe enquanto representantes da burguesia interna do capital de grande porte. Fontes (2016) destaca que essas associações normalmente representam os interesses dos segmentos do capital de pequeno e principalmente de médio porte (turma do milhão), e que a grande burguesia está sub-representada nessas entidades. Uma hipótese para essa questão é que os empresários do grande capital possuem mais facilidades para se posicionar e influenciar junto aos representantes do Estado restrito, e do aparelho de estado. Os empresários das capitais de grande porte não necessitam necessariamente dessas federações, tendo em vista que normalmente possuem acesso facilitado à estrutura política, tanto em relação aos partidos quanto aos políticos. Um exemplo, embora não se esgote aqui, eram os financiamentos de campanha de empresas brasileiras (que passou a ser proibido a partir de 2015) e de pessoas físicas. Esses financiamentos possuem muitas vezes a finalidade do lobby empresarial, a fim de garantir seus interesses mais imediatos.

Retornando aos APHs, às entidades de classe, apenas a Febraban e a Abag podem ser consideradas como representantes "absolutas" do capital de grande porte, principalmente por terem em suas estruturas diversas grandes empresas de capital privado. Conforme o trabalho de Silva (2021), a diretoria da federação é revezada entre representantes dos principais bancos privados nacionais, como o Itaú Unibanco e Bradesco, e do grupo espanhol Santander. Estes são bancos múltiplos com carteira comercial, que com base no BC (Resolução CMN 2.099, de 1994)[[4]](#footnote-3), deve ser constituído de duas carteiras, comercial ou de investimento, sendo obrigatório ter uma delas, e ser organizada sob forma de sociedade anônima. Já a Abag, como destaca Mendonça (2019), é caracterizada por ser mais uma junção de grandes empresas do que uma entidade patronal propriamente dita. A entidade conta com empresas de capital de grande porte, além de ter presença maciça do capital financeiro. As outras entidades que são privilegiadas na presente pesquisa representam os capitais de médio porte principalmente, como pode ser visto nas pesquisas de Perrin (2020) e Braga (2016) em relação à Fiesp.

O mesmo pode ser dito sobre a burguesia agrária organizada na CNA. Leal (2002, p. 87), defende que a confederação abrange um leque amplo de representação entre pequena, média e grande burguesia agrária. O perfil dos associados, segundo o autor, é basicamente de produtores diretos e empresários rurais, podendo ter ou não terras improdutivas (LEAL, 2002, p. 132). Um exemplo de auxílio à pequena e média burguesia sãp as articulações feitas entre a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) e a CNA para viabilizar o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, que visa “priorizar recursos para finalidades de investimento aos pequenos e médios produtores”[[5]](#footnote-4).

Kanaan (2022) é mais crítico aos trabalhos de Boito e problematiza as interpretações sobre as relações de classe nos governos petistas, especialmente em setores como construção civil e agronegócio, revelando dinâmicas de subordinação e internacionalização que desafiam noções “simplistas” sobre a atuação da burguesia interna brasileira. No caso da construção civil, o autor observa que as grandes empreiteiras, longe de adotar uma postura confrontadora frente ao capital estrangeiro, mostraram uma atitude subalterna. Um exemplo marcante foi a adoção da agenda anticorrupção liderada por organismos internacionais como o Pacto Global da ONU, em parceria com empresas como Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. Essas empresas buscaram ativamente se alinhar a normas de compliance internacionais, chegando até mesmo a abrir capital em bolsas estrangeiras e se submeter à legislação estadunidense, como a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). Além disso, durante os primeiros anos da Operação Lava Jato, elas recorreram à Embaixada dos Estados Unidos para obter apoio legal, evidenciando sua dependência do capital-imperialismo.

O agronegócio, por sua vez, apresenta tensões internas que refletem diferenças de escala entre os pequenos e médios produtores e os grandes conglomerados. Segundo Kanaan (2022), o apoio governamental aos grandes frigoríficos, como a JBS, durante a crise de 2009 gerou insatisfação entre os pequenos e médios produtores, representados pela Abrafrigo. No entanto, a atuação da JBS, que transferiu sua sede para os Estados Unidos, questiona sua classificação como parte da grande burguesia interna voltada à proteção do mercado nacional. Baseado em outros estudos, o autor defende que grande parte do agronegócio é muito mais integrado ao capital internacional do que os pequenos e médios produtores, contrariando a ideia de que os grandes seriam defensores do mercado interno.

A análise de Kanaan (2022) conclui que tanto no setor da construção civil quanto no agronegócio, as dinâmicas de escala revelam contradições que impedem uma visão homogênea da burguesia interna brasileira. No caso da construção civil, as grandes empresas aceitaram a submissão ao capital internacional, enquanto no agronegócio os pequenos e médios demonstraram maior resistência. Essas divergências apontam para a necessidade de revisitar o conceito de burguesia interna e de considerar as diferenças internas às frações de classe para entender as relações de poder nos governos petistas.

As questões apresentadas evidenciam a dificuldade e complexidade do estudo e definição das frações de classe. Nesse sentido, mobilizamos mais as diferenças entre as funções do capital (industrial, agrário, bancário, comercial e financeiro) no estudo desses APHs das frações de classe, do que a forma pelas quais essas frações se comportam frente ao capital estrangeiro. Para entender as mudanças na composição do bloco no poder, na relação de hegemonia e na relação entre as burguesias internas e associadas, é necessário estudar as políticas externas, e essa dimensão não estava esclarecida no início da pesquisa. Infelizmente, analisar as políticas externas não está entre os objetos. Contudo, buscamos despender um esforço para tentar demonstrar que a maior parte da burguesia brasileira, principalmente essas frações que estudaremos a partir da seleção de algumas entidades de representação de classe - que funcionam como aparelhos privados de hegemonia -, foi se associando ao capital internacional no processo que vai da crise do governo Dilma até o governo de Jair Bolsonaro. Com isso, no próximo tópico, buscaremos entender qual é a dinâmica atual do capitalismo e como o Brasil se insere nesse processo.

# 1.2 Financeirização e dinâmica da economia brasileira

O capitalismo passou por mudanças estruturais mais específicas desde 1974, com o primeiro choque do petróleo. Segundo Luiz Gonzaga Belluzzo (2016, p.104), essas transformações ocorrem devido à convergência da fragmentação espacial, da centralização do capital produtivo e da centralização do controle financeiro. Há uma alteração essencial nas relações de poder entre os países, com abordagens simultâneas e complementares para a reestruturação da produção, reconstituição dos mecanismos de controle do trabalho - que, como coloca Harvey (2016), torna-se "flexível" -, maior integração das cadeias produtivas e construção de novos hábitos e padrões de consumo, entre outros aspectos.

O colapso do que ficou conhecido como "compromisso keynesiano" (DUMÉNIL e LEWY; 2010, p. 208-215), na esteira dos acontecimentos que ocasionaram a queda do crescimento mundial no final dos anos 60, além da implosão do sistema de Bretton Woods, fez com que diversas ideias liberais - difusas em uma gama de pensadores, é verdade - se tornassem um novo compromisso, reativo ao “Estado intervencionista” e ao “Estado de bem- estar social”, surgindo assim o que muitos autores, das mais variadas correntes teóricas — mais ou menos críticas —, chamaram de "neoliberalismo" (ANDERSON, 1995; DARDOT e LAVAL, 2016, p. 35-185). No entanto, como demonstraram Dardot e Laval (2016), não houve exatamente um projeto consciente de transição do modelo de regulação fordista para outro modelo que precisaria ser formulado intelectualmente antes de ser colocado em prática de forma planejada. Tampouco foi obra do acaso. O neoliberalismo é a congregação de um projeto político de classe somado a uma dinâmica endógena de regulação. A instauração da norma mundial da concorrência, do neoliberalismo, se deu pela conexão das ideias monetaristas com as transformações econômicas internas de um sistema capitalista em crise.

Acerca das transformações endógenas do sistema capitalista, de acordo com os autores, ao final dos anos 1960, o paradigma de crescimento no estilo fordista encarou desafios internos. Empresas passaram por uma significativa diminuição em suas margens de lucro. A redução na lucratividade foi associada à desaceleração dos ganhos de eficiência, mudanças sociais e a assertividade dos trabalhadores, características dos eventos ocorridos em "1968". Além disso, a inflação alta, agravada pelas crises do petróleo em 1973 e 1979, também contribuíram para essa queda. Nesse contexto, a estagflação sugeriu que a abordagem keynesiana de equilíbrio entre inflação e recessão estava perdendo sua eficácia. A coexistência de dois fenômenos aparentemente opostos - inflação elevada e altas taxas de desemprego - gerou incertezas sobre a eficácia das políticas econômicas, inclusive o papel do gasto público em estimular a demanda, atividade econômica e emprego. No novo cenário, a desregulamentação do sistema internacional, originada após a Segunda Guerra Mundial, também contribuiu para o surgimento das crises. A partir de 1973, a adoção da flutuação das moedas ampliou a influência dos mercados nas decisões das políticas econômicas. Além disso, a crescente abertura das economias minou as bases do modelo autocentrado de "produção-renda-demanda" (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 195-196).

Já sobre as ideias monetaristas, os autores sustentam que, a nova política monetarista buscou abordar os principais desafios, incluindo a estagflação e a influência dos sindicatos. Isso envolveu a interrupção da indexação salarial aos preços, transferindo os impactos das crises do petróleo para o poder de compra dos trabalhadores, em benefício das empresas. A mudança na orientação da política econômica concentrou-se em conter a inflação acelerada e restaurar os lucros no final dos anos 1970. Por meio do aumento significativo das taxas de juros, juntamente com uma recessão e aumento do desemprego, foram implementadas várias medidas para enfraquecer os sindicatos, reduzir os gastos sociais e os impostos, e promover a desregulamentação. Mesmo governos de tendência política de esquerda adotaram essa abordagem monetarista nos primeiros anos da década de 1980, como o da França (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 196).

Dito isso, é importante destacar que o Brasil nunca teve um Estado de bem-estar social ou um “compromisso keynesiano” minimamente parecido com o que existiu nos países centrais do capitalismo, mas todo esse processo mencionado acabou por desmantelar as alternativas desenvolvimentistas adotadas nos países periféricos devido às crises da dívida dos anos 1980 e 1990. Dardot e Laval (2016, p.196-197) destacam que o aumento das taxas de juros resultou na crise da dívida de nações latino-americanas. Isso proporcionou ao FMI a oportunidade de impor planos de ajuste estrutural como contrapartida para renegociar os termos de pagamento. Tais planos pressupõem mudanças profundas. O aumento significativo das taxas de juros nos Estados Unidos em 1979, dobrando seus valores, teve implicações tanto internas quanto externas, restabelecendo em certo grau o poder dos credores sobre os devedores. Isso resultou na demanda por uma compensação mais substancial e na imposição de condições políticas e sociais desfavoráveis aos devedores. A disciplina fiscal e monetária emergiu como a nova norma para estratégias antiinflacionárias em países da OCDE e em nações do hemisfério Sul, dependentes do crédito do Banco Mundial e do apoio do FMI.

Gradualmente, uma nova orientação começou a se manifestar nos sistemas e mecanismos econômicos, levando a mudanças significativas nas "regras do jogo" entre diversas formas de capitalismo nacional e também entre as classes sociais dentro de cada contexto nacional. Entre as medidas mais notáveis estavam a extensa onda de privatizações de empresas estatais (frequentemente vendidas a preços muito baixos) e o amplo movimento de desregulamentação econômica. A premissa subjacente a essa abordagem era que conceder maior autonomia aos agentes privados, que geralmente se mostrava mais eficaz do que intervenções diretas do governo ou regulamentações públicas (na visão monetarista).

Enquanto a estrutura econômica keynesiana e fordista se baseava na ideia de que a competição entre empresas e entre economias capitalistas deveria ser coordenada por regras fixas abrangendo taxas de câmbio, políticas comerciais e distribuição de renda, a nova norma neoliberal que emergiu no final dos anos 1980 elevou a competição como a regra universal e suprema de governança (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 198).

Analisando este processo, inspirado pelas exposições teóricas da escola da regulação francesa, articulando uma base teórica marxista e keynesiana, François Chesnais vai destacar a hegemonia da finança, que possibilitou a constituição de um capitalismo sustentado por um "regime de acumulação com dominância na valorização financeira".

Este autor, em *"A mundialização do capital",* publicado no Brasil em 1996, analisa a mundialização dando ênfase ao processo de internacionalização do capital produtivo, e como, a partir disso, se organizariam e operariam as multinacionais. O capital industrial possui aqui um peso maior na interpretação do movimento do capitalismo contemporâneo para o autor, mas as bases que caracterizaram seus trabalhos posteriores já estavam lá, com a análise das altas taxas de juros adotadas pelo Federal Reserve na definição dos investimentos e na financeirização das empresas. Com isso, o autor já enxerga a esfera financeira como representante do movimento de mundialização da economia (CHESNAIS, 1996, p. 11).

Em “*Nota para uma caracterização do capitalismo do fim do século XX”*, o autor destina uma considerável porção do artigo a apresentar de que maneira o processo de internacionalização das empresas estava se desdobrando: principalmente entre nações desenvolvidas (ou avançadas) através de fusões e aquisições, enfatizando, agora em escala global, a centralização e a concentração da produção e da comercialização. Esse processo foi possível pois:

O termo "mundialização do capital" expressa, certamente, na falta de um termo melhor, o fato de que estamos em um contexto novo de liberdade quase total do capital para despregar-se e valorizar-se sem ter que continuar sofrendo as travas e limitações que tinha sido forçado a aceitar, particularmente na Europa, depois de 1945. Esse capitalismo "liberado" das travas que o entorpeciam durante 40 a 50 anos não é de nenhuma maneira um capitalismo "renovado". (CHESNAIS, 1999, p.25).

Mais adiante ele complementa:

É no domínio da moeda e das finanças, por um lado, e do emprego e das condições contratuais do trabalho, por outro, que as políticas de liberalização e desregulamentação têm sido levadas mais longe e da maneira mais homogênea de um país capitalista a outro. As prioridades ditadas pelo capital são as do capital implicado na extração da mais-valia na produção de mercadoria e de serviços, mas sobretudo de uma maneira ainda mais forte, desde uns quinze anos, as de um capital extremamente centralizado que conserva a forma dinheiro e que pretende frutificar como tal no próprio interior da esfera financeira. O poder, ou a existência mesma desse capital financeiro, é defendido pelas instituições financeiras internacionais e os Estados mais poderosos do globo, a todo custo. Os 55 bilhões de dólares adiantados no começo do ano por instituições que agem como "emprestadores em último recurso" para evitar que uma falência do Estado mexicano ponha em marcha um processo em cadeia de desvalorização da confiança no plano mundial o têm recordado mais uma vez. Não se pode assegurar que essas instituições mantenham tal resultado indefinidamente. Pois as operações do capital financeiro incluem um componente cada vez mais importante de capital fictício, cuja dimensão anuncia, cedo ou tarde, o desencadeamento de uma grande crise. O reaparecimento, em primeiro plano, do capital de renda foi acompanhado com o retorno da exploração sob as formas mais abertas. (CHESNAIS, 1999, p. 28).

Posteriormente, em outro trabalho, o autor argumenta que o capitalismo contemporâneo apresenta uma configuração específica, na qual o capital portador de juros ocupa uma posição central nas relações econômicas e sociais. Ao lado dos grupos industriais transnacionais, que organizam a produção e exercem dominação política e social sobre os assalariados, existem instituições financeiras, especialmente as não bancárias, que desfrutam de características distintas. Esse tipo de capital busca gerar lucro sem sair da esfera financeira, por meio de juros de empréstimos, dividendos, pagamentos relacionados à posse de ações e lucros provenientes de especulação bem-sucedida. Essas atividades ocorrem nos mercados financeiros integrados em nível nacional e interconectados internacionalmente. Além disso, suas operações dependem de cadeias complexas de crédito e dívida, particularmente entre os bancos. (CHESNAIS, 2005, p.36)

A base teórica apresentada pelo autor defende a existência de diferentes formas de financiamento que possuem um papel e amplitude mais limitados do que comumente se afirma. Essa configuração específica do capitalismo é caracterizada pela propriedade patrimonial, dominada pelo proprietário-acionista, especialmente pelo acionista institucional que detém títulos de empresas. A posse de capital em bolsas de valores concede aos proprietários-acionistas o poder de influenciar a distribuição da renda em duas dimensões cruciais: a distribuição da riqueza produzida entre salários, lucros e renda financeira, e a alocação entre investimento e distribuição de dividendos e juros. Essa última parte é consumida ou destinada ao "moderno entesouramento", em que os capitais são ativos do setor financeiro e continuamente direcionados para investimentos em títulos. A tese defendida argumenta que os detentores de ações e volumes significativos de títulos da dívida pública devem ser considerados proprietários externos à produção, e não simplesmente "credores". O regime contemporâneo de acumulação, pelo menos nos Estados Unidos, foi caracterizado como "patrimonial", uma palavra que evoca relações econômicas e sociais que não são adequadamente descritas pelo termo "credor". O conceito de patrimônio refere-se a uma propriedade tanto mobiliária quanto imobiliária, acumulada e direcionada para a obtenção de "rendimentos". As fases iniciais da acumulação financeira foram marcadas pelos empréstimos aos Estados, nos quais os consórcios de bancos internacionais se posicionaram como "credores" em relação a esses Estados. No entanto, essa noção não é suficiente para justificar o abandono do termo keynesiano "rentista". O termo "credor" está associado a empréstimos, cuja figura central é o setor bancário, e implica em relações diretas entre bancos e beneficiários do empréstimo, baseadas em um financiamento efetivo. A instituição financeira central é o mercado secundário de títulos, que negocia apenas ativos já emitidos, cujos resultados de financiamento, se existentes, pertencem ao passado (CHESNAIS, 2005, p. 48-49).

Em outro artigo do mesmo livro organizado por Chesnais, Dominique Plihon argumenta que o capital das grandes empresas agora está amplamente controlado por investidores institucionais, especialmente investidores estrangeiros com participação minoritária. Houve uma mudança significativa de uma situação em que as grandes empresas eram controladas por um único acionista público para uma situação oposta, em que o capital das grandes empresas é detido por um grande número de acionistas minoritários privados e, em sua maioria, estrangeiros. Os investidores internacionais desempenham um papel dominante no novo cenário do capitalismo e, apesar de serem acionistas minoritários, exercem uma influência considerável sobre a gestão das empresas nas quais possuem participações. (PLIHON, 2005, p.139-140).

De acordo com a análise realizada, o "poder administrativo" no interior das empresas se fortaleceu de forma significativa, porém, agora tem objetivos bastante distintos em relação ao período anterior. O administrador-financeiro se adapta ao molde do setor financeiro e aproveita a liberdade proporcionada pela sua "virtualidade". Ele conseguiu contornar rapidamente o controle ao qual estava sujeito inicialmente. No entanto, suas prioridades são muito diferentes daquelas do administrador-industrial que ele substituiu. Os grupos são liderados por pessoas para quem a tendência do mercado de ações é mais importante do que qualquer outra coisa. Embora o controle da governança corporativa tenha sido amplamente frustrado, os valores financeiros prevaleceram (CHESNAIS, 2006, p. 54).

Há também, para esse autor, uma exterioridade da finança sobre o setor produtivo. A restauração do poder da finança trouxe consigo duas consequências, cujo impacto na reprodução do capital em longo prazo ainda não pode ser plenamente compreendido, mas merece destaque. Em primeiro lugar, observa-se uma poderosa centralização do capital, tanto em âmbito nacional quanto internacional (especialmente transatlântico), decorrente das fusões e aquisições (F&A) promovidas pelos investidores financeiros e seus conselhos. Em segundo lugar, destaca-se a forma como a finança conseguiu incorporar a "exterioridade da produção" no próprio cerne dos grupos industriais. Chesnais (2006) analisou a contrarrevolução social contemporânea, e explicou as duas consequências do poder da finança. Ele defende que a partir dos anos 80, os proprietários-acionistas empregaram considerável energia e meios jurídicos, ou quase jurídicos, para subjugar os administradores-industriais e transformá-los em indivíduos que assimilassem as prioridades e códigos de conduta derivados do poder do mercado de ações. Como delegados dos proprietários-acionistas e buscando atender às demandas de rendimentos, os administradores de fundos de pensão e aplicações financeiras precisavam garantir níveis de rendimento estáveis muito elevados das empresas das quais eram acionistas "minoritários", incluindo 15% de rendimento sobre os fundos próprios, com o valor nominal das ações em Bolsa sendo um dos componentes. O "poder administrativo" nas empresas é mais forte do que jamais foi, mas os objetivos dos administradores-financeiros diferem significativamente daqueles do período anterior. Eles se moldam conforme os padrões da finança e aproveitam a liberdade proporcionada pela "virtualidade" financeira. Embora tenham superado rapidamente o controle inicial a que estavam sujeitos, suas prioridades são muito distintas daquelas dos administradores-industriais que os substituíram. Esses grupos agora são liderados por indivíduos para quem as tendências do mercado de ações são mais importantes do que qualquer outra coisa. Apesar de alguns desafios na governança corporativa, os valores financeiros prevaleceram nessa transformação (CHESNAIS, 2005, p. 53-54).

A finança liberalizada se consolida após a configuração dos anos 1978-80, criando ativos financeiros (produtos financeiros) que aparecem para seus portadores como “seu capital”, enquanto se trata de pretensões sobre a produção futura. O seu grau de efetividade depende do sucesso da apropriação do excedente do trabalho e do “humor” dos mercados. O sistema de crédito passa a ser peça fundamental na integração da finança e da indústria, no processo em que se firma a dominância do capital fictício. Chesnais (2010) destaque que:

A integração da finança e da indústria por via do crédito portador de juro dá nascimento ao “capital financeiro”, enquanto que “as transações das instituições financeiras engendram sua forma específica própria de capital [...] Marx explicou que essas atividades servem de fundamento ao que ele chama de capital fictício. O conceito designa todos os ativos financeiros cujo valor repousa sobre a capitalização de um fluxo de rendas futuras, que não têm nenhuma contrapartida no capital industrial efetivo. Partindo desta definição, Marx identificou várias formas de capital “fictício”, que tornaram-se todas bases da economia de portfólio contemporânea (GUTTMANN apud Chesnais, 2010, p. 123-124).

Esse processo de internacionalização do capital produtivo sob domínio das finanças ocorreu em larga escala nos EUA e nos países europeus, mas também se dá no Brasil em certa medida. Neto, Donadone e Desidério (2022) analisam o impacto das estratégias adotadas pelos grandes gestores de investimentos na estrutura de propriedade das grandes empresas e na expansão do mercado de investimento em fundos de índices de mercado (ETFs) no mercado de capitais brasileiro. Os principais grupos financeiros, liderados pelos "Big Three" - Blackrock, Vanguard e State Street - estão presentes e atuando de maneira semelhante nas principais empresas listadas na bolsa de valores brasileira. Com base na análise realizada, conclui-se que a bolsa de valores brasileira faz parte da atual fase de financeirização das economias e do capitalismo, na qual os índices de mercado direcionam o destino de uma parcela significativa dos investimentos. Além disso, é importante destacar que a maioria das empresas investigadas e afetadas pela Operação Lava Jato eram empresas de capital fechado (não atuavam na bolsa) do setor da construção civil, e de capital misto, como a Petrobrás, com o Estado como acionista majoritário. Por mais que não pudessem escapar completamente da lógica da financeirização, uma vez que é uma dinâmica estrutural e estruturante do capitalismo, é relevante observar que as empresas mais impactadas pela operação eram aquelas com maior competitividade internacional e que possuíam maior proteção contra as

especulações dos acionistas internacionais. Isso se deve ao seu caráter estratégico para o Estado Brasileiro. Pretendemos trabalhar melhor esse processo no segundo capítulo.

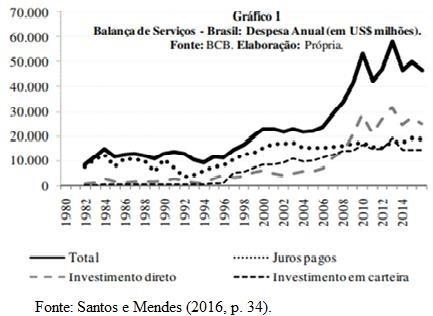
Dando continuidade, Husson (2010), justifica que a financeirização do sistema capitalista resultou em uma situação em que os lucros retornaram aos níveis anteriores à crise do regime fordista, mas a acumulação de capital não conseguiu revitalizar a economia. Em outras palavras, a recuperação dos lucros ocorreu por meio de uma exploração desmedida da força de trabalho, enquanto os dividendos e os lucros não reinvestidos alimentaram a expansão crescente do capital financeiro nos mercados secundários de ações e títulos. Além disso, à medida que a economia passa a ser guiada por normas internacionais, como a famosa meta de rentabilidade de 15% para os fundos e o custo da mão de obra (devido à entrada da China na Organização Mundial do Comércio - OMC, que colocou os trabalhadores em uma competição global, pressionando os salários para baixo), o processo de equalização da taxa de lucro é alterado.

De acordo com a análise realizada, pode-se inferir que a mundialização capitalista implica na colocação dos trabalhadores em concorrência global através dos movimentos de capitais. Essa expansão do espaço de valorização na economia mundial resulta na tendência de universalização das normas de exploração, impulsionada pela busca incessante por uma taxa de lucro máxima. A escala do espaço onde esses mecanismos operam é um elemento chave que tem sofrido alterações. A financeirização desencadeia um processo de equalização mais estreita, tanto dentro de setores específicos quanto entre eles. Isso se reflete na formação de um preço mundial de referência, dificultando sua distinção e favorecendo um alinhamento para baixo em relação ao preço mínimo, em vez de se basear no preço médio determinado por cada zona econômica. (HUSSON, 2010, p. 319).

Para o autor, pode-se inferir que a diferença crescente entre os lucros excedentes e a escassez de oportunidades de investimentos rentáveis reflete uma contradição fundamental entre a satisfação das necessidades sociais e a busca pelo lucro máximo. A financeirização, por um lado, atua como um meio de preencher parcialmente essa diferença, enquanto, por outro lado, é um dos principais instrumentos que permitiram estabelecer a nova configuração global. Portanto, a financeirização não pode ser vista como uma doença que afeta um sistema saudável, mas sim como um sintoma de uma crise que atinge os princípios essenciais do capitalismo. (HUSSON, 2010, p. 336).

Nakatani e Braga sintetizam que, o avanço do capitalismo global, desde o final da Segunda Guerra Mundial até os eventos conhecidos como "choque do petróleo" e "choque dos juros", ambos ocorridos em 1979, teve como consequência a disseminação do consumo de massa nos países considerados centrais, bem como o estabelecimento de um horizonte de industrialização e autonomia nacional nas periferias. Durante as décadas de 1980 e 1990, testemunhamos o surgimento da Ásia, em especial o leste asiático, como uma força econômica ascendente, enquanto a América Latina enfrentava um declínio. Nesse período, o consumo de massa nos países centrais adquiriu uma nova forma, deixando de ser baseado em aumentos salariais e acesso ao crédito, e passando a depender de empréstimos para compensar perdas salariais. Nesse contexto, a bolsa de valores e os investidores institucionais, como fundos de pensão, fundos de investimento e seguradoras, desempenharam papéis fundamentais, já que o volume de transações nesses mercados serviu como meio para a obtenção de novos empréstimos. (Nakatani e Braga, 2021, p. 98).

Sobre o Brasil nessa dinâmica internacional, para Santos e Mendes (2016), a partir da década de 1980, ocorreu uma maciça valorização dos investimentos financeiros em detrimento dos produtivos, que passaram a ser incluídas com mais ênfase na esfera de valorização fictícia do capital. O país passou a ser um exportador líquido de capitais, o que fica latente por meio de pagamento da crescente dívida externa. Já nas últimas duas décadas, a exportação de capitais passou a ocorrer por meio de ativos financeiros de alta rentabilidade. Ou seja, O país transformou-se em uma das principais plataformas de valorização financeira internacional:



Santos e Mendes (2016) destacam que a década de 1990 foi um período crucial em termos das transformações na política econômica. O Plano Real, introduzido a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), trouxe em sua concepção a proposta de ajuste macroeconômico preconizada pelo FMI. Dentre suas principais características, não poderia deixar de conter: ajuste fiscal; dolarização da economia (âncora cambial); ampla privatização das empresas estatais; e abertura comercial e financeira. Este último item acarretou em um grande impacto sobre a produção industrial e o emprego. Embora seja reconhecido que o Plano Real tenha sido eficaz no combate à inflação, sua implementação acarretou grandes sacrifícios sociais, fiscais e externos. O persistente déficit nas transações correntes da economia brasileira, que já era conhecido por sua significativa dependência externa, aprofundou-se ainda mais devido à lógica interna do ajuste proposto, que vinculou a base monetária à quantidade de reservas. Consequentemente, a principal forma de atrair reservas internacionais para aumentar a liquidez foi por meio da política de taxas de juros elevadas, que não apenas intensificou o déficit mencionado, mas também teve um impacto negativo na produção doméstica.

Durante a década de 1990, a contribuição da indústria ao PIB vai de 33% para 22%. Houve um aumento significativo na participação das commodities nas exportações brasileiras, impulsionado pela expansão da mineração e parcela do agronegócio. Esse processo de reprimarização da economia, acompanhado pelo crescimento do setor de serviços, resultou em uma diminuição da competitividade geral, mesmo que as empresas remanescentes tenham se mostrado mais eficientes e lucrativas. Como consequência, observou-se um crescimento lento do PIB, uma deterioração dos padrões de emprego e uma maior dependência dos preços globais das commodities na receita gerada pelo setor de exportação. Essa situação dificultou a criação de empregos de qualidade e melhorias nos padrões de vida em uma grande economia urbanizada como a brasileira. Além disso, devido à alta elasticidade-renda da demanda por produtos importados no Brasil e à menor elasticidade da demanda mundial por exportações brasileiras, qualquer expansão econômica sob o neoliberalismo tendeu a gerar empregos no exterior por meio do aumento rápido das importações, o que colocou pressão sobre a balança de pagamentos. Diante desse desequilíbrio macroeconômico, a deflação emergiu como o único remédio viável, embora seja destrutiva para o desenvolvimento (FILHO e MORAES, 2018, p.124).

Filho e Moraes (2018, p.114) comentam que, uma vez concluída a transição para o neoliberalismo, o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999, implementou uma política macroeconômica como parte de uma estratégia de acumulação madura. As novas medidas tinham como objetivo garantir uma inflação baixa, reduzir as taxas de juros para estabilizar a dívida pública interna e limitar seu impacto fiscal, além de diminuir os déficits em conta corrente. Esse novo conjunto de diretrizes incluiu as metas de inflação e a autonomia operacional do Banco Central, a liberalização dos fluxos de capital com câmbio flutuante e uma política fiscal constantemente contracionista, com as taxas de juros atuando como variáveis de ajuste. Essas são as políticas conhecidas como "tripé macroeconômico" (tripé neoliberal), que foram complementadas em 2000 pela Lei de Responsabilidade Fiscal, impondo rígidas restrições aos gastos governamentais em todos os níveis.

Essa longa digressão, partindo de abstrações gerais para a conjuntura dos anos 1980 e 1990, nos possibilita destacar os aspectos estruturais que vão dar corpo à dinâmica social do recorte da pesquisa. Para os autores citados anteriormente, Filho e Moraes (2018, p.114-115), com a transição neoliberal, o Estado brasileiro perdeu a capacidade de coordenar os investimentos e a produção; o controle da alocação de recursos foi cada vez mais transferido para o setor financeiro nacional e internacional. Essas reformas acabaram por criar uma nova estrutura industrial, integrada microeconomicamente às áreas da produção e finanças nos circuitos de acumulação transnacionais.

Segundo Filho e Moraes (2018, p.137-141), as políticas macroeconômicas do governo FHC, como câmbio flutuante, metas de inflação e superávits primários, foram mantidas e aperfeiçoadas durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Além disso, ocorreu a mercantilização de direitos e serviços, como saúde, educação e previdência social. Houve reformas semelhantes às implementadas no governo anterior, como a reforma da previdência e a do estatuto do servidor público, sindical e trabalhista. Também ocorreram privatizações de hospitais e uma reforma universitária, juntamente com atualizações da legislação sobre gestão por meio de parcerias público-privadas (PPPs) para os serviços públicos e infraestrutura. O autor complementa que, durante os governos FHC e Lula, o capital financeiro manteve sua posição hegemônica no bloco no poder, aproveitando-se da liberdade para aumentar os spreads bancários, juntamente com ajustes fiscais e altos superávits primários para pagar os juros da dívida pública, o que foi importante para a fração bancário-financeira. As altas taxas de juros básicas e os spreads bancários elevados levaram ao aumento dos lucros do setor financeiro, de 15,5% em 2003 para 25,1% em 2007 (PINTO; TEIXEIRA, 2012, 929-930).

No entanto, as similaridades entre as gestões dos presidentes citados param por aí. Durante os governos Lula, a dinâmica econômica internacional foi marcada por uma conjuntura favorável às atividades ligadas à exportação de commodities, impulsionada pela relação entre a China e os EUA. Esses elementos conjunturais trouxeram algumas mudanças na composição do bloco no poder (FILHO; MORAIS, 2018, p.155). Além da dinâmica internacional, as relações diplomáticas e as crises internas, como a recusa à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a crise do mensalão em 2005, levaram uma parcela da indústria nacional, especialmente os setores de petróleo e construção civil, a apoiar e desempenhar um papel estratégico fundamental na internacionalização da economia brasileira, principalmente durante o segundo governo Lula (FILHO; MORAIS, 2018, p.155-156).

Segundo Laidler (2018), ainda em relação às diferenças entre os dois governos, apesar dos altos custos dos paradigmas econômicos herdados da construção constitucional iniciada nos governos FHC, há outras diferenças qualitativas que devem ser destacadas. As políticas de distribuição de renda iniciadas nos anos 1990 foram ampliadas, o aumento real do salário mínimo fortaleceu o mercado interno e a expansão do crédito também contribuiu para a estratégia de crescimento baseada no consumo das famílias. Além disso, os objetivos de integração global foram modificados, com o fortalecimento do Mercosul e do BRICS, visando aumentar o poder de negociação nas relações externas.

A coalizão social de interesses que surgiu é chamada por Boito (2018) de frente política neodesenvolvimentista. Essa frente política neodesenvolvimentista envolve a relação entre as frações de classe que ascenderam no bloco no poder, como a burguesia interna (industrial e agrária), especialmente nos setores de construção civil e agronegócio, e as classes trabalhadoras (fora do bloco no poder), sob a liderança do Partido dos Trabalhadores nos governos Lula e posteriormente Dilma.

Filho e Moraes (2018) destacam que a relação entre a frente política neodesenvolvimentista e a fração bancário-financeira, bem como suas contradições, foram suavizadas devido ao boom macroeconômico que possibilitou o crescimento econômico e a acumulação de capital, evitando assim a realocação do excedente econômico entre os setores da economia brasileira. Isso resultou em uma redução do conflito distributivo entre os diferentes capitais e na relação "capital versus trabalho" durante o governo Lula, embora tenha permanecido "à espera" da eclosão de uma crise.

Iuri Toledo (2021, p. 41-51) argumenta que a crise de 2008 afetou os países emergentes em um momento diferente em comparação aos países centrais do capitalismo. Os efeitos da crise se tornaram evidentes a partir de 2012. No período de 2012 a 2015, ocorreram três movimentos importantes: a desaceleração da economia chinesa em 2012, a mudança nos fluxos de capital em 2013 e a queda dos preços das commodities em 2014. Em resumo, as economias dos países dependentes, com seu modelo econômico baseado em agronegócios e exportação, se beneficiaram da combinação entre o dinamismo da economia chinesa como "fábrica do mundo", o ciclo de alta das commodities e um grande fluxo de capital para esses países. Foi no período de 2012 a 2015 que os pilares das economias emergentes ruíram,

culminando em mudanças que, no caso do Brasil, tiveram expressão particular (embora não exclusiva) com o golpe institucional de 2016.

Retrocedendo um pouco ao período anterior ao golpe de 2016, Filho e Moraes (2018) argumentam que, devido aos limites do endividamento do crédito e à falta de demanda externa e interna, bem como à restrição dos gastos governamentais devido à necessidade de superávit primário, o primeiro governo Dilma começou a buscar o aumento dos investimentos privados como forma de sustentar o crescimento econômico. Foi nesse contexto que o governo Dilma implantou a “nova matriz macroeconômica”. No segundo capítulo, pretendemos analisar essa política, juntamente com os posicionamentos e “disputas” entre a burguesia industrial e o setor bancário-financeiro.

# 1.3 Estado, reprodução do capital e regulação: um tópico sobre as reformas

O poder de intervenção governamental como meio de estimular a economia e combater as crises não é uma novidade e tem sido utilizado desde os estágios iniciais do capitalismo. A apropriação privada, legal ou ilegal, da riqueza produzida socialmente só se torna viável quando o Estado tem a capacidade de estabelecer impostos, regular o comércio internacional, as terras públicas, o comércio e o transporte, sustentar as forças armadas e assumir a responsabilidade pela administração pública. A intervenção estatal pressupõe a separação entre o Estado e a sociedade, assim como entre o Estado e a economia. No entanto, essa divisão desconsidera o fato de que o Estado faz parte das relações capitalistas. Hirsch (2010, p. 31) afirma que:

É importante saber o que isso explica e o que não. Em primeiro lugar, isso significa a superação do esquema simples base-superestrutura, segundo o qual o Estado é concebido como expressão derivada das relações econômicas, já que tanto a forma econômica quanto a forma política são características estruturais fundamentais da sociedade capitalista, e uma se refere à outra. A forma política, ou o Estado, é a mesma parte integrante das relações de produção capitalistas. A particularidade do modo de socialização capitalista reside na separação e na simultânea ligação entre "Estado" e "sociedade", "política" e "economia".

Hirsch (2010, p. 34) argumenta que a interação entre o mercado e o Estado é fundamental para compreender a dinâmica do sistema capitalista. O capitalismo não se resume apenas a uma "economia de mercado" regida pela lei do valor, mas sim a um arranjo complexo que requer a participação ativa do Estado para garantir sua existência. O capitalismo enfrenta contradições internas que o impedem de se sustentar apenas por meio da valorização mercantil. Para superar essas contradições e garantir a manutenção da sociedade, é necessária uma atividade direcionada para a existência material e a organização social, que vai além do processo imediato de valorização.

Essa atividade ampla e abrangente só pode ser alcançada por meio da formação da comunidade política da sociedade capitalista, e é aqui que entra o papel crucial do Estado. O Estado atua como um aparelho de força que permite a existência do mercado ao garantir a proteção da propriedade privada e das relações jurídicas que a sustentam. Além disso, o Estado precisa intervir constantemente no processo mercantil para garantir seu funcionamento adequado. No entanto, é importante ressaltar que o Estado não é independente em relação ao mercado. Sua existência e fundamentos estão intrinsecamente ligados à existência assegurada do processo de valorização capitalista, que é regulado pelo mercado. Assim, mercado e Estado não são opostos, mas sim interdependentes, referindo-se um ao outro de forma inseparável.

Hirsch (2010, p. 34-35) destaca que essa relação entre o Estado e o mercado pode se tornar problemática quando há um estreito entrelaçamento entre o Estado e grupos isolados do capital. Nesses casos, as atividades estatais passam a ser direcionadas pelos interesses específicos desses grupos, o que pode distorcer o funcionamento adequado do sistema. Em contrapartida, é importante reconhecer que, como forma política, o Estado está intrinsecamente ligado à sociedade. A separação entre "Estado" e "sociedade" não pode ser absoluta, pois há uma interação constante entre eles. As intervenções estatais e as influências sociais sobre o Estado são fundamentais para manter a reprodução material da sociedade e sustentar a ordem capitalista.

Para que o sistema capitalista permaneça funcionando de maneira viável, Harvey (2016, p. 118) argumenta que é necessário exercer o controle sobre a força de trabalho, a fim de garantir lucros positivos para o maior número possível de capitalistas. Os mercados de fixação de preços fornecem sinais descentralizados que permitem aos produtores coordenar suas decisões de produção com as necessidades e desejos dos consumidores, considerando as restrições orçamentárias e os custos envolvidos em cada transação de mercado. No entanto, a "mão invisível" do mercado, proposta por Adam Smith, não é suficiente por si só para garantir um crescimento estável do capitalismo, mesmo quando as instituições de apoio, como a propriedade privada, contratos válidos e uma administração adequada do dinheiro, funcionam corretamente. É necessária uma forma de ação coletiva, geralmente por meio da regulamentação e intervenção estatal, para corrigir as falhas de mercado, como danos irreparáveis ao meio ambiente e à sociedade. Além disso, essa ação coletiva é essencial para evitar concentrações excessivas de poder de mercado, combater abusos de monopólio quando eles não podem ser evitados (como nos setores de transporte e comunicações), fornecer bens coletivos (como defesa, educação e infraestrutura social e física) que não podem ser produzidos e comercializados pelo mercado, e prevenir falhas descontroladas resultantes de especulações desenfreadas, sinais de mercado distorcidos e o potencial impacto negativo entre as expectativas dos empreendedores e os sinais de mercado (como o problema das profecias auto realizáveis no desempenho do mercado).

Hirsch (2010, p. 161-163) destaca que o capitalismo contemporâneo e as formas de regulação estatal são caracterizados por relações salariais e de trabalho marcadas pela tendência à informalidade e precarização, além de um sistema de seguridade social reduzido ou parcialmente privatizado. A desregulamentação dos mercados de capital e financeiro reforça esse processo de financeirização e modifica as relações salariais e de trabalho. Além disso, ocorreram deslocamentos na estrutura do bloco no poder capitalista, com o capital financeiro, representado por bancos, fundos de investimento e agências de aplicação, ganhando cada vez mais destaque e importância nas economias.

Esse processo também é caracterizado pelo que a historiadora Virgínia Fontes chamou de "expropriações secundárias", que não envolvem a perda de propriedade dos meios de produção ou recursos sociais fundamentais para sua existência, mas sim formas de intensificação da disponibilidade dos trabalhadores à lógica do mercado (Fontes, 2010, p. 54). Essas expropriações podem ser regulações estatais visando à lucratividade do capital ou setores específicos do capital. Portanto, a sistemática retirada de direitos deve ser considerada, e é disso que trata o restante do tópico, abordando como as “reformas do teto de gastos”, “reforma trabalhista” e da “reforma da previdência” estão inseridas na lógica da financeirização.

A Emenda Constitucional nº 95 – conhecida como reforma do teto de gastos teto de gastos, aprovado no Congresso Nacional em 2016, foi resultado das Propostas 241 e 55, que passaram pelas etapas legislativas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Essa emenda tem o propósito de implementar um novo regime fiscal, estabelecendo um limite para os gastos do governo federal nos próximos 20 anos. Essa política fiscal foi inserida no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e seu período de vigência vai até 2036. O teto de gastos para cada ano corresponderia ao orçamento disponível para os gastos do ano anterior, ajustado pela inflação daquele período. No caso da educação e da saúde, o ano-base foi estipulado como 2017, com a aplicação efetiva começando em 2018. Qualquer alteração nas regras só poderia ser realizada a partir do décimo ano de vigência do regime, restringindo- se à mudança do índice de correção anual.

Aprovado em 15 de dezembro de 2016, o “novo regime fiscal” representa uma medida de austeridade adotada no Brasil, impactando individualmente os três poderes a nível federal, bem como o Ministério Público da União (MPU) e a Defensoria Pública da União (DPU). Conforme Mariano (2017, p. 260), essa regra fiscal limita as despesas primárias de cada ano aos gastos do ano anterior corrigidos pela inflação, com base em 2016 e com um período de vigência de vinte anos. Após uma década de vigência, é possível rever as regras. De acordo com o artigo 102 do ADCT, um limite individualizado para a despesa primária total é fixado para cada exercício, abrangendo o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União. Cada órgão é responsável por estabelecer seu próprio limite, e aumentos reais estão proibidos. Somente aumentos nominais são permitidos, correspondentes à variação do “índice de preços ao consumidor aplicado” (IPCA).

Ao contrário de outras experiências estrangeiras com teto de gastos públicos, as regras do novo regime no Brasil não consideram o crescimento econômico nem as mudanças demográficas ao longo dos próximos vinte anos. Isso pode resultar no enfraquecimento das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, colocando em risco a qualidade de vida da população brasileira. Com a implementação do teto de gastos no Brasil, os gastos públicos com áreas fundamentais como saúde, educação, assistência social e a própria manutenção da máquina pública, permanecem congelados. Essa abordagem desconsidera fatores essenciais, como o crescimento e envelhecimento populacional esperado até 2036, bem como a possibilidade de crises de qualquer natureza que possam demandar investimentos adicionais. É importante ressaltar que o Ministro da Fazenda do novo governo, Henrique Meirelles[[6]](#footnote-5), confirmou em entrevista que a "desvinculação das despesas obrigatórias com saúde e educação"é considerada uma parte fundamental e estrutural do novo regime fiscal.

Uma vez estabelecido o limite, ele vincula todos os acontecimentos gerenciais que ocorrerem em diferentes entidades, órgãos e indivíduos relacionados acima, pelos próximos 20 anos. Isso, evidentemente, dificulta os aportes necessários para a manutenção e expansão dos serviços públicos, adoção de avanços tecnológicos, aumentos salariais, contratações e reestruturação de carreiras, algo imprescindível devido ao crescimento populacional e, sobretudo, em consonância com os princípios e objetivos constitucionais, que direcionam a construção de algo próximo de um “Estado de bem-estar social”. Conforme apontado por Mariano (2017), o novo sistema fiscal, por consequência, anula o projeto constituinte de 1988 e retira dos futuros governantes a autonomia sobre o orçamento, a menos que, em gestões posteriores, surja uma proposta de emenda constitucional que reverta tal situação. Além disso, retira do povo brasileiro o direito de escolher, em cada eleição, o programa governamental refletido no orçamento e, com isso, tomar decisões acerca das políticas públicas prioritárias para o crescimento econômico.

Falando especificamente sobre os gastos primários, o limite de despesas impõe restrições apenas aos gastos não financeiros, deixando de fora os custos com juros e encargos da dívida pública. Isso confirma o que foi mencionado anteriormente sobre as políticas de austeridade que visam cortar despesas para liberar recursos públicos para pagamentos financeiros. É importante destacar que, levando em consideração o exercício financeiro de 2016 como ponto de partida, os efeitos dessa regra fiscal são amplificados, uma vez que partem de um nível já bastante reduzido devido aos contingenciamentos realizados pela então presidente Dilma Rousseff em 2015, os quais foram os maiores desde o início da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Laidler (2018, p. 315) destaca que, se a exploração do petróleo crescer, garantindo grandes recursos, estes não trariam desenvolvimento, ou seja, sua vinculação às áreas de saúde e educação, estabelecida anteriormente por Dilma, deixa de ter efeito.

Segundo Mariano (2017, p. 262), além de suspender o projeto constituinte de 1988, o novo regime fiscal revela uma clara preferência por uma economia antidemocrática, inviabilizando a expansão e até mesmo a manutenção de políticas públicas, a fim de direcionar os recursos públicos para garantir o pagamento das obrigações assumidas pelo governo federal brasileiro com os credores da dívida pública. Essa lógica pode ser observada no § 6.º do artigo 102 do ADCT, que estabeleceu as exclusões do limite de gastos:

1. - As transferências constitucionais relacionadas a: a) participação dos Estados e Municípios nos lucros da exploração de petróleo e gás natural; b) distribuição das receitas tributárias; c) cotas estaduais e municipais da contribuição social do salário-educação; d) despesas relacionadas aos serviços da polícia civil, polícia militar, bombeiros e outros serviços públicos do Distrito Federal; e) complementação das cotas do salário- educação do Distrito Federal e dos Estados, caso o número de alunos não atinja o limite necessário.
2. - Créditos extraordinários abertos para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
3. - Despesas com a realização de eleições pela justiça eleitoral.
4. - Outras transferências obrigatórias determinadas por lei que sejam apuradas com base em receitas vinculadas.
5. - Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes. (MARIANO, 2017, p.262).

O autor destaca que os principais problemas do novo regime fiscal residem no parágrafo 6 do artigo 102. Nesse contexto, os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública não foram excluídos do limite, o que permite que esses custos se acumulem livremente (MARIANO, 2017, p. 262). Conforme Laidler (2018, p. 315), as despesas financeiras permaneceram livres, com os técnicos que comandam o Banco Central controlando o investimento no país, prática que tem sido adotada desde o Plano Real, com a ditadura das metas de inflação. Essa situação colabora para o prejuízo do crescimento econômico e torna o país refém da dívida sistêmica de curto prazo.

A Emenda Constitucional 95/2016 aprofunda ainda mais a exploração dos recursos públicos, especialmente do orçamento social, ao mesmo tempo em que proporciona ganhos exorbitantes ao setor financeiro. Para ilustrar esse cenário, de acordo com informações do site do TCU, em 2020, o país destinou R$ 1.030,3 bilhões para amortização da dívida e R$ 346,0 bilhões para juros e encargos, evidenciando um aumento em relação aos anos anteriores, o que se relaciona com os níveis de endividamento e os vencimentos dos títulos em 2020[[7]](#footnote-6).

Segundo Castelo (2022, p. 304), a EC 95, promulgada em 2016 após episódios de repressão aos manifestantes em frente ao Congresso Nacional, garantiu constitucionalmente a mudança no padrão dos gastos públicos em favor do rentismo. As classes dominantes se uniram para alterar a Constituição, com o intuito de destruir direitos sociais e consolidar a plutocracia burguesa. O fundo público e os aparelhos estatais de política econômica foram blindados, beneficiando a hegemonia rentista dentro do bloco social dominante.

Para Castelo (p. 304-305), nos Três Poderes, o Executivo transformou-se em um bunker tecnocrático, agora respaldado pela Constituição por meio da EC 95, intensificando os métodos de exploração da classe trabalhadora e expropriando seus direitos sociais, conforme também identificado pelo autor como expropriações secundárias, seguindo as definições de Fontes (2010). Nessa hegemonia rentista, o esforço deles foi direcionado para garantir seus rendimentos financeiros provenientes dos pagamentos da dívida pública. Para concluir, Castelo destaca que, se a EC 95 estivesse em vigor no período entre 2002 a 2015:

No total, estamos falando de R$ 673,6 bilhões expropriados das políticas sociais e apropriados pelos donos da dívida pública interna. A expropriação do fundo público em favor dos grandes conglomerados do capital financeiro financeirizado chegará, desta forma, a um patamar nunca experimentado no país, reforçando ainda mais a hegemonia rentista no bloco social dominante. (CASTELO, 2022, p. 303).

Além do teto de gastos públicos, outras reformas que aprofundam o processo de financeirização são as mudanças na legislação trabalhista. A Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017) aborda os seguintes temas principais:

1. Acordos coletivos: o negociado prevalece sobre o legislado mesmo que menos benéfico para o trabalhador. Eles versam sobre temas como jornada de trabalho (podendo alcançar até 12 horas), plano de carreira, licença maternidade.; 2) Jornada parcial: pode ser de até 30 horas semanais (antes apenas 25 horas) sem hora extra, ou de até 26 horas semanais com acréscimo de até seis horas extras; 3) Férias: podem ser parceladas em até três vezes (não inferior a cinco dias com uma delas sendo obrigatoriamente maior do que 14 dias); 4) Grávidas e lactantes: podem trabalhar agora em locais insalubres, sendo afastadas somente a pedido médico; 5) Contribuição sindical: passa a não ser mais obrigatória; 6) Autônomos: as empresas podem contratar autônomos, ainda que se verifique uma; relação de exclusividade, sem significar vínculo empregatício; 7) Trabalho em domicílio: não há controle de jornada, sendo a remuneração feita por tarefa;

8) Trabalho intermitente: contratos em que o trabalho não é contínuo passam a ser permitidos, sendo que a convocação do empregado pelo empregador deve ocorrer com três dias de antecedência e sua remuneração é feita por hora não inferior ao valor-hora referente ao salário mínimo; 9) Almoço: o tempo de almoço (antes de uma hora) passa a ser objeto de negociação entre empregador e empregado; 10) Ações na Justiça: se o trabalhador perder ações na Justiça do Trabalho, deverá arcar com custas processuais e honorários do advogado do empregador. (TROVÃO; ARAÚJO, 2020, p. 9).

Trovão e Araújo (2020, p. 9-10) lembram que essas alterações se somam a outras medidas, como a Lei n. 13.429 de 31 de março de 2017 (lei da terceirização), que permite ao empregador a externalização sob o regime de acordos de trabalho temporários de qualquer atividade da empresa, incluindo sua atividade principal, que antes era proibida; à Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016, que limita o crescimento real, por um período de 20 anos, dos gastos primários com saúde, educação, pessoal, previdência, entre outros; à Lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Conversão da Medida Provisória n. 881/2019) que estabelece a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; e à Medida Provisória n. 905, de 11 de novembro de 2019, que estabelece o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (uma nova abordagem para a MP da Liberdade Econômica, modificada pelo Congresso Nacional durante sua tramitação em 2019).

Dentro do processo de financeirização, poucos autores fazem uma ligação direta entre as mudanças ocorridas na legislação trabalhista brasileira e esse processo. Brandão (2018, p. 207) estabelece uma relação entre as flexibilizações e a precarização das relações laborais com a lógica do capitalismo das últimas décadas, marcada pela acumulação flexível, e menciona a contribuição de François Chesnais sobre a fase que o autor francês denominou de "mundialização financeira". Chesnais (2002) assume que, nesse regime de acumulação financeirizado, não significa que a produção e a extração da mais-valia pela exploração da força de trabalho foram abandonadas. Netto e Braz (2012, p. 243-244) complementam que o que ocorre no capitalismo contemporâneo é o crescimento da massa de capital financeiro que não é investida na produção, mas sim nos ganhos através dos juros da mais-valia (pois só na produção se gera valor). Com isso, a flexibilização e a precarização do trabalho são resultados desse regime dos administradores de fundos de pensão e de fundos coletivos de aplicação. Nessa dinâmica, como visto também no tópico anterior, há uma subordinação da esfera produtiva à esfera do capital financeiro, causando desemprego estrutural e o aumento da precarização dos contratos e condições de trabalho, incluindo terceirização e informalidade (BRANDÃO, 2018, p. 207).

Todavia, é importante frisar que, com a subordinação produtiva à esfera das finanças, as maiores interessadas nessas propostas de desregulamentação das leis trabalhistas são as burguesias agrária, comercial e industrial. Essas classes buscam ampliar a exploração da força de trabalho para maximizar ou recuperar as taxas de lucro provenientes do processo de acumulação de capital que é drenado em parte pelo setor financeiro, sendo que no Brasil há o agravante das altas taxas de juros.

Como mencionado anteriormente, a burguesia industrial, representada principalmente pela FIESP[[8]](#footnote-7), demonstrou certa crítica ao processo de abertura dos anos 90. A reforma trabalhista atende aos interesses dessas burguesias, mas também ao mercado financeiro, no que tange às taxas de lucro e à possibilidade de valorização do capital que a reforma proporciona.

Analisando as morfologias do mundo do trabalho em geral e a precarização como regra do trabalho no capitalismo contemporâneo, Ricardo Antunes destaca que:

O capitalismo no plano mundial, nas últimas quatro décadas, transformou-se sob a égide da acumulação flexível, trazendo uma ruptura com o padrão fordista e gerando um modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e na precarização do trabalho. São mudanças impostas pelo processo de financeirização e mundialização da economia num grau nunca antes alcançado, pois o capital financeiro passou a dirigir todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as suas práticas e os modos de gestão do trabalho. O Estado passou a desempenhar cada vez mais um papel de “gestor dos negócios da burguesia financeira”, cujos governos, em sua imensa maioria, pautam-se pela desregulamentação dos mercados, principalmente o financeiro e o de trabalho. (ANTUNES, 2020, p.157).

Com efeito, a reforma trabalhista vai ao encontro do aprofundamento do processo de financeirização, tendo como base a necessidade de redução dos custos do trabalho. Isso acarreta o barateamento da força de trabalho por meio da flexibilização, precarização, terceirização e diminuição de direitos, o que traz consigo consequências nocivas e prejudiciais para a proteção social da classe trabalhadora.

Seguindo no escopo das reformas, a da previdência teve sua primeira proposta no ano do impeachment de Dilma. O governo Temer apresentou a PEC 287/2016, que tratava da reforma da previdência social. Segundo Laidler (2018, p. 319), essa proposta de reforma foi concebida pelo secretário da previdência, Marcelo Caetano e, quando apresentada em forma de PEC, chamou a atenção da imprensa alternativa, que destacou os compromissos do secretário, a maioria dos quais envolviam reuniões com representantes de fundos de pensões privados e do setor financeiro. A proposta não conseguiu passar pelas casas legislativas, representando uma derrota para o governo e seus patrocinadores empresariais. A reforma acabou não sendo aprovada, e a tarefa de tocá-la ficou a cargo de Jair Bolsonaro e seu ministro da economia, Paulo Guedes, em janeiro de 2019, por meio da PEC 06/2019.

A EC 103/2019, promulgada em 12 de novembro de 2019, trouxe consigo o desafio de enfrentar o alegado déficit na previdência social. Com o apoio midiático, a ideia de uma nova "reforma" da previdência foi amplamente difundida pela mídia hegemônica e recebeu apoio praticamente unânime da classe burguesa. No entanto, quanto ao déficit, Fagnani (2019, p. 79) demonstra que:

Assim, o governo chama de “déficit” a parte cujo aporte é dever do Estado no esquema de financiamento tripartite instituído pela Constituição – mas que o governo não aporta. Portanto, o “déficit” é desprezo à ordem constitucional.

Não há déficit, porque déficit é uma despesa sem cobertura de receita. No caso do RPGS, existem fontes de recursos constitucionalmente asseguradas para financiar os seus gastos. O suposto rombo de R$ 85 bilhões verificado em 2015 poderia ter sido coberto com parte dos R$ 202 bilhões arrecadados pelo Confins; dos R$ 61 bilhões arrecadados pela CSLL; e dos R$53 bilhões arrecadados pelo PIS-Pararrecadados. Ou então pelos R$ 63 bilhões capturados pela DRU e pelos R$ 158 bilhões de desonerações e renúncias fiscais concedidas pela área econômica sobre as contribuições sociais que foram criadas em 1988 para financiar a Seguridade Social. (FAGNANI, 2019, p. 79-80).

A idade mínima para aposentadoria, como norma geral do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, com regras de transição, é de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, sendo esta última idade elevada em relação ao período anterior. A aposentadoria por tempo de contribuição, que não exigia idade mínima, foi extinta no RGPS, havendo também modificações no tempo de contribuição para diversas áreas de atuação[[9]](#footnote-8). Segundo um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o texto aprovado apresentava um potencial impacto social significativo:

O valor das aposentadorias e das pensões acima do salário mínimo irá diminuir muito, mesmo para aqueles trabalhadores que têm salários pouco acima do mínimo legal. Para muitos trabalhadores, a elevação da idade mínima de aposentadoria poderá significar a permanência durante alguns anos na inatividade, sem renda do trabalho ou de proventos da previdência. O trabalho em condições insalubres e desgastantes, como, por exemplo, o de professores do ensino básico, será prolongado. Sem falar na incerteza gerada pela desconstitucionalização dos requisitos de aposentadoria, para os futuros segurados do sexo masculino, a elevação do tempo mínimo de contribuição para 20 anos pode dificultar ou, até mesmo, impedir a aposentadoria na velhice. (DIESSE, 2019, p. 16).

De acordo com Brettas (2020, p. 246), a Previdência Social é, sem dúvida, o principal motor da financeirização. Ao longo do tempo, a política pública da previdência passou por diversas descaracterizações desde sua formulação original, aprovada na Constituição Federal de 1988. Houve modificações em 1998 (EC 20), 2003 (EC 41), 2005 (EC 47) e emendas à Constituição, bem como a implementação da Lei n° 2618 de 2012, que regulamenta o Regime de Previdência Complementar para os funcionários públicos e estabeleceu um teto para as aposentadorias.

Brettas (2020) defende que todas essas mudanças contribuíram para aquecer o mercado de previdência privada complementar, pois disponibilizaram um volume significativo de recursos a serviço do capital portador de juros. A partir de 2013, as entidades fechadas de previdência complementar passaram a obter ganhos crescentes. De acordo com Brettas (2020, p. 246), entre 2012 e 2017, a rentabilidade acumulada dessas entidades foi de 641,45%, resultando em ativos totais administrados próximos a 900 bilhões em 2018. Em 2017, os fundos de pensão concentravam 71% de seus recursos em títulos de renda fixa, principalmente títulos da dívida pública.

O crescimento desses fundos foi impulsionado pela atuação do Estado, uma vez que a previdência pública opera sob o regime de repartição, enquanto a privada opera sob o regime de capitalização. Brettas (2020, p. 247) elucida que a diminuição dos valores e as alterações dos regimes previdenciários públicos estimulam a busca pela complementação no setor privado.

A EC 103 (2019) não foge dessa lógica; mesmo que o governo Bolsonaro (e anteriormente, no governo Temer) não tenha conseguido implementar a capitalização do regime de previdência, ela também representou um novo espaço para a valorização financeira, liderada pelos fundos de pensão privados, como alertado por Bretas (2020). Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) de 2019, Lavinas e Cordilhas (2019, p.36) destacam que o capital financeiro está se beneficiando da fragilidade da previdência pública, e os fundos de previdência aberta no país tiveram aumentos significativos, passando de um patrimônio líquido de R$ 6,6 bilhões em 2000 para R$ 832 bilhões em 2019, apesar da crise econômica que assolava o país.

Para concluir, é possível estabelecer uma correlação entre as diversas expropriações ocorridas nos últimos anos, a partir de reformas que prejudicaram as políticas públicas do Estado e enfraqueceram os direitos sociais — que são garantias para a sobrevivência mínima e manutenção das condições de vida da classe trabalhadora —, com o processo de financeirização da economia brasileira. Então, nos próximos capítulos, será explorado como as frações da burguesia, por meio de seus “aparelhos privados de hegemonia” (APHs), se posicionaram frente à crise política do governo Dilma e seu impeachment, e como prestaram apoio às reformas neoliberais aprovadas em sequência.

## 2

A FORMAÇÃO DO CONSENSO PARALELO À CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

## 2.1 A nova matriz macroeconômica (NME)

O primeiro governo da ex-presidente Dilma foi caracterizado por uma política econômica ambígua (Laidler, 2018; Neto, 2020). Em contraste com o período do governo Lula, o mandato de Dilma não se beneficiou de um cenário internacional favorável. Entre 2011 e 2014, registou-se uma desaceleração no crescimento chinês, juntamente com a queda dos preços internacionais, fatores que exerceram um impacto significativo sobre a economia brasileira. Conforme observado por Laidler (2018, p. 243), o governo enfrentou um desafio notável em 2012, quando o Brasil experimentou uma desaceleração econômica, dificultando a manutenção do crescimento de programas sociais, investimentos, índices de emprego e superávit primário.

Nesse contexto, o governo empreende uma luta contra os gargalos estruturais macroeconômicos que comprometem a competitividade da indústria nacional (Laidler, 2018, p. 244). A atenção do governo voltou-se especialmente para o setor industrial, sobretudo após o registro de um crescimento modesto em 2011, em torno de 0,9%. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), um dos principais órgãos representativos da indústria brasileira, desempenhou um papel significativo nesse cenário:

O presidente afirmou que não adianta o industrial brasileiro se equipar, investir em tecnologia, treinamento de mão de obra e manter-se competitivo da porta da fábrica para dentro se o país não dá condições mínimas de competição com o produto importado. Temos um câmbio que nos faz exportar empregos, uma carga tributária elevada e injusta, juros altos, infraestrutura deficiente, custos de energia que estão entre os maiores do mundo e ainda vemos estados concederem incentivos fiscais a produtos importados por meio da guerra dos portos. O que temos a comemorar? (Skaf, 2011 apud Laidler, 2018, p. 244).

A partir de agosto de 2011, as taxas de juros sofreram uma redução drástica, atingindo 2% em termos reais após o desconto da inflação. Simultaneamente, a taxa Selic também atingiu o seu nível mais baixo até então, registrando 7,25% em outubro de 2012. De acordo com Guido Mantega, que ocupava o cargo de ministro da Fazenda na época, a intenção do governo era enfrentar as distorções causadas pela elevada taxa de juros e pela valorização excessiva do câmbio (Laidler, 2018, p. 245).

Em dezembro de 2012, Marcos Holland, secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, introduziu pela primeira vez a expressão "nova matriz econômica" (NME) como forma de justificar o baixo crescimento do ano, atribuindo-o à mudança na política econômica promovida pelo governo. A adoção de juros baixos, um câmbio competitivo e a busca pela consolidação fiscal, evidenciada pelo superávit primário, foram os pilares que construíram um ambiente propício para investimentos sustentáveis. Este cenário foi enfatizado por Guido Mantega, ministro da Fazenda à época, que argumentava que a nova matriz econômica representava uma mudança estrutural, colocando as taxas de juros em um patamar considerado normal para uma economia de baixo risco (Laidler, 2018, p. 245).

A situação econômica brasileira era peculiar, pois, apesar de ser mais próspera do que a maioria dos países da OCDE pós-crise de 2008, o crescimento do PIB foi de 2,7% em 2011, levando o Brasil à posição de sexta maior economia mundial. No entanto, o governo enfrentava críticas pela dificuldade em manter o mesmo nível de crescimento dos anos anteriores. Em 2012, o crescimento do PIB foi de 1,92%, levando o governo a buscar uma política econômica capaz de gerar taxas mais elevadas de crescimento (Neto, 2020, p. 117-118). Nesse contexto, foi proposta a nova matriz econômica como resposta a esse desafio.

A política que visava alcançar elevados índices de crescimento do PIB foi encapsulada no Plano Brasil Maior, também conhecido como nova matriz econômica, conforme discutido anteriormente. O governo tinha a expectativa de que esse plano resultasse em um crescimento próximo de 3% do PIB em 2012, com projeções de expansão para 6,5% em 2013 e 2014. O objetivo era atingir taxas de crescimento econômico comparáveis ao período do "milagrinho" durante o governo Lula, que, segundo a economista Laura Carvalho (2018), perdurou de 2007 a 2010.

A agenda do Plano Brasil Maior estava alinhada com objetivos empresariais, especialmente da indústria, ao interpretar que o principal responsável pelo baixo crescimento do PIB era a reduzida propensão ao investimento, ocasionada pela concorrência internacional, baixo consumo, alta carga tributária e declínio da lucratividade (Neto, 2020, p. 119).

De acordo com Neto (2020), em termos gerais, o Plano Brasil Maior procurou expandir alguns mecanismos utilizados pelo governo Lula para superar as dificuldades impostas pela crise de 2008, sobretudo diante do baixo crescimento de 2009. O governo Lula adotou políticas expansionistas, concentrando-se principalmente em crédito e investimento público. Na prática, a política visava a redução das taxas de juros (Selic e juros reais para investidores), desvalorização cambial, congelamento das tarifas de energia elétrica e desoneração de impostos e tributos. Algumas dessas medidas geraram conflitos entre as agendas de diferentes frações de classe, especialmente entre os setores do capital bancário-financeiro e da burguesia industrial, principalmente entre 2012 e 2013.

Analisar minuciosamente cada ponto do Plano Brasil Maior não é objetivo desta pesquisa, mas é relevante destacar alguns aspectos. Como mencionado anteriormente, a política visava direcionar as iniciativas dos agentes econômicos da tesouraria para a produção. A expectativa era que a resposta ao estímulo à atividade industrial fosse observada no médio prazo, com subsequente consolidação a longo prazo por meio de gastos setoriais na efetiva e contínua política industrial (Laidler, 2018, p. 245). No entanto, característica de uma economia financeirizada, os interesses de curto prazo das diferentes frações de classe interromperam essa política.

Inicialmente, o setor bancário-financeiro expressou descontentamento devido à política de redução dos juros e à tentativa de diminuir a elevada taxa média de *spread* bancário praticada pelos bancos brasileiros, o que gerou considerável insatisfação no capital financeiro, como destacado por Singer (2018). Além disso, outra fonte de oposição, conforme apontado por Neto (2020, p. 122), surgiu em relação à medida de represamento das tarifas de energia, enfrentando resistência especialmente do capital financeiro, uma vez que parte significativa das ações das empresas de energia elétrica era detida por alguns fundos de pensão.

Em segundo lugar, o próprio capital industrial, apesar de ter obtido diversos benefícios, como desvalorização cambial, queda dos juros, controle dos preços de energia e desonerações fiscais, viu-se diante de uma realidade na qual, após décadas de taxas de juros elevadas, o conjunto dos empresários brasileiros, incluindo os produtivos, adentrou em atividades rentistas. De acordo com Singer (2018, p. 66), buscaram investimentos seguros e de curto prazo para assegurar grande liquidez. Outra questão apontada por Neto (2020, p. 124) é que a política de desoneração de impostos, sendo a espinha dorsal da nova matriz econômica, não apenas deixou de estimular novos investimentos privados, mas também causou pressão política devido às parcelas não beneficiadas pela política, contribuindo para o déficit na Previdência Social a partir de 2015.

Com o passar dos anos e o aumento das tensões de classe, a Fiesp, para quem a agenda da nova matriz econômica foi inicialmente elaborada, acabou cedendo aos interesses do capital financeiro. Esse movimento resultou na derrocada da nova matriz econômica. Como indicado por Neto (2020, p. 126), a Fiesp abandonou o governo, rompendo a aliança política que este havia tentado estabelecer. Após essa ruptura, a Fiesp não apenas trabalhou contra a reeleição de Dilma em 2014, mas também apoiou e desempenhou um papel jurídico e parlamentar crucial de 2016, que resultou no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. No próximo tópico, abordaremos o posicionamento e os interesses das principais frações de classe, com destaque para a Fiesp e a Febraban, ao longo dos anos que compreendem o período de vigência da nova matriz econômica.

## 2.2 Posicionamentos dos APH durante a nova matriz econômica

2.2.1 A burguesia financeira

A partir de agosto de 2011, especificamente, o Banco Central do Brasil iniciou uma redução na taxa Selic, passando de 12,5% ao ano para 12%. No ano seguinte, em 2012, a Selic foi ainda mais reduzida, atingindo 7,25% ao final desse ano1[[10]](#footnote-9). Simultaneamente, o ministro da Fazenda buscou reduzir o *spread* bancário dos bancos privados brasileiros. De acordo com Singer (2018, p. 48-49), o governo Dilma estava mais envolvido em disputas do que o governo Lula. Essas medidas representaram um enfrentamento ao rentismo, e o governo tornou público esse embate. Em comunicado do Ministério da Fazenda, o governo destacou que o spread no Brasil era muito elevado em comparação com outras economias e que sua redução precisava acompanhar a queda dos juros. Alexandre Tombini, em uma audiência da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, afirmou que a diminuição do spread era uma prioridade do governo e uma determinação da presidência da República. Assim, a redução da margem de lucro dos principais bancos privados tornou-se uma diretriz do Executivo federal.

Em uma reunião no Palácio do Planalto para o lançamento do Programa de Microcrédito em 2011, Guido Mantega e Dilma Rousseff desafiaram a Febraban, principalmente o seu representante presente, Murilo Portugal:

Na apresentação das medidas, tanto a presidente Dilma Rousseff quanto o ministro da Fazenda, Guido Mantega, provocaram o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, presente na plateia. Mantega, que falou primeiro, afirmou que "vamos ampliar os recursos para o microcrédito e reduzir radicalmente os juros... o presidente da Febraban está me olhando um pouco torto, mas é o que vai acontecer". Pouco depois foi a vez de Dilma. "Tenho certeza de que nossos quatro bancos públicos federais vão dar o exemplo, e que a Febraban, através do Murilo Portugal, no futuro, tenho certeza, vai se engajar nesse projeto". A avaliação de técnicos do governo é que a participação de Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal servirá como "símbolo" de que o programa de microcrédito é "atrativo" (VILLAVERDE, 2011).

Para isso, o governo utilizou a concorrência dos bancos públicos para forçar a redução do spread dos bancos privados. Segundo a matéria do Valor Econômico:

O corte nos spreads começou capitaneado pelos bancos públicos, principalmente pela Caixa Econômica Federal. Mas, sentindo o efeito da concorrência via preços alardeada em propagandas no rádio e na televisão, as instituições privadas não puderam se esquivar de seguir a toada. "É um processo muito forte. Em determinados segmentos, o spread está adequado, como em empresas. Em outros, nos próximos dois, três anos, veremos uma transformação muito grande", afirmou Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Bradesco.

Os bancos ponderam que a resistência decorre da maior inadimplência ao longo do último ano, o que corrói parte do spread dos bancos. Líquido das perdas com os calotes, o spread do Itaú, por exemplo, passa de 7,6% em junho de 2011 para 7,5% um ano depois (MANDL; MARQUES, 2012).

Ou seja, estava travada uma “disputa” entre o governo e os principais bancos privados com relação aos juros e os spreads. De acordo com Singer (2018, p. 49-50) o presidente da Febraban, representando os bancos privados, que estavam ameaçados de perder parcela do mercado, viajaram para Brasília com uma lista com 20 reivindicações como contrapartidas para a redução dos spreads bancários. Elas foram entregues ao secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa. Algumas propostas eram:

Dentre as propostas apresentadas pela Febraban para cortar o custo do crédito estão a utilização de parte das reservas de planos de previdência para garantir empréstimos bancários e a ampliação para todas as operações de crédito da diluição dos impostos pagos na hora de renegociar dívidas. Pedidos antigos, que na avaliação de Portugal teriam um impacto mais imediato e direto nos spreads, como a redução dos compulsórios e da tributação - Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) -, foram reforçados. "O Brasil tributa pesadamente a intermediação financeira", afirmou Portugal (ALVES e SIMÃO, 2012).

Como demonstra Singer (2018, p. 50), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, acabou não dando brecha às abordagens da entidade e do sistema bancário-financeiro. O momento político aparentava ser favorável, com o bom desempenho do Partido dos Trabalhadores nos pleitos municipais na eleição de 2012.

Em jantar de final de ano da Febraban, os representantes dos principais bancos nacionais, além de bancos de capital de porte médio, reclamavam do ano, além de manifestarem certo pessimismo com relação ao ano seguinte. Murilo Portugal, então presidente da Febraban, ainda manifestou um tom de conciliação da entidade frente às políticas que iam de encontro aos interesses dessa fração. Segundo reportagem:

O presidente da Febraban, Portugal, continuou na tentativa de "fazer as pazes" com o governo, depois de a relação azedar em meio à pressão pelas quedas nas taxas de empréstimos bancários. "Era preciso reduzir o elevado custo do crédito no Brasil. Isso não é só nossa tarefa [dos bancos], mas é uma tarefa com a qual estamos comprometidos", afirmou. Foi justamente o engajamento da entidade que foi colocado em jogo pelo governo na ocasião (ADACHI; MANDL; MARQUES, 2012).

Após apresentar a redução da conta da tarifa da conta de luz em janeiro de 2013 em rede nacional, o clímax do governo passaria a prenunciar um declínio. Primeiro, o presidente do Banco Central (BC) se mostrou desconfortável com a inflação em entrevista com a jornalista Miriam Leitão, em 7 de fevereiro. Isso fez com que os investidores passassem a apostar na alta dos juros. Segundo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi contra o presidente do BC em entrevista para a Reuters, garantindo que não havia problemas com a inflação. Terceiro, a presidente Dilma, em viagem ao exterior, tentou reforçar a posição de Mantega, dizendo ser contra medidas que combatam a inflação e que interfiram na questão da redução do crescimento econômico. Contudo, ainda na viagem, foi obrigada a voltar atrás da declaração devido à reação do mercado financeiro (Singer, 2018, p. 53).

Por mais que, como visto pelas posições da Febraban, a posição do APH não tenha sido das mais agressivas, e sim bastante apaziguadora no período, o governo Dilma acabou cedendo às pressões do mercado financeiro, nacional e internacional, além da pressão da mídia hegemônica. Laidler (2018, p. 249) destaca que Dilma se rende às pressões presentes na sociedade civil, e o Banco Central começou a elevar a taxa básica de juros. Após atingir o patamar mais baixo em outubro de 2012, com 7,25%, foi para 10% em novembro de 2013, 11,75% em dezembro de 2014 e 14,25% em julho de 2015.

O presidente da Febraban, Murilo Portugal, expressou otimismo em relação às escolhas da presidente Dilma para o Banco Central, Ministério da Fazenda e do Planejamento, considerando as indicações de Joaquim Levy, Nelson Barbosa e Alexandre Tombini como "excelentes". Portugal destacou a experiência dos três no setor público e privado, ressaltando a contribuição de Levy para políticas macroeconômicas que resultaram na retomada da confiança e na conquista do grau de investimento. Ele também enfatizou a expectativa de continuidade do combate à inflação e elogiou a atuação de Tombini na regulação e supervisão prudencial do sistema financeiro. Quanto a Nelson Barbosa, Portugal destacou sua trajetória em cargos importantes, esperando uma contribuição positiva para a atuação coesa da nova equipe econômica (Lopes, 2014). É importante frisar que essa demonstração de satisfação com o manejo da política por parte da Febraban só foi possível quando as bases da nova matriz econômica já haviam implodido.

## 2.2.2 A burguesia agrária

O Plano Brasil Maior, lançado em 2011 pelo governo Dilma Rousseff, visava fortalecer o setor industrial brasileiro por meio de políticas de incentivo à inovação, competitividade e exportações. Se observarmos a macroeconomia brasileira nesse período, há um amplo processo de desindustrialização e reprimarização da economia nacional, o que explica, em partes, o privilégio da burguesia industrial nesse período de maior valorização do capital produtivo. Para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), o plano tinha menor prioridade em comparação com o setor industrial, pois suas demandas estavam mais focadas em questões diretamente relacionadas ao agronegócio, como infraestrutura e políticas agrícolas. Mesmo assim, as políticas econômicas gerais, incluindo o Plano Brasil Maior, impactavam indiretamente o agronegócio devido à sua influência na economia nacional.

De acordo com os documentos analisados, o apoio da CNA e da Abag ao Plano Brasil Maior estava baseado na expectativa de que as medidas do plano poderiam reduzir custos e aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro. Entre as medidas de interesse estavam a desoneração da folha de pagamento e os incentivos à modernização e ampliação das operações agrícolas, o que poderia resultar em melhor infraestrutura e logística para o setor. Durante o primeiro governo Dilma Rousseff, 2011-2014, a CNA e a Abag apresentaram várias reivindicações para melhorar o setor agrícola e o agronegócio. Elas pressionaram por melhorias na infraestrutura e logística, incluindo a ampliação e manutenção de rodovias, ferrovias e portos, uma vez que as condições deficientes dessas estruturas aumentavam os custos e reduziam a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros tanto no mercado interno quanto externo. Além disso, solicitaram políticas agrícolas mais robustas, com foco na estabilidade do crédito rural, seguro agrícola e programas de apoio à comercialização, defendendo um plano de safra mais abrangente e a desburocratização do acesso a financiamentos para produtores rurais. O Plano Safra, que inclui crédito subsidiado, seguro agrícola e outras formas de apoio financeiro, também foi uma das principais reivindicações.

As entidades buscavam ainda uma legislação ambiental mais equilibrada, que “protegesse” o meio ambiente sem prejudicar a produção agrícola. A revisão do Código Florestal, cujo objetivo foi o de conciliar a preservação ambiental com a produção agropecuária, foi um ponto central dessa busca. O Código Florestal, que passou por importantes modificações durante o governo Dilma Rousseff, estabelece normas sobre a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal (RL) dentro das propriedades rurais, afetando diretamente os agricultores e pecuaristas, o que tornou o tema de grande interesse e preocupação para a CNA e a Abag.

Segundo o Presidente da Abag, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, o ciclo de alta das commodities agrícolas no mercado internacional, ocorrido na segunda metade da década de 2000, inicialmente camuflou as deficiências infraestruturais do Brasil em transporte e logística. O aumento dos custos de produção, aliado à pressão logística, tornaram-se mais evidente com o aparente esgotamento da tendência de valorização das *commodities*. A carência de armazéns, o transporte concentrado em rodovias e um sistema portuário precário prejudicam a competitividade do agronegócio. A necessidade urgente de investimentos destaca-se, com ênfase na gestão eficiente e participação da iniciativa privada. O representante da Abag destaca a baixa alocação de recursos públicos, e suplica a necessidade de investir no mínimo 2% do PIB em transporte. A falta de investimento em armazenagem afeta a eficiência da cadeia produtiva, gerando perdas econômicas. O presidente da EPL, Bernardo Figueiredo, enfatizou a inadequação do transporte rodoviário para a expansão do agronegócio em regiões distantes dos portos, destacando o PIL como uma iniciativa para abordar esses desafios (Veiga, 2013).

Carvalho também expressou sua preocupação com os crescentes custos de produção no setor após o ciclo de alta das *commodities* agrícolas entre 2000 e 2012. Ele destacou os desafios enfrentados, incluindo a queda nas cotações internacionais, aumento dos custos de energia e mão de obra, além da pressão logística. Carvalho ressaltou a necessidade de ações concretas, como a busca por acordos comerciais, fortalecimento do seguro rural e a resolução dos gargalos na armazenagem e infraestrutura. O presidente da Abag também criticou a ausência de uma estratégia clara para o agronegócio no país, lamentando a interpretação inadequada da vocação agrícola brasileira por parte do governo e a falta de sensibilidade do Executivo para as questões fundamentais do setor (Ferreira, 2013).

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por meio de uma cartilha lançada em 2013, destacou diversas conquistas e objetivos cruciais para o agronegócio brasileiro. A infraestrutura é ressaltada como uma questão absolutamente vital no documento. Além disso, a redução das taxas de juros foi mencionada como uma medida de grande importância. A diminuição das tarifas de energia também figurou entre as conquistas destacadas no documento (CNA, 2013).

De maneira geral, o agronegócio, como uma parte significativa do capital produtivo, viu-se beneficiado pela redução das taxas de juros e pela diminuição de alguns custos de produção. Entretanto, demandava maiores investimentos em tecnologia e infraestrutura por parte do governo. Até 2014, parte do agronegócio desempenhou um papel de apoio ao governo Dilma durante o primeiro mandato, notadamente com a aproximação com a então senadora Kátia Abreu, ex-presidente da CNA, que posteriormente assumiu o cargo de ministra da agricultura no segundo mandato, já fora de suas funções representativas na entidade.

## 2.2.3 A burguesia industrial

Aqui se destaca a principal fração de classe visada pelo Plano Brasil Maior, delineando- se como o epicentro das atenções e diretrizes estabelecidas. Trata-se do setor da economia brasileira que se distingue por possuir uma extensa literatura voltada à análise detalhada de seus interesses e estratégias ao longo da implementação da nova matriz econômica. Este segmento, por sua relevância e proeminência, emerge como protagonista nas discussões sobre políticas econômicas, destacando-se não apenas pela sua representatividade, mas também pelo papel crucial desempenhado na conformação e condução das mudanças propostas pelo Plano Brasil Maior.

No início do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) formalizou o "Brasil do Diálogo da Produção e do Emprego" (BDPE). Este documento, composto por 40 pontos abrangendo diversos temas de interesse industrial, destaca eixos temáticos como macroeconomia, proteção da indústria nacional, estímulo às compras governamentais e defesa tarifária contra a indústria chinesa. Originado a partir de seminários entre a Fiesp e representantes de centrais sindicais no início do mandato de Dilma Rousseff, o BDPE foi apresentado como uma colaboração em resposta às dificuldades da crise econômica mundial de 2008. Paulo Skaf, presidente da Fiesp, entregou o documento a Michel Temer, então vice-presidente, em uma cerimônia no Moinho Santo Antônio, São Paulo. A relevância do BDPE reside na representatividade da atuação coletiva da Fiesp, exercendo influência significativa na agenda de intervenções econômicas do governo Dilma, conforme ressaltado por Singer (2018) e Carvalho (2018).

O BDPE aborda diversas demandas da indústria, incluindo a proteção tarifária contra produtos chineses, a regulamentação nas compras governamentais com foco em conteúdo nacional, a redução de juros, a diminuição das tarifas elétricas e desonerações fiscais. Considerado um elemento crucial para compreender as políticas de intervenção estatal no primeiro mandato de Dilma Rousseff, o documento reflete a aliança entre o governo e a Fiesp, conforme analisado por Singer (2018). Esse ensaio destaca as políticas públicas e intervenções econômicas como alinhadas aos interesses da indústria, conforme formalizado no BDPE.

A agenda delineada no BDPE parece ter sido refletida em várias medidas subsequentes, notadamente na formulação do Plano Brasil Maior, conforme apontado por Singer (2018). O autor argumenta que o impacto do BDPE se estendeu à condução da nova matriz econômica, destacando uma convergência de interesses entre uma equipe econômica com orientação desenvolvimentista e empresários ávidos por recursos. O objetivo era impulsionar a industrialização e a geração de empregos como resposta à crise econômica de 2008. No entanto, essa aliança começou a se desfazer no final do primeiro mandato de Dilma, quando o governo enfrentou dificuldades em sustentar o projeto diante da deterioração do cenário político e do agravamento da crise econômica. Ou seja, a implementação necessária envolvia capacidades estatais significativas, incluindo a presença regulatória do Estado na economia e um aumento da participação e influência do setor industrial no governo. Contudo, tais medidas indicavam uma direção oposta aos interesses do capital financeiro, contribuindo para a ruptura dessa aliança.

Carvalho (2018) concentra sua análise nos dois mandatos de Dilma Rousseff (2011- 2016), explorando, assim como Singer, a aliança entre a Fiesp e o governo federal baseada nos princípios da nova matriz econômica. A abordagem da autora está centrada na economia, sustentando a tese de que, ao adotar a "Agenda Fiesp", o governo federal aprofundou a crise econômica. Isso ocorreu porque o governo apostou em desonerações fiscais no setor produtivo em um momento de fragilidade fiscal. Além disso, as desonerações no setor produtivo não teriam alcançado os resultados esperados de estimular o investimento privado produtivo. Segundo Carvalho (2018), a intervenção estatal na promoção da "Agenda Fiesp" teria minado a confiança dos agentes do mercado financeiro, impactando negativamente os indicadores econômicos e, consequentemente, influenciando as expectativas gerais dos agentes econômicos. Essa dinâmica, segundo a autora, justificaria o rompimento da Fiesp com o governo.

Singer (2018) analisa o governo federal agindo em defesa dos interesses industriais, impulsionado por um ideário desenvolvimentista. A base programática apresentada pela Fiesp em 2011 no documento "Brasil do Diálogo da Produção e do Emprego" teria fundamentado várias medidas pró-indústria durante o primeiro mandato de Dilma. O rompimento da Fiesp com o projeto desenvolvimentista, segundo Singer, ocorreu devido à ofensiva rentista do mercado financeiro e à dualidade do empresariado, sendo rentista e produtivista. Nesse contexto, no neoliberalismo, o empresariado industrial tornou-se menos receptivo a intervenções estatais e a investimentos produtivos. Por outro lado, Laura Carvalho argumenta que o governo federal agiu para implementar o programa da Agenda Fiesp, buscando estratégias para manter o crescimento econômico semelhante ao período de Lula. No entanto, ela destaca que essa abordagem contribuiu para aprofundar a crise econômica no primeiro mandato de Dilma, ao privilegiar os interesses da Fiesp em detrimento da realidade fiscal brasileira. Mesmo assim, a Fiesp teria rompido com Dilma, seguindo a insatisfação geral dos agentes econômicos que percebiam equívocos na condução econômica do governo.

Os autores, embora fundamentados em perspectivas teóricas distintas, convergem ao destacar a Fiesp como uma força motriz na formulação de políticas que colocaram o Estado diante de um dilema crítico em relação ao seu papel e capacidade de intervenção econômica. Ambas as análises se baseiam em evidências sólidas de políticas públicas implementadas durante o governo de Dilma Rousseff, que, segundo os estudiosos, refletem uma clara aderência à agenda inicialmente apresentada pela Fiesp no início de 2011. Essa convergência entre as perspectivas teóricas reforça a ideia de que a Fiesp desempenhou um papel central na orientação das políticas econômicas adotadas no período analisado.

As medidas que constituem a NME, tomadas no primeiro governo Dilma, foram rapidamente aprovadas pela Fiesp, embora não deixassem de apontar restrições das medidas. Paulo Skaf elogiou as medidas como um pacote inicial, que no caso foram algumas desonerações fiscais, mas acreditava que o plano ainda era incerto. O presidente da federação pedia que mais medidas fossem tomadas, principalmente para compensar a valorização do real, que estava afetando a competitividade da indústria nacional, além dos custos da energia, que ainda não tinham sido incluídas no pacote inicial[[11]](#footnote-10).

Dois meses depois dessa declaração, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em encontro com o presidente da Fiesp e um grupo de empresários na sede da federação paulista, discutiam sobre os impactos da crise financeira mundial de 2008. O ministro defendeu que a taxa real de juros ideal para o Brasil giraria em torno de 2% a 3%, alertou que o governo estava comprometido com a diminuição desses juros, que na época, estavam em 12% ao ano. Os juros haviam acabado de receber um corte de 0,5% na última reunião do Comitê de Política Econômica (Copom). Também ressaltou que uma quantia em compulsórios, cerca de 500 bilhões de reais, poderiam ser liberados pelo Banco Central em caso de escassez de crédito. Junto a isso, disponibilizou as reservas cambiais para financiar exportações, deixando claro para os empresários que o governo estava preparado para uma crise aguda. Essas garantias do governo para ajudar a indústria na crise tinha como principal objetivo que os empresários continuassem investindo, deixando claro que a nova agenda do governo buscava o crescimento puxado pelo setor privado, em especial, a indústria.

A redução citada de meio por cento no mês de agosto gerou cautela na burguesia industrial. A CNI via a redução como “um importante passo dado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) para enfrentar as dificuldades que a economia brasileira começa a sentir com a nova fase da crise mundial”, e que o “o Banco Central iniciou um novo ciclo de flexibilização monetária, cuja magnitude dependerá dos desdobramentos da crise na economia do país”. Já para o representante da Fiesp, que foi bem mais assertivo em sua opinião, “a redução era positiva, mas insuficiente”, que a medida representava uma “timidez diante do quadro de resfriamento da economia doméstica e internacional”. Para João Guilherme Ometto, presidente em exercício da Fiesp na época, “só uma forte redução nos juros pode fazer com que o país mantenha o ritmo de crescimento, sem comprometer o controle dos preços”, e alertou que o Banco Central deveria se preocupar mais com o crescimento econômico e com o emprego”[[12]](#footnote-11).

Por mais que o governo federal estivesse tentando atender a boa parte das demandas do setor produtivo, principalmente da burguesia industrial, eles terminaram o ano de 2011 tecendo críticas à direção da economia do governo Dilma. Segundo Skaf, “essas medidas não são o que defendemos. Queremos planos lineares e horizontais que atendam a todo o setor industrial brasileiro”. Skaf defende que a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para itens da linha branca na indústria de eletrodomésticos, e a desoneração de PIS/Cofins das massas industrializadas, deveriam ser adotadas para todo o segmento industrial, e não para determinadas áreas apenas. A alta volatilidade do câmbio, “o dólar um dia está a R$ 1,70 e, no outro, a R$ 1,90. Essa volatilidade é muito ruim. O ideal para a indústria brasileira é que ela se estabilize acima de R$ 1,90”[[13]](#footnote-12).

Outras críticas feitas foram sobre o aumento do juros no primeiro semestre. A federação ainda não tinha “embarcado” no governo, criticando os juros altos, alta valorização do real, falta de competitividade, invasão de produtos importados no mercado doméstico, além da alta carga tributária. Skaff comenta que:

Nossos resultados poderiam ser melhores. A crise nem nos atingiu, mas a nossa economia já esfriou (...) A marca do governo de Fernando Henrique Cardoso foi a Lei de Responsabilidade Fiscal e a estabilidade monetária; a de Lula, a ascensão da classe média e o Bolsa Família. E a de Dilma? A troca de ministros? Isso é muito pouco (SKAF, 2011)[[14]](#footnote-13).

Com isso, a burguesia industrial começou o ano de 2012 pressionando para que o governo acelerasse e tomasse medidas que beneficiassem o setor. A burguesia acreditava que as providências tomadas no ano anterior estavam corretas, mas eram insuficientes. As demandas eram as mesmas. O presidente da Fiesp, no primeiro semestre de 2012, destacou que os juros “ainda são altíssimos”, e criticou a política industrial do governo Dilma. Ainda criticando as (novas) desonerações seletivas para alguns setores, Skaf salienta que “se o governo quer atender alguns setores, ele cumpriu. Se ele quer resolver o problema da competitividade da indústria, ele não conseguiu”. No geral, Skaf colocava as medidas como importantes, “mas não resolvem o problema da competitividade do Brasil”[[15]](#footnote-14).

Em parceria com a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e as centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; a Fiesp reiterou que o governo ainda não havia trabalhado nos entraves que afetam a indústria. Isso um dia após um pacote de 60 bilhões de estímulo à indústria, dizendo que as medidas afetam apenas os problemas gerados, e não a causa, que era a desindustrialização. segundo Skaf, “os empresários investem, confiam na economia, dão emprego, mas não há contrapartida. Se você pegar a empresa mais competitiva na China e trouxer para o Brasil, ela deixará de ser competitiva”[[16]](#footnote-15).

Em abril de 2012, a CNI apresentou suas projeções para o ano. Em síntese, a nova projeção da confederação passava a ver o cenário econômico com mais otimismo. A revisão da CNI indica inflação mais baixa, redução dos juros e melhoria nas contas públicas[[17]](#footnote-16). A burguesia industrial, por mais que pressionava o governo, entendia que as medidas buscavam atender às suas demandas, e mantinha constante diálogo com o governo. O presidente da CNI, na mesma reunião, diz que o governo dava sinais claros de que não era indiferente à indústria, e que a implementação de 19 conselhos de competitividade setorial para acompanhar a implementação do Plano Brasil Maior, mostrava a existência de processos estruturados de diálogo entre governo e a indústria[[18]](#footnote-17).

Até esse momento, a burguesia bancário-financeira se encontrava completamente descontente com o NME, enquanto a burguesia industrial ainda não havia alinhado 100% dos seus interesses com o governo Dilma. A situação passou a mudar se encaminhando para o segundo semestre de 2012. Em maio, Skaf publicou um artigo intitulado “Cinco Vezes Dilma”, no jornal “O Estado de São Paulo”. O artigo trata das disputas da indústria e dos empresários do setor elétrico. O texto mostra o alinhamento entre a federação e o governo com relação à contrariedade da reprorrogação da concessão do setor elétrico, assim como a dos terminais portuários. O artigo termina com uma pequena bajulação à presidente:

A trajetória política de Dilma Rousseff forjou uma mulher comprometida com a sua palavra, com a sua história e com o seu povo. Pedir-lhe que renuncie a tudo isso é desconhecer o seu caráter. Fazer isso em nome do interesse de poucos é um desrespeito. Querem convencer Dilma a desfazer tudo o que ela fez. Ao que tudo indica, sairão frustrados (SKAF, 2012)[[19]](#footnote-18).

Nesse período, o governo Dilma tinha enfrentado certos grupos de interesse no que se refere à questão dos transportes e energia. Sobre o primeiro, o governo buscou mudar o quadro regulatório dos transportes rodoviários, ferroviários e portuários, e precisavam ser renegociados. Sobre o segundo, o governo buscou atacar os encargos adicionais cobrados pela Eletrobras e outras empresas geradoras de eletricidade do âmbito estadual. Essa segunda medida acabou gerando enorme custo político para o governo, representando sua última grande vitória no Congresso com apoio de parte das frações da burguesia, principalmente a industrial. Contudo, trouxe enorme desgaste frente ao capital financeiro, com os fundos de investimento nacionais e internacionais (Saad; Morais, 2018, p. 175-178).

Com o governo comprando brigas do setor produtivo, a burguesia industrial começava a ter maiores expectativas de melhora nas atividades do setor, mesmo com o faturamento tendo caído 2,4% só no mês de julho. Na matéria, o economista da CNI:

O conjunto de informações mostra um quadro de transição, quando os sinais não são todos em uma única direção. O câmbio mais desvalorizado [dólar mais alto] e os juros mais baixo, além das diversas medidas de política econômica voltadas para a demanda doméstica e melhoria da competitividade com produtos estrangeiros, devem mostrar efeitos que sinalizam uma expectativa de recuperação mais moderada nos próximos meses, principalmente nos meses finais do ano. A expectativa é que o segundo semestre seja melhor do que o primeiro (Branco, 2012)[[20]](#footnote-19).

Antes da implosão da NME, o governo Dilma, anunciou a desoneração da folha de pagamentos de mais de 25 setores, sendo que 15 setores tinham sido beneficiados anteriormente. Pesquisa feita no primeiro semestre de 2012 demonstra que, dos 262 empresários, a maioria queria a desoneração da folha de pagamentos, com 95% destacando que essa deveria ser a prioridade número um do país. A medida seria fundamental para reduzir os custos da indústria e aumentar a competitividade das empresas. Segundo Flávio Castelo Branco, “a indústria precisa pagar menos impostos para produzir mais, contratar mais trabalhadores e gerar mais renda na economia brasileira. Com a redução dos custos, vamos aumentar a competitividade do produto nacional e toda a população sairá ganhando”[[21]](#footnote-20).

Em outubro, a burguesia industrial e o governo pareciam tão alinhados que, Benjamin Steinbruch, primeiro vice-presidente da Fiesp, criticava abertamente o capital financeiro. Em texto publicado na Folha de São Paulo:

Era uma vez um país que, durante muitos e muitos anos, privilegiou os investimentos financeiros. Quem aplicava o dinheiro no mercado financeiro tinha ganhos bem superiores à taxa de inflação - ganhos reais, como dizem os economistas.

Nessas condições, pessoas físicas e jurídicas se acostumaram durante décadas com rendimentos financeiros que não permitiam nenhum esforço e não representavam praticamente nenhum risco. Os títulos do governo eram seguros e rendem sempre bem mais do que a inflação. Frequentemente, proporcionavam os melhores retornos do que o de operações industriais e comerciais.

Durante todo o tempo em que esse país foi seguido vezes campeão (ou vice) mundial dos juros altos, havia explicações sempre atualizadas dos especialistas. O país seria diferente dos demais. Assim, para funcionar como indutor da queda da inflação, os juros seriam exponencialmente maiores.

Os empresários diretamente ligados à produção foram, nesse tempo todo, críticos enfáticos dessa política de juros elevados. Até um empresário que ocupou a vice-presidência da República por oito anos, o saudoso José Alencar, destacou-se nessa crítica, mesmo tendo se chocado muitas vezes frontalmente com as asas do governo na área da economia.

Num belo dia, porém, alguém aceitou uma luz e o discurso já cansativo e repetitivo dos empresários começou a ser melhor observado. A jabuticaba dos juros desse país diferente não poderia continuar para sempre. A taxa básica começou então a ser cortada pelas autoridades fiscais. Em pouco mais de um ano, a taxa foi reduzida de 12,5% ao ano para 7,5% ao ano.

A batalha atual é para convencer o setor financeiro a reduzir a diferença entre as taxas que paga ao captar recursos e as que cobra ao emprestá-los, que os financistas chamam de spread (STEINBRUCH, 2012)[[22]](#footnote-21).

No mesmo mês do texto de Steinbruch, o Banco Central diminuiu a taxa de juros em 0,25%, chegando a 7,25% ao ano. Skaf elogiou e pediu para que as medidas fossem mantidas, segundo ele, “não é hora de mudar os sinais da política econômica, sob pena de abortar o processo de retomada e, em 2013, o país crescer menos que o mundo e que a América Latina, como ocorreu em 2011 e ocorre novamente em 2012”[[23]](#footnote-22).

O final de 2012 e o primeiro trimestre de 2013 correspondem ao auge do apoio da burguesia industrial ao governo Dilma. O presidente da Fiesp começou o ano de 2013 projetando o crescimento da indústria em até 3%, e defendeu a política de estímulo à expansão da economia. Animado com a possível melhora do cenário econômico:

Não vejo razão para mudanças radicais no cenário. O clima é favorável à reeleição da presidente Dilma. Não tem como piorar, não vejo razões para mudar de forma significativa esse cenário. 2013 será melhor que 2012. Só se ocorresse algo muito forte, um crescimento muito negativo, desemprego e queda na renda. Mas é muito difícil isso ocorrer até as eleições. Se o país crescendo a 1% ela está com 70% de popularidade, imagina crescendo a 3%.

O PIB vai crescer mais, assim como a atividade industrial. Veja que, há um ano, as condições estavam piores: real super valorizado, energia mais cara, juros mais altos. Isso mudou.

Há uma porção de fatores que indicam o reinício de um círculo virtuoso. Pode até não ser um ano muito virtuoso, mas se reinicia um círculo virtuoso neste ano (SKAF, 2013)[[24]](#footnote-23).

Em março de 2013, o Copom manteve a taxa de juros em 7,25% ao ano, o que gerou satisfação para a burguesia industrial. Paulo Skaf destacou que “o Brasil não precisa de aumento de juros, mas de aumento de produção”, e não deixou de tensionar com o capital financeiro quando destaca que “aqueles que nesse momento e com essa conjuntura econômica ainda defendem aumento na taxa de juros não estão interessados no desenvolvimento do país, mas no ganho fácil que vem do rentismo”[[25]](#footnote-24).

Esse foi o auge do alinhamento entre o governo e a burguesia industrial, e o início de uma nova mudança na correlação de forças na condução da política econômica. Se antes o governo buscou reduzir os juros e empregar os bancos públicos para reduzir os *spreads*, a partir da elevação da Selic em abril de 2013, os spreads mudam sua tendência, começando uma escalada (Oreiro; Paula; 2021).

A indústria acabou tendo perdas consideráveis no primeiro trimestre de 2013, com queda de 2,5% da produção. A retração foi puxada pelo segmento de automóveis, mas também atingiu grande número de setores, revertendo a tendência de alta generalizada registrada em janeiro. O desempenho ruim dos bens intermediários, categoria que representa cerca de metade da indústria e indica a compra de matérias-primas e insumos pelo setor de bens finais, recuou 1,3% em fevereiro, movimento também interpretado como sinal de que a atividade industrial ainda não decolou. A produção industrial, mesmo com todos os incentivos à indústria, não conseguiu recuperar os níveis pré-crise de 2008.

Paulo Skaf afirmou que o resultado compromete as chances de o país alcançar o crescimento projetado para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Segundo o presidente, "iniciamos o ano prevendo crescimento da indústria de 2,5%, e do PIB de 3%. Com esses primeiros dados, já sabemos que o desempenho industrial será menor. Se não houver mudanças na política econômica, vamos enfrentar grandes dificuldades em 2013”[[26]](#footnote-25).

A NME de Dilma sucumbiu, mas a falta de resistência da burguesia industrial e a falta de resultados chamam a atenção. Neto (2020, p. 129) apresenta um estudo da Fiesp de 2018, mais especificamente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), que pesquisou os três macro setores da economia brasileira: indústria, comércio e serviços, totalizando 293 empresas. O autor destaca que para a pesquisa, a situação das empresas brasileiras já apresentavam preocupações em 2011, com aumento dos custos de produção (principalmente o custo da força de trabalho), que acabava por gerar ainda mais problemas para a competitividade da indústria brasileira. O período ainda coincidia com o aumento das exportações da China para o Brasil, que aproveitava o Real sobrevalorizado. Os custos dos salários, que em 2007 era de 8,9%, passaram a ser 10,1% em 2011, e 10,8% em 2015.

Nesse cenário, com o aumento dos custos de produção e a não recuperação da demanda interna e externa, as empresas brasileiras reduziram os investimentos, principalmente a partir de 2013. Além disso, o índice de das receitas da indústria em investimentos financeiros praticamente dobrou de 2010 a 2014.

Como visto, em 2013, o governo Dilma optou por mudar a política de redução da taxa Selic, dando sinal verde ao mercado de que os investimentos financeiros passariam a ser mais rentáveis. Nessa questão, por mais que buscasse o crescimento econômico, o governo, na prática, incentivou que os investimentos produtivos fossem reduzidos e os financeiros aumentassem, o que fez com que a indústria respondesse a esse estímulo de maneira racional, vendendo seus ativos e buscando investimentos de valorização de curto prazo, especialmente os financeiros.

Essa descrição pode iluminar o processo de financeirização da economia brasileira, quando a burguesia do setor produtivo optou por direcionar seus recursos para o mercado financeiro em vez de investir em capacidade produtiva. A decisão do governo Dilma de aumentar a taxa Selic para conter a inflação teve o efeito colateral de tornar os investimentos financeiros mais atraentes do que os produtivos. Como resultado, a indústria brasileira, enfrentando altos custos de produção e baixa competitividade, encontrou nos investimentos financeiros uma maneira de obter lucros rápidos e menos arriscados.

## 2.3 As Frações da burguesia na crise e construção do impeachment(2013-2016)

Em 2011, a política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff já estava alinhada com diversas bandeiras defendidas pela Fiesp, formando o que se chamaria de "nova matriz econômica". Esta incluía redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica, desonerações tributárias e crédito subsidiado, desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo, além de concessões de serviços públicos para a iniciativa privada. Algumas dessas medidas foram solicitadas em um documento entregue ao governo, assinado em conjunto com outras organizações empresariais e centrais sindicais.

Segundo Carvalho (2018, p. 81), os investimentos do governo central caíram 19,6% em 2011, descontando-se a inflação, indicando uma reorientação do governo em direção a incentivos ao setor privado em detrimento de investimentos públicos diretos. A inflexão da trajetória dos investimentos públicos a partir de 2011 não teve uma explicação única. Para Carvalho (2018, p. 83), uma interpretação possível é de que houve uma reorientação da estratégia governamental, passando a apostar nos incentivos direcionados ao setor privado e menos no investimento público direto. Ocorreram desonerações tributárias, subsídios associados ao programa Minha Casa Minha Vida, crédito subsidiado via BNDES, além de concessões na área de infraestrutura. O que ocorreu, em partes, foi uma transferência de serviços que atendem o público para a iniciativa privada.

Todavia, esses incentivos mostraram-se pouco eficazes em dinamizar a demanda agregada, além do impacto negativo na arrecadação do governo, pois os investimentos privados não acompanharam, como foi visto até pela pesquisa do IEDI, citada por Neto (2020); resultando na incapacidade de atingir superávit fiscal, já que houve um aumento de despesas devido a subida dos subsídios, mais a redução do crescimento das receitas.

Carvalho (2018, p. 59) destaca que a desaceleração da economia e deterioração fiscal que se seguiram com essas medidas acabaram criando condições para uma nova mudança de modelo econômico a partir de 2015, abandonando o que havia sobrado dos pilares do crescimento econômico durante os governos Lula.

Após vencer as eleições de 2014, com 51,6% dos votos contra o candidato do PSDB, Aécio Neves, Dilma entrou na defensiva e nomeou para ministro da Fazenda o economista do Banco Bradesco, Joaquim Levy, de visão econômica ortodoxa. O economista e ministro anunciou que faria um ajuste fiscal rápido, levando o país de um déficit de 0,6% do PIB para um superávit primário de 1,2% em 2015 e 2% em 2016 e 2017. As medidas anunciadas incluíam a redução de 58 bilhões de reais de gastos com o PAC, alterações nas regras de recebimento de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença (Carvalho, 2018, p. 97).

De acordo com Mello e Rossi (2017), no final do primeiro governo Dilma, especialmente a partir de meados de 2014, as contas públicas começaram a se deteriorar, impactadas pela queda nas receitas, principalmente devido à desaceleração econômica e pelo aumento dos gastos com juros nominais. Com a crescente preocupação em relação à situação fiscal, além de acusações de manipulação das contas públicas e críticas ao excesso de intervenção estatal na economia, iniciou-se o segundo governo Dilma. Para tentar reverter essa situação, o novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, implementou uma forte contração fiscal, reduzindo o ritmo de crescimento dos gastos públicos de 12,8%, em 2014, para 2,1%, em 2015.

Segundo Mello e Rossi (2017), assim como em 2011, o corte afetou mais profundamente os investimentos públicos, que apresentaram uma queda de 29% ao longo de 2015, recuando 0,3% do PIB em comparação com 2014. Além da redução dos gastos públicos, o governo propôs reformas nas concessões de benefícios sociais, diminuiu o gasto com crédito subsidiado e procurou quitar as dívidas do governo federal com os bancos públicos, regularizando as chamadas "pedaladas fiscais".

A opção por uma contenção rigorosa dos gastos públicos, além de ir contra as promessas de campanha, não conseguiu melhorar a situação das finanças do governo. Na verdade, a desaceleração do crescimento dos gastos públicos, combinada com outras políticas econômicas restritivas, resultou em uma significativa diminuição das receitas do governo. Em 2015, as receitas caíram 6,3% em comparação com 2014, o que superou os efeitos dos cortes de despesas e agravou o resultado primário (Mello; Rossi, 2017).

Carvalho (2018, p. 100) demonstra que, ao contrário do que foi prometido, as medidas fiscais recessivas e o baixo crescimento projetado tiveram efeito contrário do esperado, e contribuíram para que despencasse a confiança dos investidores. Após a pequena recuperação de 2014, a confiança do mercado caiu em 20% no primeiro semestre de 2015. É nesse contexto que o então vice-presidente Michel Temer começou a se posicionar perante o mercado, vislumbrando oportunidades diante da ruína do governo Dilma.

A nomeação de Levy foi uma tentativa de reaproximação com o capital financeiro, após as medidas da NME que penalizaram a fração. Mas o resultado foi uma ofensiva política e burguesa contra a presidente, não sendo defendida por praticamente nenhuma das frações do capital, como veremos adiante. O governo foi perdendo parte da sua sustentação política, seja na sociedade civil, com muitas manifestações de rua no ano de 2015, quanto com o Congresso Nacional. Se não for possível dizer que houve uma unificação da burguesia em torno do *impeachment*, pode-se dizer que, ao final do processo, basicamente todas as frações fundamentais da burguesia brasileira foram extremamente complacentes.

Quanto a crise política institucional, após a demissão de políticos acusados de desvios ou corrupção de importantes ministérios ou de cargos de chefia de empresas estatais, no que Singer (2018, p. 185) chamou de “ensaio republicano”, esta era que nada mais que uma tentativa de limitar um esquema clientelista no aparelho estatal brasileiro, e diminuir os setores controlados do PMDB. Dilma acabou trazendo contra si uma gama de deputados do Congresso adeptos à vingança, sendo eles liderados por Eduardo Cunha. Com uma coalizão de 7 partidos (PMDB, PP, PROS, PR, PTB, PSC e Solidariedade), Cunha formou um verdadeiro balcão de chantagens, com cerca de 250 deputados, que dominaram o plenário à partir de então (Singer, 2018, p. 191- 192).

Assim, foi formado o que Singer (2018, p. 192) nomeou como “frente antirepublicana”. Esse bloco de partidos elegeram Cunha como presidente da Câmara em 2015, e adicionados à vertente liderada pelo PSDB, derrubaram o governo Dilma em 2016. Cunha acreditava que esses partidos não eram respeitados pelo PT, e por isso deveriam voltar às origens e restabelecer a aliança com o PSDB. Essa insatisfação com o partido de Dilma Rousseff já se apresentava em 2014, quando na convenção do PMDB deu 40% dos votos contrários à renovação da aliança em torno de Dilma.

Bastos (2017) destaca que os conflitos sociais ampliaram-se, dificultando a conciliação de interesses entre classes. No plano capital-trabalho, ganhos salariais e ativismo sindical aumentaram a reclamação empresarial. No plano Estado-movimentos populares, a pressão por bens públicos e direitos sociais manifestada nas Jornadas de Junho de 2013 empurrava uma agenda de reivindicações difícil de atender sem aumentar a dívida pública, reduzir a taxa de juros ou realizar uma reforma tributária.

Na sociedade civil, as Jornadas de Junho deixaram claro que havia uma crise de representatividade das forças políticas. Junto ao *impeachment* de 2016, o cenário foi de enorme mal-estar social, que mostrava as enormes contradições da sociedade brasileira. Elas foram a primeira manifestação de grandes proporções sem a liderança do PT e aliados na organização e condução. As manifestações demonstraram o início do esgotamento de um processo de organização da disputa pelo poder político institucional (Miguel, 2022, p. 204).

Gohn (2017) dividiu os protestos de 2013 a 2016 em três grupos, denominados de “ciclos”. As manifestações de 2013 tinham como foco inicial a crítica ao aumento das tarifas dos transportes coletivos, mas depois as demandas foram ampliadas para áreas do serviço público, como educação, saúde e segurança pública, além das denúncias de malfeitos nos gastos do dinheiro público. Originalmente foram organizados pelo Movimento Passe Livre, com amplo protagonismo de jovens, com foco específico na mobilidade urbana e o fim da mercantilização dos serviços públicos de transporte.

Já em 2014, Gohn (2017, p. 59) demonstrou que as manifestações foram intensas durante o pleito eleitoral para a presidência da república. Nesse momento, novos movimentos sociais surgiram, e que tiveram importante papel nas manifestações pró-impeachment em 2015 e 2016, como o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua. Nesse momento, mesmo que previamente, o *impeachment* da presidente Dilma aparece como uma reivindicação. Também nesse período foi criada a Lava Jato, uma investigação da Polícia Federal que buscava desmontar os planos de corrupção e lavagem de dinheiro na Petrobras. Ela se desenvolveu em cerca de 40 fases de investigação, com empresas públicas e privadas, envolvendo diretores de empresas e políticos. A operação Lava Jato acabou causando enorme desnorteamento em parte considerável da burguesia brasileira de diferentes ramos, com impacto considerável tanto na economia quanto na política institucional.

Mas voltando às manifestações, as que ocorreram em 2014 trouxeram o *impeachment* como possibilidade futura, mesmo que não fosse concretizado naquele momento. O início de 2015, as multidões também foram às ruas, agora com a pauta do *impeachment* mais consolidada; todavia, como demonstra Gohn (2017, p. 63), por volta de março de 2015, o “Fora Dilma” ainda não era um consenso entre os manifestantes, assim como não era para a burguesia brasileira, como parte da fração bancário-financeira que ainda tentou conciliar e ajudar no governo Dilma.

Gohn (2017) mostra que as manifestações de setembro até dezembro foram todas focadas no pedido de *impeachment*. No dia 2 de dezembro, a Câmara dos Deputados acolheu o pedido. A partir disso, praticamente não houveram representantes das frações da burguesia, independente do porte ou função do capital, que ousasse defender o governo de uma maneira geral. A burguesia industrial já havia declarado guerra ainda em 2015, e as demais frações foram aderindo publicamente ao *impeachment* próximo às votações nas casas legislativas. Os aparelho privados de hegemonia (APHs) que não se pronunciaram não necessariamente discordavam do *impeachment*, porque ainda não tinham apoio de alguma figura importante dentro da fração. Contudo, assim que aprovado o *impeachment*, logo estabeleceram boas vindas e desejaram boa sorte ao novo governo, como fez a Febraban.

Nesse momento de ampliação de conflitos sociais e desaceleração econômica, o governo preferiu políticas que apaziguaram a insatisfação empresarial, prejudicando sua base aliada. Boito (2018) frisou que a fraqueza da reação ao golpe se deu em basicamente dois sentidos: Primeiro foi o afastamento do sindicalismo popular com o estelionato eleitoral cometido na eleição para o segundo mandato de Dilma, e o segundo foi pela estratégia de enfrentar o golpe parlamentar apenas no interior das instituições do Estado. As ruas foram esquecidas por Dilma, muito diferente da oposição. Diversas partes da sociedade civil se manifestaram e se organizaram para desestabilizar o governo.

O resultado dessa soma de fatores foi o aprofundamento da recessão da economia brasileira, entre 2014 e 2016, com queda do Produto Interno Bruto (PIB), em termos reais, de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016[[27]](#footnote-26). A contração fiscal em meio à recessão acabou aumentando os custos políticos para o governo Dilma, que somada a perseguição política da Operação Lava Jato, acabou perseguindo parte considerável da burguesia que deu parte da sustentação aos governos petistas, além de ter prejudicados os arranjos políticos institucionais e a popularidade do governo.

Para Bastos (2017), o cenário econômico pós-crise financeira global dificultou a conciliação dos interesses da burguesia; e as reviravoltas da política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff contribuíram para a desaceleração cíclica e o descontentamento empresarial. O objetivo de Rousseff era eliminar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital, forçando a ampliação do investimento produtivo e da infraestrutura. Porém, políticas austeras reforçaram a desaceleração cíclica, e a falta de uma ampla campanha pública permitiu que o capital financeiro reafirmasse seu poder.

## 

## 2.3.1 A burguesia industrial

Enquanto representante da burguesia industrial paulista, Paulo Skaf começa a emendar um ensaio para se candidatar a um cargo político, visando as eleições para governador do estado de São Paulo no ano de 2014. A partir disso, parte dos posicionamentos da Fiesp se confundem com as pretensões políticas do líder da federação, contudo, como ficará visível, há uma continuidade, junto a um aprofundamento das demandas e posições da entidade em 2013, 2014 e 2015, com e sem Paulo Skaf na presidência da federação paulista.

Buscando estabelecer seu nome como candidato ao governo de São Paulo, Skaf tentou se conectar com os protestos de junho de 2013. Em uma entrevista, ao ser indagado se os protestos tinham alterado sua visão sobre política, o presidente da Fiesp disse que via a política de maneira semelhante aos manifestantes. Na busca de legitimar sua candidatura perante os manifestantes, Skaf defende que protestar era importante, mas que precisavam de alguém dentro do sistema político para “fazer as coisas acontecerem”. O presidente da Fiesp disse concordar com as demandas dos protestos, e destacou que uma das suas principais propostas era oferecer passe livre de transporte para estudantes da rede estadual de ensino[[28]](#footnote-27).

Segundo Perrin (2020), no segundo semestre de 2013, Skaf se envolveu em uma disputa com o prefeito Fernando Haddad sobre o reajuste do IPTU. Apesar de ser presidente de uma federação sindical da indústria, Skaf tentou liderar a oposição ao aumento do imposto, explorando sua imagem “anti-impostos” desde a campanha contra a CPMF. Haddad acusou Skaf de oportunismo político e chamou a Fiesp de “Casa Grande”. A Fiesp obteve uma decisão favorável no STF para derrubar o reajuste, e Skaf usou a vitória em propagandas na TV, o que gerou mal-estar com a Associação Comercial e o PSDB. A campanha contra o IPTU, embora não diretamente relacionada à indústria, ajudou Skaf a fortalecer sua imagem para a corrida ao governo do Estado, focando na classe média afetada pelo aumento. Após as reações da Fiesp ao fim do ciclo de queda de juros, as críticas passaram a ser direcionadas ao governo federal. Surgiram demandas por corte de gastos e reforma da Previdência nos posicionamentos da entidade, e a questão da “confiança do empresariado” foi introduzida no debate econômico como um objetivo a ser alcançado pelo governo e, de maneira mais pessoal, pela própria presidente Rousseff, numa crítica ainda sutil à sua personalidade.

Após reunião do COPOM em agosto, foi definido que a taxa Selic seria de 9% ao ano, com um aumento de 0,5%. Para o presidente da Fiesp, essa medida estava muito equivocada, principalmente pensando no setor industrial, pois:

A indústria vai crescer menos de 2% em 2013 e não conseguirá compensar a retração de 2,5% do ano passado. O comércio, que no primeiro semestre do ano passado cresceu 7%, este ano chegou com dificuldades aos 3,7%. E o volume de criação de empregos do CAGED registrou o pior julho desde 2003. Não é hora de subir os juros (SKAF, 2013).[[29]](#footnote-28)

Essa nota da Fiesp é simples, mas representa também um pontapé inicial para uma mudança de posicionamento da indústria, principalmente após a NME. Nessa nota, ainda no ano de 2013, o presidente da Fiesp pede maior compromisso fiscal do governo:

A economia brasileira está parando e, com essa medida, o Banco Central pode precipitar uma recessão, gerando desemprego e redução de renda. Isto tira ainda mais a competitividade do Brasil e o que já não estava bom pode ficar ainda pior. Há muito tempo pedimos mudanças na política econômica, na direção de maior controle de gastos e menos uso da taxa de juros (SKAF, 2013).[[30]](#footnote-29)

O representante da Fiesp virou o ano de 2013 tecendo críticas à presidente Dilma, contudo, ainda não havia entrado em confronto direto. Em entrevista cedida ao veículo Veja, Skaf fez um levantamento sobre a economia do ano, e concluiu que o cenário político conturbado havia envenenado a economia brasileira, mas que o ano havia sido regular, embora aparenta ter sido caótico. O mais interessante na entrevista é que Paulo Skaf faz mais um pequeno aceno às ideias de austeridade, quando defende que “ estão justificando o problema fiscal com as desonerações que fizeram, e isso é injusto. Eles reduzem temporariamente um imposto que é alto demais (no caso do IPI), como se estivessem fazendo um favor”; e que o governo deveria não aumentar a tributação, e sim cortar gastos, quando ele coloca que “eles sabem que não há espaço para subir imposto, nem disposição para cortar despesas” (Skaf, 2013).

De acordo com Perrin (2020), quem ficou responsável por intermediar os interesses e demandas da burguesia industrial foi a CNI. Não é possível dizer tão bem o porquê dessa definição, mas o pleito eleitoral para o governador de São Paulo pode também ter influenciado esse distanciamento da Fiesp com o governo, principalmente na figura de seu presidente, Paulo Skaf.

No início do segundo semestre de 2013, parcela da burguesia industrial estava confiante com a recuperação da economia. Após encontro com a CNI, tratando das concessões e leilões das rodovias, aeroportos, portos, petróleo e energia, o ministro da fazenda Guido Mantega alinhou as expectativas do governo com a indústria. Segundo o presidente da confederação, Robson Braga de Andrade, todos os setores da indústria estavam com a visão mais otimista, tanto sobre o crescimento quanto para a rentabilidade dos negócios, projetando inclusive um crescimento do setor em até 14% em 2013[[31]](#footnote-30).

Segundo Perrin (2020), apesar da instabilidade política, os empresários mostraram um misto de otimismo e neutralidade para 2014. A Fiesp, com poucas publicações técnicas, destacou em seus documentos a estagnação da indústria desde 2008, a necessidade de ações como a desvalorização do real e a redução do "custo Brasil". Em um estudo de junho de 2014, a Fiesp apontou uma redução no custo Brasil em 2013, atribuindo isso à desoneração da folha de pagamentos e a melhorias em diversos custos, mas concluiu que essas melhorias não superaram as deficiências do ambiente de negócios brasileiro. Outro estudo sobre competitividade mostrou que o Brasil melhorou no ranking de 2010 a 2013, mas ainda estava entre os piores dos 43 países analisados. A Fiesp reconheceu os avanços devido às iniciativas do governo, como a redução de juros, mas destacou limitações devido à baixa poupança e ao déficit comercial. As pesquisas de opinião e os estudos indicaram que os esforços do governo estavam surtindo efeito, mesmo que timidamente. O segundo semestre de 2013 foi bem avaliado, e as expectativas para 2014 eram mais positivas que negativas.

Como dito, o primeiro semestre de 2014 ficou mais circunscrito a formar apoio para a candidatura de Skaf. Segundo Perrin (2020), no início de 2014, Paulo Skaf focou na crise hídrica paulista para criticar a gestão de Geraldo Alckmin, relacionando a falta de água às dificuldades das indústrias. Ele tentou se aproximar de Eduardo Campos, pré-candidato à Presidência pelo PSB, enquanto o PT buscava um acordo com Geraldo Kassab para minar a candidatura de Skaf, sem sucesso. Em junho, Dilma Rousseff cortejou Skaf, que agradeceu à Presidência da República, mas destacou que ele e o PT eram oponentes no Estado. Durante a campanha, Skaf negou apoio à Rousseff, resistiu às pressões do PMDB e evitou declarar voto na presidente, afirmando que seguiria seu partido ou votaria em Michel Temer.

Se o presidente da Fiesp estava se distanciando cada vez mais da presidente Dilma, mesmo com os compromissos do partido, a federação também passa a ser ainda mais crítica ao manejo da política econômica do governo, agora sob a presidência interina de Benjamin Steinbruch, devido a licença de Skaf para concorrer ao cargo de governador de São Paulo. Todavia, se a Fiesp não estava abrindo negociações com o governo federal, o mesmo não pode ser dito pela CNI. No mesmo mês da posse de Steinbruch, a presidente Dilma Rousseff anunciou que o programa Reintegra, que estimulava exportadores, se tornaria permanente com alíquota variável, como parte de uma estratégia para aumentar a competitividade da indústria brasileira. Após reunião com empresários, Dilma negou intenções eleitoreiras no programa. O Reintegra devolve um percentual das exportações de produtos manufaturados em créditos tributários, com alíquotas entre 0% e 3%. A nova alíquota inicial foi de 0,3% e variaria anualmente conforme o câmbio. Outras medidas incluíram a nova lei do Refis para parcelamento de débitos tributários, mantendo o PSI com financiamentos a juros baixos e estabelecendo uma margem de 25% de vantagem para produtos nacionais em concorrências governamentais. As medidas atenderam as reivindicações da Confederação Nacional da Indústria (CNI)[[32]](#footnote-31).

Se a CNI ainda não colocava a necessidade de políticas de austeridade para sair do impasse do baixo crescimento econômico, a Fiesp o fazia. Após políticas mais próximas de desenvolvimentismo praticada na NME, no primeiro governo Dilma, os representantes de parcela significativa da burguesia industrial passaram a fazer apologia para que o governo buscasse o equilíbrio fiscal. Para exemplificar, além da posição das falas de Paulo Skaf vista anteriormente, a própria perspectiva de Benjamin Steinbruch sobre a economia brasileira demonstra isso.

Em fevereiro de 2014, Benjamin Steinbruch, então como vice-presidente da Fiesp, publicou um artigo no jornal “Folha de São Paulo”, onde criticava a alta dos juros e cortes orçamentários. Ou seja, ele estava alinhado ainda com a “aliança produtivista” como foi formulado por Singer (2018). O Steinbruch ainda fez críticas à ortodoxia econômica, relacionando-a com uma visão conservadora que buscava desaquecer a economia brasileira. Segundo o empresário:

Há algo muito grave acontecendo no país. Uma avalanche conservadora dominou a opinião publicada nos últimos tempos e impôs a ideia de que o Brasil precisa unicamente de austeridade fiscal e arrocho monetário e não pode continuar a pensar medidas em incentivos ao crescimento econômico. Austeridade nas contas é, sem dúvida, uma virtude, principalmente quando direcionada, no caso de governos, à contenção de gastos correntes. Mas também pode ser desastroso para o país se empregado de forma indiscriminada, com reflexos nas áreas sociais, nos investimentos produtivos e no emprego. (...) Nos próximos meses, mantida uma avalanche conservadora, haverá novas medidas que tenderão a desaquecer a economia ainda mais, entre elas a elevação programada do IPI para carros com motores de 1.0 a 2.0, em junho, e outras tributações. A fase das desonerações e dos incentivos fiscais ficou para trás, sob o argumento de que não ajudaria mais a economia a reagir. A tese é duvidosa, pois não leva em conta o que poderia ter acontecido caso não fosse necessário fornecer esses benefícios. E representa uma atitude inexplicável de virar as costas para o imenso mercado interno brasileiro. Por uma razão ainda não totalmente esclarecida -uma vitória, talvez-, a economia brasileira, a despeito do baixo crescimento dos últimos três anos, continua a criar um número razoável de empregos -1,1 milhão em 2012 e mais 1,1 milhão no ano passado. Mas essa vitória não é eterna. No ritmo que vamos, em breve o país poderá passar a cortar vagas de trabalho (STEINBRUCH, 2014).[[33]](#footnote-32)

Porém, em setembro do mesmo ano, já com Skaf como candidato, Steinbruch mudou um pouco o discurso. Além das reclamações sobre a falta de comunicação com o governo, que não ouvia os empresários, e os altos custos da produção industrial, o presidente da federação passou a destacar a preocupação com os problemas fiscais do país.

No mês de outubro, após o Banco Central elevar a Selic para 11,25%, após deixar os juros estáveis após três reuniões consecutivas, a Fiesp voltou a criticar a política econômica, destacando que o modelo de política monetária já estava esgotado. Segundo a FIESP:

A economia está estagnada e o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá um pouco acima de zero. A elevação da taxa Selic não só impede qualquer tipo de retomada da atividade econômica no curto prazo, como também derrubou ainda mais a confiança de empresas e consumidores, fator este preponderante para retomada futura, pois sem confiança não há investimento.

Para 2014, por exemplo, a Fiesp e o Ciesp projetam forte retorno em cerca de 7% para o investimento. Colocar toda a responsabilidade de combate à inflação na taxa de juros vem se mostrando uma estratégia equivocada, uma vez que está colocando em risco o maior patrimônio da economia brasileira atual, que é o emprego.

Como se não bastasse, a inflação está estourando o teto da meta. Cada vez é mais evidente que o modelo atual se esgotou. O Brasil precisa urgentemente de uma nova política econômica, baseada no controle do gasto público, para que possamos obter baixa inflação e alto crescimento econômico (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014)[[34]](#footnote-33).

Na mesma matéria, a CNI, que, como mencionado, estava encarregada de fazer a intermediação entre a burguesia industrial e o governo, também criticou a medida, porém de forma mais amena, evitando o confronto direto. A confederação apenas destaca que “o aumento da taxa básica de juros para 11,25% ao ano surpreendeu o setor produtivo. O Banco Central atuou para trazer a inflação para a meta. O desafio do país é criar as condições para uma redução sustentada da taxa de juros”[[35]](#footnote-34). Com essa diferenciação entre as entidades de representação de classe da burguesia industrial, fica nítido que essa burguesia ainda não se encontrava em consenso sobre como lidar com o governo Dilma Rousseff.

Passados dois dias da eleição para presidente da república e tendo se confirmado o segundo turno entre PSDB e PT (Aécio e Dilma), o presidente interino da Fiesp escreveu na sua coluna para a Folha de São Paulo sobre as expectativas para o próximo presidente. Steinbruch destaca que o novo mandatário deveria imediatamente se comprometer em aprovar reformas estruturais, mesmo que de forma gradual, para fazer com que a economia parasse de andar para trás. Segundo o presidente da federação:

A necessidade de realizar reformas rapidamente, no início do mandato, para aproveitar o capital político adquirido é cada vez mais evidente. Implementar reformas de forma gradual, mas com propostas definidas, seria benéfico para o país. No dia 26 de outubro, a população poderia escolher entre duas propostas para cada uma das três reformas essenciais.

A primeira reforma seria a política, com o objetivo de melhorar a representatividade e combater a corrupção. Questões a serem abordadas incluem o novo sistema eleitoral, o financiamento de campanhas, a possibilidade de voto facultativo e a duração dos mandatos.

Outra reforma fundamental é a tributária. A alta carga de impostos e a complexidade do sistema atual são grandes entraves à competitividade. A necessidade de redução urgente dos impostos e simplificação do sistema é clara, além de se corrigir a burocracia e o poder excessivo da Receita Federal, que muitas vezes realiza autuações que superam o patrimônio das empresas, aumentando a insegurança e os custos dos negócios (STEINBRUCH, 2014)[[36]](#footnote-35).

Nesse mesmo artigo, a Fiesp voltou a pedir mais incisivamente que uma reforma trabalhista fosse adotada, inclusive admitindo que seria uma medida impopular. Durante a NME, mesmo com todo o estímulo à indústria, os industriais buscaram debater, em 2012, a possibilidade de “modernizar” as leis trabalhistas, no documento “101 propostas para Modernização Trabalhista”[[37]](#footnote-36). O documento formulado pela CNI, com participação da Fiesp e de outras entidades empresariais, buscava alertar para os altos custos do emprego formal no Brasil. As propostas foram baseadas na premissa de que a legislação trabalhista brasileira está desatualizada, pois foi criada há 70 anos, em uma época em que o trabalho na agricultura predominava e a industrialização estava apenas começando. O cenário descrito é muito diferente do de 2012, em que o Brasil terminou o ano como a sétima maior economia do mundo. No estudo, argumenta-se que o sistema normativo trabalhista é rígido e pouco flexível em relação às negociações trabalhistas, sendo considerado o principal responsável pela estagnação econômica devido ao alto custo do emprego formal, que reduziria a competitividade das indústrias brasileiras no mercado globalizado.

Voltando ao artigo de Steinbruch, ele detalha mais sobre uma possível reforma trabalhista, utilizando-se de argumentos muito parecidos com os do documento lançado pela CNI. O que fica patente é que essa já era uma demanda da indústria, mas se encontrava um pouco adormecida. A preocupação com a produtividade retorna, mas dessa vez sem pedir desonerações ou atacando o sistema bancário-financeiro, e sim os direitos trabalhistas. De acordo com Benjamin:

A terceira reforma é a trabalhista. Não há dúvida de que a legislação atual nessa área, da era Vargas, está velha e engessa quanto às relações do trabalho. A inserção brasileira na economia global, altamente competitiva, pede algo mais moderno, que faz com que a livre negociação entre empresas e empregados ou sindicatos prevaleça sobre a legislação. Nessa matéria, será preciso adotar posições nem sempre populares, para reduzir as contribuições trabalhistas e tornar mais flexível a fixação de alterações.

A terceira, a trabalhista, é tão delicada quanto as outras, porque a atual CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) sempre foi considerada uma grande conquista dos trabalhadores. Sem dúvida, ela representou uma conquista, mas para a realidade dos anos 1940, e precisa ser modernizada para ajudar a melhorar a produtividade do trabalho (Steinbruch, 2014).[[38]](#footnote-37)

Um motivo que fez com que a proposta retornasse foi o cenário de incerteza da economia, além da baixa performance da atividade industrial nesses últimos dois anos. No anuário estatístico do ILAESE é possível notar que a taxa média de lucro do capital brasileiro estava caindo. De 2008 até 2015, ela despencou de 26% para 20%. O capital produtivo nacional também estava caindo, com a sua participação no PIB brasileiro saindo de 36,73% em 2011 para 31,24% em 2016[[39]](#footnote-38).

A Fiesp passou o primeiro semestre de 2015 tomando uma posição crítica ao governo, mas ainda não se falava abertamente em *impeachment*, ou da possibilidade de uma substituição da presidente. Foi no segundo semestre de 2015 que a FIESP dá os primeiros sinais de embate e busca por um novo nome, após a reunião do vice-presidente Michel Temer, que na época ocupava a posição de articulador político do Planalto, com os líderes da Câmara e do Senado. No dia 5 de agosto, o vice-presidente declara à imprensa que o país precisava de alguém que tivesse “capacidade de reunificar todos”, e salienta que apenas o Congresso poderia evitar um desfecho desagradável. A Fiesp, junto com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), soltou uma nota no dia seguinte “Em prol da governabilidade do país”, que pode ser interpretada como uma possível defesa de um possível governo Temer (Singer, 2018, p. 214). A nota diz que:

A FIRJAN e a FIESP vêm a público manifestar seu apoio à proposta de união apresentada ontem pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer. O momento é de responsabilidade, diálogo e ação para preservar a estabilidade institucional do Brasil.

A situação política e econômica é a mais aguda dos últimos vinte anos. É vital que todas as forças políticas se convençam da necessidade de trabalhar em prol da sociedade.

O Brasil não pode se permitir mais irresponsabilidades fiscais, tributárias ou administrativas, e deve agir para manter o grau de investimento tão duramente conquistado, sob pena de colocar em risco a sobrevivência de milhares e milhares de empresas e milhões de empregos.

É hora de colocar de lado ambições pessoais ou partidárias e mirar o interesse maior do Brasil. É preciso que estes representantes cumpram seu mais nobre papel – agir em nome dos que os elegeram para defender pleitos legítimos e fundados no melhor interesse da Nação.

Ao mesmo tempo, é preciso que o governo faça sua parte: cortando suas próprias despesas; priorizando o investimento produtivo; deixando de sacrificar a sociedade com aumentos de impostos.

É fundamental ainda apoiar todas as iniciativas de combate à corrupção e punir exemplarmente todos os desvios devidamente comprovados.

É nesse sentido que a indústria brasileira se associa ao apelo de união para que o bom senso, o equilíbrio e o espírito público prevaleçam no Brasil (FIESP; FIRJAN, 2015)[[40]](#footnote-39).

A nota assinada pelo Skaf, apadrinhado político de Temer, pode ser considerada vaga, já que não cita nominalmente a presidente Dilma. Mas após essa nota, Temer teve alguns encontros com empresários e com o presidente da federação paulista[[41]](#footnote-40). Muitos desses jantares visavam debater a reforma administrativa, desonerações e o ajuste fiscal. De maneira geral, pode-se deduzir que, enquanto Temer agia no cenário político institucional, somado com elementos da sociedade civil em busca de apoio para seu nome, Paulo Skaf transitava entre o empresariado atrás de alianças com as mais diversas frações da burguesia que pudessem levar ao afastamento de Dilma Rousseff.

Após o encontro com 50 empresários para discutir o projeto do governo que tratava das desonerações da folha de pagamentos das empresas, e que estava em análise no Congresso Nacional, Dilma também fez uma reunião com o empresariado, de caráter privado, com o objetivo de superar a crise. Com a presidente da república, se reunira os empresários: Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), Cledorvino Belini (Fiat), Benjamin Steinbruch (CSN), Joesley Batista (JBS), Rubens Ometo (Cosan), Edson Bueno (Dasa) e Josué Gomes (Coteminas); e foi acompanhada pelos ministros: Aloizio Mercadante (Casa Civil) e Armando Monteiro (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).[[42]](#footnote-41) Na reunião, foi dito que a presidente mais “ouviu que falou”. Discutiram a crise política e se queixaram da forte desaceleração da economia e da redução significativa do faturamento das empresas. Como alternativa, propuseram medidas estruturantes para alcançar o ajuste fiscal, e citaram que a Previdência precisava ser atacada. Preocupados com os juros altos, que estava em 14,25% ao ano, o empresariado de diferentes áreas deixaram claro que “não tinha outro caminho” devido à pressão inflacionária do ano.[[43]](#footnote-42)

O que pode ser destacado é que a grande burguesia presente no encontro com Dilma e seus ministros ainda não estavam convencidos de uma mudança de mandatário, mas sim de qual política econômica precisavam seguir, e que medidas tinham que ser alcançadas. Fica muito comum, entre o grande, pequeno e médio capital, que o governo precisava continuar com o ajuste fiscal, além de pensar em medidas estruturantes como uma reforma trabalhista e da previdência.

Nesse contexto, o senador Renan Calheiros (PMDB) fez um pacto em volta dessas medidas ansiadas pela burguesia em geral. Singer (2018, p. 2016) destaca que o plano possui três capítulos, “Melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura”, “Equilíbrio Fiscal” e “Proteção Social”, e foi composto por 29 propostas, com algumas medidas trabalhistas, entre elas: a regularização dos trabalhadores terceirizados; venda de terrenos militares; licenças ambientais; revisão dos marcos jurídicos das áreas indígenas; e ampliação da idade mínima para a aposentadoria[[44]](#footnote-43).

Como foi defendido no trabalho de Singer (2018), a proposta era um pacto, ou seja, poderia agradar a diversas frações do capital. Todavia, nem todos dentro do PMDB estavam de acordo com as propostas. Eduardo Cunha (PMDB) não foi consultado sobre o documento apresentado e minimizou a importância da “Agenda Brasil’’. Segundo o presidente da Câmara, o colégio de líderes deve atuar em cima de projetos, em vez de tratar de hipóteses:

A gente não vota agenda, vota projetos. O que tiver de projeto e for consensual no colégio de líderes, ou pelo menos tiver o apoio da maioria, dá para votar sem problema algum. Os líderes discutem agenda

toda reunião. Para mim, não há qualquer dificuldade, votaremos as pautas que os deputados entendem que estão prontas para serem votadas. A que são temas, que façam projetos e os tragam. Eu não trato de hipóteses; trato de fatos, de projetos e medidas provisórias (CUNHA, 2015).[[45]](#footnote-44)

O encontro da presidente Dilma com os empresários causou desconfortos entre a cúpula peemedebista mais ligada a Michel Temer. Dias depois, a Fiesp reuniu empresários em jantar com Temer para debater a crise política e pressionar o ministro Joaquim Levy. Apenas Paulo Skaf fez críticas mais abertas ao ministro da fazendo. Nessa reunião, segundo relatos, Temer se colocou como um defensor dos interesses do setor produtivo nacional[[46]](#footnote-45).

Mesmo com o vice-presidente se apresentando como advogado da burguesia industrial, outros setores da burguesia ainda não estavam convencidos do *impeachment*, além de existir uma tentativa de construção de um pacto político em torno de uma proposta de política econômica de aprofundamento da austeridade. Entretanto, como demonstra Singer (2018, p. 216-217), a presidente Dilma passa a seguir um percurso diferente. No final de agosto, ela envia para o Congresso uma proposta orçamentária com déficit, o que provoca reação escandalizada do *establishment*. Agravando ainda mais a situação e sua relação com “o mercado”, a presidente voltou a falar sobre a recriação da CPMF, buscando reatar pontes com a esquerda. Dilma autorizou que o ministro da saúde, Arthur Chioro (PT), estabelecesse negociações em torno da medida, que acabou contando com reação negativa de Joaquim Levy, além de ocasionar uma crise institucional entre os ministérios da Fazenda (a favor do aprofundamento da austeridade), e o da Casa Civil e Planejamento, que buscavam fórmulas de conter o contingenciamento.

Após esses conflitos, segundo Singer (2018, p.217), Temer já se encontrava em campanha e dizia a empresários próximos que Levy estava isolado do governo Dilma, e que não chegaria até o final do mandato. O presidente do Bradesco pediu a Dilma que reconsiderasse e reenviasse um orçamento com superávit, com cortes, enquanto Levy se reuniu com empresários do grande capital, que, em seu apoio, defendiam cortes de gastos para manter o investimento, além de uma reforma da previdência[[47]](#footnote-46).

Dilma acabou não cedendo. Em 9 de setembro de 2015, como afirma Singer (2018, p. 217-218), a agência “Standard & Poor’s” rebaixa a nota do Brasil, fazendo com que o país perdesse grau de investimento na classificação. Após essa classificação, a Fiesp, junto a Firjan, divulgaram uma nota que aumentava ainda mais o nível da crítica ao governo:

A perda do grau de investimento por uma agência de rating internacional é o desfecho de uma série de hesitações, equívocos e incapacidade de lidar com os desafios de uma conjuntura econômica cujo esfacelamento é resultado de incontáveis erros cometidos ao longo dos últimos anos.

É mais do que passada a hora de implementar um rigoroso ajuste fiscal no país. Não um ajuste de mentirinha. O Brasil clama por um ajuste fiscal de verdade e baseado em cortes de despesas.

O país repudia com ênfase novos aumentos de impostos. Esta é a receita fácil de sempre, mas a sociedade não aguenta mais pagar a conta da incompetência do Estado.

Só reformas estruturais de longo prazo recolocarão o Brasil no rumo do crescimento econômico e geração de emprego. O setor produtivo precisa de menos tributos para voltar a dar conta de girar a roda da economia. É o contrário do que o Governo propõe.

É preciso adotar uma regra de ouro para as despesas públicas a fim de que não possam elevar-se acima da taxa de crescimento do PIB.

É vital que se implemente um programa ousado de venda de ativos públicos, que poderia amenizar a necessidade de arrecadação de recursos (FIESP; FIRJAN, 2015).[[48]](#footnote-47)

Após o rechaço do *establishment*, das frações da burguesia e em parte do governo, Dilma propôs um caminho intermediário. Singer (2018, p. 218) destaca que a proposta aceitava o bloqueio adicional de gastos de R$30 bilhões de reais; apresentava medidas de diminuição do número de ministérios; adiamento de reajuste para servidores; redução do programa Minha Casa Minha Vida; e do teto salarial para agentes públicos. Todavia, a proposta voltava a conter a CPMF, em busca de evitar um corte maior nos serviços sociais.

Após a proposta de retorno da CPMF, a Fiesp lançou em setembro a campanha “Não vou pagar o pato” com apoio de um dos novos movimentos sociais, como “Revoltados ON Line” e “#NasRuas - Contra Corrupção” (SINGER, 2018, p. 218). Assim, praticamente estava selado o início da campanha pública da Fiesp pela deposição da presidente Dilma, somando-se com outros grupos da sociedade civil que já vinham pedindo o afastamento.

Em outubro, o PMDB de Temer lançou o projeto intitulado “Uma Ponte Para o Futuro”. O projeto propunha a implementação das “reformas estruturais” imprescindíveis para impulsionar a economia, segundo as frações da burguesia, incluindo a revisão de leis para corrigir as “disfuncionalidades” da Constituição.

Um ponto importante é que a única proposta que tinha melhor detalhamento era a do âmbito previdenciário. A reforma trabalhista, uma das mais pedida pela burguesia industrial, e a mais militante dentre as frações do capital em prol do *impeachment*, não tinha muitos detalhes. Perto das reformas do teto de gastos e da reforma da previdência, talvez a reforma trabalhista não fosse prioridade do futuro governo Temer.

Parte significativa da burguesia industrial passou a apoiar o *impeachment*, e a Fiesp declarou seu apoio formal em 14 de dezembro de 2015. Paulo Skaf justificou essa posição citando uma pesquisa de opinião realizada pela própria Fiesp, que revelou que 85,4% das indústrias de São Paulo eram favoráveis ao *impeachment*[[49]](#footnote-48). A federação assumiu uma posição pró-*impeachment* antes mesmo da demissão do ministro Joaquim Levy, no dia 18 de dezembro, depois de o presidente da câmara ter aceitado o pedido no início de dezembro.

Mesmo com uma parcela importantíssima da burguesia industrial favorável ao *impeachment*, a Confederação Nacional das Indústrias vinha se mantendo neutra nessa questão. A CNI só se posicionou favorável no dia 14 de abril de 2016. Robson Braga de Andrade enviou uma carta aos 513 deputados federais defendendo que era hora de mudar. Na nota, o presidente da CNI comenta sobre a crise econômica que afligia o país, dos impactos na indústrias e pede por apaziguamento para que as reformas necessárias fossem aprovadas:

Esse quadro negativo é ampliado pela falta de articulação do governo no Congresso, o que cria obstáculos para a aprovação das reformas de que o país necessita.

Estamos convencidos de que as discussões sobre o *impeachment* e sua votação no Congresso resultarão em uma nova fase da política nacional. O governo que emergir desse processo terá de arregimentar apoio, tanto no Parlamento como na

sociedade, para liderar novo pacto federativo, restaurar a governabilidade e unir o país. Terá, também, que atuar com espírito público, bem como firmar compromissos com a ética e com a eficiência administrativa.

Nessa nova etapa da vida nacional, o governo e o Congresso precisarão de coragem e determinação para adotar medidas duras, mas essenciais para a retomada do desenvolvimento. Entre elas, estão as reformas previdenciária, tributária e administrativa, a recomposição das contas públicas, a modernização das leis trabalhistas e a revisão dos marcos regulatórios. Só com iniciativas firmes e ousadas poderemos voltar a trilhar o caminho do desenvolvimento, do qual nos distanciamos nos últimos anos (ANDRADE, 2016).[[50]](#footnote-49)

A neutralidade da CNI se deu pela confederação ter sido um dos canais de diálogo com a burguesia industrial. De acordo reportagem da Agência Pública[[51]](#footnote-50), muitas das federações estaduais de industriais não se manifestaram sobre o *impeachment*, o que pode ter atrasado o posicionamento da confederação nacional. Além disso, o ensaio de reformas que poderiam ser propostas por Dilma e seu novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, pode ter causado certas expectativas. Propostas de vinculação do crescimento das despesas das três esferas do governo a um percentual do PIB e a definição de um teto de gastos, além da elaboração de uma reforma da Previdência, foram informadas ou apresentadas (Singer, 2018, p. 219). Todavia, Dilma já havia sofrido retaliações do Congresso chefiado por Eduardo Cunha, além dele já ter aceitado o pedido de *impeachment*, o que fez com que praticamente não houvesse chances de aprovação das medidas. Assim, o governo Dilma já estava acabado.

Sabendo o resultado da votação um dia antes do *impeachment* ser votado na Câmara, Skaf deu uma entrevista para o jornal Estadão, onde disse:

É necessário e nós esperamos que o ajuste fiscal seja feito sem o aumento de impostos. O governo precisa acertar as suas contas. A gente espera que haja uma reforma administrativa que enxugue ministérios e despesas. (...)

Com a retomada da confiança, a economia retomará o crescimento, e não demora muito. É necessário que se dê um crédito para o presidente que assuma.

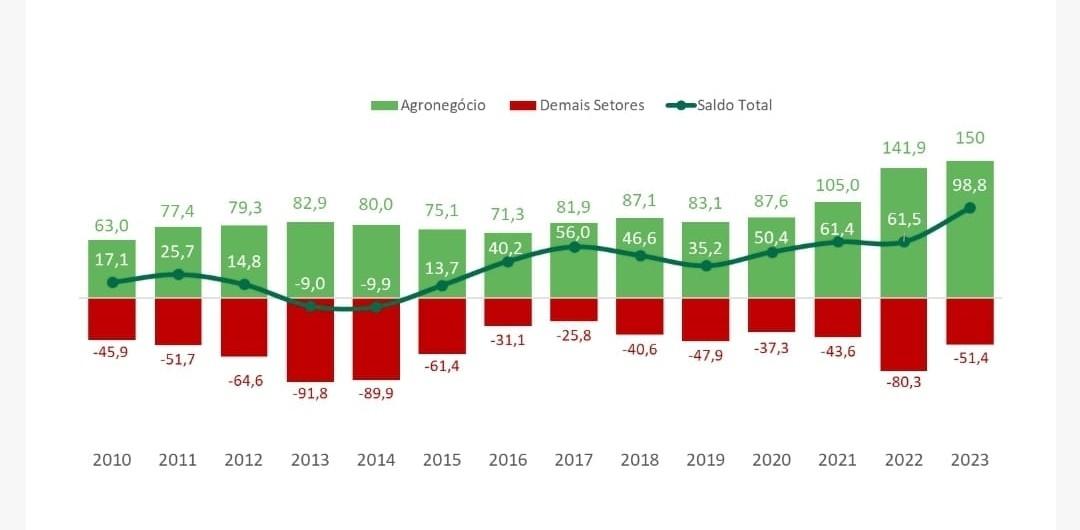
A política contaminou a economia e não tinha como resolver a economia sem mudar o governo (SKAF, 2016).[[52]](#footnote-51)

Assim estava selada a oposição da burguesia industrial ao governo Dilma, especialmente com o início do governo Temer, que aprofundou o neoliberalismo e as políticas de austeridade no Brasil. Essas transformações marcaram uma nova fase nas dinâmicas políticas e sociais brasileiras, começando um novo capítulo significativo na história recente do país.

## 2.3.2 A burguesia agrária

Quanto à burguesia agrária, poucas coisas mudaram nas suas demandas econômicas. Nos anos de 2013 e 2014, o saldo da balança comercial brasileira ficou negativa depois de anos. Mesmo que tenha se recuperado em 2015, estava nítido que a crise internacional e a crise nacional também estavam afetando as atividades do agronegócio brasileiro. Conforme o gráfico abaixo.

Figura 1. Saldo da Balança Comercial Brasileita de 2010 a 2023 (em US$ bilhões)



Fonte: MDCI, AdroStat/MAPA. Elaboração: CNA. [[53]](#footnote-52)

Essa crise pode ter impactado nas relações de classe de parcela da burguesia agrária, com seus representantes orgânicos e o governo federal. Segundo matéria do Valor Econômico, a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), enfrentou uma rebelião no Congresso Nacional liderada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que representava os interesses dos ruralistas. A insatisfação da FPA com Kátia Abreu surgiu devido à sua aliança com o governo da presidente Dilma Rousseff, o que, na visão da FPA, prejudicava as reivindicações do setor.

Os parlamentares da FPA acusaram Kátia de falta de envolvimento em questões cruciais, como o Código Florestal e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215, que tratava da definição das terras indígenas. Alegavam que a senadora adotava uma postura mais diplomática do que confrontadora, misturando sua atividade política com interesses corporativos. Essa insatisfação levou a retaliações, como a proposta de Blairo Maggi para acabar com a contribuição sindical compulsória, que financiava a CNA; e uma investigação na Câmara sobre o repasse de verba federal a entidades vinculadas a Kátia.

Um episódio contribuiu para acirrar os ânimos entre as partes. Conforme relatado em uma matéria do Valor Econômico, no dia 14 de junho, produtores rurais, incentivados pelas federações e pela FPA, decidiram realizar uma paralisação nacional para destacar o conflito aberto que tinham com os índios e a Funai, órgão responsável pela demarcação de terras indígenas. A intenção inicial era bloquear as rodovias, mas a CNA recomendou manifestações sem bloqueios, em conformidade com a orientação do Palácio do Planalto[[54]](#footnote-53). Ou seja, havia no interior do agronegócio uma ruptura dos que apoiavam uma maior conciliação em busca dos interesses da fração de classe, e outra que gostaria de intensificar as demandas do agro, contrastando com o governo e, principalmente, com as ações de Kátia Abreu, aliada de Dilma.

Já a Abag, como visto no primeiro capítulo, mais ligada ao capital internacional de grande porte e extremamente financeirizada, firmou apoio ao candidato Aécio Neves do PSDB[[55]](#footnote-54). O coordenador das propostas da Abag para os presidenciáveis, Roberto Rodrigues, teve participação fundamental na formação das propostas do candidato mineiro[[56]](#footnote-55). Além disso, o presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, assinou o manifesto "+100 Brasileiros 100% Aécio" em apoio à candidatura de Aécio Neves à Presidência da República. Mesmo com um coordenador de propostas presente na elaboração do plano político de Aécio, Carvalho se defendeu dizendo que não assinava pela entidade, e que, pessoalmente, achava o programa do candidato de Minas Gerais o melhor de todos os concorrentes[[57]](#footnote-56).

A CNA, que também representa parcela significativa do capital de pequeno e médio porte, mesmo com os conflitos presentes dentro da confederação, reelegeu Kátia Abreu para a presidência, sem que a oposição na CNA conseguisse formar uma chapa única. Em matéria do Valor Econômico, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, disse que a senadora iria se reeleger com até 24 votos favoráveis e três contrários, sendo estes últimos os estados Paraná, São Paulo e Mato Grosso. A justificativa dos representantes das federações estaduais era a aproximação da senadora com o governo Dilma[[58]](#footnote-57). Todavia, é importante notar uma questão: todos os estados que eram contrários à continuidade de Kátia Abreu constam entre os cinco estados com maior produção agropecuária[[59]](#footnote-58). Com isso, podemos supor que, por mais que a maioria dos estados estivessem votando na candidata próximo ao governo federal, o que passa longe de ser desprezível, quatro dos cinco estados com maior produção já estavam descontentes com o rumo da política econômica e com a política agrícola. Mas mesmo com a disputa presente devido a sua adesão ao governo, a senadora por Tocantins escolheu apoiar Dilma publicamente em 2014, o que, de certa forma, dividia a burguesia agrária[[60]](#footnote-59).

Tendo em vista esses embates existentes dentro da própria fração de classe, é importante frisar que ambas tinham projetos relativamente parecidos, e usaram das eleições de 2014 para destacar as suas demandas para a economia brasileira e, principalmente, para o agronegócio. A semelhança de requisições pode ser vista no caso da terceirização e mudanças na legislação trabalhista.

O documento da CNA, intitulado "O que esperamos do próximo presidente (2015- 2018)”, entregue aos candidatos em 2014, refletia as demandas da burguesia agrária e continha pontos relevantes. Além dos pedidos comuns, como investimentos em infraestrutura e logística, o documento destacava a necessidade de um novo marco regulatório para o registro e avaliação de fertilizantes que fosse livre de "posições ideológicas". Essa mudança visava facilitar o uso de insumos essenciais para a produção agrícola, removendo entraves “burocráticos” que, segundo os produtores, atrasavam o setor.

O documento também enfatizava a necessidade de acordos bilaterais de comércio para evitar a burocracia do Mercosul. A CNA argumentava que o Brasil deveria ter maior autonomia para negociar acordos comerciais independentemente do bloco sul-americano. Em linha com isso, defendia a conclusão do acordo de associação entre Mercosul e União Europeia, e a criação de novos acordos que abririam mais a economia brasileira ao capital estrangeiro.

No campo trabalhista, a CNA sugere a revisão das Normas Regulamentadoras 31 e 15, que tratam das condições e segurança no trabalho rural, para flexibilizar essas normas e reduzir custos. Além disso, o documento pedia a regulamentação da terceirização, permitindo maior flexibilidade nas contratações e organização da mão-de-obra[[61]](#footnote-60).

Já o informativo de julho/agosto de 2014 da Abag trouxe a cobertura do 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), realizado em São Paulo no dia 4 de agosto. O evento foi uma plataforma para discutir propostas para o setor agrícola, influenciando as agendas dos candidatos à Presidência da República. Michel Temer representou o governo Dilma Rousseff no evento. As propostas da Abag, embora menos detalhadas, estavam alinhadas com as da CNA, enfatizando a necessidade de melhorias em infraestrutura e logística e a importância de acordos comerciais mais ágeis e eficazes para fortalecer o agronegócio.

A Abag também defendia a regulamentação da terceirização, apontando que diversos setores ligados ao agronegócio enfrentavam ações civis públicas que resultaram em condenações milionárias. Segundo o informativo, a falta de regulamentação gerava uma grande insegurança jurídica, impactando todas as atividades do setor. As modificações na legislação trabalhista foram sugeridas para assegurar que a Constituição Brasileira, que estabelece uma economia de mercado baseada na iniciativa privada, fosse efetivamente acompanhada por marcos legais adequados. A agricultura inclui a posse da terra com função social e decisões sobre produção e comercialização, mas segundo a associação, intervenções intempestivas do Poder Público poderiam gerar incertezas e desestimular investimentos. A evolução do agronegócio não foi acompanhada por mudanças nos marcos legais essenciais, como o Estatuto da Terra, Sistema Nacional de Crédito Rural, Lei Agrícola e Legislação Trabalhista no campo[[62]](#footnote-61).

A CNA vai abandonar de vez o governo apenas em 2016, em meio às investigações conduzidas pela Justiça Federal para apurar se o ex-presidente Luís Inácio recebeu vantagens indevidas do esquema de corrupção que atuava na Petrobras. O ex-presidente também era investigado por, supostamente, ter omitido das autoridades ser o dono de um apartamento triplex em Guarujá (SP) e de um sítio em Atibaia (SP). Essas investigações eram desdobramentos da operação Lava Jato, que teve impacto no posicionamento desse APH. Desde 2015 a senadora Kátia Abreu (PMDB) ocupava a pasta de ministra da agricultura do governo Dilma, deixando a presidência da CNA para João Martins. Diferente do caso da Fiesp, onde a troca dos representantes não mudou o posicionamento da entidade de classe. Com a saída de Kátia e o aprofundamento da crise política institucional e econômica, a confederação passou a adotar um tom crítico ao governo, principalmente nesse caso da investigação do ex-presidente Lula e na tentativa de Dilma Rousseff de torná-lo ministro da Casa Civil.

A CNA emitiu uma nota para “expressar as preocupações dos produtores rurais diante das graves dificuldades que vive o País”, e devido ao fato de o agronegócio ser o único segmento da economia a apresentar crescimento e superávit na balança comercial, “o setor se credencia a alertar para o desastre iminente”. A nota ainda critica a política econômica, e destaca que o Brasil “profunda recessão em virtude de reiterados erros de concepção e condução de política econômica”, e que nada estava sendo feito para salvar a economia, pois:

A irresponsabilidade política e as soluções casuísticas parecem aspirar apenas à própria sobrevivência, sem mais nenhum propósito de resolver os verdadeiros problemas do País e das pessoas (...) profunda recessão em virtude de reiterados erros de concepção e condução de política econômica (...) governo é parte central do nosso drama (...) Esperamos que as instituições e o sistema político, em sintonia com o sentimento geral da sociedade, encontrem o caminho de volta ao crescimento, ao equilíbrio e à harmonia entre os brasileiros (CNA, 2016)[[63]](#footnote-62).

A nota não citava nominalmente Dilma, mas clamava por um caminho de solução que construísse harmonia e equilíbrio, e essa solução dificilmente poderia vir do governo Dilma, já que “o governo é parte central do nosso drama”. Um mês depois, a CNA aderiu ao *impeachment* de Dilma. A nota em apoio a destituição da presidenta conta com críticas ao colapso fiscal, à falta de condução para a aprovação das “reformas necessárias”, além de uma crítica à suposta radicalidade da base social do governo. Por mais que a nota entenda que o conflito entre os poderes cria dificuldade na governabilidade, não faz críticas ao Congresso e seu presidente, Eduardo Cunha (PMDB), que, a partir das “pautas-bambas”, impossibilitou qualquer chance de se haver equilíbrio fiscal. Na nota:

O Brasil está vivendo uma gravíssima crise econômica originada por reiterados erros de política econômica e pelo colapso fiscal promovido pela ação do atual governo.

A única saída para a recuperação do equilíbrio fiscal e para a retomada do crescimento econômico é a aprovação pelo Congresso Nacional de reformas que requerem a formação de amplas maiorias legislativas e grande consenso político. (...)

Diante de tudo isto fica cada vez mais claro que a presidente da República não tem mais a autoridade política para liderar o processo de reformas nem a capacidade de voltar a unir os brasileiros (CNA, 2016)[[64]](#footnote-63).

A partir dessa nota fica claro que o principal desejo da burguesia era atingir um quadro de governabilidade o mais rápido possível para que as reformas neoliberais fossem adotadas. Além disso, qualquer resquício de apoio ao governo Dilma Rousseff parecia ter se extinguindo, principalmente se levar em consideração o isolamento da ministra Kátia Abreu dentro da CNA, pois João Martins considerava que a senadora havia abandonado os produtores rurais para defender o governo federal[[65]](#footnote-64). Caso a Kátia Abreu tentasse voltar para a presidência da Confederação, alguns produtores ameaçaram um boicote ao pagamento da contribuição sindical, buscando a impedir de assumir a entidade, já que haviam rachado completamente com o governo Dilma[[66]](#footnote-65).

A Abag ficou a maior parte do governo sem se manifestar e sem fazer pressão. Não se sabe ao certo o porquê dessa postura da entidade. Mendonça (2005, p. 25) destaca que a Abag trata-se “de uma entidade representativa das grandes cadeias de atividades altamente empresarializadas e financeirizadas, destinadas, prioritariamente, à exportação, sem grande afinidade com o mercado interno”[[67]](#footnote-66). Por ser uma representante do grande capital financeirizado, pode ser que a entidade, ou “pool de empresas”, como Mendonça (2005) prefere chamar, tenha seguido a prática dos grandes bancos nacionais, que se portaram de maneira muito distinta das do capital produtivo nacional, principalmente do capital industrial, e tenha escolhido a discrição.

A Abag, sob seu presidente Luiz Carlos Corrêa Carvalho, só se manifestou concretamente sobre o *impeachment* um dia após a votação da admissibilidade desse processo na Câmara Federal. Segundo o presidente da associação, o setor recebeu o processo de *impeachment* “muito positivamente”, e que o setor sentia “uma esperança a partir de agora”. Sobre Temer, ainda interino:

Ele é o oposto da Dilma. Acho que, com ele, a relação entre Congresso e Executivo vai melhorar muito. Ele provavelmente vai ter um ótimo relacionamento com o Judiciário. Ele tem chances de fazer um governo de transição muito importante. (CARVALHO, 2016)[[68]](#footnote-67).

Próximo de selar o *impeachment*, Corrêa Carvalho pediu ao governo interino que tivesse ousadia para avançar em investimentos e em infraestrutura que possibilitasse uma redução de custos para o agronegócio. Somado a essas medidas, o presidente da Abag buscou uma conciliação junto ao capital financeiro. Ele sugeriu que aumentar a competição e criar um seguro de renda para proteger a safra e os preços reduziria os riscos para o sistema financeiro, resultando em taxas de juros menores e mais crédito disponível para o setor agropecuário. Isso tem relevância à medida que responde a uma das principais reclamações da burguesia bancário-financeira, que é a alta inadimplência no país[[69]](#footnote-68).

Mesmo com a burguesia agrária se unindo em torno do *impeachment* chegando próximo do processo, o agronegócio não foi um dos principais agentes militantes propagandistas contra o governo Dilma, pelo menos não próximo do que foi a burguesia industrial com Paulo Skaf. O agronegócio não realizou ações de destaque, nem nos ataques ao governo Dilma, muito menos em sua defesa. Essa inoperância dentro da sociedade foi confirmada na mesma reunião com empresários, intelectuais e representantes do agronegócio (lembrando que essas associações são aparelhos privados de hegemonia, condensam a ideologia dominante e reproduzem os interesses das suas respectivas frações de classe). Essa reclamação da falta de protagonismo dentro da sociedade civil não deixou de ser notada pelos intelectuais orgânicos do capital produtivo ligado ao agronegócio. Muito além de apenas frisar a necessidade de se aprovar as reformas estruturais, como as reformas tributárias, política e, principalmente, a trabalhista. Roberto Rodrigues, ex- ministro da Agricultura do ex-presidente Lula, defende que o agro necessitava se envolver em questões que afetasse a economia nacional como um todo.

Nós falamos de questões trabalhistas e tributárias que sejam do nosso interesse, do agronegócio, mas temos de participar de forma central da discussão da reforma fiscal, da questão jurídica de uma forma muito mais abrangente do que só a questão das terras (RODRIGUES, 2016)[[70]](#footnote-69).

Não obstante, essa letargia pode ser relativizada. Foi mencionado a ligação que a Frente Parlamentar da Agropecuária possui com a CNA, mostrando que a confederação possui muita importância na mediação dos interesses da sociedade civil da fração da burguesia agrária com as estruturas estatais, no caso, a legislativa. Na votação para o *impeachment*, a maioria da bancada votou a favor. Seguindo o levantamento realizado pelo observatório do agronegócio “De Olho nos Ruralistas”, dos 208 votantes da bancada do agro, 172 deputados votaram a favor da admissão do pedido de impeachment. Dos deputados que não votaram, alguns eram do PT, ou de estados do nordeste brasileiro. Contudo, os que não eram do partido da presidenta afastada não tiveram qualquer fidelidade e passaram a votar com o governo Temer[[71]](#footnote-70).

Finalizando essa seção, as principais preocupações da burguesia agrária estava na política trabalhista e em relação às questões que respondiam ao campo, como demarcação de terras indígenas, flexibilização do uso de pesticidas, código florestal etc., mas também deixavam claro que se preocupavam com a política fiscal do governo. A partir dessas duas reivindicações, de ajuste fiscal e de reforma trabalhista, podemos notar que, a partir da construção do processo de *impeachment*, passou a se formar um consenso sobre o projeto que as classes dominantes buscavam implementar para a recuperação da rentabilidade do capital.

## 2.3.3 A burguesia financeira:

Desde a eleição em 2010, quando venceu José Serra (PSDB) no segundo turno por confortável margem de vantagem, com 56,05% contra 43,95% dos votos válidos, Dilma, como vimos, buscou no seu primeiro mandato pôr em prática a NME. Essa série de medidas visavam reindustrializar o país a partir da reforma do setor elétrico, da desvalorização do real, das desonerações fiscais e da folha de pagamentos, entre outras. Muitos autores notaram que o período entre 2011 e o início de 2013, foi um momento de conciliação com o setor produtivo, principalmente com a burguesia industrial. A cartilha do documento “Brasil do diálogo, da produção e do emprego”, em boa medida, foi seguida pelo governo no primeiro mandato de Dilma.

Como vimos, a Selic chegou a marca de 7,25%, voltando a subir depois de março de 2013. Muitos autores enxergam que essa medida de aumentar o juros, após uma série de redução da taxa, deu início a um progressivo afastamento e, futuramente, rompimento dos setores produtivos, mais especificamente os industriais, que se afastam do governo ainda no primeiro mandato, mesmo tendo parte considerável de sua agenda atendida (Singer, 2018; Carvalho, 2018; Saad & Morais, 2018).

O discurso dos industriais (na verdade, de todo o setor produtivo) passa a migrar para um discurso anti-intervencionista. Uma das principais reivindicações era o ajuste fiscal em busca do superávit primário; além das reformas tributárias e, principalmente, a reforma trabalhista e da previdência. Assim, haverá uma aproximação entre os discursos e demandas das frações de classe que constam neste estudo. As burguesias produtivas passam a alinhar suas demandas às exigências do capital bancário-financeiro.

As disputas em torno da taxa de juros que perpassam a nova matriz econômica foi chamada por Singer (2018) de “batalha do *spread*”. Em 2013, a política brasileira começou a sofrer pressão por mudanças na condução da política econômica por agências internacionais, editoriais brasileiros e internacionais, além de parte da burguesia local e da burguesia internacional. Além desse cenário de pressão interna e externa, enormes manifestações de massa passaram a ocorrer no Brasil no meio daquele ano.

Sobre a fração da burguesia bancário-financeira, ela fica a maior parte da nova matriz econômica na defensiva, buscando mitigar as potenciais perdas que teriam com a queda das taxas de juros. Com a implosão da NME, a fração acabou se “separando”, com os principais bancos que compunham a Febraban tomando rumos diferentes, e com a federação ficando de certa forma “inerte”.

Mas não deixaram de fazer críticas ao programa do PT. Em setembro de 2013, o ex- economista chefe da Febraban, Roberto Luis Troster, publicou um artigo no Valor Econômico que exprime parte considerável do pensamento do capital bancário-financeiro. Na coluna "A neodependência e o imobilismo", o autor critica a nova matriz econômica, apontando que sua abordagem resultou em uma crescente dependência do Estado e em estagnação econômica. A política promovida levou ao aumento da dívida pública e à falta de progresso econômico. Para enfrentar esses problemas, a matéria sugere uma série de reformas estruturais. São necessárias uma reforma fiscal para conter o crescimento da dívida e garantir a sustentabilidade das finanças públicas, uma reforma tributária para simplificar e reduzir a carga tributária, e uma reforma da Previdência para assegurar a viabilidade financeira do sistema a longo prazo. Além disso, recomenda-se a desburocratização para facilitar a abertura e operação de empresas, e reformas trabalhistas para flexibilizar as leis e aumentar a empregabilidade. Essas mudanças são vistas como fundamentais para reverter o imobilismo econômico e promover um crescimento sustentável[[72]](#footnote-71). Parte das reformas que trataremos no terceiro capítulo já eram pedidas em 2013 pelo capital bancário-financeiro.

O ano de 2014 foi marcado por um aumento das críticas do capital financeiro e dos setores industriais. Entretanto, os principais bancos que compunham a Febraban tomam posicionamentos distintos. Por exemplo, o Banco Santander, banco internacional espanhol, tomou um tom extremamente crítico ao governo Dilma Rousseff. No mês de julho de 2014, a empresa enviou com os extratos dos clientes “select” um diagnóstico intitulado “você e seu dinheiro”, onde o banco alertava que se a presidente Dilma tivesse um bom desempenho eleitoral, poderia ocorrer uma “deterioração de nossos fundamentos macroeconômicos”. A matéria de Fernando Rodrigues para o UOL, deixa bem claro que essa já era uma visão bastante difundida no mercado financeiro, mas que estava ainda difusa[[73]](#footnote-72).

Os grandes bancos nacionais, se posicionaram de maneira diferente do sistema financeiro internacional, e foram muito mais contidos em suas manifestações. Um pouco depois das manifestações de massa de março de 2014, muitas vezes ignoradas, mas que trouxeram a demanda do *impeachment* para as ruas (GOHN, 2017), os banqueiros e o representante da Febraban, Murilo Portugal, tomaram posições não combativas contra o governo federal.

O presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, deu uma entrevista ao Valor Econômico em maio, e falou sobre as projeções para o próximo ano, sobre quais medidas de política econômica poderiam ser tomadas pelo governo, além de comentar sobre os juros. O presidente do Bradesco declarou a importância de se respeitar o tripé macroeconômico, além de admitir os problemas fiscais, para qual a solução se resolveria gastando menos do que arrecada.

Na minha opinião, significa garantir os pilares básicos, que são o controle da inflação, o cumprimento do superávit primário e o câmbio flutuante. Reformas amplas são necessárias, começando pela tributária, mas isso leva tempo. É preciso respeitar o tempo político da negociação (TRABUCO, 2014).[[74]](#footnote-73)

De certa maneira, nessa entrevista, Trabuco apenas se esquivou de responder sobre qualquer responsabilidade que poderia ter nos bancos privados brasileiros na dinâmica econômica, como no caso dos juros e a solução para redução do custo do crédito. Para ele, o debate sobre os “juros da economia continua presente com a inflação e a necessidade ou não de mais aperto monetário. Isso posto, o *spread* é um efeito colateral, cujo principal fator é a Selic. Não é expressão do desejo unilateral dos bancos”; e que para reduzir o custo do crédito, o banqueiro sugeriu que “a redução dos tributos seria um bom começo” (Trabuco, 2014). Todas ações de responsabilidade dos governos, nunca dos bancos.

Trabuco mostrava na entrevista que havia a necessidade de se garantir os pilares básicos da economia, que era o tripé macroeconômico, e o retorno do orçamento clássico, que os banqueiros consideravam que o governo Dilma havia flexibilizado o tripé com políticas expansionistas. Isso demonstra que, por mais que não tenham se unificado numa crítica direta ao governo Dilma, como fez o Santander e algumas agências de classificação de risco, a burguesia financeira brasileira se incomodou com as políticas da época da NME, por mais que, na época da entrevista de Trabuco, a política já havia sido completamente flexibilizada. Mas isso também demonstra que parcela da burguesia financeira já não acreditava que Dilma poderia conduzir a economia para as mudanças.

A posição da Federação dos Bancos já foi um pouco diferente da posição do banqueiro acima. Isso é importante pois ajuda a demonstrar como a grande burguesia pode ter certa independência das federações em que está organizada. Com mandato recém renovado como presidente da Febraban, Murilo Portugal concedeu uma entrevista conduzida pelo jornalista Fernando Rodrigues, e disse que os banqueiros eram favoráveis à redução dos juros, o que não é possível confirmar por meio de nenhuma das declarações do período. Para o presidente da Febraban:

Na minha opinião ficou a importância de você realmente trabalhar de uma maneira consistente, permanente para a redução das taxas de juros e dos spreads bancários no Brasil, e que os bancos são a favor disso. Os bancos gostam de emprestar e ter lucro emprestando, mas isso pode ser obtido com volumes maiores e preços mais baixos (Portugal, 2014).

Durante a entrevista, o jornalista também perguntou ao presidente sobre a avaliação que existia sobre a real situação da economia, e se não havia um excesso de pessimismo das “pessoas em geral”. Ele destacou que:

Eu acho que talvez haja algum exagero no caso do Brasil em relação, por exemplo... Não compartilho da ideia de que o Brasil esteja entre os países emergentes mais frágeis em relação a outros parceiros, como muitas vezes é divulgado na imprensa. Não compartilho dessa opinião (Portugal, 2014)[[75]](#footnote-74).

Portugal estava em desencontro com parte da mídia hegemônica e parte das agências de risco que produziam uma avaliação excessivamente negativa sobre a economia do Brasil. Essa posição da Febraban poderia indicar que o capital bancário-financeiro estava conciliando suas posições com as do governo federal após o abandono da NME. Isso não chegaria a ser impossível, mas é pouco provável. O que evidencia que a federação não estava fazendo oposição ao governo Dilma.

A conciliação com o governo foi incerta devido ao cenário eleitoral do ano de 2014. Os três principais candidatos, Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB) tiveram apoio de importantes empresários do mercado financeiro, mostrando que havia uma divisão dentro da burguesia bancário-financeira, e que uma parte dela vislumbrava um novo governo.

O candidato Aécio Neves (PSDB) contava com uma equipe econômica com nomes importantes do capital financeiro, nacional e internacional, como Pérsio Arida (BTG Pactual), Mônica de Bolle (Galanto Consultoria), Armínio Fraga (Gávea Investimentos) e Eduardo Loyo (UBS). Além desses nomes, contava com o instituto “Casa das Garças” (O Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEP/CdG) foi constituído em 30 de outubro de 2003, e promove estudos, pesquisas, seminários, debates, cursos e publicações visando a discutir a realidade socioeconômica do país sob viés liberal. O instituto também gere programas de bolsas de estudos e pesquisas) na formulação do programa do governo. Parte importante do capital financeiro, principalmente os fundos de pensão, estavam apoiando a candidatura de Aécio Neves à presidência, apresentando-se como uma candidatura ortodoxa.

Outras candidaturas também receberam apoio de outras partes da burguesia financeira. A candidata Marina Silva (PSB), que concorreu após acidente aéreo que vitimou o pré-candidato Eduardo Campos em agosto de 2014, teve importante apoio do capital financeiro. A candidata recebeu o apoio da família Setúbal, como o presidente do Itaú Unibanco, Roberto Egydio Setúbal, que declarou apoio a candidata, destacando que “o país não aguenta mais governos medíocres e populistas”[[76]](#footnote-75). Neca Setúbal, acionista e herdeira do banco, teve participação importante na coordenação da campanha de governo da candidata Marina Silva, além de ter feito doações para a candidatura da ex-presidenciável e de sua base aliada[[77]](#footnote-76). Após a candidata ter ficado em terceiro lugar, Neca Setúbal apoio a candidatura de Aécio Neves, seguindo a declaração de Marina:

Muita gente tem perguntado sobre minha posição no segundo turno das eleições presidenciais. Quero esclarecer que seguirei o posicionamento de Marina Silva, que no último domingo anunciou seu voto e apoio ao candidato Aécio Neves em um discurso claro e consistente. O apoio tem como base princípios programáticos comuns às propostas das duas campanhas, reiterados no documento Juntos pela Democracia, pela Inclusão Social e pelo Desenvolvimento Sustentável. É por esse motivo que apoio e que votarei em Aécio Neves (SETÚBAL, 2014)[[78]](#footnote-77).

Os representantes do Banco Bradesco, após a pequena aproximação com o governo em 2013, depois da subida dos juros, não se pronunciaram tanto sobre as eleições, mantendo-se relativamente reservado acerca do cenário político, pelo menos publicamente. A empresa Bradesco Vida e Previdência S/A realizou doações à Marina, mas também às direções nacionais de partidos das coligações de Dilma (PT), Aécio Neves (PSDB) e Pastor Everaldo (PSC)[[79]](#footnote-78). Todavia, nos bastidores da política institucional, aparentava existir um acordo com a presidente Dilma, já que existiam especulações de que ela havia oferecido um convite para que Luiz Carlos Trabuco fosse ministro da Fazendo no lugar de Guido Mantega, em 2015. O presidente do banco negou o convite, mas indicou o Joaquim Levy, que de 2010 a 2014 trabalhou na divisão de [gestão de ativos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_de_ativos) do [Banco Bradesco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Bradesco) (Bradesco Asset Management).

Apesar das diferentes candidaturas reforçadas e do resultado eleitoral, os agentes contratados estavam unidos contra qualquer pedido de retorno da nova matriz econômica (NME), evitando a formação de uma nova frente desenvolvimentista. A burguesia financeira começou a se prevenir contra medidas que poderiam reduzir seus lucros, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e uma possível reintrodução da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Além disso, contou com o apoio do capital internacional, que iniciou uma pressão por mudanças na política econômica, exemplificada pelas cortes sucessivas na perspectiva do *rating* Baa2 dos títulos do governo brasileiro pela agência de classificação de risco “Moody's”.

A fração da burguesia bancário-financeira, pelo menos parte dela, após a “batalha do spread” contra o governo federal, se aproximou um pouco mais deste, mas buscou alternativas para substituí-lo no ano seguinte. O ano de 2014 é importante de certa forma, pois é quando as principais frações do capital começam a convergir no essencial, que é a necessidade de se adotar uma política econômica ortodoxa, com cortes de gastos, além da necessidade de reformas estruturais, como a fiscal, trabalhista e previdenciária.

Entretanto, passada as eleições, o capital financeiro nacional passa a adotar uma postura diferente. Eles não abrem mão das necessidades das reformas e do ajuste fiscal, e parte dele saiu da oposição direta no segundo governo Dilma. Ao conseguir indicar um novo ministro da Fazenda que fosse totalmente alinhado com esse pensamento ideológico, essa fração da burguesia participa diretamente da reorientação da política econômica que seria implementada no segundo governo Dilma.

Após o anúncio de Levy como ministro da Fazenda, alguns nomes relacionados a fundos de investimento e fundos de pensão elogiaram a escolha de Levy, e defenderam que o governo Dilma estava dando uma boa sinalização para “o mercado”. O presidente do Santander, do Bradesco e a Febraban declararam apoio explícito para o novo ministro. O presidente da Febraban defendeu a escolha com argumentos que valorizam a trajetória de Levy:

A presidente fez excelentes escolhas. Os três têm larga experiência na formulação e implementação de políticas macroeconômicas, sempre colocando o interesse público em primeiro lugar. Como secretário do Tesouro, Joaquim Levy executou com firmeza as políticas do ex- presidente Lula de ampliação do superávit primário e de redução e melhoria da composição da dívida pública. Os bons resultados destas políticas contribuíram para a retomada da confiança, a conquista pelo Brasil do grau de investimento, e a aceleração do crescimento econômico que se seguiu. Levy tem experiência e credibilidade internacional, adquiridas no exercício de funções em importantes organizações multilaterais como o FMI, o Banco Central Europeu e o BID, além de sólida formação acadêmica. (...) Estamos mais otimistas com o próximo ano, esperando que estas indicações contribuam para a retomada da confiança, o que, como os mercados indicam, já começou a ocorrer. (PORTUGAL, 2014).[[80]](#footnote-79)

Mais contido, o presidente do Banco Santander também elogiou a escolha e reforçou sua crença de que a equipe econômica poderia levar o país de “volta a um caminho de crescimento sustentável realizando os ajustes necessários com firmeza e equilíbrio”[[81]](#footnote-80).

A posição do presidente do Bradesco foi mais completa pois deixa claro quais seriam as reivindicações da burguesia bancário-financeira:

A presidente foi feliz ao anunciar a nova composição da equipe econômica, pois reafirma o compromisso deste governo com o desenvolvimento, a estabilidade e a gestão competente da política econômica. Promoveu continuidade com renovação, numa transição sem sobressaltos. Os nomes de Joaquim Levy, Nelson Barbosa e Alexandre Tombini representam pilares de credibilidade, cada qual em sua área. Mas eles se complementam e dão unidade de ação a um governo que almeja o controle da inflação, a austeridade fiscal e a elaboração de um conjunto de reformas estruturais modernizadoras (TRABUCO, 2014)[[82]](#footnote-81).

Reformas e austeridade fiscal, o futuro da economia Brasileira já estava dado nesse apoio de Trabuco para as ações do governo Dilma. A partir disso, a burguesia financeira praticamente não vai se manifestar publicamente contra o governo, e sairá em defesa do governo Dilma. No segundo semestre de 2015, após o vice-presidente Michel Temer se articular junto ao Legislativo, e destacar a conjuntura difícil do país, mas dando apoio ao Congresso, a Fiesp apoiou o vice-presidente na empreitada, como vimos na nota “Em prol da governabilidade”. Nesse cenário, muito provavelmente Temer já estava recebendo incentivo para assumir o cargo, e como defende Singer (2018), a burguesia industrial contribui nesse apoio. Entretanto, como salienta Singer (2018), os banqueiros não apoiaram essas ações e mantiveram-se aliados ao governo Dilma.

Singer (2018, p. 214) destaca que a Febraban, por meio do Bradesco, admitia a fortíssima crise econômica que abala a confiança e a retomada do crescimento, mas pedia união dos poderes para superar a crise. Setúbal também se posicionou, sendo ainda mais explícito, ainda mais para alguém que havia feito oposição em 2014. O empresário deixou claro que não enxergava qualquer razão que pudesse levar a um *impeachment*, e deu crédito direto a Dilma pelas investigações sobre os esquemas de corrupção.

Um motivo que pode explicar a não adesão da burguesia bancário-financeira, principalmente dos principais brancos, é de que eles sabiam das “pedaladas fiscais”. Segundo matéria do Valor Econômico, entre fevereiro e maio de 2014, enquanto o Tesouro Nacional realizava as “pedaladas fiscais” — atrasos nos pagamentos das contribuições e benefícios sociais —, o subsecretário Marcus Aucélio contatou Murilo Portugal, presidente da Febraban, para informá- lo sobre essas operações. Isso sugere que a Febraban estava, portanto, ciente e possivelmente envolvida na cooperação nessas operações com os bancos[[83]](#footnote-82). A federação, através de seu presidente Murilo Portugal, foi informada sobre as operações de "pedaladas fiscais" pelo subsecretário Marcus Aucélio do Tesouro Nacional.

A burguesia financeira brasileira demorou a aderir ao *impeachment* de Dilma, só se manifestando poucos meses antes do processo ou durante. Gohn (2017, p. 74) destaca que em março de 2016, no dia 13, ocorreu a maior mobilização de rua da história até então. Milhares de manifestantes saíram pedindo o *impeachment* da presidente Dilma. Três dias depois, o presidente do Itaú rompe com o governo, um mês antes do processo ser votado na Câmara Federal. Setúbal defendia reformas na previdência e no sistema tributário, e acusava que o governo estava colocando-as em segundo plano, e declarou que o governo mantinha o *status quo*, e não tentou mudá-lo[[84]](#footnote-83).

Já o Bradesco só se manifestou após o Senado aprovar por 55 votos a 22 a abertura do processo, afastando Dilma da presidência até que o processo fosse concluído. O vice-presidente [Michel Temer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Michel_Temer) assumiu [interinamente](https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_interino) o cargo de presidente. Para o economista chefe do Bradesco:

Temos esperança e confiança no novo governo. Sem euforia, sabemos das dificuldades à frente e estamos prontos para enfrentar os desafios. Não podemos ceder à inércia da desesperança. O Brasil tem economia forte e população trabalhadora. Há pilares que nos dão ânimo. Enfatizamos que o tempo é curto e precisamos de uma condução firme, mas de consenso possível, para superarmos o atual momento. (BRANDÃO, 2016)[[85]](#footnote-84).

A Febraban, que ainda não havia se pronunciado, não criticou o *impeachment* e logo desejou boa sorte à equipe econômica que contava com Henrique Meirelles na Fazenda e Romero Jucá no Planejamento. também colocou-se à disposição do novo governo para trabalhar pelo bom funcionamento do sistema bancário e do desenvolvimento do país[[86]](#footnote-85).

Como pode-se notar, o *impeachment* não foi um consenso entre as frações da burguesia. Mas a partir do momento em que ele é aprovado, foi resolvido o principal problema para a burguesia brasileira, que era a governabilidade para se aprovar as reformas estruturais que já eram um consenso entre as frações da burguesia.

Temer assumiu o governo de maneira definitiva no dia 31 de agosto de 2016, quando o Senado aprovou o *impeachment* por 61 votos favoráveis a 20 contrários. A partir desse momento, ocorre um aprofundamento do processo de financeirização da economia brasileira, com a aprovação das reformas neoliberais de Temer, e depois Bolsonaro, das quais trataremos no próximo capítulo.

3

PROCESSOS QUE CORRESPONDEM À MESMA AGENDA: DO GOLPE DE 2016 ÀS REFORMAS DE TEMER E BOLSONARO

3.1 Processo histórico da aprovação das reformas neoliberais

Nos anos de 2014 e 2015, a crise econômica no Brasil teve um impacto profundo, afetando empresas de capital aberto que viram seus lucros despencarem de 109,9 bilhões de reais para apenas 14 bilhões, segundo análise de Martins (2022). Esse declínio econômico, conforme apontado, serviu como um dos indicadores que impulsionaram o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

A resposta ao cenário, marcada por ajustes fiscais rigorosos, acabou por agravar a situação, com a formação bruta do capital fixo (FBCF) sofrendo uma queda de 14% e o setor público sendo o mais afetado, reduzindo seus investimentos em 33,5%. Martins (2022) ainda destaca o caso da Petrobras, prejudicada pela operação Lava Jato e pela queda dos preços internacionais do petróleo, o que resultou em uma retração de 26,6% nos investimentos. O setor privado também seguiu essa tendência negativa, com uma queda de 9,7%.

Por outro lado, o setor bancário conseguiu manter sua lucratividade, inclusive ampliando-a. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido dos bancos, que já era alta durante o governo Lula (2007-2010), com 20,7%, cresceu ainda mais no governo Dilma, chegando a 21,5%. O lucro do setor financeiro subiu de 54,9 bilhões de reais, em 2014, para 70,5 bilhões em 2015, período em que o governo federal pagou 560 bilhões de reais em juros da dívida pública, de acordo com Martins (2022, p.323).

Carvalho (2018, p.108) aponta que a conexão entre o impeachment de Dilma Rousseff e a crise econômica no Brasil foi mais complexa do que a narrativa pública sugeria. Enquanto o processo formal de impeachment centrava-se em alegações de crimes orçamentários, os discursos políticos buscavam responsabilizar a presidenta pela crise, ignorando o ajuste fiscal implementado em 2015 e associando a situação a uma suposta falta de responsabilidade fiscal de seu governo.

Ao início de 2016, duas interpretações principais prevaleciam no debate econômico: uma primeira linha de pensamento argumentava que o ajuste necessário não havia sido realizado, desconsiderando que o aumento do déficit primário ocorrera, em parte, pela queda acentuada nas receitas, apesar dos cortes significativos em gastos discricionários. A segunda tese atribuía o enfraquecimento econômico à própria figura de Dilma, afirmando que sua permanência no poder minava a confiança dos investidores. Assim, a ideia de que o impeachment poderia, simultaneamente, resolver o impasse político e restaurar o ambiente de investimentos privados ganhou força, sendo vista como uma solução que atenderia tanto à estabilidade política quanto ao incentivo à atividade econômica, promovendo uma governabilidade facilitada pela aliança entre o PMDB e partidos de oposição, conforme análise de Carvalho (2018).

Laidler (2018, p.292) sugere que o golpe contra Dilma Rousseff representava um movimento estratégico dentro da competição global, com o Brasil sendo visto como peça chave para interesses econômicos. Essa intervenção atendia a objetivos específicos, como a apropriação das receitas do Estado, a garantia de alta lucratividade para empresas por meio de menores custos tributários e trabalhistas, o desmantelamento de uma política externa autônoma e a livre exploração das reservas de petróleo. Para que tais interesses se consolidassem, segundo a autora era necessário o desmonte da estrutura de direitos sociais e a submissão do Estado aos ditames do mercado, com a participação de um parlamento vulnerável à influência econômica.

Além disso, Laidler (2018) argumenta que o sucesso dessa estratégia dependia da construção de um consenso em torno da suposta ineficiência e corrupção estatal, além da promoção das virtudes do mercado. Esse discurso foi essencial para cooptar partidos e parlamentares, que, por sua vez, eram influenciados pela mídia, fator indispensável para sustentar a imagem pública e as alianças políticas na democracia de massa.

Laidler (2018, p. 324) observa que, durante o período de preparação e execução do golpe, o jornalismo brasileiro praticado pelos principais meios de comunicação atuou de forma similar a um partido político, assumindo um viés liberal e um tom que ela descreve como "estelionato". As editorias tornaram-se órgãos partidários, escolhendo pautas de maneira panfletária para favorecer o processo. Esse alinhamento trouxe sérios prejuízos à Petrobras e ao país, marcados pela política de "desinvestimento" ou venda de ativos, que enfraqueceu a empresa em áreas estratégicas e lucrativas, como o setor de distribuição de gás, vital para a regulação de preços.

Conforme Laidler (2018), a diminuição do papel da Petrobras e da produção nacional, assim como a interrupção da parceria estratégica com interesses chineses na exploração do campo de Libra, figuraram entre os objetivos centrais do golpe. Dessa forma, a intervenção nos meios de comunicação não apenas moldou a percepção pública, mas também pavimentou o caminho para uma reestruturação econômica que favoreceu interesses externos e comprometeu setores fundamentais da economia brasileira.

Segundo Carvalho (2018, p. 110), a imprensa brasileira enfatizou fortemente a gestão econômica de Dilma Rousseff como a principal responsável pela crise, especialmente nos meses que antecederam a votação do impeachment na Câmara dos Deputados. Em abril de 2016, por exemplo, a Folha de S. Paulo publicou um editorial intitulado "Paradoxo econômico", que destacava uma aparente contradição na economia brasileira, com a recessão coexistindo com uma valorização do real e da Bovespa. O editorial sugeria que tal comportamento refletia as expectativas positivas do mercado em relação à possibilidade de afastamento de Dilma, transmitindo a ideia de que sua queda poderia destravar investimentos e, assim, impulsionar o crescimento.

Laidler (2018, p.301-302) aprofunda essa análise ao observar o papel de influentes comentaristas econômicos, como Carlos Alberto Sardenberg, do Grupo Globo, cuja abordagem diária promovia uma visão unidimensional e dogmática do livre mercado. Em suas análises nos veículos de rádio e televisão, Sardenberg se posicionava consistentemente contra as políticas econômicas de Lula e Dilma, associando a "nova matriz econômica" a um retrocesso populista latino-americano e responsabilizando o Estado e o PT pelo suposto "inchaço" da máquina pública e pelos problemas econômicos do país. Mesmo quando os índices econômicos não indicavam recuperação clara, como ocorreu em outubro de 2017, Sardenberg continuou a atribuir a crise às políticas do PT, reforçando uma narrativa de que o partido teria "atrasado" o Brasil ao seguir um caminho oposto ao dos ajustes promovidos por outros países no período pós-crise.

No momento da votação da admissibilidade do impeachment na Câmara dos Deputados, já havia um consenso entre setores empresariais, o mercado financeiro e parte do Congresso de que o afastamento de Dilma Rousseff representava o melhor caminho para estabilizar o país. A expectativa era de que, com Michel Temer assumindo a Presidência, a tão almejada estabilidade abriria espaço para a resolução das crises política e econômica (CARVALHO, 2018, p. 111).

Laidler (2018, p. 303) acrescenta que o empresariado, alinhado com a doutrina do Estado mínimo, apoiou amplamente o processo, reforçando o discurso de que o Estado representava um fardo excessivo. Esse apoio se manifestou tanto nas declarações de seus representantes no Congresso durante o impeachment quanto nas pesquisas de entidades patronais, como as realizadas pela Firjan. O empresariado via vantagens diretas no novo regime fiscal e na reforma trabalhista, que, ao congelarem a carga tributária e reduzirem os custos trabalhistas, atendiam seus interesses e prometiam um ambiente econômico mais favorável aos negócios.

É importante destacar que, no âmbito do Congresso Nacional, muitos parlamentares envolvidos em investigações viam no impeachment uma oportunidade para se desvencilharem das apurações em andamento. Neto (2022, p. 73) observa que gravações vazadas na época, como o diálogo entre o então senador Romero Jucá e o colaborador Sérgio Machado, expuseram que um dos objetivos centrais do impeachment era "botar um ponto final" na Operação Lava Jato e "parar onde está". Para Jucá, apenas uma mudança de governo poderia "estancar a sangria". Essa dualidade de interesses tornou-se evidente: enquanto os manifestantes pró-impeachment defendiam a saída de Dilma Rousseff para que a operação avançasse, parlamentares investigados viam sua destituição como uma chance de interromper as investigações que os ameaçavam diretamente.

Durante o processo que culminou no impeachment, o então vice-presidente Michel Temer delineou um programa de propostas econômicas que indicava as mudanças que ele pretendia implementar caso assumisse a presidência. Segundo Neto (2022, p. 74), esse programa, denominado "Uma ponte para o futuro", antecipava uma série de medidas de caráter neoliberal e representava uma guinada acentuada à direita. O documento alinhava-se integralmente com as críticas empresariais à política econômica do primeiro governo de Dilma Rousseff, propondo medidas para alcançar o equilíbrio fiscal, como a reforma da previdência e a instituição de um teto para os gastos públicos. Previa também a privatização de estatais, a alteração do regime de exploração do petróleo, uma maior abertura comercial, e uma reforma nas relações de trabalho que desse prioridade ao negociado sobre o legislado.

Com Temer no governo, diversas dessas medidas foram implementadas, incluindo a ampla reforma trabalhista, a mais extensa desde a criação da CLT, e a adoção de uma política de austeridade drástica com a Emenda Constitucional n.º 95, que congelou os gastos públicos por vinte anos. Contudo, em 2017, Temer foi alvo de denúncias graves, o que fragilizou sua posição e dificultou a continuidade das reformas propostas. Conforme Neto (2022, p. 74), o procurador-geral da República apresentou duas ações penais contra Temer no Supremo Tribunal Federal, que, se aprovadas pela Câmara dos Deputados, resultariam em seu afastamento. Assim, Temer usou grande parte de seu apoio parlamentar para bloquear a instauração dos processos, o que, embora garantisse sua permanência no cargo, inviabilizou a aprovação de reformas como a da previdência e a privatização da Eletrobras, demandas do mercado desde o início de seu governo. Com 7% de aprovação ao final de seu mandato, Temer encerrou sua gestão com 62% de reprovação, a pior avaliação para um presidente brasileiro na história recente.

Antunes (2020, p. 291) aponta que, com a ascensão de Michel Temer, uma nova fase da contrarrevolução preventiva, agora com um caráter ultraneoliberal e ainda mais agressivo, teve início no Brasil. Essa etapa visava, prioritariamente, a privatização de todas as empresas estatais remanescentes, além da preservação dos grandes interesses econômicos dominantes e da completa desestruturação dos direitos trabalhistas no país. Um exemplo emblemático desse processo foi a tentativa de Temer, no final de 2017, de flexibilizar as restrições ao trabalho escravo, proposta que, embora recebesse intensa rejeição da sociedade e fosse suspensa, refletia o teor profundamente antissocial das medidas defendidas nesse contexto de reformas.

Laidler (2018, p. 308) destaca que a própria presidente Dilma Rousseff já havia, antes do impeachment, realizado significativas concessões em sua política econômica, ao adotar um rígido ajuste fiscal e ao negociar mudanças no modelo de partilha do pré-sal, além de anunciar uma reforma da previdência. Essa flexibilização de posições, no entanto, não impediu o golpe, o que levanta questionamentos sobre as verdadeiras motivações por trás da sua destituição. Segundo Laidler, propostas como as defendidas por parlamentares do PSDB e do DEM, que buscavam reduzir o papel do Estado, ou mesmo o programa "Uma ponte para o futuro" do PMDB, dificilmente conseguiriam apoio popular suficiente para vencer uma eleição democrática. Esse cenário motivou a articulação de setores representativos do capital corporativo e financeiro para deslegitimar o governo do PT, utilizando os recursos políticos e midiáticos à sua disposição.

Essa leitura é reforçada pelo próprio Michel Temer, que, em setembro de 2016, após assumir a presidência, confirmou que Dilma Rousseff não havia adotado as diretrizes do programa "Uma ponte para o futuro". Como observado por Neto (2022, p. 173), Temer declarou que, como vice-presidente, havia sugerido que Dilma adotasse as medidas propostas pelo PMDB, por considerar insustentável a política econômica que então orientava o governo. Segundo Temer, a falta de adesão a essas diretrizes teria sido um dos fatores que "instaurou um processo" que culminou na sua efetivação como presidente da República.

Após o impeachment, a primeira grande reforma proposta pelo governo de Michel Temer foi a criação do teto de gastos, por meio da PEC n.º 241 (PEC n.º 55 no Senado), que se transformou na Emenda Constitucional n.º 95 em dezembro de 2016, estabelecendo o chamado "Novo Regime Fiscal". Segundo Neto (2022, p. 118-119), essa emenda visava obrigar o Estado a reduzir suas despesas e investimentos para direcionar recursos ao pagamento de juros da dívida. A medida congelou os gastos públicos primários por vinte anos, ajustando-os apenas pela inflação do ano anterior. Esse rígido congelamento impactava diretamente despesas essenciais como saúde, educação, previdência, assistência social e investimentos em infraestrutura, sendo considerada uma das medidas de austeridade mais severas implementadas globalmente.

Além disso, ao ser incorporado à Constituição, o teto impôs sérias restrições aos futuros governos, dificultando revisões desse regime por exigir maioria de três quintos em ambas as casas do Congresso. Neto (2022) aponta que essa complexidade processual, somada à resistência política e econômica, cria um cenário que tende a perpetuar a austeridade, mesmo que seja reprovada pela maioria da população.

Laidler (2018, p. 316) acrescenta que essa emenda não apenas impediu o Estado de ampliar seu papel na economia, mas também favoreceu corporações ao assegurar a estabilidade dos impostos e abrir espaço para desonerações em cenários de crescimento. A medida, aprovada por ampla maioria no Congresso poucos meses após a saída de Dilma Rousseff, representou uma vitória contundente dos apoiadores do novo governo, consolidando uma mudança estrutural no papel do Estado brasileiro.

No entanto, Carvalho (2018, p. 120) critica a justificativa da PEC do teto. Seus estudos indicam que o déficit fiscal do Brasil não era causado pelo aumento acelerado das despesas primárias, as quais cresceram moderadamente entre 2011 e 2014 e até caíram em 2015. Em sua análise, o problema principal residia na estagnação das receitas e no impacto crescente do pagamento de juros da dívida, intensificado pelas sucessivas elevações da taxa Selic pelo Banco Central. Nesse sentido, Carvalho argumenta que o teto de gastos foi insuficiente para estabilizar a dívida pública, pois desconsiderou os fatores determinantes da crise fiscal: a falta de crescimento econômico, a queda da arrecadação e o alto custo dos juros.

O Senado aprovou o teto no dia 13 de dezembro, e desde então, segundo Carvalho (2018, p. 122), o teto passaria a servir como um dos principais argumentos para a aprovação da reforma da Previdência, o que também ficará claro com as manifestações dos aparelhos privados de hegemonia das frações da burguesia. Neto (2022, p. 120) ainda destaca que a Emenda Constitucional n°95 fez com que a austeridade fosse constitucionalizada, elevada a condição de política econômica constitucionalmente obrigatória.

Dando continuidade ao programa "Uma Ponte para o Futuro", o governo Temer implementou a mais ampla reforma trabalhista desde a criação da CLT, com a sanção da Lei n.º 13.467 em setembro de 2017. Neto (2022, p. 121) observa que essa reforma foi de aprovação unilateral, sem diálogo com os trabalhadores. A nova coalizão de centro-direita substituiu a anterior de centro-esquerda, e a reforma passou com 296 votos favoráveis na Câmara e 50 no Senado, resultando em significativas alterações, como a prevalência do negociado sobre o legislado, o ônus de sucumbência na Justiça do Trabalho e o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

Laidler (2018, p. 320-321) destaca que a reforma incluiu mais de cem mudanças, sendo a adoção do trabalho intermitente uma das mais impactantes. Essa modalidade permitiu a contratação de trabalhadores por períodos irregulares, o que, na prática, reduziu salários e dificultou a contribuição previdenciária, justificando-se como uma forma de incentivar novas contratações. No entanto, após a reforma, houve um aumento nas demissões e reestruturações em setores como educação, financeiro e varejo, onde empresas reduziram pagamentos e alteraram jornadas. Essa precarização das condições laborais resultou em um aumento do trabalho informal e autônomo, o que reduziu ligeiramente a taxa de desemprego, mas manteve a desocupação em patamares elevados. A reforma também ampliou a terceirização, permitindo-a em todas as áreas das empresas, rompendo vínculos diretos entre empregadores e empregados. Dados sobre a terceirização indicam que esse modelo, ao incentivar maior rotatividade, acaba pressionando os salários para baixo, agravando a instabilidade no mercado de trabalho.

Quanto à reforma da Previdência, a última reforma a ser aprovada, Gentil (2019, p. 190-195) descreve a postura do governo Temer em relação à reforma da Previdência, destacando que essa foi uma das prioridades do governo, que buscava se consolidar politicamente através do ajuste fiscal. Para reduzir a resistência a essa proposta impopular, Temer intensificou gastos com publicidade, que chegaram a R$ 100 milhões entre 2016 e 2017, quase dez vezes mais do que o orçamento inicial. Apesar de alegar austeridade fiscal, o governo destinava grandes recursos para convencer a população sobre a necessidade da reforma, enquanto também se utilizava de favores políticos para garantir o apoio de parlamentares, especialmente por meio de programas de refinanciamento de dívidas (REFIS) e liberação de verbas de emendas.

Além disso, Gentil aponta a contradição entre a retórica do governo sobre o "rombo" na Previdência e os reais interesses por trás da reforma, que visavam desamparar a população de baixa e média renda e beneficiar o mercado de fundos privados de previdência. A proposta de reforma da Previdência (PEC 287), que tramitou em 2016, foi vista como uma estratégia para reduzir o papel do Estado na seguridade social, favorecendo interesses financeiros em detrimento da proteção dos cidadãos. A autora critica a argumentação oficial de que a reforma resolveria um suposto déficit fiscal, destacando que a medida, na verdade, geraria um "déficit de cidadania", ao desproteger os mais vulneráveis e aumentar as desigualdades sociais.

Os fundos privados de previdência, como observado por Gentil, seriam os maiores beneficiados por essa fragilização da previdência pública, com a ampliação de recursos direcionados a esse mercado. Isso aconteceu no contexto de um aumento significativo no patrimônio líquido dos fundos privados, que saltou de R$ 23 bilhões em 2002 para R$ 490 bilhões em 2015, impulsionado pelas reformas e pela insegurança gerada quanto à previdência pública.

Laidler (2018, p. 320-321) aponta que o projeto de reforma da Previdência foi elaborado pelo secretário da Previdência, Marcelo Caetano, em 2016, e revelou claramente o alinhamento do governo Temer com os interesses do setor financeiro e dos fundos de pensão privados. De acordo com a autora, a agenda de Caetano durante o período de elaboração da PEC foi predominantemente marcada por reuniões com representantes desses grupos empresariais, o que reflete o caráter privatista da proposta de reforma. A intenção do governo, segundo Laidler (2018), era privatizar parte da poupança das aposentadorias futuras, sacrificando a dignidade dos aposentados em nome de interesses financeiros.

A PEC 287/2016, que tramitou no Congresso, exigia aprovação de três quintos dos votos nas duas casas legislativas, mas não obteve sucesso, sendo derrotada no processo legislativo. Laidler destaca que essa derrota foi, além de uma falha do governo, também um revés para a grande imprensa, que havia amplamente pautado e promovido a reforma ao longo de mais de um ano, criando expectativas e cronogramas para sua aprovação. A reforma, portanto, foi não só uma derrota política para o governo, mas também uma perda para os veículos de comunicação que haviam apostado na sua viabilidade.

Neto (2022, p. 123-124) descreve que, já enfraquecido pelas acusações de corrupção e com apenas dez meses restantes de governo, Michel Temer decidiu decretar uma intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, uma medida vista como uma resposta ao clamor por políticas de segurança mais rígidas. A intervenção gerou questionamentos, principalmente pela escolha do Rio de Janeiro como alvo, dado que outros estados apresentavam índices de violência mais altos.

A intervenção também teve como consequência a inviabilidade da reforma da Previdência, já que não podia ser aprovada com a medida de força. A tentativa de Temer de recuperar parte de sua popularidade não foi acompanhada de ações concretas para resolver a questão da segurança, uma vez que a execução do orçamento destinado à intervenção foi mínima. A nomeação do general Braga Netto como interventor e do general Richard Nunes como secretário de segurança pública evidenciou a militarização da ação, que pouco contribuiu para solucionar os problemas estruturais da segurança no estado.

Neto (2022, p. 125-129) observa que, durante o governo Temer, a intervenção federal no Rio de Janeiro reintroduziu as Forças Armadas na política brasileira, desconsiderando os esforços anteriores para garantir sua subordinação ao poder civil, conforme os princípios do Estado Democrático de Direito. Em 2018, o número de militares ocupando cargos civis no governo federal saltou para 2.765, um aumento que se expandiria consideravelmente no governo Bolsonaro. A intervenção no Rio de Janeiro foi parte de uma estratégia política, mais focada em atender expectativas eleitorais do que em resolver efetivamente a questão da segurança pública, o que se evidenciou pela execução insuficiente do orçamento destinado à intervenção.

Além disso, o general Villas Boas, comandante do Exército, interferiu em assuntos judiciais, publicando declarações no Twitter sobre o julgamento do habeas corpus de Lula, no qual se discutia a execução da prisão após a condenação em segunda instância. Embora suas mensagens não tenham alterado a decisão judicial, a intervenção militar nas questões políticas e jurídicas do país demonstrou o retorno dos militares ao cenário político, com o apoio do governo Bolsonaro após sua posse.

Voltando a reforma da previdência, Neto (2022, p. 146) destaca que, durante sua campanha, Bolsonaro adotou uma postura favorável à redução do sistema de proteção social e à diminuição da intervenção estatal na economia. Embora nunca tenha detalhado um plano econômico claro, sugeriu que as decisões seriam atribuídas a Paulo Guedes, seu futuro ministro da Economia. Guedes, com sua formação na Universidade de Chicago e experiência no Chile durante o regime Pinochet, defendia um programa neoliberal extremo, sem ressalvas. Ele chegou a afirmar que seria conveniente vender "todas as estatais", embora reconhecesse a inviabilidade dessa proposta na prática.

Neto (2022, p. 151) relata que, após assumir o governo, Bolsonaro apresentou ao Congresso uma proposta de reforma da previdência que incluía a adoção do modelo de "capitalização", em substituição ao sistema de "repartição" vigente no Brasil. No modelo de repartição, as contribuições de empresas, trabalhadores e governo financiam os benefícios previdenciários de todos os cidadãos, baseando-se no princípio da solidariedade. O modelo de capitalização, defendido por Guedes, alteraria esse sistema, criando contas individuais para cada trabalhador, aproximando a previdência pública da privada, com a eliminação do princípio solidário.

No entanto, conforme Neto (2022, p. 152), a proposta apresentada pelo governo foi substancialmente alterada pelo Congresso Nacional. A ideia de capitalização foi rejeitada, e a Emenda Constitucional nº 103, que resultou na reforma da previdência, manteve o modelo de repartição. Embora o Congresso tenha cooperado com o governo em vários aspectos da PEC, também moderou seu conteúdo, excluindo o que considerou excessivo e ajustando alguns pontos para evitar inconstitucionalidades, que ainda podem ser avaliadas pelo STF.

A análise das reformas econômicas e políticas nos governos de Temer e Bolsonaro revela um processo de intensificação das agendas neoliberais, com ênfase na redução da intervenção estatal e na reestruturação de sistemas como o da previdência. No governo Temer, as tentativas de implementar reformas como a da previdência, mesmo diante da pressão de entidades patronais, enfrentaram resistências políticas e sociais, evidenciando a dificuldade de avançar em projetos que comprometem a proteção social. Já no governo Bolsonaro, a proposta de reforma da previdência, liderada por Paulo Guedes, apresentou um modelo de capitalização, alinhado com princípios neoliberais, mas que foi moderada pelo Congresso, que preservou o modelo de repartição, o que pode ser entendido como uma pequena derrota do governo, mas que também foi uma derrota para os interesses da classe trabalhadora. Além disso, o teto de gastos e a reforma trabalhista, que também estiveram no centro da agenda de reformas, refletiram o poder dos aparelhos privados de hegemonia, que orientaram a ação do Estado em nome de interesses específicos das frações da burguesia. Tais medidas consolidaram uma ofensiva contra os direitos sociais, alinhando o Estado a um modelo de crescimento voltado para a desregulamentação do mercado e a diminuição dos custos para o capital. Nos próximos tópicos, será mais detalhada a análise das manifestações dessas frações da burguesia, evidenciando como suas pautas moldaram as reformas e influenciaram a política econômica do período.

3.2) Frações da burguesia no apoio às reformas neoliberais

3.2.1) A burguesia agrária

Conforme abordado no capítulo anterior, o setor da burguesia brasileira, já durante o processo de impeachment, enfatizava a necessidade de mudanças estruturais na economia do país. Em abril, o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, que já havia manifestado apoio ao impeachment no mesmo mês, criticou as políticas adotadas pelo governo Dilma, afirmando que comprometiam a estabilidade política e econômica, ampliando o desemprego. Em um encontro com líderes do setor agropecuário, como o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Marcos Montes (PSD-MG), reforçou-se a ideia de que o impeachment seria essencial para promover as reformas consideradas necessárias para o país. Martins destacou que aquele momento representava um divisor de águas para o futuro do Brasil, especialmente em relação à possibilidade de aprovação das reformas estruturais, com ênfase nas reformas da previdência e trabalhista.[[87]](#footnote-86)

É importante destacar o encontro entre líderes do Congresso e da Confederação da Agropecuária, no qual se discutiram temas que se tornariam o foco de grande parte das manifestações dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia agrária, principalmente em relação às mudanças na legislação trabalhista e previdenciária. Próximo ao encerramento do processo de impeachment, em agosto de 2016, o presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, projetava uma melhora na economia a partir de setembro, assim que o processo fosse concluído. Carvalho ressaltou que havia sinais de retomada da confiança com a possibilidade de efetivação de Michel Temer na presidência, destacando a necessidade de reformas, sobretudo nas esferas política, tributária e trabalhista, como pilares para a recuperação econômica. No âmbito trabalhista, mencionou a importância de modernizar regras que remontam à Segunda Guerra Mundial e, no campo tributário, defendeu um sistema que não aumente os custos internos. Ele também enfatizou a necessidade de flexibilizar a entrada de capital estrangeiro, criticando as restrições à compra de terras por investidores internacionais.[[88]](#footnote-87)

Devido à sua aprovação relativamente rápida, os aparelhos privados de hegemonia (APHs) da burguesia agrária não se manifestaram amplamente sobre o Teto de Gastos, embora apoiassem uma reforma fiscal. Esse apoio pode ser observado no manifesto divulgado por oito confederações empresariais, incluindo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Publicado três dias antes da votação da PEC do Teto de Gastos na Câmara dos Deputados, em outubro, o documento foi amplamente veiculado na imprensa nacional e defendia a implementação do limite para a expansão das despesas públicas, vinculando-as à inflação do ano anterior por um período de 20 anos. Além da CNA, confederações de destaque como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) também apoiaram o manifesto, reforçando a unidade do setor empresarial em torno da proposta[[89]](#footnote-88). A nota dizia que:

“O Brasil está entrando em uma fase decisiva para o nosso futuro. Depois da superação da crise política que paralisou o país por mais de um ano, é hora de concentrar todas as atenções nas reformas essenciais à retomada do crescimento econômico e à melhora nas condições de vida dos brasileiros. (...) O desajuste nas contas públicas desorganiza a economia, é combustível para a inflação, inibe os investimentos, causa a quebra generalizada de empresas e impede o crescimento. Esse descontrole é um dos grandes motivos do desemprego recorde no país, que atinge 12 milhões de pessoas. Não é por outra razão que o Brasil enfrenta a mais grave recessão de sua história. As confederações empresariais vêm manifestar firme apoio à aprovação do teto para os gastos. (...) Nossa expectativa é de que a aprovação da PEC 241 represente o ponto de partida para o Brasil retomar os investimentos e a geração de empregos. Não podemos perder mais essa oportunidade. Com grandeza e espírito público, deputados e senadores saberão honrar a esperança que o povo brasileiro deposita no Congresso, dando esse passo imprescindível para a reestruturação do país.” (CNA et al, 2016).

A declaração das confederações empresariais destaca a relevância das reformas econômicas para superar a crise política e financeira, apresentando a aprovação do Teto de Gastos como essencial para restaurar o equilíbrio das contas públicas, conter a inflação e impulsionar novos investimentos. O documento afirma que o desequilíbrio fiscal tem sido uma das principais causas do aumento do desemprego e da retração econômica e apela aos parlamentares para que aprovem a PEC 241.

A partir desse momento, quase todas as "energias" das entidades empresariais passaram a ser direcionadas para reformas consideradas impopulares, como a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Em novembro, durante a segunda reunião do Conselho Agro, os principais temas discutidos foram novos instrumentos para o financiamento da agropecuária e possíveis mudanças na legislação trabalhista.

O encontro, realizado na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), contou com a participação de diversas entidades do setor. Entre os tópicos em destaque, sobressaiu-se a modernização das leis trabalhistas. O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, esteve presente a convite de João Martins e apresentou um resumo das mudanças que estão sendo avaliadas pelo governo. De acordo com o ministro, o objetivo das reformas é alcançar um consenso mínimo para modernizar a legislação trabalhista, por meio de um diálogo amplo com lideranças empresariais e centrais sindicais. O principal ponto discutido foi a questão da segurança jurídica, que se destacava como uma das principais queixas do empresariado de diversos setores.[[90]](#footnote-89)

Na comissão especial realizada em 8 de março de 2017, Cristiano Zaranza, assessor jurídico da Comissão Nacional do Trabalho e Previdência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), afirmou que a proposta de Reforma Trabalhista (PL 6787/16) visava trazer maior segurança nas relações entre patrões e empregados. Segundo ele, a legislação trabalhista, por estar defasada, gera insegurança jurídica, especialmente quando as convenções são parcialmente anuladas. No entanto, Zaranza fez uma ressalva sobre o ponto da proposta que previa uma vantagem compensatória ao trabalhador nos casos de flexibilização de direitos via negociação coletiva, advertindo que tal compensação poderia servir de base para que o Judiciário anulasse instrumentos de negociação. Em sua visão, essa possibilidade de anulação seria prejudicial ao processo negociado, uma vez que convenções coletivas geralmente são firmadas em bloco.

Além disso, Zaranza rejeitou os argumentos de que haveria aparelhamento sindical pelas empresas e uma disparidade de poder entre patrões e empregados. Ele defendeu a capacidade de negociação dos sindicatos e argumentou que sindicatos que não demonstrassem competência para representar os trabalhadores não deveriam liderar esses processos[[91]](#footnote-90). Ou seja, o assessor jurídico da burguesia agrária não enxergava qualquer desvantagem da classe trabalhadora no processo de negociação coletiva, dando as partes como equivalentes no processo.

Esse posicionamento foi reforçado na comissão especial do dia 14 de março de 2017, quando José Zeferino Pedrozo, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e vice-presidente de secretaria da CNA, apresentou uma sugestão que refletia a mesma preocupação com a valorização das convenções coletivas. Ele afirmou: "Então aqui fica, não só da CNA, mas particularmente de nós, catarinenses, esta modesta sugestão, para que os senhores levem em consideração a valorização das convenções coletivas, para que prevaleça sempre o negociável." Dessa forma, tanto Zaranza quanto Pedrozo enfatizaram a importância de fortalecer as negociações coletivas e de garantir que os acordos firmados sejam respeitados, contribuindo para uma maior segurança jurídica nas relações trabalhistas[[92]](#footnote-91).

Em linha com essa perspectiva, em 28 de março de 2017, João Martins, presidente da Confederação da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CNA), reforçou esse argumento, afirmando que a reforma era crucial para promover o crescimento sustentável da economia brasileira. Durante um workshop realizado pela entidade, Martins defendeu ajustes na legislação trabalhista que assegurem essa segurança jurídica sem prejuízo aos direitos dos trabalhadores.

Martins afirmou que a reforma poderia assegurar maior estabilidade para investidores e produtores. Segundo ele,

“não interessa termos uma lei trabalhista que não funciona. É nossa esperança que o Brasil, com essas reformas, possa ser um país não mais de futuro, mas de presente. Onde os investidores e principalmente os produtores, e aqueles que, neste momento, sustentam a economia do país, possam ter segurança de continuidade naquilo que fazem”.[[93]](#footnote-92) (MARTINS, 2017).

Como podemos observar, a burguesia agrária estava intensamente envolvida nos debates e na defesa das reformas econômicas, com especial atenção à reforma trabalhista, que naquele momento era amplamente apoiada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). No mesmo dia em que destacou a importância dessa reforma, em 28 de março de 2017, João Martins, presidente da CNA, fez um comentário irônico sobre a greve geral que mobilizou as principais cidades do país, declarando: "Eu sou produtor rural, não entendo de greve", antes de uma reunião da entidade durante a ExpoZebu, em Uberaba (MG). Embora tenha evitado se aprofundar sobre a greve, Martins enfatizou que a reforma trabalhista aprovada pela Câmara dos Deputados, que motivou parte das paralisações, estava alinhada com as expectativas do empresariado. Já em relação à reforma da Previdência, Martins adotou uma postura mais cautelosa, afirmando que o projeto ainda estava em discussão e que, devido à falta de clareza sobre o que seria efetivamente aprovado, preferia não emitir opiniões detalhadas.[[94]](#footnote-93)

Um mês após a sanção da reforma trabalhista, em 7 de agosto de 2017, ocorreu o 16º Congresso Brasileiro do Agronegócio, organizado pela Abag, evento que reuniu figuras de destaque da mídia hegemônica e da classe política. Basicamente, o que se buscou no evento foi reafirmar o compromisso da burguesia agrária, especialmente do grande capital, com o governo Temer. Entre os pontos relevantes do encontro, destaca-se o discurso de Carlos Sardenberg, jornalista da Globo, de viés liberal, que apresentou duras críticas ao governo Dilma e às práticas políticas do país.

Sardenberg afirmou que o "capitalismo de Estado" é extremamente prejudicial, pois, segundo ele, torna o Estado inchado, com muitas empresas e interferência direta na economia. Para o jornalista, essa situação começou a mudar com o afastamento de Dilma e a "introdução de uma equipe econômica competente", que deu início à implementação das reformas econômicas. Ele destacou o teto de gastos como uma “mudança revolucionária”, apontando que despesas previdenciárias e de pessoal haviam se tornado insustentáveis e necessitavam desse tipo de controle.[[95]](#footnote-94)

Com essas críticas ao governo Dilma e elogios ao governo Temer, Sardenberg buscou associar a estabilidade econômica e o controle das contas públicas ao avanço das reformas e à mudança de postura do governo frente à economia nacional:

Já a expectativa da taxa de inflação desabou, e a taxa de juros veio atrás. A grande recessão também força essa tendência. É uma situação bem diferente de quando a presidente Dilma mandou o Banco Central reduzir a taxa de juros para 7,25%, com a tendência de alta na inflação. A credibilidade do Banco Central conta com a retomada da estabilidade na racionalidade da política econômica. A aprovação de algumas medidas foi importante, como o teto de gastos, a reforma trabalhista e a terceirização. A proposta de emenda constitucional do teto de gastos teve aprovação na câmara com 366 votos a favor e 116 contra. Foi um processo puramente político, sem compra de votos e de manobras fisiológicas. (SARDENBERG, 2017 p. 19).

A fala do jornalista no evento foi inteiramente pautada em conferir credibilidade ao governo Temer, enfatizando que a política econômica da administração federal deveria priorizar o bom funcionamento do mercado e a importância do capital privado. Essa posição está em consonância com a declaração do presidente da Abag, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, que reforçou a necessidade de um ambiente propício para os negócios, destacando que o crescimento do agronegócio depende da confiança no mercado e da desburocratização das relações econômicas. Segundo ele:

Deve buscar no capital privado a alavanca para o objetivo da logística e do crédito na implantação dos modais redutores de perdas. Toda a cadeia produtiva tem de estar focada na nossa competência nos trópicos. (...) Governos devem legislar para, em teoria, assegurar competitividade aos mercados. No entanto, uma grande parte deles e grande parte dos empresários não agem assim. Reformas na legislação previdenciária, trabalhista, tributária e política são essenciais e urgentes. (CARVALHO, 2017, p. 10-11).

Após a aprovação da reforma trabalhista, todos os esforços se voltaram para a reforma da Previdência, que se mostra a mais impopular dentre as reformas neoliberais adotadas após o impeachment de Dilma Rousseff. Em 5 de fevereiro de 2018, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) uniu-se a outras confederações empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), na campanha "Todos pela Reforma da Previdência – Pro Brasil não quebrar."

Essa campanha, que incluiu cartazes, selos, materiais para redes sociais, cartilhas e um tira-dúvidas, tinha como objetivo esclarecer a população sobre a importância das mudanças nas regras de aposentadoria. As entidades envolvidas, incluindo a CNA, acreditavam que a reforma da Previdência era essencial para garantir o equilíbrio fiscal do país, pois ajudaria a controlar o crescente déficit previdenciário. Segundo as confederações, com as mudanças propostas, o governo destinaria mais recursos para áreas fundamentais, como saúde, educação e infraestrutura, além de proporcionar um ambiente mais estável para o setor produtivo. Essa mobilização reflete a urgência sentida pelo empresariado em reformar o sistema previdenciário, para sustentar o crescimento econômico e a estabilidade financeira do Brasil[[96]](#footnote-95).

O ano de 2018, marcado por disputas políticas acirradas, trouxe Jair Bolsonaro como candidato que, embora não fosse o preferido da burguesia, conquistou apoio de setores importantes da sociedade política e civil, principalmente ligados ao agronegócio. Durante o segundo turno, a bancada ruralista declarou apoio a Bolsonaro, e Tereza Cristina, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e deputada pelo DEM-MS, destacou que aproximadamente 240 deputados e senadores ruralistas dariam sustentação ao governo caso ele vencesse.[[97]](#footnote-96)

Tereza Cristina afirmou que, para os agricultores brasileiros, Bolsonaro representava um aliado em questões fundamentais, como segurança jurídica e pautas ambientais, além de ter reafirmado sua intenção de fundir o Ministério da Agricultura com o Ministério do Meio Ambiente, uma proposta bem recebida pelo setor. Ela ressaltou que a bancada ruralista não apenas apoiaria Bolsonaro, mas também colocaria à disposição sua estrutura de campanha para garantir uma vitória ampla e sólida.

Esse apoio pode ser verificado em 2 de abril de 2019, início do governo Bolsonaro, quando o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, junto com presidentes e representantes das federações estaduais, reuniu-se em Brasília com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para discutir uma agenda legislativa para o setor agropecuário e manifestar apoio à reforma da Previdência. Durante o encontro, Martins destacou a importância da aprovação da reforma, ressaltando que, mesmo que o ideal nem sempre seja viável, era necessário buscar uma reforma possível de ser realizada.[[98]](#footnote-97)

Além do apoio à reforma, Martins defendeu a criação de uma agenda legislativa que fortaleça o setor rural e promova o desenvolvimento de uma classe média no campo. Ele destacou que a união entre os diversos atores do setor agropecuário e o Congresso Nacional é essencial para a construção de políticas públicas que solidifiquem o setor.[[99]](#footnote-98)

Após o encontro, a CNA e outras 43 entidades divulgaram uma carta ao presidente Jair Bolsonaro, expressando apoio à reforma da Previdência (PEC 06/2019). No documento, as entidades alertaram que, sem a reforma, o país enfrentaria escassez de recursos para investimentos, custeio e capacitação profissional, além de perder a expectativa de um futuro promissor. A carta também sublinhou que a aprovação da reforma é crucial para destravar investimentos públicos e privados.[[100]](#footnote-99)

Um mês após a nota anterior, o presidente da CNA assinou, juntamente com outras federações empresariais, uma carta aberta ao presidente Jair Bolsonaro, reafirmando o apoio do empresariado à aprovação da Reforma da Previdência. Naquele momento, a reforma enfrentava dificuldades no Congresso, e embora o manifesto público não tenha sido o fator decisivo, desempenhou um papel relevante, especialmente em meio a um cenário de instabilidade política. Na época, o governo Bolsonaro enfrentava obstáculos ao criticar a ala mais fisiológica da política brasileira, o chamado "Centrão", e o apoio empresarial ajudou a intensificar a pressão pela aprovação da medida.

A carta destacava que a reforma previdenciária era essencial para o equilíbrio fiscal do país e para destravar investimentos, defendendo que a medida colocaria o Brasil em uma trajetória de crescimento sustentável. O documento também reforçava o compromisso do empresariado em apoiar as mudanças propostas pelo governo e a importância do setor produtivo para impulsionar a economia e promover o desenvolvimento nacional. A nota:

Senhor Presidente,

Permita-nos o tratamento respeitoso e simples, na forma agora normatizada por sua administração para as comunicações dos agentes públicos, para afirmar o nosso total apoio à proposta da Reforma da Previdência que ora tramita no Congresso Nacional, tratada com imprescindível prioridade.

Entendem as Confederações signatárias, que representam o amplo espectro das atividades produtivas, ser o modelo proposto um caminho indispensável para o destravamento de investimentos públicos e privados - única rota em direção ao desenvolvimento sustentável.

Reconhecemos o valor técnico da proposta apresentada, fruto de estudos e soluções consistentes.

A estrangulação fiscal do Estado brasileiro em suas diversas esferas, em grande medida provocada por um modelo previdenciário insustentável e injusto, assevera as desigualdades sociais e é a principal causa da estagnação econômica que estamos vivendo nos últimos anos.

As atividades empresariais vêm enfrentando ainda os desafios de um tempo de aceleradas transformações tecnológicas e mudanças socioeconômicas mundiais. Tudo isso leva-nos à certeza de que o país não pode mais prescindir de uma Nova Previdência, base para outras iniciativas modernizadoras, que confiamos serão propostas no tempo certo. Só assim, será possível reduzir o Custo Brasil e assegurar a segurança jurídica indispensável à atração de investimentos e à ação empreendedora.

Reconhecemos a coragem e o patriotismo do Senhor Presidente em fazer da Reforma da Previdência a prioridade inicial de seu governo. Confiamos também no apoio e no bom senso do Congresso Nacional, que atento ao senso de urgência da situação, certamente irá aprovar uma Previdência justa e sustentável.

Por essas razões, as Confederações de empregadores, abaixo assinadas, se empenharão fortemente junto ao Congresso e à opinião pública para aprovação de Reforma da Previdência.

Na oportunidade, apresentamos nossos votos de elevado apreço.[[101]](#footnote-100)

A burguesia agrária demonstrou grande interesse nas reformas, atuando ativamente junto à classe política e utilizando sua influência na mídia. Embora todas as reformas fossem consideradas prioritárias, houve um maior envolvimento especialmente com a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Para essas duas, as federações, com destaque para a CNA, mantiveram uma relação próxima com os parlamentares, em particular com a Frente Parlamentar da Agropecuária. Além disso, fizeram uso de estratégias como cartas abertas e exerceram pressão pelos canais de comunicação, solicitando urgência na aprovação das reformas.

3.2.2 A burguesia financeira

O capital financeiro se consolidou como a fração mais influente durante as discussões e a aprovação da Emenda Constitucional 95, especialmente através da atuação da Febraban, presidida por Murilo Portugal Filho em 2016. Durante a Comissão Especial que analisava o Novo Regime Fiscal, Portugal destacou a relevância da reforma para o país, afirmando que "a aprovação dessa medida pode representar para a política fiscal o que o Plano Real representou para a política monetária."[[102]](#footnote-101) Sua apresentação, realizada em 12 de setembro de 2016, foi uma das principais bases utilizadas no relatório da PEC 241/16, elaborado pelo deputado federal Darcísio Perondi, vice-líder do governo Temer[[103]](#footnote-102). O parecer de Perondi reforçou que países que adotaram um teto de gastos, como a Holanda em 1994, conseguiram recuperar suas economias, refletindo diretamente os pontos e dados apresentados por Murilo Portugal em sua exposição[[104]](#footnote-103).

Na ocasião, Portugal também destacou a gravidade do problema fiscal no Brasil, centrando-se no crescimento da dívida pública, que desde o final de 2013 aumentou significativamente. Ele apontou que a dívida bruta, que era de 52% do PIB, subiu para 69,5% e poderia ultrapassar 70% até o final daquele ano. Segundo ele, "o grave problema fiscal que o nosso país enfrenta tem várias manifestações. Mas, a mais aguda e perigosa é o crescimento explosivo da dívida pública a partir de 2013." Portugal alertou que esse crescimento contínuo e insustentável da dívida trazia sérios riscos à economia, podendo aumentar as taxas de juros, reduzir investimentos e comprometer o crescimento e a geração de empregos. Citando um estudo do FMI, ele observou que, para países em desenvolvimento, um aumento de 10 pontos percentuais na relação dívida/PIB pode resultar em uma queda de até 0,49 ponto percentual na taxa de crescimento da renda per capita é de 0,40 ponto percentual na taxa de investimento.[[105]](#footnote-104)

Portugal defendeu enfaticamente a aprovação da PEC 241, afirmando que a medida seria um importante passo para controlar a trajetória da dívida e evitar uma crise financeira futura: "O principal objetivo desse novo Regime Fiscal é ajudar o Brasil a sair desse processo recessivo, aumentar a nossa taxa de crescimento e gerar empregos." Ele ressaltou que o crescimento das despesas primárias no Brasil, mais rápido que o PIB desde 1991, era um problema estrutural que precisava de uma solução de longo prazo. Sem a aprovação dessa PEC, Portugal alertou que a vulnerabilidade da economia aumentaria progressivamente: "Caso nada seja feito, caso a dívida continue na sua trajetória insustentável atual, a vulnerabilidade da nossa economia vai aumentar de forma crescente."[[106]](#footnote-105)

Ainda no mesmo mês, o presidente da federação dos bancos reforçou a importância da reforma da previdência, alertando que o teto de gastos, isoladamente, não resolveria os problemas fiscais do país. Em consonância com a visão de Carvalho (2018), que destacou que o teto de gastos fora pensado em conjunto com uma reforma previdenciária, o presidente afirmou que, sem uma reforma da previdência, "os gastos previdenciários vão continuar crescendo e vão espremer todas as outras despesas primárias, tornando o teto impossível de ser mantido."[[107]](#footnote-106)

Portugal defendeu que o prazo de 20 anos para a vigência do teto era adequado, observando que experiências internacionais indicavam a necessidade de períodos prolongados para a eficácia de medidas fiscais desse tipo. Ele destacou que a Proposta de Emenda Constitucional, se aprovada nos moldes originais, teria um impacto positivo nas expectativas de mercado, promovendo o investimento e possibilitando uma redução da taxa de juros Selic, sem comprometer o controle da inflação.[[108]](#footnote-107)

Além disso, Portugal argumentou que a PEC 241 representava uma alternativa ao aumento de impostos, evitando assim o agravamento da crise fiscal sem a necessidade de novas tributações: "A proposta do governo não se aplica à crítica que é feita à austeridade fiscal. Não há redução de despesa nem aumento de imposto." Ele enfatizou que uma versão "aguada" da PEC, com a exclusão de certas despesas do teto, não traria os efeitos esperados, podendo comprometer a recuperação econômica do país. Ao longo de seu discurso, o presidente da Febraban reforçou a necessidade de incluir todas as despesas primárias no teto, considerando que qualquer flexibilização poderia anular os benefícios pretendidos pela medida: "Se a proposta for aprovada de uma forma aguada, retirando do teto algum tipo de despesa ou proporcionando um tratamento diferente, (...) temo que alguns efeitos não se materializarão."[[109]](#footnote-108)

A participação da burguesia financeira na pressão pública pela reforma trabalhista foi menor em comparação à atuação intensa da burguesia agrária e industrial. No entanto, o setor bancário demonstrou interesse na reforma, especialmente pelo impacto direto na redução de processos trabalhistas: após a aprovação da reforma, o número de ações contra bancos caiu em até 50%[[110]](#footnote-109). Alguns momentos de apoio público foram especialmente relevantes.

Um dos primeiros foi em 8 de março de 2017, durante uma sessão especial na Câmara dos Deputados. Representando a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Damião Cordeiro ressaltou a importância da modernização da legislação trabalhista e o papel crucial dos sindicatos na negociação coletiva. Ele apresentou dados do Ministério do Trabalho, evidenciando a atuação dos sindicatos na assinatura de acordos e convenções coletivas que asseguram reajustes salariais e melhores condições de trabalho. Segundo Cordeiro, "os sindicatos laborais — é importante ressaltar — conseguiram reajustes de salários iguais ou superiores à inflação do período."[[111]](#footnote-110)

Apesar desse apoio, Cordeiro acreditava na necessidade de aprimoramento do Projeto de Lei nº 6.787/2016, que, segundo ele, estava alinhado à Convenção 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promovendo a negociação coletiva e regulando as condições de trabalho e emprego. Defendeu, ainda, que a atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) era essencial para enfrentar a crise de desemprego e modernizar as relações de trabalho no Brasil, que, na época, caminhava para atingir a marca de 14 milhões de desempregados.[[112]](#footnote-111)

Cordeiro também apontou a diferença entre o Brasil e países como Espanha e México, que já haviam “modernizado” suas legislações trabalhistas, promovendo maior flexibilidade nas leis e incentivando a negociação coletiva como forma de aumentar a competitividade e o crescimento do emprego. Em sua avaliação, uma legislação trabalhista excessivamente rígida não assegurava direitos sociais de forma eficaz, mas sim sobrecarregava a Justiça do Trabalho com um número expressivo de ações judiciais, em torno de 3.200 para cada 100 mil habitantes, em contraste com a situação nos Estados Unidos, onde a legislação trabalhista mais flexível resulta em menos litígios.[[113]](#footnote-112)

Além disso, criticou a inflexibilidade das leis brasileiras, que impediam a negociação de temas como a flexibilização da jornada e a redução do intervalo de almoço. Segundo ele, "nossa legislação os obriga a baterem ponto e estarem na empresa, engessando as nossas relações trabalhistas." Ao final, Cordeiro sugeriu ajustes ao projeto de lei, como a definição clara da representação dos trabalhadores nas empresas e a exclusão de alguns pontos da lista de itens passíveis de negociação, buscando aprimorar a proposta para que ela atendesse melhor às necessidades do setor e contribuísse para a recuperação do mercado de trabalho[[114]](#footnote-113).

Os principais bancos privados organizados na Febraban também se manifestaram em defesa da reforma trabalhista. Os bancos Bradesco, Santander e Itaú publicaram estudos sobre os possíveis impactos da reforma nos dias 18 de abril, 14 de junho e 04 de agosto, respectivamente, todos em 2017. Não cabe examinar cada um desses estudos detalhadamente, mas é importante frisar suas convergências.

Segundo o Dieese, os três estudos concluíram que a reforma trabalhista ajudaria o país a sair da recessão e a criar mais empregos, ao incentivar o retorno dos investimentos privados favorecidos pela redução da insegurança jurídica e dos custos com a judicialização das relações trabalhistas. Os estudos do Itaú e do Santander basearam suas argumentações nas mesmas premissas, fontes e indicadores para defender a reforma e prever seus possíveis efeitos em indicadores econômicos relevantes. No entanto, ambos apresentaram problemas metodológicos e analíticos semelhantes.[[115]](#footnote-114)

No aspecto analítico, os dois estudos traçaram correlações questionáveis entre o padrão de regulação das relações de trabalho no Brasil e certas características estruturais do mercado de trabalho nacional, como a informalidade e a heterogeneidade. Isso não significava que o padrão de regulação fosse irrelevante para a compreensão do mercado de trabalho no Brasil e em outros países, mas ele não deveria ser isolado para explicar fenômenos socioeconômicos complexos. Segundo o estudo comparativo do Dieese, do ponto de vista metodológico, as tentativas de estimar os impactos da reforma sobre indicadores socioeconômicos se assemelhavam a um “exercício de futurologia” baseado em parâmetros internacionais genéricos, questionáveis do ponto de vista empírico e teórico. Esses estudos desconsideram as especificidades das formações socioeconômicas e do mercado de trabalho em cada país, além de fazerem comparações aleatórias entre realidades distintas. Ignoraram ainda que a recepção e a reação dos atores sociais às reformas poderiam influenciar seus resultados, na tentativa de preservar direitos ameaçados.[[116]](#footnote-115)

O Dieese concluiu que os estudos do Itaú e do Santander representavam, sobretudo, uma tentativa de legitimar certas visões políticas e ideológicas sobre as reformas trabalhistas, sem contribuírem efetivamente para a análise dos impactos socioeconômicos dessas mudanças, uma vez que qualquer previsão no momento carecia de fundamentação empírica consistente. O estudo do Bradesco, por outro lado, embora tenha compartilhado argumentos essenciais com os outros dois, adotou uma postura mais cautelosa ao prever os possíveis efeitos da reforma trabalhista, considerando fatores imprevisíveis na implementação da reforma, como as tendências econômicas e a interpretação do Judiciário sobre a nova lei.[[117]](#footnote-116)

Dieese destacou que todos os estudos desconsideram a generalização de empregos de qualidade como um fator positivo para fortalecer a economia capitalista, limitando a compreensão sobre os elementos que influenciavam a dinâmica do mercado de trabalho. Além disso, ao considerar as reformas trabalhistas uma resposta inevitável às mudanças estruturais do mercado de trabalho, o estudo do Bradesco entendia essas propostas como um processo técnico, orientado por um único paradigma, que tendia a piorar as condições de venda da força de trabalho.[[118]](#footnote-117)

Assim como no caso da burguesia agrária, os argumentos em favor da reforma trabalhista seguiram o mesmo padrão. A insegurança jurídica e os custos com a judicialização das relações de trabalho foram constantemente evocados como justificativas para apoiar a reforma. Situação semelhante ocorreu com o teto de gastos, cujo principal argumento — conter o crescimento da dívida pública — foi amplamente utilizado por todos os aparelhos privados de hegemonia.[[119]](#footnote-118)

Após a aprovação da reforma trabalhista, os esforços concentraram-se na aprovação da reforma da Previdência. No final de 2017, o presidente da Febraban, Murilo Portugal, destacou que a reforma previdenciária era fundamental para o controle da dívida pública e o estímulo aos investimentos, fazendo um apelo para que a Câmara dos Deputados aprovasse o projeto com urgência. Portugal elogiou o desempenho da equipe econômica do governo, mencionando que o Brasil começava a se recuperar de uma das recessões mais graves de sua história. Ele destacou que a "espinha dorsal da inflação foi quebrada" e que "as expectativas futuras de inflação estão firmemente ancoradas na meta".[[120]](#footnote-119)

Em seu discurso, Portugal também reconheceu as reformas implementadas, como o teto de gastos públicos, a reforma trabalhista, o fim dos subsídios de crédito e a atualização dos marcos regulatórios nos setores de petróleo e energia, destacando os esforços do governo Temer em promover uma recuperação econômica sustentável e duradoura. Segundo ele, além dessas reformas, seria essencial aumentar a produtividade do país, vista por Portugal como o motor principal do crescimento econômico futuro, enfatizando a necessidade de "melhorar em velocidade maior ou pelo menos igual à de nossos competidores internacionais."[[121]](#footnote-120)

Durante um evento promovido pela Febraban, Portugal comentou sobre as projeções para o cenário de crédito e inadimplência do ano seguinte, prevendo um crescimento de 4,2% na oferta de crédito, impulsionado pelo segmento de pessoa física, que deveria crescer 5,2%, conforme pesquisa realizada pela entidade. Ele reafirmou o compromisso da Febraban em reduzir custos e spreads, explicando que "os analistas nem sempre entendem porque os juros do crédito bancário não caem na mesma proporção da taxa Selic," observando que a Selic não era o único fator que influenciava as taxas de juros bancárias, já que a intermediação, como inadimplência e tributos, representava 75% do spread.

Portugal também refutou a ideia de que a concentração bancária no Brasil fosse a responsável pelos altos spreads, afirmando que "somos 100% a favor de mais competição" e destacando que a concentração bancária é uma característica global, dada a intensidade de capital do setor. Segundo ele, "a concentração no Brasil está em linha com a de outros países do mundo."[[122]](#footnote-121)

No mesmo mês da declaração do presidente da Febraban, em 14 de dezembro de 2017, o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, classificou a reforma da Previdência como “a mãe de todas as reformas” e destacou sua importância para o médio prazo, especialmente em relação à manutenção do teto dos gastos públicos. Em um encontro com jornalistas, Trabuco ressaltou que, embora fundamental para a sustentabilidade fiscal, a aprovação ou não da reforma não afetaria diretamente o crescimento econômico a curto prazo. Segundo ele, a reforma representava "a mãe de todas as reformas estruturais e era fundamental no médio prazo para o teto dos gastos públicos. No curto prazo, sinalizava comprometimento com o rigor fiscal, por isso acreditava em sua aprovação."[[123]](#footnote-122)

Trabuco alertou que o risco da não aprovação da reforma seria o aumento do custo de financiamento para o Tesouro Nacional, comprometendo futuros investimentos governamentais. No entanto, ele projetou que o crescimento econômico para 2018 e 2019 já estava assegurado, independentemente das alterações nas regras de aposentadoria.[[124]](#footnote-123)

O presidente do Bradesco afirmou que a reforma da Previdência era ainda mais importante do que as eleições de 2018, considerando-a essencial para garantir o teto dos gastos públicos e evitar um conflito de gerações no sistema previdenciário. Ele acreditava que o presidente Michel Temer possuía capital político suficiente para aprovar as mudanças em fevereiro de 2018, destacando que "o presidente tem um governo que quer reformar e ter coerência na política fiscal e monetária" e que a reforma era "mandatória e fundamental a médio prazo para o teto dos gastos públicos."[[125]](#footnote-124)

Trabuco também afirmou que, mesmo que a reforma não fosse aprovada durante o governo Temer, ela seria essencial para qualquer governo futuro. Argumentou que, independentemente do presidente eleito, a reforma previdenciária deveria ser um foco central, pois "a reforma é mais importante que as eleições. Ela dá o tom mais imediato em relação à agenda positiva."[[126]](#footnote-125)

Em relação ao impacto econômico, Trabuco minimizou a possibilidade de a não aprovação da reforma comprometer o crescimento do país no curto prazo, pois as previsões de crescimento para 2018 já estavam estabelecidas. No entanto, ele alertou que, sem a reforma, o país enfrentaria desafios no longo prazo, uma vez que "a reforma dá resultados no médio prazo. No curto prazo, sinaliza um comprometimento com os gastos públicos, refletindo imediatamente no valor dos ativos."[[127]](#footnote-126)

Em fevereiro de 2019, Candido Bracher, presidente do Itaú, ressaltou a importância da reforma da Previdência, destacando que a proposta divulgada no início de fevereiro de 2019 tinha a dimensão correta, ainda que não fosse a versão final do governo Bolsonaro. Bracher afirmou “eu tenho dito que acredito que estamos diante de uma situação binária em relação a aprovar ou não a reforma da Previdência. Se o governo aprovar uma reforma que tenha o tamanho da que está no Congresso, teríamos anos de crescimento sustentado”.[[128]](#footnote-127)

A reforma proposta incluía idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, e a obtenção do benefício integral exigiria 40 anos de contribuição. Para ele, o equilíbrio econômico dependia diretamente da aprovação da reforma, que teria o papel crucial de interromper o aumento da dívida pública em relação ao PIB. Ele afirmou que "o otimismo com a reforma tem feito a Bolsa subir e se aproximar dos 100 mil pontos", mas advertiu que uma frustração do mercado diante da não aprovação poderia gerar uma queda ainda maior do que os ganhos até então previstos. Segundo o presidente do Itaú, "[o potencial de alta ou baixa] é assimétrico. Eu acho que o que subirá com a aprovação da reforma será bastante, mas será menos do que cairá se o mercado se convencer de que a reforma não virá".[[129]](#footnote-128)

No mesmo mês, Murilo Portugal, por meio da Febraban, compartilhou uma nota oficial em apoio à reforma da Previdência, destacando sua relevância tanto para a justiça social quanto para o equilíbrio fiscal do país. Na nota, ele afirmou:

“A proposta de novas regras para a Previdência Social feita pela Presidência da República para discussão pelo Congresso Nacional é uma iniciativa importante para buscar maior justiça e garantir um efeito fiscal positivo significativo nas contas dos governos federal, estaduais e municipais, com grande abrangência e respeito aos direitos adquiridos. A mudança das regras atuais da Previdência é essencial para garantir o crescimento sustentado da economia e maior geração de empregos no país.” (PORTUGAL, 2019).

A representante da burguesia internacional dentro da Febraban também defendeu a reforma da previdência. Em 28 de maio de 2019, a presidente executiva do Banco Santander, Ana Botín, ao abrir o XVIII Encontro Santander na América Latina, destacou a importância da sustentabilidade fiscal no Brasil e considerou a reforma da Previdência fundamental para o crescimento inclusivo e a redução dos juros. Botín enfatizou que, para se alcançar um crescimento inclusivo, a sustentabilidade das contas públicas era essencial, ressaltando que tanto o governo quanto os próprios brasileiros reconheciam que algumas reformas eram cruciais para o sucesso fiscal do país.[[130]](#footnote-129)

Botín também apontou que a redução dos juros no Brasil dependia diretamente da reforma da Previdência, afirmando que o equilíbrio das contas públicas era a chave para alcançar esse objetivo. Segundo ela, "temos que ter sustentabilidade fiscal para baixar os juros no Brasil," destacando que a inflação era o "imposto mais importante" para pessoas com menor renda, o que tornava a reforma imprescindível para melhorar essa situação, apesar de seu impacto inicial.[[131]](#footnote-130)

Adicionalmente, ela salientou a importância das mudanças no sistema previdenciário para o equilíbrio fiscal e argumentou que essas alterações beneficiariam mais brasileiros do que os que poderiam ser prejudicados, afirmando que "vai beneficiar muito mais milhões de brasileiros do que aqueles que potencialmente pode afetar."[[132]](#footnote-131)

Questões relacionadas ao setor bancário foram abordadas pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, em 31 de julho de 2019, poucos dias antes da aprovação do texto base da reforma em segundo turno na Câmara dos Deputados, quando ele discutiu o custo do crédito e a concentração bancária. Quanto à reforma da Previdência, a visão sobre o impacto da reforma passou a ser um pouco menos otimista no setor bancário-financeiro.[[133]](#footnote-132)

Durante uma entrevista ao Correio Braziliense, Portugal explicou que a reforma da Previdência, sozinha, não seria capaz de recolocar o Brasil na trajetória de crescimento econômico, enfatizando a necessidade de outras reformas, como a tributária, para racionalizar o sistema de tributos e melhorar o ambiente de negócios. Em relação à gestão do governo Bolsonaro, Portugal considerou que havia um esforço claro para cumprir o que fora prometido, mencionando medidas como a privatização da BR Distribuidora, a abertura do mercado de gás natural e a Medida Provisória da Liberdade Econômica. Segundo ele, essas ações refletiam o comprometimento do governo em avançar com sua agenda econômica.[[134]](#footnote-133)

Em 7 de agosto de 2019, um dia depois da aprovação do texto base da reforma na Câmara dos Deputados, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, abordou questões relacionadas ao sistema bancário durante sua palestra no seminário *Correio Debate: Como Fazer os Juros Caírem no Brasil?*. Na ocasião, Portugal ressaltou a importância de persistir na agenda de reformas macroeconômicas, apontando a reforma da Previdência como um exemplo desse compromisso, e que essa medida poderia ser importante para a queda dos juros.[[135]](#footnote-134)

Conforme o segundo turno da votação da reforma da Previdência se aproximava em outubro, o setor bancário passou a suavizar o discurso, enfatizando uma relação causal entre o corte de gastos, a diminuição dos juros e o crescimento econômico. Essa visão, amplamente defendida pela Febraban e por outras instituições, procurava justificar as reformas como meios para alcançar um crescimento “sustentável”. Contudo, os efeitos prometidos de redução significativa dos juros e de um crescimento econômico robusto não se verificaram após a implementação dessas reformas.

Em relação ao aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos de 15% para 20% — uma medida proposta pelo Congresso e apoiada pelo governo Bolsonaro para aumentar a arrecadação — a Febraban demonstrou seu descontentamento, apontando que a medida desrespeitava o princípio de proporcionalidade tributária, penalizando o setor bancário. Segundo Portugal, o aumento da CSLL poderia encarecer o crédito e prejudicar instituições financeiras menores. Ele afirmou: “Não será respeitado o princípio de que quem tem mais paga mais. Será: quem é banco paga mais. Tem banco que tem R$ 10 milhões de lucro por ano. Vai pagar 45% de Imposto de Renda, enquanto empresas com o mesmo lucro anual pagam 35%”.[[136]](#footnote-135)

Por fim, ao comentar a redução da incerteza política no país, ele destacou que o Brasil caminhava em direção a uma agenda econômica positiva: “Na minha opinião, houve uma redução da incerteza política que existia no Brasil sobre o rumo da política econômica. Entramos no rumo positivo, com uma reforma da Previdência muito importante, que vinha se tentando fazer no Brasil há décadas.”[[137]](#footnote-136)

Para concluir, observa-se que a burguesia bancária-financeira, de maneira geral, ainda que mantivesse críticas pontuais ao governo Bolsonaro, apoiou majoritariamente suas políticas econômicas, especialmente no que se refere à reforma da Previdência, promulgada em novembro de 2019. Esse apoio se evidencia no relatório anual de 2019 da Febraban, publicado em 2020, no qual a entidade ressalta que, apesar do desapontamento em relação ao crescimento econômico, o ano de 2019 representou um marco de consolidação na abordagem dos problemas fiscais do país. Após anos de debate, o Congresso Nacional implementou mudanças no sistema previdenciário brasileiro que, segundo a entidade, não só buscavam conter o crescimento insustentável dos gastos, mas também reduzir a desigualdade estrutural do sistema. Do ponto de vista fiscal, a reforma foi considerada robusta, prevendo uma economia de cerca de R$ 1 trilhão em uma década (FEBRABAN, 2020, p. 5).

3.2.3 A burguesia industrial

Os aparelhos privados de hegemonia da burguesia industrial se encontravam, no final de 2015 e início de 2016, em momentos ligeiramente distintos. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) clamava por reformas econômicas, mas ainda não se opunha ao governo Dilma, visto que era o principal canal de intermediação entre a burguesia industrial e o governo. Em contrapartida, a Fiesp já havia se tornado bastante crítica em relação ao governo Dilma após as eleições de 2014.

Dois meses antes de apoiar expressamente o impeachment da presidente Dilma, em fevereiro de 2016, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) listou a Reforma da Previdência como uma das três mudanças estruturais cruciais para tirar o Brasil da recessão, ao lado das reformas tributária e trabalhista. Segundo Robson Braga de Andrade, presidente da CNI, o país necessitava de ajustes imediatos para recuperar o crescimento econômico. A principal prioridade da CNI nesta reforma era estabelecer uma idade mínima para aposentadoria, uma vez que a média de idade de aposentadoria no Brasil era de 58 anos, bem inferior à média de 64,2 anos nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com o aumento na expectativa de vida, que atingia 75,7 anos em 2016, o déficit previdenciário tendia a se intensificar, colocando em risco a sustentabilidade fiscal do país.[[138]](#footnote-137)

Apesar da urgência indicada, a aprovação de uma reforma da Previdência enfrentava grandes entraves. Durante os cinco primeiros anos de seu governo, a presidente Dilma Rousseff não conseguiu fazer avanços nesse tema, mesmo reconhecendo a sustentabilidade previdenciária como um dos maiores desafios para a política fiscal brasileira. Especialistas consultados pela CNI, como Fábio Giambiagi, ressaltaram as dificuldades do governo, que incluíam tanto a resistência no Congresso quanto nas centrais sindicais, além da falta de liderança da presidente sobre sua base aliada. A oposição da opinião pública, influenciada pelos escândalos envolvendo o governo, também pesava contra, tornando a aprovação da reforma ainda menos provável.[[139]](#footnote-138)

É interessante observar que a Fiesp já havia promovido uma agenda de reformas bem antes do afastamento de Dilma, com seus principais representantes defendendo ajustes fiscais frequentes e reformas, como a da previdência e a trabalhista. A CNI, por outro lado, também buscava reformas, como a trabalhista, mas evitava entrar em confronto direto com o governo federal. Após a declaração destacada acima e o apoio ao impeachment, a Confederação passou a adotar uma agenda de reformas econômicas de forma mais assertiva, com foco na reforma da previdência, como veremos a seguir. Vale destacar que, entre 2016 e 2019, grande parte das postagens da Confederação em seu site oficial passou a tratar da reforma da previdência.

Em maio de 2016, uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), intitulada *Retratos da Sociedade Brasileira: Previdência*, indicou uma crescente “conscientização” dos brasileiros sobre os problemas da previdência pública e a necessidade de reformas, segundo os dados levantados pela entidade. De acordo com a CNI, 75% dos entrevistados preferiam mudanças nas regras de aposentadoria a um aumento de impostos para sustentar o sistema atual. A pesquisa também apontou que a fixação de uma idade mínima para aposentadoria contava com apoio majoritário da população, assim como o fator previdenciário, que passou a ser mais aceito.[[140]](#footnote-139)

Além disso, a pesquisa da CNI indicou um forte apoio à uniformização das regras de aposentadoria entre diferentes grupos. Cerca de 62% dos brasileiros defendiam que homens e mulheres deveriam se aposentar nas mesmas condições, enquanto 65% apoiavam a equiparação entre professores e outros profissionais. Também foi observado pela CNI que havia uma aceitação considerável para a equiparação entre trabalhadores rurais e urbanos, refletindo o desejo por maior igualdade no sistema previdenciário.[[141]](#footnote-140)

A rejeição ao aumento de impostos, segundo a CNI, era ainda mais expressiva: 85% dos entrevistados preferiam ajustes nas regras da previdência. A entidade apontou que a maioria dos brasileiros acreditava que as reformas eram a única solução sustentável para o sistema, pois o aumento de impostos ou cortes em outras áreas apenas adiariam o problema sem resolvê-lo definitivamente.[[142]](#footnote-141)

Também em 2016, a CNI voltou a defender a necessidade de uma reforma trabalhista, embora a demanda por essa reforma nos seus veículos oficiais não fosse tão intensa quanto a pela reforma da previdência. Em junho, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, elogiou a proposta do governo que previa um déficit de R$ 139 bilhões para 2017, considerando-a uma demonstração de responsabilidade. No entanto, segundo a CNI, havia uma ansiedade dos empresários por medidas mais rigorosas e modernizadoras, como as reformas da previdência e trabalhista. Andrade destacou que, apesar dos esforços, 2017 ainda seria um ano difícil para a indústria, com uma projeção de queda de até 3% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial, estimando uma retomada somente a partir de 2018.[[143]](#footnote-142)

Para ilustrar a necessidade de reformas trabalhistas no Brasil, Andrade mencionou o exemplo da França, que havia aumentado a jornada de trabalho para até 80 horas semanais como estratégia para recuperar a competitividade industrial. No Brasil, enquanto as centrais sindicais pressionavam pela redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, Andrade argumentava que uma medida desse tipo não aumentaria a competitividade da indústria nacional, de acordo com a visão da CNI.[[144]](#footnote-143)

Outro ponto importante, segundo Andrade, foi a firme oposição da CNI ao aumento de impostos. Durante um encontro com o presidente em exercício, Michel Temer, Andrade reforçou a posição da CNI de que o Brasil deveria concentrar esforços na redução de custos e na melhoria da eficiência da máquina pública, em vez de aumentar a carga tributária. Ele defendeu que Estados e municípios adotassem um mecanismo semelhante ao da União para limitação dos gastos públicos, em referência ao teto de gastos que estava em fase de implementação.[[145]](#footnote-144)

Após a declaração mencionando o aumento da jornada de trabalho para 80 horas semanais, houve uma forte reação crítica, o que levou a CNI a emitir uma nota oficial negando a interpretação de que seu presidente defendia tal medida no Brasil. A nota afirmava que Andrade "JAMAIS defendeu o aumento da jornada de trabalho brasileira, limitada pela Constituição Federal em 44 horas semanais", reiterando o "profundo respeito pelos trabalhadores brasileiros e pelos direitos constitucionais", que a entidade considerava um "símbolo máximo das conquistas sociais da nossa sociedade."[[146]](#footnote-145)

Apesar das controvérsias, Andrade reforçou que a iniciativa privada estava "ansiosa para ver medidas muito duras" sendo implementadas, referindo-se a mudanças trabalhistas e na previdência. Para ele, essas reformas eram essenciais para garantir um "futuro promissor" para o Brasil. Andrade argumentou que "\*o mundo é assim\*" e que o país deveria estar aberto a essas mudanças, ressaltando que as reformas precisavam ser apresentadas "no menor tempo possível."[[147]](#footnote-146)

Em setembro de 2016, um mês antes da aprovação da reforma do teto de gastos em segundo turno na Câmara dos Deputados, Benjamin Steinbruch voltou a se manifestar, destacando a urgência de reformas estruturais no Brasil e frisando que a reforma da previdência não poderia mais ser adiada, pois, segundo ele, em breve faltariam recursos para manter os benefícios. Steinbruch também apontou a necessidade de flexibilizar a legislação trabalhista, o que, em sua visão, ajudaria a reduzir o custo Brasil, além de defender a simplificação tributária, medida que considerava inadiável.[[148]](#footnote-147)

Steinbruch foi além ao afirmar que "passou muito da hora de alterar a forma de conduzir a política monetária", criticando a taxa básica de juros, que à época estava em 14,25% ao ano. Ele argumentou que essa taxa estava "claramente fora de lugar" e precisava ser ajustada imediatamente, sem esperar pela aprovação de reformas ou do teto de gastos. Steinbruch classificou os altos juros como uma "aberração com a qual os brasileiros lamentavelmente se acostumaram" e afirmou que esse fator era tão prejudicial quanto a falta de reformas para a recuperação da confiança, do crescimento econômico e do emprego no país.[[149]](#footnote-148)

No mês em que o teto de gastos foi votado em dois turnos na Câmara dos Deputados, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, se reuniu com o então presidente da República, Michel Temer. Em outubro de 2016, conforme revelou o próprio Skaf, ele e Temer discutiram a proposta da Emenda Constitucional para conter os gastos públicos, a PEC 241. Segundo Skaf, "Não tratamos de nenhum tema pontual assim, ficamos mais nos conceitos e temas macro. Diria que, de nossa conversa, 80% foi focado na questão da importância do teto dos gastos"[[150]](#footnote-149). Skaf ainda destacou que, com o teto, "o país estaria economizando R$ 500 bilhões por ano em pagamento de juros", enfatizando a visão da Fiesp sobre a importância da medida para a economia brasileira.[[151]](#footnote-150)

Dias após a reunião do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, com o presidente Michel Temer, em outubro de 2016, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) assinou, junto a outras oito confederações empresariais, um manifesto[[152]](#footnote-151) em apoio à aprovação da reforma do teto de gastos. A CNI, que havia demorado mais que a Fiesp para apoiar o afastamento de Dilma Rousseff, já considerava, naquele momento, o governo Dilma uma "página virada". O documento expressava que a crise política já havia sido resolvida e que o país precisava avançar nas reformas estruturais há muito desejadas pelo setor empresarial brasileiro.

Uma semana após a promulgação da reforma do teto de gastos, em dezembro, a burguesia industrial passou a concentrar suas atenções nas reformas trabalhista e da previdência, que já vinham sendo defendidas antes mesmo do impeachment. Em dezembro de 2016, o governo recuou da ideia de realizar a reforma trabalhista por meio de Medida Provisória (MP) e optou por enviar as mudanças como projeto de lei ao Congresso, sinalizando assim um alinhamento com a burguesia industrial para estabelecer as bases dessa reforma. A MP assinada pelo presidente, na ocasião, instituiu apenas o Programa de Seguro Emprego (PSE), deixando a reforma trabalhista para ser discutida pelo Legislativo.[[153]](#footnote-152)

Paulo Skaf, presidente da Fiesp, comentou que, embora o projeto trouxesse avanços, ele preferia que o governo não delimitasse os itens que poderiam ser negociados entre empresas e trabalhadores. No texto enviado ao Congresso, foram especificados 12 itens, como a possibilidade de negociação entre patrões e sindicatos em acordos coletivos, que poderiam prevalecer sobre a legislação trabalhista. Skaf ressaltou pontos inovadores do projeto, como a regulamentação do trabalho remoto, a possibilidade de dividir as férias em até três períodos e a permissão para uma jornada diária de até 12 horas, desde que respeitado o limite de 220 horas mensais. Apesar de suas ressalvas, ele comemorou os avanços como uma conquista, afirmando que o setor estava "fechando o ano com chave de ouro".[[154]](#footnote-153)

Em 2016, o governo Michel Temer apresentou a proposta de reforma da previdência, a PEC 287/2016, que sugeria mudanças nas regras de aposentadoria para ajustar o sistema previdenciário brasileiro. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) iniciou 2017 pressionando pela aprovação dessa reforma. Segundo a CNI, a reforma da previdência era fundamental para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões, manter o equilíbrio das contas públicas e criar condições para um crescimento econômico sustentável. A entidade apoiava a PEC 287/16, em tramitação no Congresso, argumentando que as regras vigentes estavam defasadas frente ao envelhecimento populacional e às mudanças demográficas.[[155]](#footnote-154)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida no Brasil subiu de 69,8 anos em 2000 para 75,5 anos em 2015, refletindo o aumento da população idosa. Em 2000, pessoas com 65 anos ou mais representavam 5,61% da população, mas as projeções indicam que, em 2030, essa faixa etária alcançará 13,44%. A CNI destacou que o crescimento desse grupo, aliado às regras previdenciárias daquele momento, poderia resultar em um número de contribuintes menor do que o de beneficiários, agravando o déficit e comprometendo a sustentabilidade do sistema.[[156]](#footnote-155)

O déficit da previdência foi apontado como um dos principais componentes do desequilíbrio fiscal. Em 2016, o déficit da previdência rural e urbana alcançou R$ 149,73 bilhões (2,4% do PIB), um aumento de 74,5% em relação a 2015, quando foi de R$ 85,81 bilhões (1,5% do PIB). A previsão para 2017 era de um déficit de R$ 181,6 bilhões. [[157]](#footnote-156)

A CNI enfatizou que o déficit crescente ameaçava a estabilidade econômica, e que resolvê-lo por meio da reforma da previdência era essencial para o equilíbrio das contas e para a recuperação econômica. Conforme afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, "o reequilíbrio das contas públicas promovido pela reforma da Previdência beneficiará toda a sociedade, incentivando o crescimento econômico e a criação de empregos. Andrade concluiu que, sem essa reforma, "dificilmente conseguiremos sair da recessão."[[158]](#footnote-157)

Em 29 de março de 2017, na mesma data da matéria anterior, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou um artigo ressaltando os riscos que o envelhecimento acelerado da população brasileira representa para a sustentabilidade das regras vigentes de acesso às aposentadorias e pensões da previdência social. A entidade frisou que, com o aumento no número de beneficiários em relação aos contribuintes, o sistema se tornaria insustentável sem uma reforma urgente. Essa mudança era vista como essencial para assegurar o pagamento dos benefícios, equilibrar as contas públicas e criar condições para um crescimento econômico sustentável.[[159]](#footnote-158)

Consultado pela Agência CNI de Notícias, o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, comentou que “se nada fizermos, as despesas com a previdência vão crescer num ritmo muito acentuado por causa do rápido envelhecimento da população." Economistas consultados pela CNI, como Rogério Nagamine, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), também defenderam a reforma, observando que ela era necessária para liberar recursos a setores prioritários, como saúde, educação e infraestrutura, já que atualmente mais da metade das despesas primárias da União é direcionada à previdência.[[160]](#footnote-159)

José Cechin, ex-ministro da previdência no governo de Fernando Henrique Cardoso e consultado para a matéria, reforçou a necessidade da reforma. Ele destacou que o Brasil já direcionava aproximadamente 12% de seu PIB à previdência, valor que só cinco países atingem, entre eles Itália, Grécia, Alemanha e França — todos com uma população muito mais idosa que a brasileira. Segundo Cechin, "o Brasil precisa fazer a reforma" para evitar que o custo previdenciário onere excessivamente os trabalhadores no futuro.[[161]](#footnote-160)

É relevante destacar que a CNI foi uma das entidades patronais mais empenhadas na defesa da reforma da previdência. Desde o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff até o momento destacado em 2017, a confederação intensificou seus esforços, publicando diversas matérias em seu site e conduzindo pesquisas que abordavam a urgência de mudanças no sistema previdenciário. Esse compromisso da CNI, evidenciado por sua constância nas ações e no apoio a essa pauta, permaneceria até a aprovação definitiva da reforma, como veremos a seguir.

Dito isso, embora a Confederação Nacional da Indústria (CNI) demonstrasse grande interesse na reforma da previdência, isso não implicava uma menor atenção à reforma trabalhista. Muito pelo contrário: como já apontava Brandão (2020), o lobby pela reforma trabalhista estava, na verdade, bastante consolidado até então. Segundo Brandão (2020), a base dessa reforma constava no documento *101 Propostas para a Modernização Trabalhista*, formulado pela CNI, com colaboração de outras entidades empresariais, como a Fiesp, em 2012, ainda no governo Dilma.

Uma matéria do *The Intercept Brasil* detalha aspectos preocupantes desse processo, revelando que associações empresariais como a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CNF), a CNI e a NTC&Logística tiveram um papel decisivo na elaboração de cerca de um terço das emendas propostas. Essas emendas priorizaram interesses empresariais, o que comprometeu direitos trabalhistas históricos.[[162]](#footnote-161)

De acordo com a matéria, vários parlamentares da base governista atuaram como intermediários, apresentando essas emendas como suas, apesar de não terem participado das discussões da comissão especial. Isso resultou em modificações substanciais na proposta original, favorecendo pontos como a negociação individual entre empregadores e trabalhadores, a restrição ao acesso à Justiça do Trabalho e a redução de direitos, o que contribuiu para um cenário de precarização das condições laborais.[[163]](#footnote-162)

A reportagem concluiu que o poder direto dos lobistas sobre o processo de formulação legislativa ameaçou a transparência e os princípios democráticos, sobretudo devido à falta de regulamentação do lobby no Brasil, que torna essa prática comum. Essa reforma resultou em uma vitória expressiva para as entidades empresariais, que aproveitaram a fragilidade das regulamentações para influenciar as leis trabalhistas em detrimento dos trabalhadores.[[164]](#footnote-163)

Apesar do apoio consistente às reformas estruturais, em 2017 as frações da burguesia industrial não mantiveram uma relação de "lua de mel" contínua com o governo federal. Em resposta ao aumento da carga tributária — especificamente, à elevação da alíquota de PIS/Cofins sobre combustíveis — a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) manifestou insatisfação e publicou um documento abordando os desafios econômicos do país, propondo uma agenda de reformas para o curto e médio prazo. A prioridade dessa agenda era a redução acelerada da taxa Selic e a ampliação do crédito para refinanciamento de dívidas empresariais, com atenção especial ao setor financeiro.[[165]](#footnote-164)

Em outro momento de 2017, a Fiesp salientou a importância de reformas microeconômicas e estruturais, voltando a destacar a necessidade de uma agenda para reduzir os juros e o spread bancário e estabilizar a taxa de câmbio, essencial para a competitividade das indústrias nacionais[[166]](#footnote-165). No balanço das ações do governo Michel Temer, a Fiesp reconheceu progressos, como a aprovação do teto de gastos, que considerou fundamental para o controle do déficit público, e a reforma trabalhista, vista como um marco na flexibilização das relações de trabalho. Porém, a lentidão na redução dos juros e a instabilidade política eram apontadas como ameaças à continuidade de outras reformas, como a previdenciária.[[167]](#footnote-166)

No entanto, a Fiesp já antecipava os obstáculos para a aprovação da reforma da previdência, uma das pautas mais prioritárias para o empresariado industrial e financeiro, reconhecendo as dificuldades políticas e sociais que envolviam o tema. Embora a reforma trabalhista tivesse avançado e a PEC do teto de gastos estivesse em vigor, a previdência exigia um grau de consenso que a Fiesp já considerava difícil de alcançar no curto prazo, principalmente devido à crescente impopularidade do governo Temer e à resistência de setores organizados da sociedade. Diante desse cenário, a Fiesp sinalizou que a reforma previdenciária, mesmo essencial para a sustentabilidade das contas públicas, poderia não se concretizar naquele governo, acabando, então, por ser encaminhada para o próximo ciclo presidencial.[[168]](#footnote-167)

A revista *Época* destacou as fragilidades no governo Temer, exacerbadas pela crise econômica que limitava as perspectivas de estabilidade financeira. As chances de o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, consolidar um legado de recuperação eram cada vez menores. A pressão sobre Meirelles aumentava, e ele se tornava alvo de críticas tanto da oposição quanto de membros da base governista e do empresariado. O anúncio do aumento do PIS e Cofins sobre combustíveis foi um dos principais estopins de insatisfação. Paulo Skaf, presidente da Fiesp, protestou de maneira contundente, levando o famoso pato gigante, símbolo de sua oposição ao aumento da carga tributária, para manifestações em Brasília e São Paulo[[169]](#footnote-168).

Além disso, Skaf criticou o que chamou de ritmo "muito devagar" na redução da taxa Selic, que, na última quarta-feira, dia 26, havia sido ajustada para 9,25%. Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), também se posicionou contra o aumento da tributação, apontando que essa medida prejudicaria as empresas e afetaria ainda mais o ambiente econômico. Outras entidades, como a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), reforçaram as críticas, refletindo a insatisfação generalizada com as decisões fiscais do governo[[170]](#footnote-169).

A situação fiscal se tornava mais complicada com um mercado de trabalho enfraquecido e uma atividade econômica ainda sem sinais de recuperação consistente. Esse cenário ameaçava a prioridade do ajuste fiscal, elemento essencial da política de Meirelles, e acabava por postergar a reforma da previdência, vista como a principal medida para equilibrar as contas públicas. A emenda constitucional exigia três quintos dos votos na Câmara, um número distante do apoio real à época.

Sem a reforma previdenciária, o teto de gastos — medida emergencial apoiada por Meirelles — corria o risco de ser rompido até 2022, conforme projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado. O descumprimento do teto ameaçava paralisar serviços públicos essenciais, enquanto o governo enfrentava déficits recordes; apenas no primeiro semestre de 2017, a diferença entre receitas e despesas superou R$ 56 bilhões, o maior déficit registrado em 21 anos, desde o início dos dados do Tesouro Nacional. Essa situação reforça a hipótese defendida por alguns autores, especialmente Carvalho (2018), de que o teto de gastos foi implementado como um mecanismo de pressão para viabilizar a reforma da previdência[[171]](#footnote-170).

Embora uma parcela da burguesia industrial, principalmente representada pela Fiesp, tenha elevado o tom crítico em relação ao governo de Michel Temer em alguns momentos, especialmente diante do aumento de tributos e da lentidão na queda da Selic, as críticas foram posteriormente amenizadas. Em entrevista ao jornal *Valor Econômico* em 23 de agosto de 2017, Paulo Skaf, presidente da Fiesp, expôs essa postura mais conciliadora ao avaliar a transição do governo Dilma Rousseff e a situação econômica do país. Skaf justificou o apoio da Fiesp à transição, argumentando que o país enfrentava uma crise profunda, com dois anos consecutivos de recessão, 14 milhões de desempregados e uma dívida pública de R$ 4 trilhões, ressaltando que o governo anterior não oferecia perspectivas de recuperação[[172]](#footnote-171).

Skaf apontou os avanços alcançados sob a nova gestão, destacando a aprovação de quatro reformas importantes: no setor de petróleo e gás, o teto de gastos, a modernização das leis trabalhistas e a regulamentação da terceirização. Segundo ele, essas reformas, discutidas há décadas, foram finalmente aprovadas, levando a uma reestruturação da Petrobras, queda da inflação, redução dos juros e sinais de recuperação no crédito. Ele questionou as críticas ao governo e lembrou que o aumento de impostos, antes considerado, não se concretizou, mantendo o discurso de que não haveria aumento na carga tributária[[173]](#footnote-172).

Quando abordado sobre a diminuição das manifestações contra a corrupção, que antes contavam com apoio da Fiesp, Skaf afirmou que a entidade não tinha o poder de mobilizar a população e que o combate à corrupção estava sendo conduzido pelas instituições competentes. Ele enfatizou que o apoio da Fiesp ao impeachment foi movido pela necessidade de mudança política para restaurar a economia.[[174]](#footnote-173)

Ao ser questionado sobre as táticas utilizadas por Temer no Congresso, especialmente a liberação de emendas para conquistar apoios, Skaf defendeu a prática, destacando que essas emendas estão previstas na lei e que o governo agia dentro da legalidade. Ele reforçou que a legalidade das ações do governo deveria ser respeitada, afirmando não haver indícios de irregularidades nesse processo[[175]](#footnote-174). Ou seja, práticas políticas, crime de responsabilidade fiscal e outras questões éticas não eram, de fato, de interesse para a burguesia industrial. A intenção nunca foi garantir a boa gestão ou a moralidade no uso dos recursos públicos, mas sim assegurar o compromisso prático com as reformas demandadas pelo conjunto da burguesia.

No final de 2017, Paulo Skaf voltou a acenar positivamente para o governo Temer, reiterando o apoio à reforma trabalhista. Em 9 de novembro, em uma mensagem publicada na revista do Sebrae-SP, *Entendendo a Reforma Trabalhista*, ele destacou que “a modernização trabalhista é uma boa notícia para todos os brasileiros, em especial para empresários e trabalhadores, que agora têm regras claras e conectadas à realidade do século 21”. Skaf defendeu que essa reforma simplificava e trazia segurança jurídica às relações de trabalho, promovendo um ambiente de negócios mais estável e previsível e criando novas oportunidades de trabalho, especialmente para pequenos empreendedores.[[176]](#footnote-175)

Segundo Skaf, esses pequenos negócios — incluindo mais de 12 milhões de Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte no país — desempenham um papel essencial na economia, e poderiam ser protagonistas na geração de empregos. Ele sugeriu que, se cada uma dessas empresas criasse um posto de trabalho, o Brasil teria “12 milhões de novos empregos”. Além disso, Skaf destacou o potencial da reforma para formalizar cerca de 10 milhões de brasileiros que atuavam na informalidade, sem acesso a direitos básicos.[[177]](#footnote-176)

Reconhecendo que “as principais mudanças e o real impacto que vão trazer para o dia a dia dos empregadores e trabalhadores ainda são desconhecidos por muitos”, Skaf afirmou que a publicação buscava explicar de forma objetiva os principais pontos da reforma e orientar empregadores para que possam “contratar mais e melhor”. Esse posicionamento sublinhou a defesa da Fiesp por um ambiente de negócios mais favorável e sustentável no Brasil (para a burguesia), em linha com a agenda de reformas defendida pela entidade ao longo de 2017.[[178]](#footnote-177)

O ano de 2018 foi um marco dentro da conjuntura política recente, especialmente por se tratar da primeira eleição presidencial pós-impeachment de 2016. A burguesia industrial, com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) à frente, passou o ano inteiro pautando a reforma da previdência e sinalizando, de forma reiterada, seu apoio ao governo de Michel Temer. A CNI foi uma das principais entidades empresariais a defender com vigor as mudanças na Previdência, destacando a importância dessa reforma para a sustentabilidade fiscal do país.

Em 2 de fevereiro de 2018, a CNI passou a apoiar ativamente a campanha "Todos pela Reforma da Previdência - Pro Brasil não quebrar", destinada a sensibilizar a população sobre a urgência das mudanças nas regras de aposentadoria. A campanha se disseminou por diversos canais, incluindo cartazes, selos, conteúdos para redes sociais, cartilhas e até tira-dúvidas, e recebeu o apoio de outras confederações empresariais, como a Confederação da Agricultura (CNA), dos Transportes (CNT), do Comércio (CNC), das Instituições Financeiras (CNF), das Seguradoras e Previdência Privada (CNSeg) e das Cooperativas (CNCoop). O apoio das grandes entidades empresariais a essa mobilização evidenciou o caráter unificado de sua defesa pela reforma.[[179]](#footnote-178)

A justificativa para esse apoio estava na convicção de que as mudanças nas regras da previdência eram essenciais para garantir o equilíbrio fiscal do país, permitindo a destinação de mais recursos para áreas fundamentais como saúde, educação e infraestrutura. O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, reforçou essa posição ao afirmar que a reforma da previdência era uma condição necessária para "o país equilibrar as contas e garantir a manutenção do pagamento das aposentadorias", destacando a urgência das mudanças.[[180]](#footnote-179)

A campanha também abordou os riscos de um desequilíbrio das contas previdenciárias, que, segundo dados, subiram de R$ 220 bilhões em 2016 para R$ 268 bilhões em 2017. A CNI utilizou exemplos de crises em países como Portugal, Espanha e Grécia, que, segundo a campanha, "quebraram por causa da previdência" e foram forçados a reduzir o valor dos benefícios devido ao atraso nas reformas. Também destacou a situação fiscal caótica em alguns estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, utilizando esses exemplos como um alerta de que o Brasil não poderia seguir esse caminho. A ideia era reforçar a narrativa de que a reforma era imprescindível para evitar uma crise ainda mais profunda no futuro.[[181]](#footnote-180)

Uma primeira oportunidade de demonstrar total alinhamento entre a fração burguesa e o governo Michel Temer foi em 25 de maio de 2018, quando o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, foi agraciado com o Grande Colar do Mérito Industrial Brasileiro, em uma cerimônia realizada em Belo Horizonte, em comemoração ao Dia Nacional da Indústria. A honraria foi entregue pelo próprio presidente Michel Temer e pelo ex-presidente da FIEMG, Olavo Machado.[[182]](#footnote-181)

Durante seu discurso, Andrade ressaltou a importância das reformas promovidas pelo governo, destacando, entre elas, a reforma trabalhista, que, segundo ele, era uma medida que o setor produtivo buscava há mais de 19 anos e que resultaria em melhores condições de trabalho para a população. Além disso, Andrade enfatizou o impacto positivo do teto dos gastos públicos, afirmando que essa medida ajudaria a manter a inflação baixa e as taxas de juros sob controle, beneficiando, assim, empresas de diferentes tamanhos, incluindo as pequenas.[[183]](#footnote-182)

Esse evento serviu como uma reafirmação do apoio da CNI ao governo Temer e ao seu programa de reformas, consolidando o alinhamento entre a entidade empresarial e o governo, especialmente em um momento crucial da política econômica do país[[184]](#footnote-183).Todavia, a fidelidade da burguesia não era absoluta ao governo Temer. Durante as campanhas para a eleição presidencial de 2018, as frações da burguesia demonstraram certa simpatia ao candidato Jair Bolsonaro. O que parecia ocorrer de fato era uma fidelidade com os princípios neoliberais e com o compromisso com as reformas estruturais, especialmente as que estão sendo analisadas neste estudo. Isso ficou nítido quando, em julho de 2018, durante um evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Jair Bolsonaro, líder nas pesquisas eleitorais em cenários sem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, evitou entrar em questões econômicas. Declarou que “não entende do assunto” e que buscava o suporte de especialistas, como Paulo Guedes, seu consultor econômico. Ao ser questionado sobre sua proposta de reforma da Previdência, limitou-se a dizer que “talvez o Paulo Guedes fosse o mais preparado para responder”. Mesmo sem aprofundar os temas, Bolsonaro foi aplaudido por suas declarações sobre nomear militares para cargos de seu primeiro escalão, criticando administrações anteriores que, segundo ele, colocaram “terroristas e corruptos” em funções governamentais[[185]](#footnote-184).

Bolsonaro também ganhou apoio ao afirmar que não levaria ideologia às negociações com o Congresso e por criticar movimentos como o MST, que qualificou de “terrorista”. Suas falas, como a menção a piadas sobre afrodescendentes e outros grupos, refletiram um discurso alinhado com setores conservadores e evangélicos, posicionando-se contra a "ideologia de gênero"[[186]](#footnote-185).

Em contraste, o candidato Ciro Gomes, ao mencionar seu compromisso com as centrais sindicais de revisar a reforma trabalhista, foi vaiado pelos empresários presentes. Ciro defendeu uma nova proposta que envolveria diálogo com patrões, empregados e universidades, dizendo que seu objetivo era “trazer essa bola de volta ao meio de campo”. Mesmo diante das vaias, manteve sua posição, afirmando que, se os eleitores quisessem um “presidente fraco”, poderiam escolher outros candidatos que, em suas palavras, fazem “conversa fiada”.[[187]](#footnote-186)

Durante a campanha eleitoral de 2018, a CNI intensificou sua pressão para a aprovação da reforma da previdência em dois momentos importantes. Em 2 de agosto, a entidade divulgou que, se a reforma tivesse sido implementada a partir de 1º de junho de 2017, o Brasil já teria economizado mais de R$ 4 bilhões até aquela data. Segundo a CNI, essa quantia poderia ser usada para a construção de 2.670 quilômetros de estradas, 63.562 moradias populares ou 963 escolas, conforme apontado pelo *Previdenciômetro*, uma ferramenta criada pela CNI para mostrar o impacto potencial da reforma e manter o tema em debate. O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, reforçou a urgência da aprovação, afirmando que a reforma deveria ser um compromisso inadiável de todos os candidatos, ressaltando que "não há escapatória. O Brasil terá de fazer a reforma da Previdência para não agravar ainda mais a crise fiscal do país. Quanto mais cedo fizermos a reforma, melhor para as contas públicas e para o crescimento da economia."[[188]](#footnote-187)

Em 19 de setembro, a CNI reiterou essa pressão, destacando que o próximo presidente, seja quem fosse eleito, teria que implementar reformas essenciais para corrigir o déficit público, aumentar a competitividade e buscar consensos no Congresso. A reforma da previdência foi ressaltada como crucial para o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade do sistema de aposentadorias. Andrade destacou que *"sem uma reforma da Previdência, o sistema previdenciário entrará em colapso, provocando uma crise social ainda maior que a atual."* A CNI defendeu a instituição de uma idade mínima e a uniformização das regras para trabalhadores dos setores público e privado, visando eliminar distorções no sistema[[189]](#footnote-188).

Além de defender a reforma previdenciária, a CNI alertou para os riscos de retrocessos nas reformas já implementadas, como o teto de gastos e a reforma trabalhista, considerando o teto essencial para o controle da expansão dos gastos públicos e a modernização trabalhista fundamental para atrair investimentos. A CNI classificou a revogação dessas medidas como um *"retrocesso inadmissível"*, e pontuou ainda a necessidade de ações para simplificar o ambiente de negócios, o acesso ao crédito e fortalecer a defesa comercial. A entidade apelou para que o próximo governo tivesse a coragem de implementar medidas macro e microeconômicas, mesmo que inicialmente impopulares, mas necessárias para garantir o crescimento econômico sustentável**.**[[190]](#footnote-189)

Talvez o único momento de apreensão da burguesia industrial tenha ocorrido quando o presidenciável Jair Bolsonaro anunciou a intenção de fundir o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) com o Ministério da Economia. Mesmo assim, a burguesia manteve o foco na defesa das reformas econômicas. Em 24 de outubro de 2018, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) se posicionou contra a proposta, argumentando que o MDIC deveria permanecer autônomo e fortalecido para proteger as políticas industriais do país. O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destacou que "a indústria brasileira precisa de um ministério que não esteja vinculado às prioridades de aumentar receitas e reduzir despesas, como ocorre nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento". Ele alertou que a fusão comprometeria a defesa das pautas do setor produtivo, que exigem atenção específica e independente[[191]](#footnote-190).

Além disso, a CNI ressaltou a importância de avançar nas reformas estruturais, como a previdenciária, e de assegurar investimentos em infraestrutura e desburocratização da economia. Andrade declarou que "o próximo governo tem o desafio de colocar o Brasil de volta no caminho do desenvolvimento econômico e social", reforçando o impacto positivo da indústria sobre a economia, onde "cada R$ 1,00 produzido na indústria gera outros R$ 2,32 para a economia"[[192]](#footnote-191).

A entidade também criticou a proposta do assessor econômico de Bolsonaro, Paulo Guedes, de promover uma ampla abertura econômica nos primeiros 100 dias de governo. Segundo a CNI, essa abertura deveria ser conduzida de forma gradual, através de acordos internacionais, para garantir a competitividade das empresas brasileiras e evitar um aumento nas falências e no desemprego.[[193]](#footnote-192)

Mesmo diante das críticas à proposta do candidato Bolsonaro, a burguesia industrial parecia manter um alinhamento estreito com o governo Michel Temer. Em 30 de outubro de 2018, em uma cerimônia realizada em Brasília, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) condecorou o presidente Michel Temer com o Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial, a mais alta distinção concedida pelo setor às autoridades. A homenagem foi entregue pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, como reconhecimento às realizações de Temer em prol da competitividade do país, especialmente nas reformas estruturais[[194]](#footnote-193).

Andrade ressaltou que, em pouco mais de dois anos e meio de governo, "houve um avanço sem precedentes no aprimoramento e na aprovação de propostas estratégicas." Entre os principais marcos das reformas implementadas, ele mencionou o fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras nos leilões do pré-sal, a aprovação da Emenda Constitucional 95, que estabelece o teto de gastos da União, e a modernização das leis trabalhistas. Segundo o presidente da CNI, "o teto de gastos é fundamental para o reequilíbrio das contas públicas, e a nova lei trabalhista trouxe para o século 21 uma legislação que era da década de 1940." Essas iniciativas, juntamente com os avanços nas privatizações, foram consideradas essenciais para o crescimento econômico do país e para o desenvolvimento futuro.[[195]](#footnote-194)

Após a eleição de Jair Bolsonaro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) retomou a pressão pela continuidade da agenda de reformas, especialmente pela aprovação da reforma da previdência, agora sob um presidente legitimado pelo voto popular, em contraste com Michel Temer. Embora o governo Temer tivesse o apoio da burguesia, a eleição de Bolsonaro traria maior tranquilidade para avançar com a reforma econômica ansiada por diferentes frações da burguesia brasileira. Em 21 de novembro de 2018, a CNI reafirmou a necessidade de disciplina fiscal, destacando a importância de manter o teto de gastos e garantir que a reforma trabalhista não fosse revogada nos próximos anos. A entidade considerava essas medidas essenciais para assegurar o controle das contas públicas e dar continuidade ao desenvolvimento econômico[[196]](#footnote-195).

Em relação à reforma da Previdência, a CNI alertou sobre o risco iminente de colapso do sistema, o que poderia desencadear uma grave crise social. O envelhecimento da população, aliado à queda na taxa de fecundidade, criaria um cenário em que, até 2050, o número de contribuintes será inferior ao número de aposentados. A projeção da CNI para 2050 era de 43,9 milhões de contribuintes para 61 milhões de aposentados[[197]](#footnote-196).

A CNI ressaltou que reformas na Previdência já haviam sido tentadas por presidentes anteriores, mas sem sucesso. Para a entidade, a reforma era uma prioridade urgente para o novo governo, pois os crescentes gastos com a Previdência ameaçavam diretamente a estabilidade econômica do país. Como afirmou a CNI, "o rombo do sistema já compromete investimentos em áreas estratégicas," destacando a urgência de uma solução para o problema.[[198]](#footnote-197)

A partir da eleição de Jair Bolsonaro, a burguesia industrial deixou de demonstrar qualquer tipo de contradição programática em relação ao novo governo, passando a se alinhar a ele de forma clara, com um foco específico na aprovação da reforma da previdência. O governo anunciou sua intenção de apresentar uma proposta de reforma da previdência ao Congresso Nacional em fevereiro, com a meta de aprová-la ainda no primeiro semestre do ano. A urgência estava ligada ao aumento do déficit previdenciário, que segundo a CNI, alcançou R$ 290,3 bilhões em 2018, um incremento de 8% em relação ao ano anterior, sem correção pela inflação. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), se a reforma tivesse sido implementada em junho de 2017, o país teria economizado R$ 6,2 bilhões até fevereiro de 2019, valor que poderia ser direcionado para áreas como a construção de escolas, hospitais ou moradias populares, conforme o cálculo realizado pela ferramenta Previdenciômetro.[[199]](#footnote-198)

É interessante notar que, de forma consciente, as análises da burguesia industrial usavam frequentemente a reforma da previdência como uma espécie de chantagem, argumentando que sua aprovação liberaria recursos para o investimento público em áreas sensíveis, como saúde e educação. Contudo, ignoravam a vigência do teto de gastos, apoiado pela própria burguesia industrial, que impunha um limite ao crescimento dos investimentos nessas áreas, sendo que o teto de gastos, como lembra Laidler (2018, p. 315), também impediu que os royalties do pré-sal pudessem ser aplicados na saúde e educação. De maneira cínica, ressaltavam que apenas com as reformas o investimento poderia acontecer, mesmo que as medidas apoiadas, na verdade, representassem barreiras ao crescimento dos investimentos via gasto público.

Nesse momento, a Fiesp retomou um papel de maior protagonismo político no sentido de propor e impulsionar as reformas, iniciando negociações com setores da sociedade política. Em 26 de fevereiro de 2019, durante um encontro entre Paulo Skaf, presidente da Fiesp, e a bancada paulista do Partido Progressista (PP), a reforma da previdência foi novamente destacada como prioridade. Skaf ressaltou que a reforma era essencial para a sustentabilidade financeira do país, citando o déficit anual de R$ 270 bilhões, dos quais R$ 70 bilhões provinham do setor público e R$ 200 bilhões do setor privado. Para ele, a reforma não apenas equilibraria as contas públicas, mas também atrairia investimentos e impulsionaria o crescimento econômico. O diálogo contínuo com as bancadas políticas era considerado fundamental para avançar com as pautas econômicas no Congresso.[[200]](#footnote-199)

Os deputados presentes reforçaram a importância de manter o diálogo constante entre a Fiesp e o legislativo, ressaltando que essas conversas podem gerar novas ideias e propostas para o desenvolvimento do Estado e do país. Skaf também reiterou que o objetivo das conversas não é baseado em trocas ou barganhas, mas sim no interesse comum de impulsionar a agenda de reformas necessárias para o Brasil.[[201]](#footnote-200)

Essa sintonia entre a burguesia industrial e o governo ficou evidente no discurso realizado por Hamilton Mourão na Fiesp em março de 2019. O vice-presidente reforçou a necessidade de mudanças estruturais no Brasil, especialmente na reforma da previdência, buscando obter o apoio dos empresários paulistas. Durante sua fala, Mourão destacou a necessidade de que a população assuma mais responsabilidades além de reivindicar direitos. Ele enfatizou a urgência das reformas para assegurar a sustentabilidade do sistema previdenciário e impulsionar a economia[[202]](#footnote-201). Mourão também defendeu a redução de impostos para empresas, a flexibilização das leis trabalhistas e a proteção da indústria nacional contra a competição estrangeira. Segundo ele, era fundamental que a população abandonasse a ideia de que o Estado deveria resolver todos os problemas, ressaltando a importância da responsabilidade fiscal e das obrigações dos cidadãos[[203]](#footnote-202).

Durante o evento, o vice-presidente ainda criticou os reajustes automáticos do salário mínimo e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pagos a pessoas com deficiência, além de mencionar a necessidade de reformar o Ministério da Educação. Seu discurso foi aplaudido em diversas ocasiões[[204]](#footnote-203).

Após o encontro na Fiesp, Mourão participou de um jantar na residência de Paulo Skaf, presidente da entidade, onde se reuniu com grandes empresários das mais diversas frações da burguesia, como João Carlos Saad, David Feffer, Luiz Carlos Trabuco, Luiz Pretti e Victorio de Marchi. O jantar também contou com a presença de figuras políticas e do setor público, incluindo Henrique Meirelles e Nelson Jobim. Esse encontro consolidou o alinhamento entre o governo e o empresariado, evidenciando o apoio mútuo em torno das reformas estruturais necessárias para enfrentar os desafios fiscais e econômicos do país.[[205]](#footnote-204)

A pressão política exercida pelas diversas frações da burguesia, especialmente pela burguesia industrial, ia além da tentativa de consolidar a opinião pública. Tratava-se, também, de uma forma de pressionar o próprio presidente da República, em um momento em que o Legislativo e o Executivo apresentavam atritos sobre a condução das políticas, embora houvesse concordância em relação ao conteúdo das reformas econômicas. A burguesia industrial atuava para apaziguar as tensões e assegurar o avanço da reforma da previdência.

No início de abril de 2019, mesmo com as oscilações de posicionamento de Jair Bolsonaro em relação à reforma, Benjamin Steinbruch, sócio da CSN, demonstrou otimismo quanto à sua aprovação no Congresso. Ele acreditava que, apesar dos obstáculos e das discussões públicas, existia uma convergência política suficiente para que a reforma avançasse. Steinbruch projetava que o ano de 2019 poderia ser positivo para o crescimento econômico do país, uma vez que a reforma fosse aprovada[[206]](#footnote-205).

Segundo Steinbruch, a aprovação da reforma da previdência traria uma recuperação econômica “com força dobrada”, eliminando o atraso nos avanços econômicos causados pelas discussões. Ele esperava que, com a reforma em vigor, o país experimentasse uma série de impactos positivos, como a redução das taxas de juros, melhores condições de crédito, aumento do emprego e consumo, e um cenário mais favorável para outras reformas e medidas governamentais[[207]](#footnote-206).

Para ele, o ideal seria que a aprovação ocorresse no primeiro semestre de 2019, mas, ainda que acontecesse no segundo semestre, seu otimismo permanecia firme quanto ao impacto econômico positivo que a reforma traria ao país.[[208]](#footnote-207)

Também em abril, o presidente da CNI assinou, juntamente com outras federações empresariais, como a CNA, uma carta aberta ao presidente Jair Bolsonaro, reafirmando o apoio do empresariado à aprovação da Reforma da Previdência, como foi visto no tópico sobre a burguesia agrária. Esse apoio empresarial de diversas confederações de diferentes frações do capital colaborou para aumentar a pressão pela aprovação da reforma, tanto por parte do Executivo, quanto da parte do Legislativo[[209]](#footnote-208).

Apesar da greve geral que mobilizou diversas cidades brasileiras em 14 de junho de 2019 contra a reforma da previdência, a “opinião pública” sobre a reforma, segundo a CNI, não era majoritariamente desfavorável. De acordo com a pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira – Reforma da Previdência*, realizada em agosto daquele ano, a maioria da população acreditava que a reforma era necessária. O levantamento, que consultou 2 mil pessoas em 126 municípios entre 20 e 23 de junho — antes da aprovação em primeiro turno na Câmara dos Deputados —, indicou que 60% dos entrevistados concordavam com a necessidade da reforma, sendo que 32% concordavam totalmente e 28% concordavam em parte. Em contrapartida, 34% consideravam a reforma desnecessária[[210]](#footnote-209).

Além disso, a pesquisa apontou que 65% dos brasileiros estavam cientes da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo governo ao Congresso, embora apenas 35% soubessem detalhes do texto. Entre esses, 5% alegaram ter amplo conhecimento sobre o conteúdo da reforma, enquanto 30% afirmaram conhecer apenas os pontos principais. Entre os que se familiarizaram com a proposta, 52% manifestaram apoio e 46% se mostraram contrários. O apoio demonstrou um aumento em relação à pesquisa de abril, na qual 42% se mostravam favoráveis à reforma e 54% contrários[[211]](#footnote-210).

Fábio Guerra, economista da CNI, destacou que o aumento do apoio popular à reforma em um curto período indicava uma percepção crescente de que a mudança era positiva para o país[[212]](#footnote-211). Contudo, não mencionou que essa percepção poderia ter sido influenciada pela intensa campanha midiática conduzida pela imprensa, pelo governo e por setores do empresariado em defesa da reforma, sustentando que era uma das poucas alternativas para evitar um colapso econômico no país.

Em setembro, um mês depois de os deputados federais rejeitarem os destaques que buscavam modificar o texto-base e concluírem a votação em segundo turno, a reforma da previdência foi formalmente enviada ao Senado Federal, dando continuidade ao processo legislativo. A aprovação da reforma, de acordo com a CNI, era considerada fundamental para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, equilibrar as contas públicas e permitir investimentos em áreas essenciais como saúde e educação, além de criar um ambiente econômico mais favorável ao crescimento.[[213]](#footnote-212)

Um mês após a declaração da CNI e dois dias após a votação do segundo turno no Senado, em 22 de outubro de 2019, a reforma da previdência foi celebrada como um marco histórico pelo Congresso Nacional, faltando apenas sua promulgação pelo presidente, o que ocorreu em novembro. Paulo Skaf, presidente da Fiesp e do Ciesp, afirmou que essa vitória representava um avanço para o Brasil, pois a aprovação da reforma asseguraria o controle das contas públicas para a próxima década, com uma economia projetada de R$ 800 bilhões. Skaf destacou que o amplo apoio de deputados e senadores à reforma abriria caminho para um cenário de menor incerteza, favorecendo investimentos, além da geração de emprego e renda no país. Ele enfatizou que essa conquista pertencia tanto ao Governo Federal quanto ao Parlamento, mas, acima de tudo, foi uma vitória para toda a Nação brasileira.[[214]](#footnote-213)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica das classes sociais é intrinsecamente complexa, e a maneira como as classes dominantes se relacionam com as estruturas estatais é ainda mais intrincada. Frequentemente, lidamos com informações imprecisas sobre o que pode ter ocorrido nos bastidores da política. Além disso, muitas das posições assumidas publicamente pelos representantes das frações da burguesia podem não refletir suas reais intenções. Diversas questões são consideradas no cálculo político, o que resulta em ações ou omissões. Mesmo assim, é possível fazer algumas considerações e afirmações a partir do trabalho desenvolvido até o momento.

Uma das hipóteses centrais desta pesquisa é que o período de 2013 a 2016 configurou uma crise de hegemonia dentro do “bloco no poder”, sem que uma fração da burguesia conseguisse se consolidar como classe dominante, o que gerou diversos momentos de tensão entre os interesses dessa classe. De acordo com Gramsci (2007), a crise de hegemonia da classe dirigente se manifesta quando ela fracassa em um grande empreendimento político imposto ou solicitado, ou quando as grandes massas, antes passivas, passam a se engajar politicamente e a apresentar reivindicações. Bianchi (2017) corrobora essa perspectiva, ao afirmar que a crise de hegemonia é essencialmente uma crise política, caracterizada por uma falha na direção ou representação política. A superação dessa crise de hegemonia da dominação burguesa só será possível se houver uma renovação das bases materiais para a hegemonia. Caso essa nova hegemonia não se estabeleça, abrem-se possibilidades para soluções de força, seja por parte das forças populares, seja pelas classes dominantes.

A implementação da Nova Matriz Econômica (NME) e o confronto com os interesses do capital bancário-financeiro, seguido de sua posterior reversão; as manifestações multifacetadas que mobilizaram as massas entre 2013 e 2016; a Operação Lava Jato, que, conduzida por instituições do Estado brasileiro, atacou o arranjo político-institucional e empresas relevantes do grande capital; o impeachment de uma presidente democraticamente eleita; e, por fim, a implementação de uma agenda política derrotada nas urnas, apontam para as contradições e disputas desse período. Seriam evidências de uma crise de hegemonia os eventos ocorridos no período em análise?

Ao abordar as contribuições teóricas de autores gramscianos brasileiros, Fontes (2005, p. 221) destaca que o Estado é o lócus da dominação de classe, refletindo formas contraditórias dentro dessas classes. Nesse contexto, o crescimento de associações de caráter popular se entrelaça com as imbricações entre o Estado e as associações das frações das classes dominantes.

É importante destacar que Murilo Portugal, Benjamin Steinbruch, Paulo Skaff, João Martins e Luiz Carlos Corrêa Carvalho possuem um papel fundamental no exercício da hegemonia. FONTES (2005, p. 223) destaca que intelectual orgânico, de maneira geral, vai além do mero produtor de textos, ou de um mero literato. Eles são, acima de tudo, organizadores das suas respectivas frações da burguesia. As disputas pela hegemonia ultrapassam a ação e pressão desses agentes no terreno da produção, correspondendo também a busca de se aumentar a influência política dessas frações na regulação do capital via políticas estatais.

A análise dos aparelhos privados de hegemonia nos possibilita dar materialidade às contradições existentes no processo de produção e das disputas intraclasses dominantes e entre classes sociais. Como defende Fontes (2005, p. 225), a hegemonia é colocada de maneira muito complexa, e que não pode ser mostrada pela simples adesão nos pleitos eleitorais, mas que corresponde a disputas permanentes do poder no Estado ampliado. Esse Estado, como demonstra Bianchi (2010, p. 39), pode ser um indutor da ação coletiva empresarial, definindo acesso a arranjos políticos ou às políticas públicas que privilegiam esses canais associativos. Como vimos, na primeira parte do governo Dilma, buscaram, com a implantação do Plano Brasil Maior, estabelecer maior diálogo e atender as reivindicações da pequena e média burguesia industrial, contrariando certos interesses da burguesia bancário-financeira.

Essas disputas sociais abertas pela direção da política de Estado dizem respeito às “relações de força”. Na esquematização proposta por Bianchi (2010, p. 40-41), no que corresponde às “relações de forças-estratégicas”, é o momento em que é possível identificar os conflitos em busca do poder político, estabelecida entre as diferentes classes sociais e suas frações.

Durante o primeiro mandato da presidente Dilma, é possível constatar uma disputa pelo sentido da política econômica entre a burguesia industrial e a burguesia bancário-financeira. As frações da burguesia ainda estavam em um baixo grau de homogeneidade, o que pode ser constatado nas divisões e disputas no interior dos próprios APHs dessas associações das classes dominantes. É possível identificar conflitos no interior das classes dominantes, entre as frações e dentro das próprias frações, como foi visto nesta pesquisa no exemplo das divisões e disputas políticas no interior da CNA, demonstradas no segundo capítulo. Além disso, como vimos no segundo capítulo, durante a nova matriz econômica, ocorreram certas disputas entre a burguesia industrial e a fração bancário-financeira. Ao final do primeiro mandato é que a burguesia vai se “homogeneizar” em busca de uma reformulação das políticas econômicas, pedindo um rígido ajuste fiscal e reformas estruturais. Como visto, a partir de 2014, principalmente, a burguesia brasileira intensifica suas pedidas por reformas trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

Recapitulando uma questão importante da acumulação de capital no Brasil das últimas décadas, Fontes (2010, p. 346) argumenta que a intensificação da atuação capital-imperialista brasileira nos últimos anos tem origens mais remotas, tanto na expansão das empresas quanto na configuração de uma política de Estado em seu apoio, como já fora destacado desde a década de 1960 por Marini. Um ponto de virada foi a transformação do BNDES em uma alavanca para a transnacionalização de empresas brasileiras. Sob o governo Sarney, o BNDES apresentou o “Plano Estratégico 1987-1990”, que incorporava cenários de integração competitiva entre empresas. No governo Collor, em junho de 1990, um novo programa enfatizou a desregulamentação, a abertura comercial e as privatizações como ferramentas básicas para a “reestruturação competitiva” da economia brasileira, estabelecendo o BNDES como um banco voltado para facilitar essas privatizações (Fontes, 2010). Já no final do governo Fernando Henrique Cardoso, foi realizada uma reforma nos estatutos do BNDES, permitindo o financiamento de operações de capital brasileiro no exterior. Durante o governo Lula, em 2005, foi implementada uma linha de crédito para a internacionalização de empresas brasileiras. Atualmente, o BNDES tem desempenhado um papel central na dinâmica de centralização e concentração de capitais no Brasil (Fontes, 2010).

Mesmo com o processo de desindustrialização brasileira, havia algumas empresas que possuíam maior dinamismo. Para fugir dos efeitos da crise de 2008, o governo Lula iniciou a política de campeãs nacionais, que fazia empréstimos públicos a juros subsidiados, além da compra de ações e títulos de dívida das empresas, principalmente da petroquímica, frigoríficos, siderurgia, celulose e construção civil. Essas políticas renderam enormes lucratividade para esses setores, ocorrendo um processo de concentração e centralização dos capitais nacionais, assim descrito pela historiadora Virgínia Fontes (2010).

Com as constantes perdas na economia, como por exemplo, a queda da atividade da indústria e agropecuária de 2015 para 2016, de 4,6% e 5,2% respectivamente, segundo dados do IBGE (IBGE, 2018), foi fazendo com que essas frações da burguesia, principalmente o pequeno e médio capital, reorientassem seus posicionamentos, alinhando-os com os da grande burguesia financeira. Os trabalhos de Perrin (2020), Braga (2016) e Kanaan, (2022), além das declarações de Fontes (2016), dão certo destaque a questão das escalas do capital, e estabelecem que, o pequeno e médio capital tiveram grande relevância na crise do governo Dilma principalmente.

A mudança do posicionamento dos aparelhos de hegemonia da burguesia industrial deixa isso mais nítido, principalmente se olharmos para a Fiesp, que antes de 2014 se posicionava de forma mais crítica à políticas de austeridade, além de criticar abertamente o rentismo; e depois da implosão da Nova Matriz Econômica, passou a se posicionar gradativamente a esses pensamentos.

Por exemplo, segundo informações publicadas na página oficial da FIESP, o então presidente da entidade, Paulo Skaf, no início ainda da NME, realizou críticas contundentes à política monetária brasileira. Durante uma entrevista coletiva, ele declarou:

Estamos confrontando a política monetária brasileira porque o País necessita de juros mais baixos e de menos especulação. Neste ano serão pagos R$ 250 bilhões de juros, nos últimos cinco anos se pagou mais de R$ 1 trilhão, nos últimos oito anos mais R$ 2 trilhões de reais. O que o Brasil precisa, de fato, é de dinheiro investido na produção, na geração de emprego, no desenvolvimento, e não ficar pagando para especuladores os juros mais altos do mundo nestes 16 anos seguidos (FIESP, 2015)[[215]](#footnote-214).

Essa posição evidencia uma crítica ao chamado rentismo, um modelo de política econômica que, segundo os industriais, priorizava os interesses bancário-financeiros em detrimento da produção e do emprego. A divergência também se reflete na visibilidade midiática. Empresários ligados à indústria frequentemente expressaram insatisfação com a predominância de perspectivas alinhadas ao sistema financeiro na grande mídia. Um exemplo disso é a declaração de Paulo Francini, diretor de economia da FIESP, que afirmou:

O pensamento econômico dominante na mídia é muito o de instituições financeiras. Não deste ou daquele banco, mas de indivíduos que têm ligações, interesses, vinculações com o sistema financeiro. Os comentários sobre economia são pautados por essas instituições" (Francini, 2014)[[216]](#footnote-215).

Portanto, observa-se que, apesar das divergências internas no setor produtivo, há um consenso crítico em relação à hegemonia bancário-financeira, tanto nas esferas política quanto midiática, reforçando a percepção de que o modelo econômico vigente à época favorecia desproporcionalmente o capital financeiro. Embora setores como a indústria, o agronegócio e o grande comércio apresentem graus de financeirização, a fração bancário-financeira constitui o núcleo central do modelo rentista. A produção industrial, por sua vez, depende mais diretamente da dinâmica econômica nacional e, por isso, têm interesses distintos, frequentemente expressos por meio de suas entidades representativas.

Vimos que os interesses das frações de classe, da burguesia bancário-financeira e da burguesia industrial estiveram em confronto durante a NME. A burguesia financeira, enquanto fração de classe dominante no interior do bloco no poder, teve sua reprodução do capital ameaçada pelas medidas. Contudo, como demonstra Perry Anderson (2020, p. 95), o mercado financeiro é a força mais poderosa no país e, ao tentar bajular a indústria, o governo federal sofreu uma contraofensiva, trazendo a burguesia industrial contra si. Após o fim do programa e a falta de adoção de medidas que contemplassem a indústria, a burguesia industrial passou a enxergar a possibilidade de confrontar o governo, principalmente com as insatisfações sociais desde as manifestações de 2013.

Essa virada possui respostas na própria ineficácia da NME, mas também podemos encontrar respostas na dinâmica da financeirização, cujo processo analisamos no primeiro capítulo. Laidler (2018, p. 309) nos dá indícios disso ao destacar que parte significativa dos lucros empresariais no Brasil passou a ser obtida por meio de operações financeiras, evidenciando uma mudança estrutural no modelo econômico. Esse cenário não impulsionou a indústria nacional, que permaneceu estagnada mesmo durante o aquecimento da demanda. Quando a moeda desvalorizada começou a prejudicar as importações, os representantes das elites empresariais retomaram o discurso de um suposto "terror inflacionário". Paralelamente, apesar de receberem desonerações entre 2012 e 2014, esses grupos continuaram atribuindo a inflação ao desajuste fiscal.

Um primeiro indício importante de que as disputas entre as frações da burguesia se deu principalmente na questão da escala do capital foi a Operação Lava Jato, que afetou empresas do grande capital, extremamente importantes para a economia nacional devido ao nível de emprego. Por exemplo, as empresas envolvidas eram as que possuíam o maior know-how nas áreas de engenharia, que inclusive exportavam serviços. A participação do setor de construção no valor adicionado da economia brasileira despencou de 6,5% em 2012 para 3,7% em 2019 (JÚNIOR; NOBRE, 2021).

A articulação feita pelos agentes da Lava Jato, Deltan Dallagnol e Sérgio Moro, junto com o imperialismo estadunidense através de seu Departamento de Justiça, desarticulou parte da burguesia brasileira, principalmente a beneficiada pela política de campeãs nacionais durante o governo Lula. Fernandes e Furno (2022) identificam que as consequências econômicas da Operação Lava Jato não são meros “erros” de percurso jurídico ligados à falta de operacionalização dos processos de leniência, mas sim um objetivo explícito da atuação do imperialismo. Não se deve esquecer que não apenas o setor de petróleo e gás era liderado por uma grande empresa estatal, carro-chefe do modelo de desenvolvimento dos governos petistas, mas também que a política de conteúdo local e outras modalidades de apoio estatal estavam produzindo uma rede de empresas fornecedoras altamente competitivas, disputando hegemonia não apenas no mercado brasileiro e na América Latina, mas também no próprio coração do capitalismo imperialista. Eles destacam que a Odebrecht chegou a vencer uma licitação para a construção de um aeroporto nos EUA, superando uma empresa americana. A queda na receita bruta da empresa foi de 107 bilhões para 78, deixando de operar em 13 países (FERNANDES; FURNO, 2024, p. 2163).

A articulação imperialista fica nítida no caso da Lava Jato. Após desarticular a Petrobras, em 2018, 75% das reservas do pré-sal estavam nas mãos de empresas petroleiras multinacionais, como a Shell, Chevron e ExxonMobil. Para Laidler (2018, p. 318), a Operação Lava Jato, combinada ao processo de impeachment, resultou em um Brasil enfraquecido no cenário internacional da competição capitalista.

A operação contribuiu para a reorientação do padrão de acumulação sob dominância financeira e as mudanças no bloco de poder, com o declínio de importantes empresas nacionais do grande capital; atuou como um poderoso instrumento de funcionalidade econômica; e se tornou um agente político-econômico na cena política nacional. A Lava Jato desarticulou a racionalidade por trás da gama de partidos políticos no cenário nacional e das disputas no interior desses partidos, como “PT x PSDB”, e as alianças do PT com o PMDB.

A Operação Lava Jato tem um peso importante no processo de enfraquecimento dessas burguesias que eram mais próximas aos governos petistas, causando grande impacto no sistema político. Todavia, acredito que, por mais que o imperialismo atuado por meio da Lava Jato tenha uma importância grande na reorientação das frações de classe e do processo de acumulação de capital, os principais antagonismos das classes dominantes não correspondiam exatamente entre burguesias “pró-imperialistas x anti-imperialistas”, ou “associada x interna”, como destaca Boito (2018). Concordamos com os diagnósticos dados por Kanaan (2022), que destaca que os principais antagonismos entre a burguesia estão com relação ao porte do capital.

Kanaan (2022) questiona a aplicação do conceito de "burguesia interna" nos governos do PT, desafiando a ideia de uma classe burguesa coesa e neodesenvolvimentista. Ele propõe que as tensões interburguesas durante o período, em vez de se darem principalmente entre a burguesia interna e o capital imperialista, foram marcadas por divisões entre frações da burguesia brasileira e, particularmente, por tensões de escala — ou seja, entre o capital monopolista e o não-monopolista.

Segundo Godeiro (2019), é difícil de defender que os governos petistas foram governos anti-imperialistas, inclusive, é destacado que o capital estrangeiro remeteu para o exterior um lucro de 293 bilhões de reais entre 2003 e 2015. Destaca também que cerca de 35,2% da riqueza nacional foi enviada opara fora do país. Esse processo, que só aumenta conforme a imersão do país na dinâmica capital imperialista, jamais foi enfrentada pelas diferentes frações da burguesia brasileira, mostrando o alto nível de associação dessas frações ao capital-imperialismo.

A partir do texto de Kanaan (2022), podemos concluir que apenas uma parte (embora poderosa) da grande burguesia brasileira teve conflitos diretos com o capital internacional, principalmente quando havia interesses específicos em jogo, como na questão da proteção de mercados internos ou recursos estratégicos, como o pré-sal. No entanto, a grande maioria da burguesia brasileira, incluindo setores da pequena e média burguesia, estava associada ao capital internacional, especialmente no contexto de reformas neoliberais e de integração com o capital imperialista, como o estadunidense. A disputa entre frações da burguesia brasileira, portanto, estava muito mais ligada a questões de escala e acesso a recursos financeiros, em vez de uma oposição clara entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro. O pequeno e médio capital, por exemplo, frequentemente entrou em conflito com os setores mais poderosos da burguesia, que possuíam privilégios de financiamento via bancos públicos e apoio do Estado para se expandir. Um exemplo clássico disso são as grandes empresas de construção civil brasileiras, que, com o tempo, perderam espaço para as grandes construtoras estrangeiras, especialmente após a Operação Lava Jato, que enfraqueceu o capital nacional, deixando a porta aberta para a entrada de empresas internacionais[[217]](#footnote-216) (KANAAN, 2022, p. 24-25).

Kanaan (2022) ainda comenta sobre as entidades de classe como a CNI, CNA e FIESP, que eram articuladoras da burguesia brasileira com o capital internacional, especialmente o estadunidense. A FIESP, por exemplo, é apontada representando, ora os interesses das grandes corporações, ora se alinhando ao pequeno e médio capital, como no caso da campanha “Não Vou Pagar o Pato”, que reunia demandas por menos impostos e mais competitividade para o setor privado. Com isso, ele argumenta que, embora existam tensões pontuais entre a burguesia brasileira e o capital estrangeiro, as frações burguesas, de modo geral, se unificaram em torno de uma agenda neoliberal que incluía ajustes fiscais e a privatização de empresas estatais.

Defendemos posição similar de que que a pequena e média burguesia buscou associada ao capital internacional imperialista, mudar a política econômica que apenas contemplava um seleto grupo de empresas nacionais. Mas nem por isso dá para dizer que ocorreu uma disputa entre todo o pequeno e médio capital associado ao capital internacional contra o grande capital nacional. A grande burguesia agrária e a grande burguesia industrial da área de construção civil tinham muitos interesses antagônicos, contudo, como demonstra o artigo de Kanaan (2020), suas grandes empresas mesmo buscaram associações com o capital internacional, principalmente o estadunidense.

O anuário estatístico do ILAESE também nos traz importantes informações sobre essa associação do capital estrangeiro na economia brasileira. O processo de desnacionalização da economia brasileira tem como um de seus exemplos mais evidentes a atuação do fundo de investimento BlackRock, ligado aos bancos Barclays e Bank of America. Esse fundo parasita empresas ao redor do mundo, sendo um grande investidor em diversas companhias brasileiras, como Petrobrás, Vale, JBS, Bradesco e Itaú. Entre 2008 e 2012, a rede de empresas na qual o BlackRock possui participação recebeu do BNDES R$ 26 bilhões, enquanto contribuiu com R$ 119 milhões para campanhas eleitorais em 2010 e 2012, divididos entre PT, PSDB e PMDB (GODEIRO, 2021, p. 148). Ainda segundo o autor, 70,7% das empresas privatizadas no Brasil entre 1991 e 2002 foram adquiridas por capital internacional, evidenciando o domínio estrangeiro no processo de privatização.

Além disso, os grandes bancos internacionais detêm 57% do sistema financeiro brasileiro, enquanto boa parte das ações de bancos como Itaú, Bradesco e Banco do Brasil são controladas por estrangeiros. O setor do agronegócio segue a mesma lógica, com multinacionais como Bunge, Cargill e Louis Dreyfus dominando a comercialização e produção, enquanto empresas estrangeiras monopolizam setores como agroquímicos, bebidas e alimentos industrializados (GODEIRO, 2021, p. 149). A centralização de grandes empresas por capital internacional revela a perda de soberania nacional, com impactos significativos na geração de empregos. Segundo dados da Revista Exame, as 100 maiores empresas do Brasil, majoritariamente estrangeiras, empregavam apenas 5,8% dos trabalhadores formais do país (GODEIRO, 2021, p. 149).

Entre 1997 e 2021, o crescimento dos investimentos privados foi de apenas 2,1%, o equivalente a 0,08% ao ano, enquanto, entre 2014 e 2019, houve uma queda de 25%. Essa retração reflete o desinvestimento na indústria nacional, que perdeu espaço nas cadeias globais de valor de alta tecnologia, consolidando-se como montadora ou importadora de componentes estrangeiros. Um exemplo desse modelo é a Multilaser, que monta eletrônicos de marcas como Sony e Nokia e teve 75% de seu lucro líquido em 2020 proveniente de incentivos fiscais (GODEIRO, 2021, p. 152-153).

Essa dinâmica transformou a burguesia brasileira em uma classe dependente do capital internacional, com uma atuação mais subordinada e parasitária. O Brasil passou a se especializar em commodities, enquanto o Estado se tornou fiador de um modelo econômico que favorece a pilhagem colonial. Esse movimento foi intensificado pela crise de 2008 e pela recessão de 2014, consolidando a recolonização do país sob o capital financeiro internacional (GODEIRO, 2021, p. 156).

Durante a NME, os antagonismos eram também entre a burguesia industrial x financeira em certa medida. Entretanto, por mais que a demanda por diminuição dos juros seja, de certa forma, histórica para a burguesia industrial, o conflito aberto com a grande burguesia bancário-financeira desaparece em prol de uma agenda comum entre as frações do capital, que eram as reformas econômicas neoliberais.

Laidler (2018, p. 332) enxerga algo nesses moldes, ao destacar que as medidas que se sucederam ao impeachment de 2016 mostram uma articulação entre empresários dos setores produtivo e financeiro. Esse grupo visou impedir aumentos de tributação e promover a flexibilização de direitos trabalhistas. Paralelamente, apostaram em uma estratégia recessiva que, embora penalizasse os setores mais vulneráveis, abria caminho para a privatização de serviços públicos. A falência do Estado, com sua incapacidade de investir ou ampliar gastos, reforçou o projeto de um Estado mínimo e o desmonte das garantias de direitos universais.

Levando essas questões em consideração, fica difícil considerar esse processo uma crise de hegemonia, já que a burguesia industrial, após a NME, passou a alinhar suas reivindicações com a burguesia financeira, seguidas também pela burguesia agrária. A burguesia em geral começou a pedir reformas estruturais, como mudanças na legislação trabalhista, na previdência, reforma fiscal e tributária. De maneira geral, a posição hegemônica do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder não foi tocada. Após a NME, as frações da burguesia se uniram contra a classe trabalhadora, o que podemos considerar que ocorreu uma intensificação da relação “capital x trabalho”.

Segundo o estudo de Dweck, Silveira e Rossi (2018), o mercado de trabalho teve um papel central na redução da desigualdade recente no Brasil. A política de valorização do salário-mínimo, junto com a evolução do mercado de trabalho e o aumento significativo da formalização, foram fatores-chave nessa redução. Entre 2004 e 2015, houve um aumento constante da participação dos salários no PIB, indicando uma melhoria na distribuição funcional da renda em favor dos salários, em detrimento das demais rendas, especialmente as do capital. Além disso, ocorreu uma importante redistribuição do rendimento secundário associada aos gastos sociais, tanto no nível do rendimento disponível quanto pelo efeito indireto do acesso aos serviços sociais. Esses pequenos, mas importantes ganhos das classes trabalhadoras são responsáveis pela ofensiva do capital contra o trabalho, reforçando ainda mais o processo de financeirização da economia brasileira e a expropriação da classe trabalhadora.

Com isso, acreditamos ser possível destacar que não vivenciamos nesse período uma crise de hegemonia no bloco do poder. Vivemos uma intensificação de alguns antagonismos interburgueses, mas como é possível notar a partir do posicionamento dos aparelhos privados de hegemonia das frações da burguesia, elas acabam encontrando um denominador comum, um projeto político-econômico que lhes fosse consensual, embora, até o impeachment, ainda não tivessem conciliado como poderiam chegar a essas reformas. O ataque às empresas nacionais via Operação Lava Jato teve consequências no interior do bloco no poder. Contudo, após a NME, a hegemonia do capital bancário-financeiro e, principalmente, dos grandes bancos nacionais, não foi ameaçada. Todavia, outras frações tiveram papel significativo no período, inclusive na tensão com o governo Dilma e na aprovação do seu impeachment, como a burguesia agrária e, principalmente, a burguesia industrial.

A ideia de que teria havido uma crise de hegemonia morre por terra portanto. Para tal, como destaca Fontes (2005, p. 230), a crise de hegemonia é a crise interna entre os setores dominantes, onde nenhum deles consegue impor a direção política, traduzindo: ser dominante no bloco do poder. Os conflitos entre intraclasses sociais foram destacados, mas tirando o momento da Nova Matriz Econômica, a direção e hegemonia do capital bancário-financeiro, e em menor medida, da burguesia agrária, não foi enfrentado por muito tempo. Os anos de um consenso fraco durantes os governos petistas foram substituídos por consensos fortes entre as frações da burguesia e seus aparelhos ideológicos acerca da necessidade de se estabelecer reformas estruturais que aumentassem a exploração e expropriação da classe trabalhadora.

Posto isso, é possível analisar nossa segunda hipótese específica, a qual sugere que, diante da crise econômica brasileira, a burguesia buscou se movimentar no sentido de preservar o modelo de acumulação de capital, por meio de um processo de "contra-reforma". Essa ideia emergiu a partir do debate sobre a melhor teorização do neoliberalismo, fundamentada no arcabouço teórico de Gramsci.

Segundo o texto de Coutinho (2012), Gramsci caracteriza a contra-reforma como uma combinação entre o velho e o novo, o que pode ser observado na sua análise de fenômenos históricos, como a oposição das Comunas à ordem feudal medieval, sendo esse um exemplo de "contra-reforma antecipada". Ele também diferencia a contra-reforma das revoluções passivas ao enfatizar que, enquanto na revolução passiva há uma combinação de restauração com algumas demandas emergentes da base, na contra-reforma a preponderância é da manutenção do velho.

Coutinho (2012) sublinha que a contra-reforma, apesar de seu caráter restaurador, muitas vezes se apresenta como uma "reforma", em uma tentativa de mascarar a reação contra as mudanças sociais. No contexto neoliberal contemporâneo, o autor sugere que estamos testemunhando um fenômeno similar: um movimento que, em vez de promover uma verdadeira reforma, busca restaurar as condições do capitalismo "selvagem", caracterizado pela eliminação das conquistas sociais passadas e pela retomada das políticas que visam à desregulação do mercado.

A despeito do autor considerar o momento em que o país era governado pelas lideranças petistas também como contra-reforma (o que não estamos de acordo), acreditamos que é possível, analisando nosso objeto no recorte histórico da pesquisa, dizer que tal hipótese pode ser confirmada; a de que vivenciamos um processo de contra-reforma no período do pós-impeachment. Direitos históricos que foram conquistados pelo movimento da classe trabalhadora brasileira foram consideravelmente afetados pelas reformas neoliberais, seja com a reforma trabalhista, a da previdência, e o desfinanciamento do SUS devido ao teto de gastos.

Também foi possível verificar a hipótese geral da intensificação do processo de financeirização da economia brasileira puxada pelo capital financeiro internacional, e da convergência de interesses que as reformas estudadas tiveram nas frações da burguesia, que visavam recuperar suas taxas de lucro. Acreditamos que no primeiro capítulo conseguimos comprovar essa hipótese, ao fazer um apanhado do processo histórico da economia brasileira e do processo de financeirização, e como as expropriações secundárias muitas vezes são regulações estatais visando à lucratividade do capital ou de seus setores específicos.

Laidler (2018, p. 330-331) destaca que a esquerda brasileira enfrentou uma crise profunda, não apenas marcada pela corrupção dos partidos que governaram entre 2003 e 2016, mas também pela falta de alternativas ao modelo macroeconômico alinhado aos interesses das corporações globais. Durante períodos de crescimento, os ganhos econômicos permitiram a repartição de recursos que, embora limitados, representaram avanços na redução das desigualdades. Contudo, com a intensificação da competição global após a crise de 2008 e o baixo crescimento econômico dos países desenvolvidos, surgiram novas demandas do mercado. Essas demandas incluíram pressões sobre o orçamento público, sobre os mercados de serviços públicos e sobre os recursos naturais do Brasil.

Por fim, propomos um exercício de correlação entre o presente e o passado. Em 2011, o economista Paulo Gala publicou um livro em que, em um de seus capítulos, fazia previsões para o ano de 2020. Gala (2011, p. 22) acreditava que o PIB do Brasil poderia alcançar a marca de R$ 5 trilhões, com uma média de crescimento superior a 5% ao ano durante a década de 2010, consolidando o país como a quinta maior economia mundial. O autor também defendia que o Brasil se tornaria um importante protagonista na indústria de exploração de petróleo em águas profundas, com o desenvolvimento de tecnologia nacional (GALA, 2011, p. 23). Além disso, Gala vislumbrava uma significativa elevação dos salários, decorrente do esgotamento de mão de obra ociosa, o que resultaria na criação de uma robusta classe C.

Entretanto, não é necessário retroceder muito para perceber que nenhuma dessas previsões se concretizou em sua totalidade. Segundo Godeiro (2021) a Petrobrás se transformou em uma empresa que vive de pagar dividendos aos investidores, principalmente internacionais; e quanto a situação do mercado de trabalho no país, sete anos após a reforma trabalhista, constata-se que cerca de 70% dos trabalhadores informais demonstram o desejo de retornar ao modelo de carteira de trabalho assinada. Apesar disso, as ideias de Gala refletem o otimismo com a conjuntura política e econômica da época, algo que se justifica pelo contexto histórico. Conforme apontado por Carvalho (2018), o crescimento acelerado da economia chinesa e sua demanda por commodities tiveram impactos positivos na economia brasileira, contribuindo para o período que a autora denominou de "Milagrinho". No entanto, a análise de Carvalho também destaca o crescimento do mercado interno, impulsionado pela expansão do consumo das famílias. Durante esse período, o governo Lula se apoiou em três pilares fundamentais: primeiro, a distribuição de renda por meio de programas sociais e a valorização do salário mínimo; segundo, o acesso facilitado ao crédito; e, por fim, os investimentos públicos.

A partir do período da Nova Matriz Econômica (NME), emergiu uma visão ideológica amplamente adotada por algumas frações da burguesia, que defendia que o crescimento econômico seria impulsionado pelos investimentos dos agentes privados. A reforma do teto de gastos de 2016 e as privatizações subsequentes reforçaram consideravelmente essa visão, que contradizia completamente a política econômica do governo Lula, marcada pelo forte investimento público. Dessa forma, configurou-se, conforme Behring (2021), um processo de intensificação da apropriação do fundo público pelo capital privado.

Um ponto importante a ser destacado, e que deixamos em aberto para reflexão, é que, mesmo com a derrota política e eleitoral de Jair Bolsonaro (PL-RJ) em 2022, o governo Lula III, apesar de retomar integralmente os programas sociais e realizar o reajuste do salário mínimo acima da inflação, não conseguiu romper com essa política. Esse fato pode ser explicado, em grande parte, pela oposição que encontra dentro do Legislativo[[218]](#footnote-217). No entanto, a questão central é que essa visão econômica encontra eco dentro do próprio partido, como exemplificado pela postura do ministro Fernando Haddad (PT-SP).

Para exemplificar, Bastos (2023) publicou como o governo (Lula III) eleito com promessas de crescimento do emprego, do investimento público e do gasto social acabou propondo e apoiando a aprovação de um regime fiscal restritivo, denominado Novo Arcabouço Fiscal (NAF) ou Regime Fiscal Sustentável (RFS). O NAF foi aprovado em maio de 2023 na Câmara com alterações que o tornaram mais restritivo, reforçando a lógica neoliberal de limitar o papel do Estado e priorizar a estabilização da dívida pública/PIB via controle de gastos, em detrimento de objetivos como crescimento econômico e redução das desigualdades. Embora seja menos rígido que o Teto de Gastos, o arcabouço reproduz seus fundamentos ao reduzir gradualmente a participação do Estado no PIB, subordinando o gasto público a metas de superávit fiscal e limitando a política fiscal anticíclica.

Bastos (2023) também analisa a convergência ideológica entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central em defesa da austeridade fiscal, amparada por argumentos neoliberais que reproduzem a ideia de que “não há alternativa” (TINA). Essa perspectiva, associada à naturalização da austeridade, reflete um esforço ideológico para justificar cortes nos gastos públicos como condição para crescimento econômico liderado pelo setor privado. O ministro Fernando Haddad, por exemplo, descartou uma política fiscal expansionista, defendendo que a contenção fiscal abriria espaço para a redução da taxa de juros, o que estimularia a confiança empresarial e o crescimento econômico. A análise também destaca que o argumento do Banco Central, alinhado ao neoliberalismo, defende que o crescimento do PIB seria impulsionado por reformas institucionais e pela confiança do setor privado, ignorando evidências que questionam a eficácia da chamada “fada da credibilidade”. Embora Haddad tenha criticado a lentidão do Banco Central em reduzir juros, ele aceita que a política fiscal seja subordinada à política monetária, com o objetivo de estabilizar a trajetória da dívida pública e estimular o setor privado por meio de PPPs e reforma tributária.

Essa visão sobre a volta o crescimento do PIB impulsionado pela confiança do setor privado foi reforçada pelo ministro Fernando Haddad na “Comissão de Desenvolvimento Econômico; Finanças e Tributação; Fiscalização Financeira e Controle”, do Tema “Política econômica do governo federal”, ocorrida no dia 17/05/2023. O ministro, ao ser questionado pela deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS) sobre a lógica de austeridade do projeto, disse que “não, o governo Lula aumentou a despesa primária em mais de 6% ao ano. Isso não vai mais acontecer, a não ser que a economia cresça...a gente precisa criar as condições para a economia crescer, nós temos que criar condições para que os investimentos aconteçam, tanto público quanto privados, o investimento privado tem tudo para crescer no Brasil”. Ele ainda complementa que, a economia brasileira “não está precisando de impulso fiscal hoje, ela tá precisando de um impulso de crédito, que só vai ser conseguido com a redução da taxa de juros”[[219]](#footnote-218).

Com isso, uma questão que pode ficar aberta para pesquisas futuras são os desdobramentos das políticas econômicas recentes (principalmente da passagem do governo de Jair Bolsonaro para o governo Lula III), e suas implicações na trajetória do país, e as relações de classe do período. A análise apresentada evidencia a continuidade de uma lógica neoliberal no tratamento das questões econômicas, mesmo em um governo que se propôs a resgatar pilares de crescimento associados à política econômica de gestões anteriores. O Novo Arcabouço Fiscal, embora mais flexível que o Teto de Gastos, reforça a primazia da estabilidade fiscal sobre objetivos como redução da desigualdade e crescimento econômico, evidenciando uma tensão entre expectativas políticas e imposições estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Coord.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry.Brasil à parte: 1964-2019. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza... [et al.]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Bancos Múltiplos. Resolução CMN 2.099, de 1994. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp?frame=1>>. Acesso: 31/07/2022.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. Mouseion, n.12, pp.129-159, Mai./Ago. de 2012.

BARROS, José d'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, v. LII, p. 421-443, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_18>.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista Economia Contemporânea*, núm. esp., p. 1-63, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Não existe alternativa?. A Terra é Redonda, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/nao-existe-alternativa/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, E. R. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez, 2021.

BELLUZZO. L.G. O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo. São Paulo: UNESP, 2016.

BERRINGER, Tatiana; NASCIMENTO, Tuany Alves. Política Externa e Bloco no Poder: A FIESP na Crise do Governo Dilma e após o Impeachment. Revista da SEP, v. 4, n. 65, p. 191- 218, jan-abr 2023.

BIANCHI, Alvaro Gabriel. Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BIANCHI, Alvaro. Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010.

BOITO JR., Armando. Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira. [recurso digital] / Armando Boito Jr.. Coleção Párias Ideias: Orgs. Antônio Camêlo; Virgínio Gouveia. – Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os governos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

BOITO, Armando. O uso do conceito de fração burguesa na análise da atuação política do empresariado e a burguesia interna no período atual. In: CAMPOS, Pedro & BRANDÃO, Rafael. Dimensões do empresariado brasileiro, 2019.

BOUVIER, Jean. As crises econômicas. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: Novas abordagens*. Tradução de [nome do tradutor, se houver]. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BRAGA, Felipe de Queiroz. O rasgar do véu: as manifestações de junho de 2013 e as contradições históricas. 2016. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRANDÃO, Rafael Vaz de Motta. A agenda empresarial no golpe de 2016: a Confederação Nacional da Indústria e a reforma trabalhista de Temer. In: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs). Miragem do Brasil: dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascenção conservadora. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

BRANDÃO, Rafael. Dimensões do empresariado brasileiro. Editora Consequência, 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Contas do Presidente da República: Dívida Pública. [Brasília]: Tribunal de Contas da União 2020. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas- do-governo-2020/03-conjuntura-economica-divida.html>. Acesso em: 25/07/2023.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CARVALHO, Laura.Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELO, Rodrigo. Tragédia, farsa e crise: Ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.

Certeau, Michel. A escrita da história/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. - 3. ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do “capital em geral, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de [et al]. A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, F. Notas para uma caracterização do capitalismo do fim do século XX. Revista Novos Rumos: São Paulo. N.31 (14). 1999.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François (org.). “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. In: Economia e Sociedade. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo: EDUC, jul./dez. 2007.

CRUZ, Sebastião Velasco. Burguesia e empresariado na reconversão regressiva do capitalismo brasileiro. CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael (orgs.). Dimensões do empresariado brasileiro: história, organizações e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, CHRISTIAN. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. PEC 6/2019: como ficou a Previdência depois da aprovação da reforma no Senado Federal. Nota Técnica, n. 214. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec214ReformaPrevidenciaAprovada.html>>. Acesso em: jul. de 2023.

DUMÉNIL, Gerard e LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, Suzanne de [et al]. A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.

DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ROSSI, Pedro**.** Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; LUÍZA, Ana (Orgs.). Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

FAGNANI, Eduardo. Previdência: o debate desonesto: subsídios para a ação social e parlamentar: pontos inaceitáveis da Reforma de Bolsonaro. São Paulo: Editora Contracorrente. 2019.

FONTES, Virgínia & MENDONÇA, Sônia Regina de. História e Teoria Política. In: FLAMARION, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FONTES, Virgínia Maria.Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FONTES, Virgínia. Dirigimo-nos para um governo chantagista que vai implantar o programa da grande rapinagem. PCB, 03 de Maio de 2016. Disponível em:<<https://pcb.org.br/portal2/10953>>. Acesso em: 26/06/2023.

FONTES, Virgínia. História e Modelos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONTES, Virgínia. Imperialismo e crise. In: SAMPAIO, P.A. (Org.). Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: Sundermann, 2009.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. -2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. O capital, frações, tensões e composições. In: CAMPOS, Pedro & BRANDÃO, Rafael. Dimensões do empresariado brasileiro, 2019.

GALA, Paulo. Perspectivas macroeconômicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GENTIL, Denise Lobato. Apolítica fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira: história de desconstrução e de saques / Denise Lobato Gentil - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

GODEIRO, N.O legado do PT no governo (2003-2016): um balanço em perspectiva histórica. In: Anuário estatístico do ILAESE: trabalho & exploração. São Paulo: ILAESE, p. 82-93, 2019.

GODEIRO, Nazareno. O Brasil descendo a ladeira: Ilhas de riqueza em meio a um mar de miséria? In: Anuário Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração. São Paulo: ILAESE, v. 1, n. 03, p. 140-159, 2021.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção questões da nossa época; v. 59).

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2v. (v.1. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro, 1997; v.3. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro, 2007)

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2016.

HIRSCH, Joachim. Teoria Materialista do Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HUSSON, M. Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de [et al]. A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: Novas abordagens*. Tradução de [nome do tradutor, se houver]. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JUNIOR, Fausto Augusto; NOBRE, Sérgio.Lava Jato e implicações econômicas intersetoriais. In: JUNIOR, Fausto Augusto; GABRIELLI, José Sergio; ALONSO JUNIOR, Antonio (Orgs.). Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. Foi a burguesia brasileira interna? : política externa, luta de classes e tensões interburguesas de escala nos governos do PT. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, v. 16, n. 00, p. e022013, 2022. DOI: 10.20396/cemarx.v16i00.17400. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/17400. Acesso em: 21 nov. 2024.

LAIDLER, Christiane Vieira. Retórica e farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil. Jundiaí: Paco, 2018.

LAIDLER, Christiane Vieira. Retórica e farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil. Jundiaí: Paco, 2018.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina. Reforma da Previdência: Qualificando o debate brasileiro à luz de experiências internacionais. Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, v. 8, n. 15, p. 35-43, 2019.

LEAL, Guilherme Franco. Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária – um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (1995-2001). 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2002.

LIGUORI, Guido. Aparelho Hegemônico. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (orgs.). Dizionario Gramsciano 1926-1937. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, 4(1), 259-281.

Martins, Adalberto Floriano GrecoA questão agrária brasileira: da Colônia ao governo Bolsonaro / Adalberto Floriano Greco Paulo : Expressão Popular, 2022.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Burguesia Interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 47, p.55-73, 2018.

MEDEIROS, C. A. de.A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 263-292, ago. 2015.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Hegemonia do Agronegócio no Brasil. História e Perspectivas, Uberlândia, n. 32/33, p. 91-132, jan./jul.-ago./dez. 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. Marx e o Marxismo, Niterói, v. 2, n. 2, jan./jul. 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina. O “sistema” Abag e a supremacia burguesa no Brasil (1993- 2013). CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael (orgs.). Dimensões do empresariado brasileiro: história, organizações e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. *Texto para Discussão*. Unicamp, IE, Campinas, n. 309, jun. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe.Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. (Ensaios / coordenação Ricardo Musse).

NAKATANI, Paulo; BRAGA, Henrique Pereira. O sistema de crédito moderno. In: MELLO, G.M.C; NAKATANI, P (Orgs.). Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

NETO, Cláudio Pereira de Souza. Democracia em crise no Brasil: valores constitucionais, antagonismo político e dinâmica institucional Cláudio Pereira de Souza Neto - São Paulo: Editora Contracorrente, 2020; Eduerj.

NETO, Martin; DONADONE, Júlio Cesar; DESIDÉRIO, Wellington Afonso. A financeirização das grandes empresas, investidores passivos e mercado de ETFs: o capitalismo do século XXI no Brasil. Revista Tomo, v. 41, p. 278-305, 2022.

NETO, Sydenham Lourenço. Limites do neodesenvolvimentismo petista e as raízes econômicas do *impeachment* de Dilma. In: ALMEIDA, Gelson Rozentino; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). Miragem do Brasil: dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

NETTO, José Paulo Introdução ao estudo do método de Marx - 1.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2017.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de.Macroeconomia da Estagnação Brasileira. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

PERRIN, Fernanda Fagundes. Ovo do Pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.8.2020.tde-16092020-205057. Acesso em: 2023-07-27.

PLIHON, Dominique. As Grandes Empresas Fragilizadas pelas Finanças. In: CHESNAIS, F. (org.) A Finança Mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

POULANTZAS, Nicos. A Crise Das Ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

POULANTZAS, Nicos. Classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019.

SAAD Filho, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brasil: neoliberalismo versus democracia. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTO, Marcos Henrique Espírito; MENDES, Áquilas Nogueira. O fundo público e o capital portador de juros: o papel da dívida pública brasileira no capitalismo contemporâneo. Revista Pesquisa Revista Pesquisa& Debate. & Debate. & Debate. São Paulo. Vol. 27. Número 1 (49). Mar 2016.

SILVA, Nayara Leticia Sartori da. A posição dos banqueiros no processo político brasileiro: análise da CNF, da FEBRABAN e dos principais bancos privados no Brasil (2016 a 2020). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2021.

SINGER, André.O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TOLEDO, Iuri. No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil até 2019. Revista Brasileira de Economia e Sociologia do Trabalho / Brazilian Journal of Socio-Labor Economics, Campinas, v. 2, e020009, 2020. ISSN 2674- 9564.

UBERTI, Guilherme Bratz. A burguesia agrária e o Mercosul nos planejamentos prospectivos dos governos Temer e Bolsonaro. 2022. 234 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Grande do Sul, 2022.

VIEIRA, Rosa Maria. O consenso midiático. *História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo: EDUC, jul./dez. 2007.

FONTES

**10 prioridades para o Plano Safra 23/24.** Frente Parlamentar da Agropecuária, 2023. Disponível em:<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2023/06/PLANO_SAFRA_23_24.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

**A Previdência é mais importante que a eleição.** Época Negócios, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/12/epoca-negocios-a-previdencia-e-mais-importante-que-a-eleicao.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

**ABAG vê sinais de um novo país.** Globo Rural, 15 ago. 2016. Disponível em:<https://globorural.globo.com/Noticias/Economia/noticia/2016/08/abag-ve-sinais-de-um-novo-pais.html>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**ADACHI, V.; MANDL, C.; MARQUES, F.** Um jantar melancólico, como o ano dos bancos. Valor Econômico. São Paulo, 17 dez. 2012. Disponível em:<https://valor.globo.com/financas/noticia/2012/12/17/um-jantar-melancolico-como-o-ano-dos-bancos.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

**AGÊNCIA ESTADO.** CNI reduz de 5,2% para 5% projeção para inflação de 2012. G1, Rio de Janeiro, 12 abr. 2012. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/cni-reduz-de-52-para-5-projecao-para-inflacao-de-2012.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**AGÊNCIA SENADO.** A 'Agenda Brasil', sugerida por Renan Calheiros. Senado Notícias, Brasília, 10 ago.2015. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**ALVARENGA, Darlan.** Economia está indo razoavelmente bem, diz Mantega. G1, Rio de Janeiro, 16 ago. 2013. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/economia-esta-indo-razoavelmente-bem-diz-mantega.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**ANDRADE, Robson Braga de.** Desafios à espera do próximo presidente. *Portal da Indústria*. Disponível em: [**https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/desafios-a-espera-do-proximo-presidente/**](https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/desafios-a-espera-do-proximo-presidente/)**.** Acesso em: 18 nov. 2024.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO RONEGÓCIO (ABAG).** Informativo: 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio – CBA. nº 93, ano 17, jul./ago. 2014. Disponível em:<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Informativo-118-23-08.pdf-final.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**BANCOS querem juros mais baixos, afirma Murilo Portugal, Febraban.** Correio Braziliense, 31 jul. 2019. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/07/31/internas_economia,774647/bancos-querem-juros-mais-baixos-afirma-murilo-portugal-febraban.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2024.

**BARBOSA, Givaldo.** Dilma: Presidente demonstrou disposição para compreender a fundo os problemas do governo, afirmou um empresário. Senado Notícias, Brasília, 24 ago. 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513671/noticia.html?sequence=1&isAllow ed=y. Acesso em: 20 ago. 2024.

**BARROS, Paula.** Neca Setúbal, braço direito de Marina Silva, doa R$ 670 mil para campanha. InfoMoney, São Paulo, 26 ago. 2014. Disponível em: [https://www.infomoney.com.br/politica/neca-setubal-braco-direito-de-marina-silva-doa-r-670- mil-para-campanha/](https://www.infomoney.com.br/politica/neca-setubal-braco-direito-de-marina-silva-doa-r-670-%20mil-para-campanha/). Acesso em: 20 ago. 2024.

**BBC BRASIL.** Mourão na Fiesp: 'População precisa saber que tem também obrigações, e não só direitos'. *BBC Brasil*. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47715967>. Acesso em: 18 nov. 2024.

**BRAGA DE ANDRADE, Robson.** Robson Braga de Andrade é homenageado no Dia da Indústria 2018. Portal da Indústria. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/robson-braga-de-andrade-e-homenageado-no-dia-da-industria-2018/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

**BRASIL 247**. Agronegócio divide-se entre Dilma e Aécio. Brasil 247, 23 out. 2014. Disponível em:<https://www.brasil247.com/poder/agronegocio-divide-se-entre-dilma-e-aecio>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**BRASIL.** Banco Central do Brasil. Taxa de juros básica – histórico. Brasília. Disponível em:<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 07 dez. 2023.

**CANAL RURAL.** CNA quer barrar volta de Kátia Abreu à presidência da entidade. Canal Rural, São Paulo, 13 maio 2016. Disponível em:<https://www.canalrural.com.br/agricultura/cna-quer-barrar-volta-katia-abreu-presidencia-entidade-62070/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**CARTA aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil.** Poder360, abr. 2019. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/05/Copia-Carta-Aberta-ao-Presidente-da-Republica-Federativa-do-Brasil-abril-2019.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

**CASTILHO, Alceu Luís.** Frente Parlamentar da Agropecuária compôs 50% dos votos do impeachment e 51% dos votos para manter Temer. Instituto Humanitas Unisinos (IHU), São Leopoldo, 26 set. 2017. Publicado originalmente por De Olho nos Ruralistas, 25 set. 2017. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/572041-frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para- manter-temer. Acesso em: 20 ago. 2024.

**CNA defende impeachment para retomada da estabilidade econômica e fortalecimento das instituições democráticas.** Agronovas, [s.d.]. Disponível em:<https://www.agronovas.com.br/cna-defende-impeachment-para-retomada-da-estabilidade-economica-e-fortalecimento-das-instituicoes-democraticas/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**CNA defende limite de gastos públicos e equilíbrio das contas do país.** CNA Brasil, 18 out. 2016. Disponível em:<https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-defende-limite-de-gastos-publicos-e-equilibrio-das-contas-do-pais#:~:text=A%20PEC%20241%20pode%20ser%20considerada%20uma,metade%20do%20que%20est%C3%A1%20previsto%20para%202016>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**CNA defende limite de gastos públicos e equilíbrio das contas do país.** Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), 26 out. 2016. Disponível em:<https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-defende-limite-de-gastos-publicos-e-equilibrio-das-contas-do-pais#:~:text=A%20PEC%20241%20pode%20ser%20considerada%20uma,metade%20do%20que%20est%C3%A1%20previsto%20para%202016>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**CNA defende reforma trabalhista para retomada da economia.** Correio Braziliense, 28 mar. 2017. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/03/28/internas_economia,584173/cna-defende-reforma-trabalhista-para-retomada-da-economia.shtml>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**CNI** critica proposta de criação do Ministério da Economia. *Asmetro*, 24 out. 2018. Disponível em:<https://asmetro.org.br/portalsn/2018/10/24/cni-critica-proposta-de-criacao-do-ministerio-da-economia/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

**CNI.** 5 motivos para o Brasil fazer a reforma da Previdência. *Portal da Indústria*. Disponível em: [**https://noticias.portaldaindustria.com.br/listas/5-motivos-para-o-brasil-fazer-a-reforma-da-previdencia/**](https://noticias.portaldaindustria.com.br/listas/5-motivos-para-o-brasil-fazer-a-reforma-da-previdencia/)**.** Acesso em: 18 nov. 2024.

**CNI.** CNI homenageia presidente Michel Temer com Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial. *Portal da Indústria*. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/cni-homenageia-presidente-michel-temer-com-grande-colar-da-ordem-do-merito-industrial/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

**CNI.** Futuro do Brasil de 2019 a 2022 depende de tarefas inadiáveis. *Portal da Indústria*. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/futuro-do-brasil-de-2019-a-2022-depende-de-tarefas-inadiaveis/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

**CONFEDERAÇÃO** DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). CNA decide apoiar o movimento em favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff. CNA Brasil, Brasília, 16 mar. 2016. Disponível em:<https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/cna-decide-apoiar-o-movimento-em-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**CONFEDERAÇÃO** DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). Contribuição Sindical Rural 2013 / Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Brasília, DF: CNA, 2013.

**CONFEDERAÇÃO** DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). Panorama do agro. CNA Brasil, Brasília, fev. 2024. Disponível em:<https://cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**CONFEDERAÇÃO** NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). O que esperamos do próximo presidente (2015-2018). Brasília: Sistema CNA, 2014.

**CONFEDERAÇÃO** NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). 101 propostas para modernização trabalhista. Portal da Indústria, 2013. Disponível em:<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI).** Retratos da sociedade brasileira: Previdência. Indicadores CNI, Ano 5, n. 32, maio 2016. ISSN 2317-7012.

**CONSELHO do Agro debate sobre a reforma trabalhista e novos instrumentos para financiar o setor.** CNA Brasil, 12 jul. 2017. Disponível em:<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/conselho-do-agro-debate-sobre-a-reforma-trabalhista-e-novos-instrumentos-para-financiar-o-setor>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**COSTA, Ana Clara.** Paulo Skaf: A política contaminou a economia brasileira. Veja, São Paulo, 7 dez. 2013. Disponível em:<https://veja.abril.com.br/economia/paulo-skaf-a-politica-contaminou-a-economia-brasileira/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**DEPUTADOS da bancada ruralista se reúnem com Bolsonaro e manifestam apoio ao candidato do PSL.** G1, 10 out. 2018. Disponível em: [https://g1.globo.com/rj/rio-de janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/10/deputados-da-bancada-ruralista-se-reunem-com-bolsonaro-e-manifestam-apoio-ao-candidato-do-psl.ghtml](https://g1.globo.com/rj/rio-de%20janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/10/deputados-da-bancada-ruralista-se-reunem-com-bolsonaro-e-manifestam-apoio-ao-candidato-do-psl.ghtml). Acesso em: 11 nov. 2024.

**DI CUNTO, Raphael; ZAIA, Cristiano.** Sem adversários, Kátia Abreu deve ser reeleita para presidir a CNA. Valor Econômico, Brasília, 11 ago. 2014. Disponível em:<https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/08/11/sem-adversarios-katia-abreu-deve-ser-reeleita-para-presidir-a-cna.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**DIEESE.** Os bancos e a reforma trabalhista: análise dos estudos divulgados pelo Bradesco, Santander e Itaú BBA. Nota Técnica, n. 187, nov. 2017.

**DIMENSÃO da reforma da Previdência está correta, diz presidente do Itaú.** Folha de S.Paulo, 19 fev. 2019. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/dimensao-da-reforma-da-previdencia-esta-correta-diz-presidente-do-itau.shtml>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**DÍVIDA bruta continuará crescendo, avalia Murilo Portugal, da Febraban.** Valor Econômico, 12 set. 2016. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/09/12/divida-bruta-continuara-crescendo-avalia-murilo-portugal-da-febraban.ghtml>. Acesso em: 8 nov. 2024.

**DÍVIDA bruta continuará crescendo, avalia Murilo Portugal, da Febraban.** Valor Econômico, 12 set. 2016. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/09/12/divida-bruta-continuara-crescendo-avalia-murilo-portugal-da-febraban.ghtml>. Acesso em: 8 nov. 2024.

**EM NOTA, CNI tenta corrigir declaração de presidente sobre 80 horas semanais de trabalho.** Jornal Opção, 11 jul. 2016. Disponível em:<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/em-nota-cni-tenta-corrigir-declaracao-de-presidente-sobre-80-horas-semanais-de-trabalho-70242/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

**ESTADÃO CONTEÚDO.** ABAG defende ousadia e investimento no agronegócio. Canal Rural, São Paulo, 8 ago. 2016. Disponível em:<https://www.canalrural.com.br/diversos/abag-defende-ousadia-investimento-agronegocio-63338/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**ESTADÃO CONTEÚDO.** CNA apoia impeachment e diz que Kátia Abreu se afastou do produtor. Gazeta do Povo, Curitiba, 6 abr. 2016. Disponível em:<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/cna-apoia-impeachment-e-diz-que-katia-abreu-se-afastou-do-produtor-5m71z2rgfpn1gdenlnzjh62s4/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**ESTADÃO CONTEÚDO.** Febraban: Temer assume em momento difícil, mas com expectativas positivas. IstoÉ, São Paulo, 12 maio 2016. Disponível em:<https://istoe.com.br/febraban-temer-assume-em-momento-dificil-mas-com-expectativas-positivas/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**ESTADÃO CONTEÚDO.** Neca Setúbal declara apoio a Aécio Neves. Gazeta do Povo, Curitiba, 15 out. 2014. Disponível em:<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/neca-setubal-declara-apoio-a-aecio-neves-eez1hlxwxooeidv5kifdur4um/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**ESTADÃO CONTEÚDO.** Quatro dirigentes do agronegócio assinam manifesto pró-Aécio. Época Negócios, São Paulo, 14 set. 2014. Disponível em:<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/09/quatro-dirigentes-do-agronegocio-assinam-manifesto-pro-aecio.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**ESTADÃO.** ABAG recebe decisão sobre impeachment "muito positivamente". Globo Rural, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em:<https://globorural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/04/abag-recebe-decisao-sobre-impeachment-muito-positivamente.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**ESTADÃO.** Agronegócio: veja os 10 principais estados produtores do Brasil. Estadão, São Paulo, 5 jun. 2023. Disponível em:<https://agro.estadao.com.br/summit-agro/agronegocio-veja-os-10-principais-estados-produtores-do-brasil>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**FEBRABAN diz que reforma da Previdência é essencial para conter dívida.** Valor Econômico, 12 dez. 2017. Disponível em:<https://valor.globo.com/financas/noticia/2017/12/12/febraban-diz-que-reforma-da-previdencia-e-essencial-para-conter-divida.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2024.

**FERREIRA, C.** Abag diz que há 'luz amarela' para setor produtivo. Valor Econômico. São Paulo, 9 ago. 2013. Disponível em:<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2013/08/09/abag-diz-que-ha-luz-amarela-para-setor-produtivo.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

**FIESP reforça críticas ao governo e lista pontos negativos de Temer.** Valor Econômico, 21 jul. 2017. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/07/21/fiesp-reforca-criticas-ao-governo-e-lista-pontos-negativos-de-temer.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**FIESP.** Fiesp e Firjan divulgam nota oficial sobre rebaixamento do grau do Brasil. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, 10 set. 2015. Disponível em:<https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-firjan-divulgam-nota-oficial-sobre-rebaixamento-do-grau-do-brasil/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**FIESP.** Mais de R$ 1 trilhão em 5 anos! Chega de pagar os juros mais altos do mundo, diz Skaf. Disponível em:http://www.fiesp.com.br/noticias/mais-de-r-1-trilhao-em-5-anos-chega-de-pagar-os-juros-mais-altos-do-mundo-diz-skaf/. Acessado em: 22 de nov. 2024.

**FIESP.** Notícia sobre reforma da Previdência. Disponível em:<https://www.fiesp.com.br/mobile/noticias/?id=261873>. Acesso em: 18/11/2024.

**FIESP.** Paulo Skaf recebe bancada do PP e discute prioridade para reforma da Previdência. *FIESP*. Disponível em: [**https://www.fiesp.com.br/sindividro/noticias/paulo-skaf-recebe-bancada-do-pp-e-discute-prioridade-para-reforma-da-previdencia/**](https://www.fiesp.com.br/sindividro/noticias/paulo-skaf-recebe-bancada-do-pp-e-discute-prioridade-para-reforma-da-previdencia/)**.** Acesso em: 18 nov. 2024.

**FILHO, Michel.** Base governista na Câmara sugere áreas para gastos. Senado Notícias, Brasília, 17 mar. 2014. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513671/noticia.html?sequence=1&isAllow ed=y. Acesso em: 20 ago. 2024.

**FOLHA DE S. PAULO.** Entidades divergem sobre alta da Selic; confira repercussão. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 out. 2014. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1540487-entidades-divergem-sobre-alta-da-selic-confira-repercussao.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**FOLHA DE S.PAULO.** Bate-boca no governo é detalhe, diz Benjamin Steinbruch. *Painel S.A.*, 8 abr. 2019. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/04/bate-boca-no-governo-e-detalhe-diz-benjamin-steinbruch.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2024.

**FOLHAPRESS.** A empresários, Temer coloca-se como advogado do setor produtivo. Gazeta do Povo, São Paulo, 28 ago. 2015. Disponível em: [https://www.gazetadopovo.com.br/vida- publica/a-empresarios-temer-coloca-se-como-advogado-do-setor-produtivo-2vkn5azzy9lmu9qddt6sfr4mz/](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-%20publica/a-empresarios-temer-coloca-se-como-advogado-do-setor-produtivo-2vkn5azzy9lmu9qddt6sfr4mz/). Acesso em: 20 ago. 2024.

**FOLHAPRESS.** Governo divulga pacote de ‘bondades’ para indústria com Reintegra permanente. Folhapress, 18 jun. 2014. Disponível em:<https://www.bemparana.com.br/noticias/economia/governo-divulga-pacote-de-bondades-para-industria-com-reintegra-permanente/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**FPA.** Um Congresso Mais Conservador. 25 nov. 2022. Disponível em: https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/11/25/um-congresso-mais-conservador/. Acesso em: 20 nov. 2024.

**FRANCINI, Paulo**. As causas da desconfiança. São Paulo: Carta Capital, 11 abr. 2014. Entrevista concedida a Carlos Drummond. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/revista/793/as-causas-da-desconfianca-9176.html. Acessado em: 22 de nov. 2024.

**G1.** Desoneração da folha reduz custos e aumenta competitividade, diz CNI. G1, Rio de Janeiro, 13 set. 2012. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/desoneracao-da-folha-reduz-custos-e-aumenta-competitividade-diz-cni.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**G1.** Firjan e Fiesp divulgam nota de apoio a apelo de Temer por união. G1, Rio de Janeiro, 5 ago. 2015. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/firjan-e-fiesp-divulgam-nota-de-apoio-apelo-de-temer-por-uniao.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**G1.** Veja repercussão do afastamento de Dilma entre economistas. G1, Rio de Janeiro, 12 maio 2016. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/veja-repercussao-do-afastamento-de-dilma-entre-economistas.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**G1.** Veja repercussão do anúncio da nova equipe econômica. G1, Rio de Janeiro, 27 nov. 2014. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/veja-repercussao-do-anuncio-da-nova-equipe-economica.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**GAZETA DO POVO.** Confederação da Agricultura critica soluções casuísticas do governo Dilma. Gazeta do Povo, Curitiba, 16 mar. 2016. Disponível em:<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/confederacao-da-agricultura-critica-solucoes-casuisticas-do-governo-dilma-137e2a7esgqi1jl4w4mmwk404/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**GESTÃO da FIESP** é privada, não cabe discutir publicamente. Valor Econômico. Disponível em: [https**://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/08/23/gestao-da-fiesp-e-privada-nao-cabe-discutir-publicamente.ghtml**](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/08/23/gestao-da-fiesp-e-privada-nao-cabe-discutir-publicamente.ghtml)**.** Acesso em: 18 nov. 2024.

**GIFFONI, Carlos.** Fiesp culpa governo Dilma pelo fraco desempenho da indústria em 2011. Valor Econômico, São Paulo, 14 dez. 2011. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/12/14/fiesp-culpa-governo-dilma-pelo-fraco-desempenho-da-industria-em-2011.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2024.

**GIFFONI, Carlos.** Um dia após pacote, indústria pede novas medidas em ato em São Paulo. Valor Econômico, São Paulo, 4 abr. 2012. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/04/um-dia-apos-pacote-industria-pede-novas-medidas-em-ato-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**GOVERNO apresenta reforma trabalhista como projeto de lei. O Globo, 23 dez. 2016. Disponível em:** [**https://oglobo.globo.com/economia/governo-apresenta-reforma-trabalhista-como-projeto-de-lei-20682478**](https://oglobo.globo.com/economia/governo-apresenta-reforma-trabalhista-como-projeto-de-lei-20682478)**.** Acesso em: 15 nov. 2024.

**HADDAD,** Fernando. Haddad explica política econômica do governo. Finanças e Tributação, 17 maio 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Gdgug9bPbqM&t=13800s. Acesso em: 19 nov. 2024.

**HENRIQUE Meirelles: explosões no front econômico.** Época Negócios. Disponível em:<https://epoca.globo.com/economia/noticia/2017/07/henrique-meirelles-explosoes-no-front-economico.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

**IBGE** revisa PIB de 2016 para queda menor, de 3,3%. G1, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:<https://gl.globo.com/economia/noticia/2018/11/09/ibge-revisa-pib-de-2016-para-queda-menor-de-33.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2022.

**IDADE mínima e isonomia entre trabalhadores devem ser prioridade na reforma da Previdência, aponta CNI.** Agência de Notícias da Indústria, 7 mar. 2019. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/idade-minima-e-isonomia-entre-trabalhadores-devem-ser-prioridade-na-reforma-da-previdencia-aponta-cni/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

**INDÚSTRIA** apoia campanha 'Todos pela Reforma da Previdência, pro Brasil não quebrar'. Portal da Indústria. Disponível em: [**https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/industria-apoia-campanha-todos-pela-reforma-da-previdencia-pro-brasil-nao-quebrar/**](https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/industria-apoia-campanha-todos-pela-reforma-da-previdencia-pro-brasil-nao-quebrar/)**.** Acesso em: 18 nov. 2024.

**INICIATIVA privada espera medidas duras do governo, diz presidente da CNI.** O Povo, 5 jul. 2016. Disponível em:<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2016/07/iniciativa-privada-espera-medidas-duras-do-governo-diz-presidente-da.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**INSTITUIÇÕES apoiam campanha a favor da reforma da Previdência.** CNA Brasil, 28 mar. 2017. Disponível em:<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/instituicoes-apoiam-campanha-a-favor-da-reforma-da-previdencia>. Acesso em: 8 nov. 2024.

**JOVEM PAN.** Presidente da Fiesp reclama das dificuldades impostas para o setor privado investir no Brasil. Jovem Pan, São Paulo, 19 set. 2014. Disponível em:<https://jovempan.com.br/programas/presidente-da-fiesp-reclama-das-dificuldades-impostas-para-o-setor-privado-investir-no-brasil.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**JUNQUEIRA, Caio.** Cenário econômico vai ajudar reeleição, diz Skaf. Valor Econômico, São Paulo, 27 fev. 2013. Disponível em:<https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/02/27/cenario-economico-vai-ajudar-reeleicao-diz-skaf.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**JUNQUEIRA, Caio.** Ruralistas veem adesão ao governo e se rebelam contra Kátia Abreu. Valor Econômico, Brasília, 12 ago. 2013. Disponível em:<https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/08/12/ruralistas-veem-adesao-ao-governo-e-se-rebelam-contra-katia-abreu.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**LEITÃO, Matheus.** Em carta a deputados, presidente da CNI defende que "é hora de mudar". G1, Rio de Janeiro, 13 abr. 2016. Disponível em:<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/em-carta-deputados-presidente-da-cni-defende-que-e-hora-de-mudar.html> Acesso em: 20 ago. 2024.

**LOBISTAS de bancos, indústrias e transportes: quem está por trás das emendas da reforma trabalhista.** The Intercept Brasil, 26 abr. 2017. Disponível em:<https://www.intercept.com.br/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**LOPES, F.** Escolhas para equipe econômica devem trazer confiança, diz Febraban. Valor Econômico. São Paulo, 27 nov. 2014. Disponível em:<https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/11/27/escolhas-para-equipe-economica-devem-trazer-confianca-diz-febraban.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

**MACHADO, G.** Da população e do PIB às classes sociais e o capital: os motivos de uma sociedade doente. In: Anuário estatístico do ILAESE: trabalho e superexploração. São Paulo, 2019, p. 7-14.

**MACIEL, Alice.** Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. Agência Pública, São Paulo, 25 ago. 2016. Disponível em:<https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/#_>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**MANDL, C.; MARQUES, F.** Balanços mostram queda do spread. Valor Econômico. São Paulo, 26 jul. 2012. Disponível em:<https://valor.globo.com/financas/noticia/2012/07/26/balancos-mostram-queda-do-spread.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

**MANDL, Carolina.** Há muita fervura nas expectativas. Valor Econômico, São Paulo, 2 maio 2014. Disponível em: [https://valor.globo.com/brasil/noticia/2014/05/02/ha-muita-fervura-nas- expectativas.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2014/05/02/ha-muita-fervura-nas-%20expectativas.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024.

**MARTELLO, Alexandro.** Faturamento e atividade da indústria iniciam segundo semestre em queda. G1, Rio de Janeiro, 5 set. 2012. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/faturamento-e-atividade-da-industria-iniciam-segundo-semestre-em-queda.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**MARTINS, Arícia.** Para Mantega, taxa real de juros ideal para o país é de 2% a 3%. Valor Econômico, São Paulo, 03 out. 2011. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/10/03/para-mantega-taxa-real-de-juros-ideal-para-o-pais-e-de-2-a-3.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2024.

**MARTINS, Arícia.** Produção industrial cai na maioria dos setores. Valor Econômico, São Paulo, 3 abr. 2013. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/04/03/producao-industrial-cai-na-maioria-dos-setores.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**MARTINS, Diogo.** Medidas anunciadas pelo governo são insuficientes, diz Fiesp. Valor Econômico, São Paulo, 02 dez. 2011. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/12/02/medidas-anunciadas-pelo-governo-sao-insuficientes-diz-fiesp.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2024.

**MARTINS, Felipe.** CNI pede urgência na reforma da Previdência para garantir recuperação econômica. *El País Brasil*. Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/04/politica/1530727099_691325.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.

**MATOSO, Filipe.** Temer chama empresários para discutir projeto das desonerações. G1, Rio de Janeiro, 17 ago. 2015. Disponível em:<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/temer-chama-empresarios-para-discutir-projeto-das-desoneracoes.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**MENDONÇA, Sônia Regina de.** Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. História e Perspectivas, Uberlândia, n. 32/33, p. 91-132, jan./jul.-ago./dez. 2005.

**NASSIF**, Luis. As perdas do Brasil com obras públicas entregues a estrangeiros. *Jornal GGN*. Disponível em:<https://jornalggn.com.br/internacional/as-perdas-do-brasil-com-obras-publicas-entregues-a-estrangeiros-por-luis-nassif/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

**NOVO regime fiscal é mudança estrutural importante, diz presidente da Febraban.** Agência Câmara de Notícias, 12 set. 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/497914-novo-regime-fiscal-e-mudanca-estrutural-importante-diz-presidente-da-febraban. Acesso em: 13 out. 2024.

**PERES, Leandra.** O aviso foi dado: pedalar faz mal. Valor Econômico, Brasília, 11 dez. 2015. Disponível em:<https://valor.globo.com/eu-e/coluna/o-aviso-foi-dado-pedalar-faz-mal.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**PODER360.** Carta aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil. Abril de 2019. Disponível em:<https://static.poder360.com.br/2019/05/Copia-Carta-Aberta-ao-Presidente-da-Republica-Federativa-do-Brasil-abril-2019.pdf>. Acesso em: 16/11/2024.

**PORTAL DA INDÚSTRIA.** 7 vantagens da reforma da Previdência. Disponível em: [**https://noticias.portaldaindustria.com.br/listas/7-vantagens-da-reforma-da-previdencia/**](https://noticias.portaldaindustria.com.br/listas/7-vantagens-da-reforma-da-previdencia/)**.** Acesso em: 16/11/2024.

**PORTAL DA INDÚSTRIA.** Brasil teria mais de R$ 4 bi para investir se tivesse reformado a Previdência. *Portal da Indústria*. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/brasil-teria-mais-de-r-4-bi-para-investir-se-tivesse-reformado-a-previdencia/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

**PORTAL DA INDÚSTRIA**. Seis em cada dez brasileiros dizem que a reforma da Previdência é necessária, mostra pesquisa da CNI. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/seis-em-cada-dez-brasileiros-dizem-que-a-reforma-da-previdencia-e-necessaria-mostra-pesquisa-da-cni/>. Acesso em: 16/11/2024.

**PORTUGAL defende PEC do teto de gastos com período de longo prazo.** Correio Braziliense, 12 set. 2016. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/09/12/interna_politica,548296/portugal-defende-pec-do-teto-de-gastos-com-periodo-de-longo-prazo.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2024.

**PORTUGAL, Murilo.** Apresentação sobre a PEC 241/2016 - Novo Regime Fiscal. Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), 2016. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-241-2016-novo-regime-fiscal/documentos/audiencias-publicas/MuriloPortugalFEBRABANApresentao.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

**PREVIDÊNCIA é a mãe de todas as reformas, diz presidente do Bradesco.** Época Negócios, 6 dez. 2017. Disponível em:<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/12/previdencia-e-mae-de-todas-reformas-diz-presidente-do-bradesco.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

**PROCESSOS trabalhistas contra bancos caem até 50% após reforma.** Valor Econômico, 19 mar. 2019. Disponível em:<https://valor.globo.com/financas/noticia/2019/03/19/processos-trabalhistas-contra-bancos-caem-ate-50-apos-reforma.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2024.

**PROJETO de Lei nº 6787/2016 – Reforma Trabalhista: Reunião 0062/17 de 09/03/17.** Câmara dos Deputados, 9 mar. 2017. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque/projeto-de-lei-no-6787-2016-reforma-trabalhista/reuniao-0062-17-de-090317>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**PROJETO de Lei nº 6787/2016 – Reforma Trabalhista: Reunião 0062/17 de 09/03/17.** Câmara dos Deputados, 9 mar. 2017. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque/projeto-de-lei-no-6787-2016-reforma-trabalhista/reuniao-0062-17-de-090317>. Acesso em: 16 nov. 2024.

**PROJETO de Lei nº 6787/2016 – Reforma Trabalhista: Reunião 0076/17 de 14/03/17.** Câmara dos Deputados, 14 mar. 2017. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque/projeto-de-lei-no-6787-2016-reforma-trabalhista/reuniao-0076-17-de-140317>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**REFORMA da Previdência beneficiará toda a sociedade, avalia CNI.** Agência de Notícias da Indústria, 12 fev. 2019. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/leis-e-normas/reforma-da-previdencia-beneficiara-toda-a-sociedade-avalia-cni/#:~:text=A%20CNI%20destaca%20que%20o,Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB)>. Acesso em: 15 nov. 2024.

**REFORMA da Previdência beneficiará toda a sociedade, avalia CNI.** Agência de Notícias da Indústria, 12 fev. 2019. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/leis-e-normas/reforma-da-previdencia-beneficiara-toda-a-sociedade-avalia-cni/#:~:text=A%20CNI%20destaca%20que%20o,Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB)>. Acesso em: 15 nov. 2024.

**REFORMA da Previdência é crucial para criar empregos, estimular o crescimento e ampliar investimentos**. *Portal da Indústria*. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/leis-e-normas/reforma-da-previdencia-e-crucial-para-criar-empregos-estimular-o-crescimento-e-ampliar-investimentos/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

**REFORMAR para competir.** Anais do 16º Congresso Brasileiro do Agronegócio, São Paulo: ABAG, 2017. Disponível em:<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2017/08/anais-16o-cba-2017-reformar-para-competir.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

**RELATOR defende reforma da Previdência como essencial para o equilíbrio fiscal.** Senado Federal, 11 jul. 2019. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/568774/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 nov. 2024.

**RESENDE, Thiago; SOUSA, Yvna; EXMAN, Fernando.** Medidas não resolvem o problema da competitividade no país, diz Fiesp. Valor Econômico, São Paulo, 3 abr. 2012. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/03/medidas-nao-resolvem-o-problema-da-competitividade-no-pais-diz-fiesp.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**REUTERS.** Turbulência no Brasil está arrastando economia, diz CEO do Itaú. G1, Rio de Janeiro, 16 mar. 2016. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/turbulencia-no-brasil-esta-arrastando-economia-diz-ceo-do-itau-20160316095005561488.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**RODRIGUES, Fernando.** Sucesso de Dilma deteriora economia, diz Santander a clientes ricos. UOL Blogosfera, São Paulo, 25 jul. 2014. Disponível em:<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/07/25/sucesso-de-dilma-deteriora-economia-diz-santander-a-clientes-ricos/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**ROSSI, Marina; OLIVEIRA, Regiane; HAIDAR, Daniel.** Como os grandes bancos escaparam da Lava Jato. El País Brasil, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2019. Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/16/politica/1565978687_974717.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**SADI, Andreia; CRUZ, Valdo.** Dilma recebe empresários para jantar e desagrada aliados de Temer. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 ago. 2015. Disponível em: [https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1673792-dilma-recebe-empresarios-para-jantar-e- desagrada-aliados-de-temer.shtml](https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1673792-dilma-recebe-empresarios-para-jantar-e-%20desagrada-aliados-de-temer.shtml). Acesso em: 20 ago. 2024.

**SALOMÃO, Alexa; GRINBAUM, Ricardo.** Empresários fazem jantar de apoio a Levy. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 set. 2015. Disponível em:<https://www.estadao.com.br/economia/empresarios-fazem-jantar-de-apoio-a-levy/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**SANCHES, Mariana.** Fiesp e Ciesp apoiarão impeachment da presidente Dilma. O Globo, Rio de Janeiro, 14 dez. 2015. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/politica/fiesp-ciesp-apoiarao-impeachment-da presidente-dilma-18293920](https://oglobo.globo.com/politica/fiesp-ciesp-apoiarao-impeachment-da%20presidente-dilma-18293920). Acesso em: 20 ago. 2024.

**SIMÃO, E.; ALVES, M. R.** 'Spread depende de contraparte do governo'. Valor Econômico. Brasília, 11 abr. 2012. Disponível em:<https://valor.globo.com/financas/noticia/2012/04/11/spread-depende-de-contraparte-do-governo.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

**SISTEMA CNA apoia reforma da Previdência e agenda legislativa para o agro.** CNA Brasil, 4 abr. 2019. Disponível em:<https://cna-portal-2022new.dotgroup.com.br/noticias/sistema-cna-apoia-reforma-da-previdencia-e-agenda-legislativa-para-o-agro>. Acesso em: 11 nov. 2024.

**SKAF, Paulo.** “Não é hora de subir os juros”. CIESP Campinas, Campinas, 29 ago. 2013. Disponível em:<https://www.ciespcampinas.org.br/site/noticias/339/2013/08/skaf:-%E2%80%9Cnao-e-hora-de-subir-os-juros%E2%80%9D/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**SKAF, Paulo.** Cinco vezes Dilma. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 mai. 2012. Disponível em:<https://www.estadao.com.br/economia/cinco-vezes-dilma-imp/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**SKAF, Paulo.** Entendendo a Reforma Trabalhista. In: SEBRAE-SP. *Revista Leis e Normas*, p. 3, 2017.

**SORAGGI, Bruno B.** Cansei de reclamar dos políticos, não adianta, diz Paulo Skaf em entrevista. Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 set. 2014. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/09/1511143-cansei-de-reclamar-dos-politicos- nao-adianta-diz-paulo-skaf-em-entrevista.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/09/1511143-cansei-de-reclamar-dos-politicos-%20nao-adianta-diz-paulo-skaf-em-entrevista.shtml). Acesso em: 20 ago. 2024.

**SOU PRODUTOR RURAL, não entendo de greve", diz presidente da CNA.** Globo Rural, 28 abr. 2017. Disponível em: [ttps://globorural.globo.com/Noticias/Politica-e-negocios/noticia/2017/04/globo-rural-sou-produtor-rural-nao-entendo-de-greve-diz-presidente-da-cna.html](https://globorural.globo.com/Noticias/Politica-e-negocios/noticia/2017/04/globo-rural-sou-produtor-rural-nao-entendo-de-greve-diz-presidente-da-cna.html). Acesso em: 2 nov. 2024.

**SOUSA, Yvna; EXMAN, Fernando; RESENDE, Thiago.** Medidas mostram que governo não está indiferente à indústria, diz CNI. G1, Rio de Janeiro, 3 abr. 2012. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/medidas-mostram-que-governo-nao-esta- indiferente-a-industria-diz-cni.html](https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/medidas-mostram-que-governo-nao-esta-%20indiferente-a-industria-diz-cni.html). Acesso em: 20 ago. 2024.

**STEINBRUCH, Benjamin.** Cara nova. Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 out. 2014. Disponível em:<https://m.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/10/1528534-cara-nova.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**STEINBRUCH, Benjamin.** É possível fazer reforma da Previdência sem mexer com direitos. *Folha de S.Paulo*, 12 set. 2016. Disponível em:<https://m.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2016/09/1814978-e-possivel-fazer-reforma-da-previdencia-sem-mexer-com-direitos.shtml>. Acesso em: 9 nov. 2024.

**STEINBRUCH, Benjamin.** País diferente. Folha de S. Paulo, São Paulo, 9 out. 2012. Disponível em: [https://m.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2012/10/1166305-pais- diferente.shtml](https://m.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2012/10/1166305-pais-%20diferente.shtml). Acesso em: 20 ago. 2024.

**STEINBRUCH, Benjamin.** Recessão para quê? Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 fev. 2014. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/02/1417324- recessao-para-que.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/02/1417324-%20recessao-para-que.shtml). Acesso em: 20 ago. 2024.

**SUL21.** Presidente do maior banco do país abre voto para Marina. Sul21, Porto Alegre, 4 set. 2014. Disponível em:<https://sul21.com.br/ta-na-rede/2014/09/presidente-do-maior-banco-do-pais-abre-voto-para-marina/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**TAQUARI, Fernando.** Fiesp reúne empresários para jantar com Temer em SP. Valor Econômico, São Paulo, 28 ago. 2015. Disponível em:<https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/08/28/fiesp-reune-empresarios-para-jantar-com-temer-em-sp.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**TAQUARI, Fernando.** Fiesp reúne empresários para jantar com Temer em SP. Valor Econômico, São Paulo, 28 ago. 2015. Disponível em: [https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/08/28/fiesp-reune-empresarios-para-jantar-com- temer-em-sp.ghtml](https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/08/28/fiesp-reune-empresarios-para-jantar-com-%20temer-em-sp.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024.

**TEMER e Skaf conversam sobre teto dos gastos públicos.** Exame, 28 out. 2016. Disponível em:<https://exame.com/economia/temer-e-skaf-conversam-sobre-teto-dos-gastos-publicos/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

**TEMOS que ter sustentabilidade fiscal para baixar os juros no Brasil, diz Ana Botín, presidente do Santander.** Época Negócios, 6 maio 2019. Disponível em:<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2019/05/temos-que-ter-sustentabilidade-fiscal-para-baixar-os-juros-no-brasil-diz-ana-botin-presidente-do-santander.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.** Desenvolvimento econômico. Disponível em:<https://sites.tcu.gov.br/desenvolvimento-nacional/desenvolvimento_economico.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**TROSTER, Roberto L.** A neodependência e o imobilismo. Valor Econômico, São Paulo, 19 jul. 2013. Disponível em: [https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-neodependencia-e-o- imobilismo.ghtml](https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-neodependencia-e-o-%20imobilismo.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024.

**UOL.** Juntos, Itaú e Bradesco doaram R$ 10,2 milhões para partidos nas eleições. UOL Notícias, São Paulo, 5 nov. 2014. Disponível em:<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/05/juntos-itau-e-bradesco-doaram-r-102-milhoes-para-partidos-nas-eleicoes.htm>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**UOL.** Leia a transcrição da entrevista de Murilo Portugal ao UOL e à Folha. UOL Notícias, Brasília, 10 maio 2014. Disponível em:<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/05/10/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-murilo-portugal-ao-uol-e-a-folha.htm>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**VALENTINA.** Indústria diz que redução da Selic contribui para enfrentar crise. Valor Econômico, São Paulo, 31 ago. 2011. Disponível em:<https://valor.globo.com/financas/noticia/2011/08/31/industria-diz-que-reducao-da-selic-contribui-para-enfrentar-crise.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2024.

**VALOR ECONÔMICO.** BC acertou ao manter o processo de redução da Selic, diz a Fiesp. Valor Econômico, São Paulo, 10 out. 2012. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/10/10/bc-acertou-ao-manter-o-processo-de-reducao-da-selic-diz-a-fiesp.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**VALOR ON-LINE.** Entidades empresariais: decisão de manter a Selic em 7,25% é coerente. G1, Rio de Janeiro, 3 jun. 2013. Disponível em:<https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/entidades-empresariais-decisao-de-manter-a-selic-em-725-e-coerente.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**VEIGA FILHO, L.** Teste de eficiência. Valor Econômico, 05 ago. 2013. Disponível em:<https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/11/27/escolhas-para-equipe-economica-devem-trazer-confianca-diz-febraban.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

**VENCESLAU, Pedro.** "Esperamos ajuste sem aumento de impostos". O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 abr. 2016. Disponível em:<https://www.estadao.com.br/politica/esperamos-ajuste-sem-aumento-de-impostos/>. Acesso em: 20 ago. 2024

**VILLAVERDE, J.** Banco privado deve demorar a entrar no programa. Valor Econômico, 25 ago. 2011. Disponível em:<https://valor.globo.com/financas/noticia/2011/08/25/banco-privado-deve-demorar-a-entrar-no-programa.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023.

**VIZIA, Bruno de.** Para Fiesp, plano Brasil Maior é início correto. Valor Econômico, São Paulo, 02 ago. 2011. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/08/02/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-inicio-correto.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2024.

**ZANINI, Fábio.** Atuação de Moro na Lava Jato foi um marco e sem parcialidade, diz empresário. Folha de S.Paulo, São Paulo, 30 jul. 2019. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/atuacao-de-moro-na-lava-jato-foi-um-marco-e- sem-parcialidade-diz-empresario.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/atuacao-de-moro-na-lava-jato-foi-um-marco-e-%20sem-parcialidade-diz-empresario.shtml). Acesso em: 20 ago. 2024.

1. **JORNAIS em 2021: impresso cai 13%, digital sobe 6%.** Poder360, 26 abr. 2021. Disponível em:<https://www.poder360.com.br/economia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

   **TOP 10 veículos pesquisados em 2024.** PressManager, 2024. Disponível em:<https://www.pressmanager.com.br/top-10-veiculos-pesquisados-em-2024/>. Acesso em: 24 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-0)
2. Nesse contexto, é importante mencionar a significativa participação do grupo bancário espanhol Santander nesse processo. [↑](#footnote-ref-1)
3. Deixamos essa afirmação de Boito, contudo, ela é contestável. Junior e Nobre (2021, p. 95) afirmam que as empresas de construção civil envolvidas estavam entre as líderes do setor, e que possuíam considerável know- how na área de engenharia, além do fato de que exportavam serviços para fora do país. [↑](#footnote-ref-2)
4. “Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão "Banco.” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1994). [↑](#footnote-ref-3)
5. **10 prioridades para o Plano Safra 23/24.** Frente Parlamentar da Agropecuária, 2023. Disponível em:<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2023/06/PLANO_SAFRA_23_24.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-4)
6. MEIRELES apud Mariano (2017, p. 262-263). [↑](#footnote-ref-5)
7. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Contas do Presidente da República: Dívida Pública. [Brasília]: Tribunal de Contas da União 2020. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2020/03- conjuntura-economica-divida.html>. Acesso em: 25/07/2023. [↑](#footnote-ref-6)
8. Bianchi (2010) também analisa esse processo, estudando o complexo Fiesp-Ciesp, e destaca que as eleições de 1992 para a presidência da entidade mostraram que havia divergências de interesses no interior do empresariado industrial. O processo de abertura econômica, gerando processos correlatos de desindustrialização e desnacionalização promoveram uma alteração na correlação de forças no interior da própria burguesia, forçando também uma reorganização da indústria. Diversos setores industriais eram críticos a esse processo. [↑](#footnote-ref-7)
9. Para uma análise minuciosa da reforma após a aprovação no Senado Federal, ver: DIEESE. PEC 6/2019: como ficou a Previdência depois da aprovação da reforma no Senado Federal. Nota Técnica, n. 214. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec214ReformaPrevidenciaAprovada.html>>. Acesso em: jul. de 2023. [↑](#footnote-ref-8)
10. **BRASIL.** Banco Central do Brasil. Taxa de juros básica – histórico. Brasília. Disponível em:

    <https://[www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>.](http://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros) Acesso em: 07/12/2023. [↑](#footnote-ref-9)
11. **VIZIA, Bruno de.** Para Fiesp, plano Brasil Maior é início correto. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 ago. 2011. Disponível em: [https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/08/02/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-inicio-](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/08/02/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-inicio-correto.ghtml) [correto.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/08/02/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-inicio-correto.ghtml). Acesso em: 17 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-10)
12. **VALENTINA.** Indústria diz que redução da Selic contribui para enfrentar crise. *Valor Econômico*, São Paulo, 31 ago. 2011. Disponível em: [https://valor.globo.com/financas/noticia/2011/08/31/industria-diz-que-reducao-da-selic-](https://valor.globo.com/financas/noticia/2011/08/31/industria-diz-que-reducao-da-selic-contribui-para-enfrentar-crise.ghtml) [contribui-para-enfrentar-crise.ghtml](https://valor.globo.com/financas/noticia/2011/08/31/industria-diz-que-reducao-da-selic-contribui-para-enfrentar-crise.ghtml). Acesso em: 17 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-11)
13. **MARTINS, Diogo.** Medidas anunciadas pelo governo são insuficientes, diz Fiesp. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 dez. 2011. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/12/02/medidas-anunciadas-pelo-governo-sao-insuficientes-diz-fiesp.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-12)
14. **GIFFONI, Carlos.** Fiesp culpa governo Dilma pelo fraco desempenho da indústria em 2011. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 dez. 2011. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/12/14/fiesp-culpa-governo-dilma-pelo-fraco-desempenho-da-industria-em-2011.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-13)
15. **RESENDE, Thiago; SOUSA, Yvna; EXMAN, Fernando.** Medidas não resolvem o problema da competitividade no país, diz Fiesp. *Valor Econômico*, São Paulo, 3 abr. 2012. Disponível em: [https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/03/medidas-nao-resolvem-o-problema-da-competitividade-no-pai-](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/03/medidas-nao-resolvem-o-problema-da-competitividade-no-pais-diz-fiesp.ghtml) [diz-fiesp.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/03/medidas-nao-resolvem-o-problema-da-competitividade-no-pais-diz-fiesp.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-14)
16. **GIFFONI, Carlos.** Um dia após pacote, indústria pede novas medidas em ato em São Paulo. *Valor Econômico*, São Paulo, 4 abr. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/04/um-dia-apos-pacote-industria-pede-novas-medidas-em-ato-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-15)
17. **AGÊNCIA ESTADO.** CNI reduz de 5,2% para 5% projeção para inflação de 2012. *G1*, Rio de Janeiro, 12 abr. 2012. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/cni-reduz-de-52-para-5-projecao-para-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/cni-reduz-de-52-para-5-projecao-para-inflacao-de-2012.html) [inflacao-de-2012.html](https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/cni-reduz-de-52-para-5-projecao-para-inflacao-de-2012.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-16)
18. **SOUSA, Yvna; EXMAN, Fernando; RESENDE, Thiago.** Medidas mostram que governo não está indiferente à indústria, diz CNI. *G1*, Rio de Janeiro, 3 abr. 2012. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/medidas-mostram-que-governo-nao-esta-indiferente-a-industria-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/medidas-mostram-que-governo-nao-esta-indiferente-a-industria-diz-cni.html) [diz-cni.html](https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/medidas-mostram-que-governo-nao-esta-indiferente-a-industria-diz-cni.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-17)
19. **SKAF, Paulo.** Cinco vezes Dilma. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 mai. 2012. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/cinco-vezes-dilma-imp/>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-18)
20. **MARTELLO, Alexandro.** Faturamento e atividade da indústria iniciam segundo semestre em queda. *G1*, Rio de Janeiro, 5 set. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/faturamento-e-atividade-da-industria-iniciam-segundo-semestre-em-queda.html>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-19)
21. **G1.** Desoneração da folha reduz custos e aumenta competitividade, diz CNI. *G1*, Rio de Janeiro, 13 set. 2012. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/desoneracao-da-folha-reduz-custos-e-aumenta-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/desoneracao-da-folha-reduz-custos-e-aumenta-competitividade-diz-cni.html) [competitividade-diz-cni.html](https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/desoneracao-da-folha-reduz-custos-e-aumenta-competitividade-diz-cni.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-20)
22. **STEINBRUCH, Benjamin.** País diferente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 out. 2012. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2012/10/1166305-pais-diferente.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-21)
23. **VALOR.** BC acertou ao manter o processo de redução da Selic, diz a Fiesp. *Valor Econômico*, São Paulo, 10 out. 2012. Disponível em: [https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/10/10/bc-acertou-ao-manter-o-processo-de-](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/10/10/bc-acertou-ao-manter-o-processo-de-reducao-da-selic-diz-a-fiesp.ghtml) [reducao-da-selic-diz-a-fiesp.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/10/10/bc-acertou-ao-manter-o-processo-de-reducao-da-selic-diz-a-fiesp.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-22)
24. **JUNQUEIRA, Caio.** Cenário econômico vai ajudar reeleição, diz Skaf. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 fev. 2013. Disponível em: [https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/02/27/cenario-economico-vai-ajudar-reeleicao-](https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/02/27/cenario-economico-vai-ajudar-reeleicao-diz-skaf.ghtml) [diz-skaf.ghtml](https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/02/27/cenario-economico-vai-ajudar-reeleicao-diz-skaf.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-23)
25. **VALOR ON-LINE.** Entidades empresariais: decisão de manter a Selic em 7,25% é coerente. *G1*, Rio de Janeiro, 3 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/entidades-empresariais-decisao-de-manter-a-selic-em-725-e-coerente.html>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-24)
26. **MARTINS, Arícia.** Produção industrial cai na maioria dos setores. *Valor Econômico*, São Paulo, 3 abr. 2013. Disponível em: [https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/04/03/producao-industrial-cai-na-maioria-dos-](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/04/03/producao-industrial-cai-na-maioria-dos-setores.ghtml) [setores.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/04/03/producao-industrial-cai-na-maioria-dos-setores.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-25)
27. **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.** Desenvolvimento econômico. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/desenvolvimento-nacional/desenvolvimento_economico.html>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-26)
28. **SORAGGI, Bruno B.** Cansei de reclamar dos políticos, não adianta, diz Paulo Skaf em entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 set. 2014. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/09/1511143-cansei-](https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/09/1511143-cansei-de-reclamar-dos-politicos-nao-adianta-diz-paulo-skaf-em-entrevista.shtml) [de-reclamar-dos-politicos-nao-adianta-diz-paulo-skaf-em-entrevista.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/09/1511143-cansei-de-reclamar-dos-politicos-nao-adianta-diz-paulo-skaf-em-entrevista.shtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-27)
29. **SKAF, Paulo.** “Não é hora de subir os juros”. *CIESP Campinas*, Campinas, 29 ago. 2013. Disponível em: https://www.ciespcampinas.org.br/site/noticias/339/2013/08/skaf:-%E2%80%9Cnao-e-hora-de-subir-os- juros%E2%80%9D/. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-28)
30. 21 idem. [↑](#footnote-ref-29)
31. **ALVARENGA, Darlan.** Economia está indo razoavelmente bem, diz Mantega. *G1*, Rio de Janeiro, 16 ago. 2013. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/economia-esta-indo-razoavelmente-bem-diz-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/economia-esta-indo-razoavelmente-bem-diz-mantega.html) [mantega.html](https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/economia-esta-indo-razoavelmente-bem-diz-mantega.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-30)
32. **FOLHAPRESS.** Governo divulga pacote de ‘bondades’ para indústria com Reintegra permanente. *Folhapress*, 18 jun. 2014. Disponível em: [https://www.bemparana.com.br/noticias/economia/governo-divulga-pacote-de-](https://www.bemparana.com.br/noticias/economia/governo-divulga-pacote-de-bondades-para-industria-com-reintegra-permanente/)

    [bondades-para-industria-com-reintegra-permanente/](https://www.bemparana.com.br/noticias/economia/governo-divulga-pacote-de-bondades-para-industria-com-reintegra-permanente/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-31)
33. **STEINBRUCH, Benjamin.** Recessão para quê? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 fev. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/02/1417324-recessao-para-que.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-32)
34. **FOLHA DE S. PAULO.** Entidades divergem sobre alta da Selic; confira repercussão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 out. 2014. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1540487-entidades-](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1540487-entidades-divergem-sobre-alta-da-selic-confira-repercussao.shtml) [divergem-sobre-alta-da-selic-confira-repercussao.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1540487-entidades-divergem-sobre-alta-da-selic-confira-repercussao.shtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-33)
35. idem [↑](#footnote-ref-34)
36. **STEINBRUCH, Benjamin.** Cara nova. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 out. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/10/1528534-cara-nova.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-35)
37. **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI).** 101 propostas para modernização trabalhista. *Portal da Indústria*, 2013. Disponível em: [https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-](https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/) [para-modernizacao-trabalhista/](https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-36)
38. **STEINBRUCH, Benjamin.** Cara nova. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 out. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2014/10/1528534-cara-nova.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-37)
39. **MACHADO, G.** Da população e do PIB às classes sociais e o capital: os motivos de uma sociedade doente. In: Anuário estatístico do ILAESE: trabalho e superexploração. São Paulo, 2019, p. 7-14. [↑](#footnote-ref-38)
40. **G1.** Firjan e Fiesp divulgam nota de apoio a apelo de Temer por união. *G1*, Rio de Janeiro, 5 ago. 2015. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/firjan-e-fiesp-divulgam-nota-de-apoio-apelo-de-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/firjan-e-fiesp-divulgam-nota-de-apoio-apelo-de-temer-por-uniao.html) [temer-por-uniao.html](https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/firjan-e-fiesp-divulgam-nota-de-apoio-apelo-de-temer-por-uniao.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-39)
41. **MATOSO, Filipe.** Temer chama empresários para discutir projeto das desonerações. *G1*, Rio de Janeiro, 17 ago. 2015. Disponível em: [https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/temer-chama-empresarios-para-discutir-projeto-](https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/temer-chama-empresarios-para-discutir-projeto-das-desoneracoes.html) [das-desoneracoes.html](https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/temer-chama-empresarios-para-discutir-projeto-das-desoneracoes.html). Acesso em: 20 ago. 2024.

    **TAQUARI, Fernando.** Fiesp reúne empresários para jantar com Temer em SP. *Valor Econômico*, São Paulo, 28 ago. 2015. Disponível em: [https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/08/28/fiesp-reune-empresarios-para-jantar-](https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/08/28/fiesp-reune-empresarios-para-jantar-com-temer-em-sp.ghtml) [com-temer-em-sp.ghtml](https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/08/28/fiesp-reune-empresarios-para-jantar-com-temer-em-sp.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-40)
42. **BARBOSA, Givaldo.** Dilma: Presidente demonstrou disposição para compreender a fundo os problemas do governo, afirmou um empresário. *Senado Notícias*, Brasília, 24 ago. 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513671/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-41)
43. **SADI, Andreia; CRUZ, Valdo.** Dilma recebe empresários para jantar e desagrada aliados de Temer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 ago. 2015. Disponível em: [https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1673792-dilma-recebe-](https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1673792-dilma-recebe-empresarios-para-jantar-e-desagrada-aliados-de-temer.shtml) [empresarios-para-jantar-e-desagrada-aliados-de-temer.shtml](https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1673792-dilma-recebe-empresarios-para-jantar-e-desagrada-aliados-de-temer.shtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-42)
44. **AGÊNCIA SENADO.** A 'Agenda Brasil', sugerida por Renan Calheiros. *Senado Notícias*, Brasília, 10 ago. 2015. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros) [calheiros](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-43)
45. **FILHO, Michel.** Base governista na Câmara sugere áreas para gastos. *Senado Notícias*, Brasília, 17 mar. 2014. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513671/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-44)
46. **TAQUARI, Fernando.** Fiesp reúne empresários para jantar com Temer em SP. *Valor Econômico*, São Paulo, 28 ago. 2015. Disponível em: [https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/08/28/fiesp-reune-empresarios-para-jantar-](https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/08/28/fiesp-reune-empresarios-para-jantar-com-temer-em-sp.ghtml) [com-temer-em-sp.ghtml](https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/08/28/fiesp-reune-empresarios-para-jantar-com-temer-em-sp.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024.

    **FOLHAPRESS.** A empresários, Temer coloca-se como advogado do setor produtivo. *Gazeta do Povo*, São Paulo, 28 ago. 2015. Disponível em: [https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/a-empresarios-temer-coloca-se-](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/a-empresarios-temer-coloca-se-como-advogado-do-setor-produtivo-2vkn5azzy9lmu9qddt6sfr4mz/)

    [como-advogado-do-setor-produtivo-2vkn5azzy9lmu9qddt6sfr4mz/](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/a-empresarios-temer-coloca-se-como-advogado-do-setor-produtivo-2vkn5azzy9lmu9qddt6sfr4mz/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-45)
47. **SALOMÃO, Alexa; GRINBAUM, Ricardo.** Empresários fazem jantar de apoio a Levy. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 set. 2015. Disponível em: [https://www.estadao.com.br/economia/empresarios-fazem-jantar-de-apoio-](https://www.estadao.com.br/economia/empresarios-fazem-jantar-de-apoio-a-levy/) [a-levy/](https://www.estadao.com.br/economia/empresarios-fazem-jantar-de-apoio-a-levy/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-46)
48. **FIESP.** Fiesp e Firjan divulgam nota oficial sobre rebaixamento do grau do Brasil. *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 set. 2015. Disponível em: [https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-firjan-](https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-firjan-divulgam-nota-oficial-sobre-rebaixamento-do-grau-do-brasil/) [divulgam-nota-oficial-sobre-rebaixamento-do-grau-do-brasil/](https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-firjan-divulgam-nota-oficial-sobre-rebaixamento-do-grau-do-brasil/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-47)
49. **SANCHES, Mariana.** Fiesp e Ciesp apoiarão *impeachment* da presidente Dilma. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 dez. 2015. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/politica/fiesp-ciesp-apoiarao-impeachment-da-presidente-](https://oglobo.globo.com/politica/fiesp-ciesp-apoiarao-impeachment-da-presidente-dilma-18293920) [dilma-18293920](https://oglobo.globo.com/politica/fiesp-ciesp-apoiarao-impeachment-da-presidente-dilma-18293920). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-48)
50. **LEITÃO, Matheus.** Em carta a deputados, presidente da CNI defende que "é hora de mudar". *G1*, Rio de Janeiro, 13 abr. 2016. Disponível em: [https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/em-carta-deputados-](https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/em-carta-deputados-presidente-da-cni-defende-que-e-hora-de-mudar.html) [presidente-da-cni-defende-que-e-hora-de-mudar.html](https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/em-carta-deputados-presidente-da-cni-defende-que-e-hora-de-mudar.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-49)
51. **MACIEL, Alice.** Como as federações empresariais se articularam pelo *impeachment*. *Agência Pública*, São Paulo, 25 ago. 2016. Disponível em: [https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-](https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/#_) [pelo-impeachment/#\_](https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/#_). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-50)
52. **VENCESLAU, Pedro.** "Esperamos ajuste sem aumento de impostos". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/esperamos-ajuste-sem-aumento-de-impostos/>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-51)
53. **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA).** Panorama do agro. *CNA*

    *Brasil*, Brasília, fev. 2024. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-52)
54. **JUNQUEIRA, Caio.** Ruralistas veem adesão ao governo e se rebelam contra Kátia Abreu. *Valor Econômico*, Brasília, 12 ago. 2013. Disponível em: [https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/08/12/ruralistas-veem-adesao-](https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/08/12/ruralistas-veem-adesao-ao-governo-e-se-rebelam-contra-katia-abreu.ghtml) [ao-governo-e-se-rebelam-contra-katia-abreu.ghtml](https://valor.globo.com/politica/noticia/2013/08/12/ruralistas-veem-adesao-ao-governo-e-se-rebelam-contra-katia-abreu.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-53)
55. **BRASIL 247.** Agronegócio divide-se entre Dilma e Aécio. *Brasil 247*, 23 out. 2014. Disponível em:

    <https://www.brasil247.com/poder/agronegocio-divide-se-entre-dilma-e-aecio>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-54)
56. idem. [↑](#footnote-ref-55)
57. **ESTADÃO CONTEÚDO.** Quatro dirigentes do agronegócio assinam manifesto pró-Aécio. *Época Negócios*, São Paulo, 14 set. 2014. Disponível em: [https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/09/quatro-](https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/09/quatro-dirigentes-do-agronegocio-assinam-manifesto-pro-aecio.html) [dirigentes-do-agronegocio-assinam-manifesto-pro-aecio.html](https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/09/quatro-dirigentes-do-agronegocio-assinam-manifesto-pro-aecio.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-56)
58. **DI CUNTO, Raphael; ZAIA, Cristiano.** Sem adversários, Kátia Abreu deve ser reeleita para presidir a CNA. *Valor Econômico*, Brasília, 11 ago. 2014. Disponível em: [https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/08/11/sem-](https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/08/11/sem-adversarios-katia-abreu-deve-ser-reeleita-para-presidir-a-cna.ghtml) [adversarios-katia-abreu-deve-ser-reeleita-para-presidir-a-cna.ghtml](https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/08/11/sem-adversarios-katia-abreu-deve-ser-reeleita-para-presidir-a-cna.ghtml). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-57)
59. **ESTADÃO.** Agronegócio: veja os 10 principais estados produtores do Brasil. *Estadão*, São Paulo, 5 jun. 2023. Disponível em: [https://agro.estadao.com.br/summit-agro/agronegocio-veja-os-10-principais-estados-produtores-do-](https://agro.estadao.com.br/summit-agro/agronegocio-veja-os-10-principais-estados-produtores-do-brasil) [brasil](https://agro.estadao.com.br/summit-agro/agronegocio-veja-os-10-principais-estados-produtores-do-brasil). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-58)
60. **BRASIL 247.** Agronegócio divide-se entre Dilma e Aécio. *Brasil 247*, 23 out. 2014. Disponível em:

    <https://www.brasil247.com/poder/agronegocio-divide-se-entre-dilma-e-aecio>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-59)
61. **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA).** O que

    esperamos do próximo presidente (2015-2018). Brasília: Sistema CNA, 2014. [↑](#footnote-ref-60)
62. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG).** Informativo: 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio – CBA. nº 93, ano 17, jul./ago. 2014. Disponível em: [https://abag.com.br/wp-](https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Informativo-118-23-08.pdf-final.pdf) [content/uploads/2022/08/Informativo-118-23-08.pdf-final.pdf](https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Informativo-118-23-08.pdf-final.pdf). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-61)
63. **GAZETA DO POVO.** Confederação da Agricultura critica soluções casuísticas do governo Dilma. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 mar. 2016. Disponível em: [https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/confederacao-da-agricultura-critica-solucoes-](https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/confederacao-da-agricultura-critica-solucoes-casuisticas-do-governo-dilma-137e2a7esgqi1jl4w4mmwk404/) [casuisticas-do-governo-dilma-137e2a7esgqi1jl4w4mmwk404/](https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/confederacao-da-agricultura-critica-solucoes-casuisticas-do-governo-dilma-137e2a7esgqi1jl4w4mmwk404/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-62)
64. **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA).** CNA decide apoiar o

    movimento em favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. *CNA Brasil*, Brasília, 16 mar. 2016. Disponível em: [https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/cna-decide-apoiar-o-movimento-em-favor-do-](https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/cna-decide-apoiar-o-movimento-em-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff) [impeachment-da-presidente-dilma-rousseff](https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/cna-decide-apoiar-o-movimento-em-favor-do-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-63)
65. **ESTADÃO CONTEÚDO.** CNA apoia *impeachment* e diz que Kátia Abreu se afastou do produtor. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 6 abr. 2016. Disponível em: [https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/cna-apoia-](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/cna-apoia-impeachment-e-diz-que-katia-abreu-se-afastou-do-produtor-5m71z2rgfpn1gdenlnzjh62s4/) [*impeachment*-e-diz-que-katia-abreu-se-afastou-do-produtor-5m71z2rgfpn1gdenlnzjh62s4/](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/cna-apoia-impeachment-e-diz-que-katia-abreu-se-afastou-do-produtor-5m71z2rgfpn1gdenlnzjh62s4/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-64)
66. **CANAL RURAL.** CNA quer barrar volta de Kátia Abreu à presidência da entidade. *Canal Rural*, São Paulo, 13 maio 2016. Disponível em: [https://www.canalrural.com.br/agricultura/cna-quer-barrar-volta-katia-abreu-](https://www.canalrural.com.br/agricultura/cna-quer-barrar-volta-katia-abreu-presidencia-entidade-62070/) [presidencia-entidade-62070/](https://www.canalrural.com.br/agricultura/cna-quer-barrar-volta-katia-abreu-presidencia-entidade-62070/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-65)
67. **MENDONÇA, Sônia Regina de.** Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 32/33, p. 91-132, jan./jul.-ago./dez. 2005. [↑](#footnote-ref-66)
68. **ESTADÃO.** ABAG recebe decisão sobre *impeachment* "muito positivamente". *Globo Rural*, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: [https://globorural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/04/abag-recebe-decisao-sobre-](https://globorural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/04/abag-recebe-decisao-sobre-impeachment-muito-positivamente.html) [*impeachment*-muito-positivamente.html](https://globorural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/04/abag-recebe-decisao-sobre-impeachment-muito-positivamente.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-67)
69. **ESTADÃO CONTEÚDO.** ABAG defende ousadia e investimento no agronegócio. *Canal Rural*, São Paulo, 8 ago. 2016. Disponível em: [https://www.canalrural.com.br/diversos/abag-defende-ousadia-investimento-](https://www.canalrural.com.br/diversos/abag-defende-ousadia-investimento-agronegocio-63338/) [agronegocio-63338/](https://www.canalrural.com.br/diversos/abag-defende-ousadia-investimento-agronegocio-63338/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-68)
70. Idem. [↑](#footnote-ref-69)
71. **CASTILHO, Alceu Luís.** Frente Parlamentar da Agropecuária compôs 50% dos votos do *impeachment* e 51% dos votos para manter Temer. *Instituto Humanitas Unisinos (IHU)*, São Leopoldo, 26 set. 2017. Publicado originalmente por *De Olho nos Ruralistas*, 25 set. 2017. Disponível em: [https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/572041-frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/572041-frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer) [dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/572041-frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-70)
72. **TROSTER, Roberto L.** A neodependência e o imobilismo. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 jul. 2013. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-neodependencia-e-o-imobilismo.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-71)
73. **RODRIGUES, Fernando.** Sucesso de Dilma deteriora economia, diz Santander a clientes ricos. *UOL Blogosfera*, São Paulo, 25 jul. 2014. Disponível em: [https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/07/25/sucesso-de-dilma-deteriora-economia-diz-santander-a-](https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/07/25/sucesso-de-dilma-deteriora-economia-diz-santander-a-clientes-ricos/) [clientes-ricos/](https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/07/25/sucesso-de-dilma-deteriora-economia-diz-santander-a-clientes-ricos/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-72)
74. **MANDL, Carolina.** Há muita fervura nas expectativas. *Valor Econômico*, São Paulo, 2 maio 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2014/05/02/ha-muita-fervura-nas-expectativas.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-73)
75. **UOL.** Leia a transcrição da entrevista de Murilo Portugal ao UOL e à Folha. *UOL Notícias*, Brasília, 10 maio 2014. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/05/10/leia-a-transcricao-da-](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/05/10/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-murilo-portugal-ao-uol-e-a-folha.htm) [entrevista-de-murilo-portugal-ao-uol-e-a-folha.htm](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/05/10/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-murilo-portugal-ao-uol-e-a-folha.htm). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-74)
76. **SUL21.** Presidente do maior banco do país abre voto para Marina. *Sul21*, Porto Alegre, 4 set. 2014. Disponível em: <https://sul21.com.br/ta-na-rede/2014/09/presidente-do-maior-banco-do-pais-abre-voto-para-marina/>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-75)
77. **BARROS, Paula.** Neca Setúbal, braço direito de Marina Silva, doa R$ 670 mil para campanha. *InfoMoney*, São Paulo, 26 ago. 2014. Disponível em: [https://www.infomoney.com.br/politica/neca-setubal-braco-direito-de-marina-](https://www.infomoney.com.br/politica/neca-setubal-braco-direito-de-marina-silva-doa-r-670-mil-para-campanha/) [silva-doa-r-670-mil-para-campanha/](https://www.infomoney.com.br/politica/neca-setubal-braco-direito-de-marina-silva-doa-r-670-mil-para-campanha/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-76)
78. **ESTADÃO CONTEÚDO.** Neca Setúbal declara apoio a Aécio Neves. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 out. 2014. Disponível em: [https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/neca-setubal-declara-apoio-a-aecio-](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/neca-setubal-declara-apoio-a-aecio-neves-eez1hlxwxooeidv5kifdur4um/) [neves-eez1hlxwxooeidv5kifdur4um/](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/neca-setubal-declara-apoio-a-aecio-neves-eez1hlxwxooeidv5kifdur4um/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-77)
79. **UOL.** Juntos, Itaú e Bradesco doaram R$ 10,2 milhões para partidos nas eleições. *UOL Notícias*, São Paulo, 5 nov. 2014. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/05/juntos-itau-e-bradesco-](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/05/juntos-itau-e-bradesco-doaram-r-102-milhoes-para-partidos-nas-eleicoes.htm) [doaram-r-102-milhoes-para-partidos-nas-eleicoes.htm](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/05/juntos-itau-e-bradesco-doaram-r-102-milhoes-para-partidos-nas-eleicoes.htm). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-78)
80. **G1.** Veja repercussão do anúncio da nova equipe econômica. *G1*, Rio de Janeiro, 27 nov. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/veja-repercussao-do-anuncio-da-nova-equipe-economica.html>.

    Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-79)
81. idem. [↑](#footnote-ref-80)
82. idem. [↑](#footnote-ref-81)
83. **PERES, Leandra.** O aviso foi dado: pedalar faz mal. *Valor Econômico*, Brasília, 11 dez. 2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/coluna/o-aviso-foi-dado-pedalar-faz-mal.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-82)
84. **REUTERS.** Turbulência no Brasil está arrastando economia, diz CEO do Itaú. *G1*, Rio de Janeiro, 16 mar. 2016. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/turbulencia-no-brasil-esta-arrastando-economia-diz-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/turbulencia-no-brasil-esta-arrastando-economia-diz-ceo-do-itau-20160316095005561488.html) [ceo-do-itau-20160316095005561488.html](https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/turbulencia-no-brasil-esta-arrastando-economia-diz-ceo-do-itau-20160316095005561488.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-83)
85. **G1.** Veja repercussão do afastamento de Dilma entre economistas. *G1*, Rio de Janeiro, 12 maio 2016. Disponível em: [https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/veja-repercussao-do-afastamento-de-dilma-entre-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/veja-repercussao-do-afastamento-de-dilma-entre-economistas.html) [economistas.html](https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/veja-repercussao-do-afastamento-de-dilma-entre-economistas.html). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-84)
86. **ESTADÃO CONTEÚDO.** Febraban: Temer assume em momento difícil, mas com expectativas positivas. *IstoÉ*, São Paulo, 12 maio 2016. Disponível em: [https://istoe.com.br/febraban-temer-assume-em-momento-dificil-mas-](https://istoe.com.br/febraban-temer-assume-em-momento-dificil-mas-com-expectativas-positivas/) [com-expectativas-positivas/](https://istoe.com.br/febraban-temer-assume-em-momento-dificil-mas-com-expectativas-positivas/). Acesso em: 20 ago. 2024. [↑](#footnote-ref-85)
87. **CNA defende impeachment para retomada da estabilidade econômica e fortalecimento das instituições democráticas.** Agronovas, [s.d.]. Disponível em:<https://www.agronovas.com.br/cna-defende-impeachment-para-retomada-da-estabilidade-economica-e-fortalecimento-das-instituicoes-democraticas/>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-86)
88. **ABAG vê sinais de um novo país.** Globo Rural, 15 ago. 2016. Disponível em:<https://globorural.globo.com/Noticias/Economia/noticia/2016/08/abag-ve-sinais-de-um-novo-pais.html>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-87)
89. **CNA defende limite de gastos públicos e equilíbrio das contas do país.** CNA Brasil, 18 out. 2016. Disponível em:<https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-defende-limite-de-gastos-publicos-e-equilibrio-das-contas-do-pais#:~:text=A%20PEC%20241%20pode%20ser%20considerada%20uma,metade%20do%20que%20est%C3%A1%20previsto%20para%202016>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-88)
90. **Conselho do Agro debate sobre a reforma trabalhista e novos instrumentos para financiar o setor.** CNA Brasil, 12 jul. 2017. Disponível em:<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/conselho-do-agro-debate-sobre-a-reforma-trabalhista-e-novos-instrumentos-para-financiar-o-setor>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-89)
91. **Projeto de Lei nº 6787/2016 – Reforma Trabalhista: Reunião 0062/17 de 09/03/17.** Câmara dos Deputados, 9 mar. 2017. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque/projeto-de-lei-no-6787-2016-reforma-trabalhista/reuniao-0062-17-de-090317>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-90)
92. **Projeto de Lei nº 6787/2016 – Reforma Trabalhista: Reunião 0076/17 de 14/03/17.** Câmara dos Deputados, 14 mar. 2017. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque/projeto-de-lei-no-6787-2016-reforma-trabalhista/reuniao-0076-17-de-140317>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-91)
93. **CNA defende reforma trabalhista para retomada da economia.** Correio Braziliense, 28 mar. 2017. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/03/28/internas_economia,584173/cna-defende-reforma-trabalhista-para-retomada-da-economia.shtml>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-92)
94. **Sou produtor rural, não entendo de greve", diz presidente da CNA.** Globo Rural, 28 abr. 2017. Disponível em:<https://globorural.globo.com/Noticias/Politica-e-negocios/noticia/2017/04/globo-rural-sou-produtor-rural-nao-entendo-de-greve-diz-presidente-da-cna.html>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-93)
95. **Reformar para competir.** Anais do 16º Congresso Brasileiro do Agronegócio, São Paulo: ABAG, 2017. Disponível em:<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2017/08/anais-16o-cba-2017-reformar-para-competir.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-94)
96. **Instituições apoiam campanha a favor da reforma da Previdência.** CNA Brasil, 28 mar. 2017. Disponível em:<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/instituicoes-apoiam-campanha-a-favor-da-reforma-da-previdencia>. Acesso em: 8 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-95)
97. **Deputados da bancada ruralista se reúnem com Bolsonaro e manifestam apoio ao candidato do PSL.** G1, 10 out. 2018. Disponível em:<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/10/deputados-da-bancada-ruralista-se-reunem-com-bolsonaro-e-manifestam-apoio-ao-candidato-do-psl.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-96)
98. **Sistema CNA apoia reforma da Previdência e agenda legislativa para o agro.** CNA Brasil, 4 abr. 2019. Disponível em:<https://cna-portal-2022new.dotgroup.com.br/noticias/sistema-cna-apoia-reforma-da-previdencia-e-agenda-legislativa-para-o-agro>. Acesso em: 11 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-97)
99. Idem. [↑](#footnote-ref-98)
100. Idem. [↑](#footnote-ref-99)
101. **Carta aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil.** Poder360, abr. 2019. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/05/Copia-Carta-Aberta-ao-Presidente-da-Republica-Federativa-do-Brasil-abril-2019.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-100)
102. **Dívida bruta continuará crescendo, avalia Murilo Portugal, da Febraban.** Valor Econômico, 12 set. 2016. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/09/12/divida-bruta-continuara-crescendo-avalia-murilo-portugal-da-febraban.ghtml>. Acesso em: 8 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-101)
103. **NOVO regime fiscal é mudança estrutural importante, diz presidente da Febraban.** Agência Câmara de Notícias, 12 set. 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/497914-novo-regime-fiscal-e-mudanca-estrutural-importante-diz-presidente-da-febraban. Acesso em: 13 out. 2024. [↑](#footnote-ref-102)
104. **PORTUGAL, Murilo.** Apresentação sobre a PEC 241/2016 - Novo Regime Fiscal. Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), 2016. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-241-2016-novo-regime-fiscal/documentos/audiencias-publicas/MuriloPortugalFEBRABANApresentao.pdf. Acesso em: 13 out. 2024. [↑](#footnote-ref-103)
105. **Dívida bruta continuará crescendo, avalia Murilo Portugal, da Febraban.** Valor Econômico, 12 set. 2016. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/09/12/divida-bruta-continuara-crescendo-avalia-murilo-portugal-da-febraban.ghtml>. Acesso em: 8 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-104)
106. Idem. [↑](#footnote-ref-105)
107. **Portugal defende PEC do teto de gastos com período de longo prazo.** Correio Braziliense, 12 set. 2016. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/09/12/interna_politica,548296/portugal-defende-pec-do-teto-de-gastos-com-periodo-de-longo-prazo.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-106)
108. Idem. [↑](#footnote-ref-107)
109. Idem. [↑](#footnote-ref-108)
110. **Processos trabalhistas contra bancos caem até 50% após reforma.** Valor Econômico, 19 mar. 2019. Disponível em:<https://valor.globo.com/financas/noticia/2019/03/19/processos-trabalhistas-contra-bancos-caem-ate-50-apos-reforma.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-109)
111. **Projeto de Lei nº 6787/2016 – Reforma Trabalhista: Reunião 0062/17 de 09/03/17.** Câmara dos Deputados, 9 mar. 2017. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque/projeto-de-lei-no-6787-2016-reforma-trabalhista/reuniao-0062-17-de-090317>. Acesso em: 16 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-110)
112. Idem. [↑](#footnote-ref-111)
113. Idem. [↑](#footnote-ref-112)
114. Idem. [↑](#footnote-ref-113)
115. **DIEESE.** Os bancos e a reforma trabalhista: análise dos estudos divulgados pelo Bradesco, Santander e Itaú BBA. Nota Técnica, n. 187, nov. 2017. [↑](#footnote-ref-114)
116. Idem. [↑](#footnote-ref-115)
117. Idem. [↑](#footnote-ref-116)
118. Idem. [↑](#footnote-ref-117)
119. **Febraban diz que reforma da Previdência é essencial para conter dívida.** Valor Econômico, 12 dez. 2017. Disponível em:<https://valor.globo.com/financas/noticia/2017/12/12/febraban-diz-que-reforma-da-previdencia-e-essencial-para-conter-divida.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-118)
120. Idem. [↑](#footnote-ref-119)
121. Idem. [↑](#footnote-ref-120)
122. Idem. [↑](#footnote-ref-121)
123. **Previdência é a mãe de todas as reformas, diz presidente do Bradesco.** Época Negócios, 6 dez. 2017. Disponível em:<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/12/previdencia-e-mae-de-todas-reformas-diz-presidente-do-bradesco.html>. Acesso em: 15 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-122)
124. Idem. [↑](#footnote-ref-123)
125. **A Previdência é mais importante que a eleição.** Época Negócios, 20 dez. 2017. Disponível em:<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/12/epoca-negocios-a-previdencia-e-mais-importante-que-a-eleicao.html>. Acesso em: 15 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-124)
126. Idem. [↑](#footnote-ref-125)
127. Idem. [↑](#footnote-ref-126)
128. **Dimensão da reforma da Previdência está correta, diz presidente do Itaú.** Folha de S.Paulo, 19 fev. 2019. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/dimensao-da-reforma-da-previdencia-esta-correta-diz-presidente-do-itau.shtml>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-127)
129. Idem. [↑](#footnote-ref-128)
130. **Temos que ter sustentabilidade fiscal para baixar os juros no Brasil, diz Ana Botín, presidente do Santander.** Época Negócios, 6 maio 2019. Disponível em:<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2019/05/temos-que-ter-sustentabilidade-fiscal-para-baixar-os-juros-no-brasil-diz-ana-botin-presidente-do-santander.html>. Acesso em: 15 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-129)
131. Idem. [↑](#footnote-ref-130)
132. Idem. [↑](#footnote-ref-131)
133. **Bancos querem juros mais baixos, afirma Murilo Portugal, Febraban.** Correio Braziliense, 31 jul. 2019. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/07/31/internas_economia,774647/bancos-querem-juros-mais-baixos-afirma-murilo-portugal-febraban.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-132)
134. Idem. [↑](#footnote-ref-133)
135. **Relator defende reforma da Previdência como essencial para o equilíbrio fiscal.** Senado Federal, 11 jul. 2019. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/568774/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-134)
136. Idem. [↑](#footnote-ref-135)
137. Idem. [↑](#footnote-ref-136)
138. **Idade mínima e isonomia entre trabalhadores devem ser prioridade na reforma da Previdência, aponta CNI.** Agência de Notícias da Indústria, 7 mar. 2019. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/idade-minima-e-isonomia-entre-trabalhadores-devem-ser-prioridade-na-reforma-da-previdencia-aponta-cni/>. Acesso em: 15 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-137)
139. Idem. [↑](#footnote-ref-138)
140. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI).\* Retratos da sociedade brasileira: Previdência. Indicadores CNI, Ano 5, n. 32, maio 2016. ISSN 2317-7012. [↑](#footnote-ref-139)
141. Idem. [↑](#footnote-ref-140)
142. Idem. [↑](#footnote-ref-141)
143. **Iniciativa privada espera medidas duras do governo, diz presidente da CNI.** O Povo, 5 jul. 2016. Disponível em:<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2016/07/iniciativa-privada-espera-medidas-duras-do-governo-diz-presidente-da.html>. Acesso em: 10 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-142)
144. Idem. [↑](#footnote-ref-143)
145. Idem. [↑](#footnote-ref-144)
146. **Em nota, CNI tenta corrigir declaração de presidente sobre 80 horas semanais de trabalho.** Jornal Opção, 11 jul. 2016. Disponível em:<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/em-nota-cni-tenta-corrigir-declaracao-de-presidente-sobre-80-horas-semanais-de-trabalho-70242/>. Acesso em: 8 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-145)
147. Idem. [↑](#footnote-ref-146)
148. **STEINBRUCH, Benjamin.** É possível fazer reforma da Previdência sem mexer com direitos. *Folha de S.Paulo*, 12 set. 2016. Disponível em:<https://m.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2016/09/1814978-e-possivel-fazer-reforma-da-previdencia-sem-mexer-com-direitos.shtml>. Acesso em: 9 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-147)
149. Idem. [↑](#footnote-ref-148)
150. **Temer e Skaf conversam sobre teto dos gastos públicos.** Exame, 28 out. 2016. Disponível em:<https://exame.com/economia/temer-e-skaf-conversam-sobre-teto-dos-gastos-publicos/>. Acesso em: 15 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-149)
151. Idem. [↑](#footnote-ref-150)
152. **CNA defende limite de gastos públicos e equilíbrio das contas do país.** Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), 26 out. 2016. Disponível em:<https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-defende-limite-de-gastos-publicos-e-equilibrio-das-contas-do-pais#:~:text=A%20PEC%20241%20pode%20ser%20considerada%20uma,metade%20do%20que%20est%C3%A1%20previsto%20para%202016>. Acesso em: 2 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-151)
153. Para entender o contexto técnico da decisão, vale destacar que uma Medida Provisória (MP) é um recurso exclusivo do presidente da República, usado para criar ou modificar leis em casos de urgência. A MP entra em vigor ao ser publicada no Diário Oficial, mas tem validade temporária de 120 dias. Se não for aprovada pelo Congresso nesse período, perde seu efeito. Em contrapartida, o projeto de lei pode ser proposto por diferentes fontes, como deputados, senadores, comissões do Congresso, Executivo, Judiciário ou até por iniciativa popular. Após aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente, torna-se uma lei definitiva [↑](#footnote-ref-152)
154. **Governo apresenta reforma trabalhista como projeto de lei. O Globo, 23 dez. 2016. Disponível em:** [**https://oglobo.globo.com/economia/governo-apresenta-reforma-trabalhista-como-projeto-de-lei-20682478**](https://oglobo.globo.com/economia/governo-apresenta-reforma-trabalhista-como-projeto-de-lei-20682478)**.** Acesso em: 15 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-153)
155. **Reforma da Previdência beneficiará toda a sociedade, avalia CNI.** Agência de Notícias da Indústria, 12 fev. 2019. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/leis-e-normas/reforma-da-previdencia-beneficiara-toda-a-sociedade-avalia-cni/#:~:text=A%20CNI%20destaca%20que%20o,Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB)>. Acesso em: 15 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-154)
156. Idem. [↑](#footnote-ref-155)
157. Idem. [↑](#footnote-ref-156)
158. Idem. [↑](#footnote-ref-157)
159. **Reforma da Previdência é crucial para criar empregos, estimular o crescimento e ampliar investimentos**. *Portal da Indústria*. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/leis-e-normas/reforma-da-previdencia-e-crucial-para-criar-empregos-estimular-o-crescimento-e-ampliar-investimentos/>. Acesso em: 20 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-158)
160. Idem. [↑](#footnote-ref-159)
161. Idem. [↑](#footnote-ref-160)
162. **Lobistas de bancos, indústrias e transportes: quem está por trás das emendas da reforma trabalhista.** The Intercept Brasil, 26 abr. 2017. Disponível em:<https://www.intercept.com.br/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 10 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-161)
163. Idem. [↑](#footnote-ref-162)
164. Idem. [↑](#footnote-ref-163)
165. **FIESP reforça críticas ao governo e lista pontos negativos de Temer.** Valor Econômico, 21 jul. 2017. Disponível em:<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/07/21/fiesp-reforca-criticas-ao-governo-e-lista-pontos-negativos-de-temer.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-164)
166. Idem. [↑](#footnote-ref-165)
167. Idem. [↑](#footnote-ref-166)
168. Idem. [↑](#footnote-ref-167)
169. **Henrique Meirelles: explosões no front econômico.** Época Negócios. Disponível em:<https://epoca.globo.com/economia/noticia/2017/07/henrique-meirelles-explosoes-no-front-economico.html>. Acesso em: 20 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-168)
170. Idem. [↑](#footnote-ref-169)
171. Idem [↑](#footnote-ref-170)
172. **Gestão da FIESP** é privada, não cabe discutir publicamente. Valor Econômico. Disponível em: [https**://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/08/23/gestao-da-fiesp-e-privada-nao-cabe-discutir-publicamente.ghtml**](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/08/23/gestao-da-fiesp-e-privada-nao-cabe-discutir-publicamente.ghtml)**.** Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-171)
173. Idem. [↑](#footnote-ref-172)
174. Idem. [↑](#footnote-ref-173)
175. Idem. [↑](#footnote-ref-174)
176. **SKAF, Paulo.** Entendendo a Reforma Trabalhista. In: SEBRAE-SP. *Revista Leis e Normas*, p. 3, 2017. [↑](#footnote-ref-175)
177. Idem. [↑](#footnote-ref-176)
178. Idem. [↑](#footnote-ref-177)
179. **INDÚSTRIA** apoia campanha 'Todos pela Reforma da Previdência, pro Brasil não quebrar'. Portal da Indústria. Disponível em: [**https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/industria-apoia-campanha-todos-pela-reforma-da-previdencia-pro-brasil-nao-quebrar/**](https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/industria-apoia-campanha-todos-pela-reforma-da-previdencia-pro-brasil-nao-quebrar/)**.** Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-178)
180. Idem. [↑](#footnote-ref-179)
181. Idem. [↑](#footnote-ref-180)
182. **BRAGA DE ANDRADE, Robson.** Robson Braga de Andrade é homenageado no Dia da Indústria 2018. Portal da Indústria. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/robson-braga-de-andrade-e-homenageado-no-dia-da-industria-2018/>. Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-181)
183. Idem. [↑](#footnote-ref-182)
184. Idem [↑](#footnote-ref-183)
185. **MARTINS, Felipe.** CNI pede urgência na reforma da Previdência para garantir recuperação econômica. *El País Brasil*. Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/04/politica/1530727099_691325.html>. Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-184)
186. Idem. [↑](#footnote-ref-185)
187. Idem. [↑](#footnote-ref-186)
188. **PORTAL DA INDÚSTRIA.** Brasil teria mais de R$ 4 bi para investir se tivesse reformado a Previdência. *Portal da Indústria*. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/brasil-teria-mais-de-r-4-bi-para-investir-se-tivesse-reformado-a-previdencia/>. Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-187)
189. **ANDRADE, Robson Braga de.** Desafios à espera do próximo presidente. *Portal da Indústria*. Disponível em: [**https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/desafios-a-espera-do-proximo-presidente/**](https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/desafios-a-espera-do-proximo-presidente/)**.** Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-188)
190. Idem. [↑](#footnote-ref-189)
191. **CNI** critica proposta de criação do Ministério da Economia. *Asmetro*, 24 out. 2018. Disponível em:<https://asmetro.org.br/portalsn/2018/10/24/cni-critica-proposta-de-criacao-do-ministerio-da-economia/>. Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-190)
192. Idem. [↑](#footnote-ref-191)
193. Idem. [↑](#footnote-ref-192)
194. **CNI.** CNI homenageia presidente Michel Temer com Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial. *Portal da Indústria*. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/cni-homenageia-presidente-michel-temer-com-grande-colar-da-ordem-do-merito-industrial/>. Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-193)
195. Idem. [↑](#footnote-ref-194)
196. **CNI.** Futuro do Brasil de 2019 a 2022 depende de tarefas inadiáveis. *Portal da Indústria*. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/futuro-do-brasil-de-2019-a-2022-depende-de-tarefas-inadiaveis/>. Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-195)
197. Idem. [↑](#footnote-ref-196)
198. Idem. [↑](#footnote-ref-197)
199. **CNI.** 5 motivos para o Brasil fazer a reforma da Previdência. *Portal da Indústria*. Disponível em: [**https://noticias.portaldaindustria.com.br/listas/5-motivos-para-o-brasil-fazer-a-reforma-da-previdencia/**](https://noticias.portaldaindustria.com.br/listas/5-motivos-para-o-brasil-fazer-a-reforma-da-previdencia/)**.** Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-198)
200. **FIESP.** Paulo Skaf recebe bancada do PP e discute prioridade para reforma da Previdência. *FIESP*. Disponível em: [**https://www.fiesp.com.br/sindividro/noticias/paulo-skaf-recebe-bancada-do-pp-e-discute-prioridade-para-reforma-da-previdencia/**](https://www.fiesp.com.br/sindividro/noticias/paulo-skaf-recebe-bancada-do-pp-e-discute-prioridade-para-reforma-da-previdencia/)**.** Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-199)
201. Idem. [↑](#footnote-ref-200)
202. **BBC BRASIL.** Mourão na Fiesp: 'População precisa saber que tem também obrigações, e não só direitos'. *BBC Brasil*. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47715967>. Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-201)
203. Idem. [↑](#footnote-ref-202)
204. Idem. [↑](#footnote-ref-203)
205. Idem. [↑](#footnote-ref-204)
206. **FOLHA DE S.PAULO.** Bate-boca no governo é detalhe, diz Benjamin Steinbruch. *Painel S.A.*, 8 abr. 2019. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/04/bate-boca-no-governo-e-detalhe-diz-benjamin-steinbruch.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-205)
207. Idem. [↑](#footnote-ref-206)
208. Idem. [↑](#footnote-ref-207)
209. **PODER360.** Carta aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil. Abril de 2019. Disponível em:<https://static.poder360.com.br/2019/05/Copia-Carta-Aberta-ao-Presidente-da-Republica-Federativa-do-Brasil-abril-2019.pdf>. Acesso em: 16/11/2024. [↑](#footnote-ref-208)
210. **PORTAL DA INDÚSTRIA**. Seis em cada dez brasileiros dizem que a reforma da Previdência é necessária, mostra pesquisa da CNI. Disponível em:<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/seis-em-cada-dez-brasileiros-dizem-que-a-reforma-da-previdencia-e-necessaria-mostra-pesquisa-da-cni/>. Acesso em: 16/11/2024. [↑](#footnote-ref-209)
211. Idem. [↑](#footnote-ref-210)
212. Idem. [↑](#footnote-ref-211)
213. **PORTAL DA INDÚSTRIA.** 7 vantagens da reforma da Previdência. Disponível em: [**https://noticias.portaldaindustria.com.br/listas/7-vantagens-da-reforma-da-previdencia/**](https://noticias.portaldaindustria.com.br/listas/7-vantagens-da-reforma-da-previdencia/)**.** Acesso em: 16/11/2024. [↑](#footnote-ref-212)
214. **FIESP.** Notícia sobre reforma da Previdência. Disponível em:<https://www.fiesp.com.br/mobile/noticias/?id=261873>. Acesso em: 18/11/2024. [↑](#footnote-ref-213)
215. **FIESP.** Mais de R$ 1 trilhão em 5 anos! Chega de pagar os juros mais altos do mundo, diz Skaf. Disponível em:http://www.fiesp.com.br/noticias/mais-de-r-1-trilhao-em-5-anos-chega-de-pagar-os-juros-mais-altos-do-mundo-diz-skaf/. Acessado em: 22 de nov. 2024. [↑](#footnote-ref-214)
216. **FRANCINI, Paulo**. As causas da desconfiança. São Paulo: Carta Capital, 11 abr. 2014. Entrevista concedida a Carlos Drummond. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/revista/793/as-causas-da-desconfianca-9176.html. Acessado em: 22 de nov. 2024. [↑](#footnote-ref-215)
217. **Nassif**, Luis. As perdas do Brasil com obras públicas entregues a estrangeiros. *Jornal GGN*. Disponível em:<https://jornalggn.com.br/internacional/as-perdas-do-brasil-com-obras-publicas-entregues-a-estrangeiros-por-luis-nassif/>. Acesso em: 19 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-216)
218. **FPA.** Um Congresso Mais Conservador. 25 nov. 2022. Disponível em: https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/11/25/um-congresso-mais-conservador/. Acesso em: 20 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-217)
219. **Haddad,** Fernando. Haddad explica política econômica do governo. Finanças e Tributação, 17 maio 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Gdgug9bPbqM&t=13800s. Acesso em: 19 nov. 2024. [↑](#footnote-ref-218)